

SÉRIE
PENSAMENTOS
LIBERAIS

*Edição
comemorativa
de 20 anos*



*Participação
especial:*

**Gustavo Franco . Leandro Narloch . Marcel Van Hattem
. Walter Lídio Nunes . Yaron Brook**

Associados: Carlos Souto . Diego Florian Roberti . Diego Quites . Joanna Maldonado Renner . Luís Matheus
de Castro . Marcel Lasté . Mateus Jarros . Michelle Golgo . Pedro Echel . Ramon Crivellaro
. Roberto Lima de Andrade . Roberto Rachewsky . Rodrigo Chanin . Tiago Tellechea . Wagner Lenhart

 **29º** FÓRUM DA
LIBERDADE

QUEM MOVE O MUNDO?



SÉRIE PENSAMENTOS LIBERAIS
Edição comemorativa de 20 anos

2016

 **29º FÓRUM DA
LIBERDADE**

QUEM MOVE O MUNDO?

PATROCÍNIO



GERDAU

Grupo **RBS**



PATROCÍNIO DO LIVRO

 **RENNER**

REALIZAÇÃO

iee
INSTITUTO DE ESTUDOS
EMPRESARIAIS

QUEM MOVE O MUNDO?

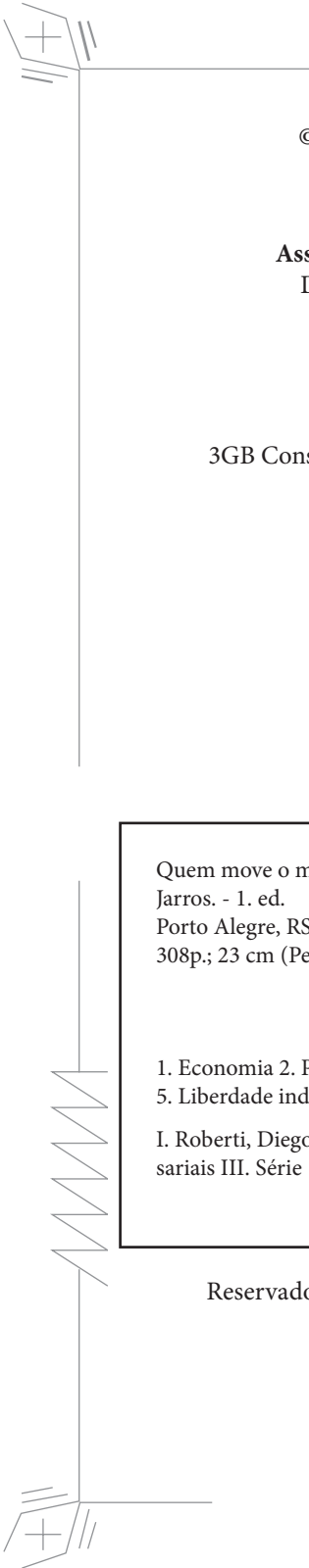


SÉRIE PENSAMENTOS LIBERAIS

Edição comemorativa de 20 anos

Participação especial: Gustavo Franco, Leandro Narloch, Marcel Van Hattem,
Walter Lídio Nunes e Yaron Brook.

Associados: Carlos Souto, Diego Florian Roberti, Diego Quites,
Joanna Maldonado Renner, Luis Matheus de Castro, Marcel Laste,
Mateus Berlt Jarros, Michelle Golgo, Pedro Echel, Ramon Crivellaro,
Roberto Lima de Andrade, Roberto Rachewsky, Rodrigo Chanin,
Tiago Tellechea e Wagner Lenhart.



© Instituto de Estudos Empresarias, 2016.

Quem move o mundo?
Série Pensamentos Liberais

Associados IEE | Coordenadores da 20ª edição
Diego Florian Roberti e Mateus Berlt Jarros

Editor
Instituto Ludwig von Mises Brasil

Revisão
3GB Consulting - Consultoria em Comunicação Corporativa

Instruções técnicas | Escritores
Percival Puggina e Moema Vilela

Capa
Paim Comunicação

Projeto Gráfico e Editoração
Ricardo Bogéa

Quem move o mundo? / Coordenação Diego Florian Roberti e Mateus Berlt Jarros. - 1. ed.

Porto Alegre, RS : Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2016
308p.; 23 cm (Pensamentos liberais; v. 20)

1. Economia 2. Política econômica 3. Educação e sociedade 4. Livre mercado
5. Liberdade individual

I. Roberti, Diego Florian e Jarros, Mateus Berlt. II. Instituto de Estudos Empresariais III. Série

Reservados todos os direitos de publicação total ou parcial ao

Instituto de Estudos Empresariais - IEE

Av. Carlos Gomes, 403/506
Porto Alegre | RS | 90480-003
www.iee.com.br | iee@iee.com.br





QUEM MOVE O MUNDO?

Edição Comemorativa de

◆
20 anos

Sumário

Prefácio	09
Ricardo Pechansky Heller Advogado / Presidente do IEE	
Pensamentos Liberais – 20 anos	17
Carlos Fernando Souto Advogado / ex-Presidente e Associado Honorário do IEE	
Exploradores e Explorados	27
Diego Albrecht Quites Empresário / Associado do IEE	
Os motores imóveis	39
Diego Florian Roberti Engenheiro e empreendedor / Associado do IEE	
A Sanção da Vítima	55
Joanna Maldonado Renner Executiva de Marketing e Vendas / Associada do IEE	
A Linha John Galt	73
Luís Matheus Theisen de Castro Empresário / Associado do IEE	
A Moratória dos Cérebros	93
Marcel da Silva Laste Empresário / Associado do IEE	
O cume e o abismo	111
Mateus Berlt Jarros Economista / Associado do IEE	
Em nome do que há de melhor em nós	125
Michelle Soares Nunes Golgo Advogada / Associada do IEE	
O Apogeu dos D'Anconia	145
Pedro Echel Analista de Marketing / Associado do IEE	
Quem está falando é John Galt	161
Ramon Bastos Crivellaro Empresário / Associado do IEE	



O Tema	175
Roberto Lima de Andrade Empresário / Associado do IEE	
Atlântida	197
Rodrigo Matone Chanin Empresário / Associado do IEE	
A tocha de Wyatt	215
Tiago Tellechea Empresário / Associado do IEE	
Precisamos falar sobre capitalismo	
Gustavo H. B. Franco Sócio da Rio Bravo Investimento e ex-Presidente do Banco Central do Brasil	229
Ideologias e ursinhos de pelúcia	239
Leandro Narloch Jornalista e escritor	
Quem move a Política?	249
Marcel van Hattem Cientista político, jornalista e Deputado Estadual do RS	
O objetivismo de Ayn Rand	257
Roberto Rachewsky Empresário / ex-Presidente e Associado Honorário do IEE	
O poder de uma ideia – o homem como um fim em si	277
Wagner Lenhart Advogado / Associado Honorário do IEE	
Para resgatar o futuro do Brasil	291
Walter Lídio Nunes Presidente da Celulose Rio Grandense	
A moralidade atemporal do livro “A revolta de Atlas”: lucro é virtude, e não vício	301
Yaron Brook Diretor-executivo do Ayn Rand Institute	





29º FÓRUM DA
LIBERDADE



Prefácio

Ricardo Pechansky Heller
Advogado / Presidente do IEE





Esta é uma edição especial da série “Pensamentos Liberais”. Na verdade, é uma edição triplamente especial. Em primeiro lugar, ela comemora a 20ª edição da série que, usualmente lançada às vésperas do Fórum da Liberdade, é composta por artigos escritos pelos associados do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), que analisam de forma aprofundada um assunto específico sob um ponto de vista relacionado com o tema do Fórum. Surgido em 1994, o livro já se consolidou como elemento integrante do Fórum da Liberdade, incentivando os associados do Instituto a ampliar os seus conhecimentos acerca de um tema relevante e, por outro lado, oportunizando-lhes um espaço nobre para expor as suas ideias.

Como se poderá perceber, os títulos das obras, assim como os artigos que as integram, têm íntima relação com o momento econômico, social e/ou político vivenciado pelos seus autores. Representam, portanto, além de uma profunda análise, um fiel retrato da realidade brasileira nas últimas décadas sob a perspectiva de jovens que estavam iniciando as suas trajetórias como líderes empresariais. Afinal, a elaboração do artigo constitui-se em um dos mais relevantes exercícios de formação dos associados do IEE, desafiando-os a transpor para o papel todo o conhecimento adquirido com leituras, palestras e outros eventos realizados pelo Instituto. Por isso, aproveito estas linhas iniciais para lembrar as 19 edições anteriores e, na pessoa dos seus respectivos organizadores, homenagear todos aqueles articulistas que contribuíram para cada uma delas:

1ª ed.: 1994 – Pensamentos Liberais – vol. 1 (Org. Airton Ortiz)

2ª ed.: 1995 – Pensamentos Liberais – vol. 2: Custo Brasil (Org. Ademar Xavier)



3ª ed.: 1997 – Pensamentos Liberais – vol. 3: Propostas Liberais para o Brasil (Org. Luciano Mandelli)

4ª ed.: 1998 – Pensamentos Liberais – vol. 4 (Org. Klaus Brodbeck)

5ª ed.: 2001 – Pensamentos Liberais – vol. 5 (Org. Ricardo Dornelles Chaves Barcellos)

6ª ed.: 2002 – Pensamentos Liberais – vol. 6 (Org. Caio Sbruzzi) (Org. Luiz Eduardo Fração)

7ª ed.: 2003 – Pensamentos Liberais – vol. 7 (Org. Luiz Eduardo Fração)

8ª ed.: 2004 – Brasil, país em desenvolvimento até quando? (Org. Rafael Padoin Nenê)

9ª ed.: 2005 – Cultura do Trabalho (Org. Wagner Lenhart)

10ª ed.: 2006 – O Dever do Estado (Org. Vicente Perrone)

11ª ed.: 2007 – Propriedade Privada (Org. Gabriel Barbosa)

12ª ed.: 2008 – Agora, o Mercado é o Mundo (Org. Cristiano Diehl Xavier)

13ª ed.: 2009 – Cultura da Liberdade (Org. Bruno Zaffari)

14ª Ed.: 2010 – Seis temas para entender o Mundo (Org. Tomás Escosteguy Petter)

15ª ed.: 2011 – A Liberdade na Era Digital (Org. Heron Charneski)

16ª ed.: 2012 – 2037: que Brasil será o seu? (Org. André Volkmer)

17ª ed.: 2013 – Até onde chegamos? (Org. Frederico Hilzendeger)

18ª ed.: 2014 – Construindo soluções (Org. Laura Stürmer)

19ª ed.: 2015 – Caminhos para a Liberdade (Org. Paulo Fuchs)

O segundo motivo que torna esta edição especial é que ela retoma uma prática que há algumas edições deixou de ser observada nos livros da série. Nos primeiros Pensamentos Liberais, autores externos eram convidados a contribuir com a obra, o que não ocorreu nas últimas edições, quando todos os artigos eram escritos exclusivamente por asso-



ciados efetivos do IEE, sob a orientação e com a revisão de associados honorários (aqueles que já concluíram o ciclo de formação). Pois bem, nesta 20ª edição, voltamos a convidar algumas personalidades para escrever artigos, de modo que, além dos escritos pelos associados, podemos contar com textos de renomados autores que, de alguma forma, estão relacionados com a História do IEE e/ou do Fórum da Liberdade.

É evidente que cada convite teve a sua razão de ser, e, assim como no Fórum da Liberdade, buscamos contemplar um *mix* de visões que podem ser complementares ou divergentes, mas que certamente contribuirão para elevar o nível dos debates. Os convidados também têm íntima relação com a defesa das ideias de liberdade, ainda que sob perspectivas nem sempre convergentes, o que igualmente deverá servir de estímulo ao aprofundamento e troca de conhecimento. Assim, além de contar com associados honorários que apresentam profunda ligação com a série, como Carlos Souto, idealizador e primeiro organizador, ou Wagner Lenhart, associado que contribuiu com inúmeros artigos ao longo da história da obra, também tivemos o privilégio de contar com um artigo de autoria do economista e profícuo articulista Gustavo Franco, que, além de ex-presidente do Banco Central do Brasil, é autor de obras importantes sobre economia e ganhador do Prêmio Libertas (2014), concedido pelo IEE a empreendedores que se destacam no trabalho pela valorização dos princípios da economia de mercado e pelo respeito ao Estado de Direito democrático.

Outro vencedor do Prêmio Libertas que muito nos honra ao participar da presente edição é Walter Lídio Nunes, diretor-presidente da CMPC Celulose Riograndense, contumaz defensor do empreendedorismo como meio de transformação da sociedade. Também confere enorme prestígio a esta edição o artigo do jornalista e escritor Leandro Narloch, que se destaca como grande analista (e aniquilador) dos mitos propagados pelo senso comum. O deputado Marcel Van Hattem é outro que gentilmente aceitou o convite do IEE para ilustrar esta edição especial. Marcel já declarou que o Fórum da Liberdade inspirou sua carreira política, e, por isso, sua contribuição nos deixa muito feliz.

Finalmente, não posso deixar de mencionar os textos do Roberto Rachewsky, fundador do IEE e segundo presidente do Instituto, e Ya-



ron Brook, presidente e diretor executivo do Ayn Rand Institute. Ao agradecê-los por sua contribuição, quero dizer que os seus artigos têm tudo a ver com o terceiro motivo pelo qual considero esta 20ª edição tão especial. Acontece que, conforme foi dito anteriormente, o tema do PL está associado à temática do Fórum. Esta, por sua vez, em algumas edições, é inspirada por alguma obra literária relevante. Foi assim em 2013, com “O que se vê e o que não se vê”, de Frédéric Bastiat, e em 2015, com “Caminhos da servidão”, de Friedrich Hayek. Neste 29º Fórum da Liberdade, a obra que nos serviu de inspiração foi “A revolta de Atlas”, de Ayn Rand, e isso, para mim, tem um significado muito especial: não só foi o livro que me fez desejar entrar no IEE, como também impactou profundamente a forma como enxergo e compreendo as relações entre os indivíduos na sociedade. Ayn Rand e o seu objetivismo me forneceram os princípios básicos que hoje norteiam minha visão de mundo e meu respeito pela liberdade individual, acima de tudo, pois compreendi que a defesa do indivíduo e dos seus desígnios equivale a defender a vida, pois não há existência desprovida de propósito. Foi somente após o meu primeiro contato com a sua obra que passei a enxergar de forma clara a evidente distinção entre os que produzem e os que vivem à custa deles, sob a questionável justificativa de buscar o bem comum. Finalmente, com Ayn Rand apreendi que a coerção é a arma dos fracos, cujo poder decorre unicamente do consentimento emprestado por aqueles que querem ser felizes e vitoriosos por seus próprios méritos.

Com o objetivo de estender a inspiração da temática do Fórum para o PL, foi proposto aos associados articulistas o desafio de nomear os artigos de acordo com os títulos dos capítulos de “A revolta de Atlas”. Por outro lado, foi-lhes aberta a possibilidade de abordar qualquer tema, sendo ressaltada a importância de, com base nas ideias da autora, apontar as ideias e soluções que oferecem alternativas viáveis para o desenvolvimento, crescimento e avanço do Brasil. Isso explica por que nem todos os artigos respondem de forma direta “Quem move o mundo?”.

No entanto, a leitura dos artigos certamente permitirá que o leitor elabore a sua própria resposta à indagação. Esta é uma das funções primordiais da série Pensamentos Liberais desde a sua criação: fornecer subsídios e argumentos para a construção de raciocínios próprios, norteados pela defesa das ideias de liberdade, como tão habilmente fez Ayn



Rand em suas obras. Antes de encerrar – e para não ser acusado de me escusar de responder à pergunta –, quero dizer que a indagação tem como objetivo enaltecer os empreendedores, os visionários e os inovadores, afinal, eles são os motores do mundo. São esses os indivíduos que movem o mundo ao perseguir os seus sonhos, investindo e arriscando seu tempo, sua reputação e seu patrimônio. Arrisco dizer que todos aqueles que escreveram para esta edição ficariam satisfeitos em saber que, após a leitura dos seus artigos, os leitores chegaram a conclusão semelhante.

Por fim, há mais uma mensagem que me agradaria saber que foi transmitida aos nossos leitores. Ela se baseia em uma passagem de “A revolta de Atlas” em que Hank Rearden, um grande empreendedor, está sendo julgado por comercializar sua mercadoria supostamente contrariando um decreto autoritário e populista. No julgamento, ciente de que a sociedade não poderia prescindir da sua invenção, Hank recusa-se a apresentar defesa, alegando que não poderia reconhecer como crime sua própria existência e que, portanto, não pediria desculpas por ser mais capaz e por ter tido mais sucesso que os outros, deixando, assim, nas mãos do tribunal o ônus de condená-lo e privar a sociedade dos benefícios da sua invenção. Quando, ao final do julgamento, as autoridades deixam de condená-lo, fica evidente que aqueles que nada produzem não podem abrir mão daqueles que movem o mundo, pois são estes que produzem a riqueza. O sucesso, por isso, não pode ser motivo de culpa, mas de glória.

Boa leitura! 🌸





29º FÓRUM DA
LIBERDADE

Prefácio 2

Carlos Fernando Souto

Advogado / ex-Presidente e Associado Honorário do IEE





PENSAMENTOS LIBERAIS – 20 ANOS

A série Pensamentos Liberais foi lançada pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE) na Feira do Livro de Porto Alegre de 1994. E é incrível que, mais de 20 anos depois, siga cumprindo seu propósito. Regularidade digna de aplausos. Esta edição, portanto, é muito especial.

O IEE é uma entidade voltada à formação de lideranças, a partir da defesa da economia de mercado, da liberdade individual e do Estado de Direito.

Exerce um papel fundamental, pois o Brasil é um país em que as pessoas são predominantemente refratárias à economia de mercado e dividem-se, de maneira casuísta, na defesa do Estado de Direito, de modo que nossas instituições parecem frágeis e sempre em formação.

Mais do que isso, as pessoas, no Brasil, não são, em geral, responsáveis por seus atos, enquanto o paternalismo dissemina uma cultura nefasta pela qual se incentiva a busca de benefícios sem qualquer contrapartida.

Essa combinação mais aproxima o país daquilo que prescreve a teoria socialista, ainda que com vivas cores democráticas. E a teoria socialista, tão simples como isso, leva, quando aplicada, necessariamente à pobreza e ao despotismo populista (mensalões e petrolões não acontecem por acaso).



O Brasil tem indicadores de toda ordem, em todos os níveis, em que se percebe exatamente essa fórmula e, pior, os seus efeitos. Não há ranking, não há referência comparativa em que não figuremos nos estertores, no time dos piores, dos insistentemente rebaixados. E geração atrás de geração, temos perdido chances, desperdiçado incontáveis oportunidades de elevar o aproveitamento de nosso potencial. Como a vida não se repete, resta lamentar pelo passado – e lutar pelo presente e pelo futuro passa a ser, cada dia mais, uma necessidade. Já seria um consolo se ao menos aprendêssemos com nossos erros, mas seguimos desconsiderando solenemente a relação de causa e efeito e aplicando veneno como se fosse remédio.

Há demonstrações mais do que suficientes – chega a ser até cansativo! – de que, se praticarmos efetivamente o livre-comércio, com respeito aos contratos, em ambiente com instituições independentes e fortes, em que todos sejam iguais perante a lei, independentemente das diferenças econômicas, de cor, gênero ou qualquer outra entre as pessoas, em que a liberdade seja efetivamente respeitada, observaremos maiores chances de prosperidade, de real crescimento econômico, resultando em melhoria nas condições de vida e efetivo desenvolvimento sustentado.

Para tanto, precisamos de menos governo. Muito menos governo.

*

As atividades desenvolvidas pelo IEE são voltadas para dentro, tendo nos seus membros o seu propósito. Afinal, não há como desenvolver novas lideranças senão dessa maneira. Espera-se que essas lideranças potenciais, uma vez formadas, venham a cumprir o seu papel na sociedade, aplicando, em suas atividades futuras, aquilo que aprenderam na teoria, buscando compatibilizar o que acreditam com o que fazem. Essa consistência interna é sempre complexa e cada vez mais rara.

Independentemente dessa dificuldade, nunca é demais ressaltar que o único agente de mudança é o indivíduo.



O momento vívido de contato do IEE com a sociedade, de maneira mais explícita, é tradicionalmente o Fórum da Liberdade, quando, além de incrementar o processo de formação dos associados, compartilham-se ideias abertamente, gerando também um processo de impacto e influência.

A série Pensamentos Liberais veio a ocupar um espaço importante e intermediário. E assim é porque, ao mesmo tempo em que serve para aprimorar a formação dos associados do IEE, mediante a provocação ao estudo, à produção intelectual, à criatividade, gera conteúdo a ser compartilhado periodicamente com a sociedade. E o faz de maneira permanente e provocativa.

Essa inspiração foi a que levou ao lançamento da série, e mantém-se até hoje, quando se celebram os 20 anos do Pensamentos Liberais.

Avaliando os problemas brasileiros e percebendo o quanto o país segue desalinhado dos princípios que orientam o IEE, nota-se a importância da multiplicação de esforços como os empreendidos até aqui, assim como a carência de lideranças bem formadas.

O caos social de hoje, fruto do incremento geométrico da corrupção, do aumento permanente da carga tributária, do aparelhamento partidário das instituições, da falência da credibilidade pública devido ao populismo deslavado, entre tantos outros fatores, ao mesmo tempo em que acirra os ânimos, aumenta a compreensão da importância das ideias estudadas e debatidas no IEE. O país precisa urgentemente disso.

Há anos, nem sequer havia acesso a pensadores e estudiosos desses temas. Nossas universidades desconheciam as ideias de Hayek, Mises, Friedman, Rothbard, Rand, entre tantos outros. O IEE contribuiu para preencher essa lacuna.

Um dos nossos novos desafios no Brasil é ver modificados radicalmente os caminhos escolhidos nesses últimos anos pelos governos de plantão. A não acontecer, vamos descobrir o que há depois do caos. E não deve ser algo bonito. Podemos pensar em Venezuela e Cuba como realidades não tão distantes.



Ayn Rand, em um de seus clássicos, criou um ambiente de caos. Nele os indivíduos mais brilhantes, em todas as áreas, eram tolhidos do fruto de seus talentos sob a bandeira do bem social e da igualdade como concebida por Marx. A lógica e a razão foram contrastadas e subjugadas pelo controle forçado da mentira e da farsa. Cansados, os melhores talentos decidiram, de maneira engenhosa, migrar. E, sem tais talentos, a sociedade, despida de seu motor, de seu poder de criação e de transformação, apodrece, corrói-se e conhece o pós-caos.

Os indivíduos submetidos ao crivo dos representantes de uma suposta coletividade organizada resolveram mudar, resolveram deixar os pilhadores sem sua fonte de renda, sem suas ideias e contribuições. Resolveram inverter o lado da cela. Não é difícil imaginar as consequências dessa falta.

Pois Ayn Rand parecia saber o que viveríamos quase sessenta anos depois. Haja visão.

No Brasil de hoje, famílias começam, tomadas pela descrença e pelo cansaço, a pensar em desistir. A insegurança e a falta de perspectivas passam a ser tão grandes que muitos passam a projetar seus sonhos a partir da mudança para outros países. A busca de passaportes estrangeiros e de vistos de longo prazo é vista e ouvida em todos os lugares. Só não vê quem não quer. Em tempos de acesso rápido à informação, multiplicam-se os compartilhamentos e as avaliações dessas opções. Jovens querendo novas perspectivas, adultos buscando um pouco de estabilidade e oportunidades para seus filhos e idosos querendo envelhecer em paz. Todos eles vendo o Brasil como ofensivo a essas pretensões, como se vivessem em meio a uma guerra.

*

A guerra, no entanto, não está perdida. Mesmo o mundo estando “feio” como está, e o Brasil mais feio ainda, há como mudar. A Argentina, torcemos todos, pode ser um bom exemplo, e bem próximo, disso.



Precisamos reduzir o intervencionismo estatal e o tamanho dos governos. E reduzir intervencionismo é também parar de pensar apenas no curto prazo e respeitar um pouco mais as relações de causa e efeito. O problema é que apenas governos podem reduzir governos, e é contraintuitivo que isso se dê sem um ambiente de pós-caos.

Precisamos também, como substrato dessa mesma cultura que desconsidera o futuro, remover o preconceito contra o lucro (e o trabalho) e desmontar o paternalismo. Lucrar não é cometer abuso, e trabalhar não é coisa menor. Pelo contrário.

Precisamos deixar de ver o Estado como potencial agente para a progressão na vida. Nenhum Estado gera valor ou cria riqueza. Quando ele age, o faz mediante a expropriação de recursos de terceiros que efetivamente produziram, destruindo valor.

O Brasil de hoje preocupa. A inflação, controlada artificialmente, dá sinais de ressurreição; a capacidade de investimento é muito baixa; a carga tributária bate recordes; a burocracia está impregnada; as taxas de desemprego crescem; setores econômicos estão à beira da falência; o endividamento público e privado cresce assustadoramente; e o governo amplifica estratégias populistas avessas ao trabalho, como os programas de doação e as leis protecionistas. Falta-nos simplicidade. Falta-nos produtividade. Houvesse algum crescimento, a falência de nossa infraestrutura estaria nua.

Além disso, o Brasil, por se tornar cada vez menos competitivo, parece ter abandonado a ideia de abertura efetiva das fronteiras comerciais, buscando parcerias limitadoras e com parceiros comerciais de duvidosa relevância. Viramos o rosto para a realidade em prol de bandeiras políticas fartas em cores do atraso.

*

Visto esse cenário, a esperança reside no fato de que a máquina econômica, embora fragilizada e vitimada pelo gigantesco custo de oportunidade, segue a girar pelas mãos dos cidadãos



anônimos. Incansáveis, lutam dia após dia para construir uma vida melhor mediante a geração e movimentação de riqueza. Esses são os remanescentes senhores da cooperação social, conceito pelo qual as relações de trocas geram benefícios recíprocos.

A dúvida de muitos, se nada mudar, é até quando esses anônimos suportarão o aumento dos problemas criados pelos governos e se há chances de ambientes menos inóspitos acolherem nossas melhores mentes, evocando novamente a obra de Ayn Rand.

O papel do IEE, portanto, é muito importante. Precisamos estar conscientes disso. É incrível lembrar o que já se fez. Mas, olhando em volta, impressiona mais ainda notar o quanto precisa ser feito. E a série Pensamentos Liberais é parte importante disso.

Afinal, precisamos não só de boas ideias, mas também de líderes bem formados, com coragem de mudar e dispostos a implantar essas ideias. ❁







29º FÓRUM DA
LIBERDADE

Exploradores e Explorados

Diego Albrecht Quites
Empresário / Associado do IEE





O INIMIGO DO IMPERADOR

Em meados do século XIX, o Estado brasileiro já decidia quem seriam os empreendedores bem-sucedidos. Naquela época, Irineu Evangelista de Souza – o Barão de Mauá – foi um dos grandes visionários no empresariado incipiente no Brasil Imperial. Mauá era ferrenho defensor da economia livre e da liberdade das pessoas. Para ele, os trabalhadores deveriam ser remunerados pelo trabalho que executavam. Dessa forma, geraria riqueza no país, e o empreendedorismo havia de florescer.

Todavia, as ideias inovadoras de Mauá eram rechaçadas pelos grandes latifundiários brasileiros. Nesse período, o Brasil era um país muito agrário e quase nada industrializado. De tal modo, as ideias libertárias do industrial brasileiro não agradavam aos fazendeiros, uma vez que Mauá era contrário à manutenção da mão de obra escrava. Diante disso, latifundiários, amigos do imperador, pressionavam o governante para prejudicar Mauá.

O Império contratou com as empresas do Barão de Mauá uma série de obras de infraestrutura na cidade do Rio de Janeiro. Para aniquilar com o empresário, o Estado não pagou pelos serviços. Diante disso, o Barão entrou em grave crise financeira, o que culminou, posteriormente, em sua falência¹.

¹ CALDEIRA, Jorge. **Mauá, empresário do Império**, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.



BNDES PARA OS AMIGOS DOS PRESIDENTES

Diante desse exemplo, que remonta ao Brasil Imperial, já é possível notar a interferência do Estado no empresariado do país. No governo dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, tal situação ocorreu novamente. O Planalto, por meio de linhas de crédito concedidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criou a figura do “empresário brasileiro bem-sucedido”, bem como das multinacionais brasileiras.

O BNDES financiou projetos bilionários do empresário Eike Batista, muitos dos quais nunca apresentaram qualquer resultado positivo. Eike chegou a ter fortuna estimada em 30 bilhões de dólares, sendo o brasileiro mais rico e o sétimo homem mais rico do mundo. Era o exemplo de empresário bem-sucedido no país. O Brasil precisava, naquele momento, apresentar sua pujança econômica. Dessa forma, era interessante, para o governo, a figura de sucesso empresarial de Eike.

Em 2014 o BNDES distribuiu R\$ 187 bilhões de reais em empréstimos, sendo que R\$ 117 bilhões de reais foram direcionados para empresas de grande porte²: por que será que as “campeãs brasileiras” foram agraciadas pelas benesses do BNDES? Provavelmente, porque essas sociedades foram grandes doadoras das campanhas milionárias que permitiram a manutenção do Partido dos Trabalhadores (PT) no poder. Caso fôssemos favoráveis à existência de uma instituição governamental para injeção de recurso na economia, tal instituição deveria atender às pequenas e médias empresas, que não têm acesso a linhas de crédito sofisticadas, como captação de recursos em Bolsa de Valores, bancos internacionais, entre outras não alcançadas pelos empresários comuns.

Entretanto, atualmente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social não está fomentando o crescimento econômico do Brasil, mas está sendo utilizado como instrumento político pelos governantes.

² <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2092> disponível em 15 de fevereiro de 2016.



O QUE SE VÊ E O QUE NÃO SE VÊ DOS FINANCIAMENTOS DO BNDES

Na hipótese de admitirmos a necessidade de um banco público para fomentar a economia, os empréstimos concedidos às grandes empresas amigas do governo poderiam ter como justificativa o aumento de produtividade na economia brasileira.

Porém, os recursos do BNDES, atualmente, são provenientes dos tributos e do Tesouro Nacional, via emissão de títulos da dívida pública. Nesse ponto, vale mencionar que a emissão de novos títulos públicos gera inflação, uma vez que há emissão de mais dinheiro, que passa a circular na economia e aumenta o endividamento do Estado.

Logo, ao invés de essas medidas afetarem positivamente a economia, elas prejudicam o poder de compra da população, o que pode acarretar em recessão econômica, ao invés do crescimento “pretendido” pela concessão desses empréstimos. Vale lembrar, ainda, que a população é prejudicada em outra oportunidade, já que contribui com uma parcela cada vez maior do seu patrimônio por meio do pagamento dos tributos.

BARREIRAS AOS EMPREENDEDORES

Além de definir quem recebe dinheiro público, é notório, também, que o Estado define quais setores da economia devem sofrer maior taxa-ção. Nesse contexto, cabe lembrar as medidas de redução/isenção de tributos concedidas às montadoras de automóveis e fabricantes de produtos domésticos. Naquela época, o governo justificava tais medidas para estimular o consumo no país e, como consequência lógica, reaquecer a economia brasileira. Ocorre que os valores de redução dos impostos não foram repassados integralmente ao consumidor final. Assim, pode-se suspeitar que parte desses valores incrementou as margens de lucro dessas empresas, as quais, por coincidência, também são grandes doadoras de campanhas políticas. É interessante mencionar que os subsídios concedidos às montadoras de veículos não geraram o consumo



esperado pelo governo, como se constatou com o acúmulo de automóveis empacados no pátio das montadoras.

Ainda, o Estado regulamenta algumas atividades empresariais, como telefonia, instituições financeiras e energia elétrica. Tais atividades estão nas mãos de um pequeno conglomerado de empresas. Como não há liberdade para exercer essas atividades no país, o povo é obrigado a pagar altos preços e aguentar a péssima qualidade dos serviços prestados. Outro exemplo absurdo do excesso de regulamentação do Estado é a repressão dos serviços oferecidos pelo Uber. Será que é necessário a intervenção do Estado na regulação das atividades econômicas? Não seria correto deixar o usuário escolher o serviço que quer contratar? O correto seria, mas o Estado “fecha” o mercado com suas regulações excessivas.

O Estado deveria preocupar-se, somente, em proteger as liberdades individuais do povo, com o cumprimento da lei, e cuidar da segurança nacional. Em relação ao cumprimento da lei, é preciso mencionar as lições de Bastiat de que a lei deve existir somente para dispor sobre a proteção das liberdades individuais e da propriedade privada. Há quem defenda que o Estado deve ser o guardião da Justiça, mas, atualmente, há maneiras de resolução de litígios mais eficazes, como a arbitragem.

Diante dos exemplos acima, resta evidente que o intervencionismo estatal espanta o empreendedorismo. Uma grande ideia de negócio pode esbarrar no excesso de formalidades exigidas para constituir uma empresa. Em “A Revolta de Atlas”³, Ayn Rand demonstra a coerção do Estado para que o revolucionário metal Rearden não fosse ao mercado. No romance de Rand, um órgão estatal – Conselho Nacional da Indústria Metalúrgica – criou uma série de suposições que poderiam afetar a reputação do produto inovador no mercado. Isso porque o Conselho recebia cifras milionárias do Estado e não apresentava contribuição alguma à sociedade. Fulminando com o metal Rearden, a sociedade entenderia a importância daquele órgão, uma vez que impediu a utilização de um metal que, supostamente, ameaçava a segurança pública.

³ RAND, Ayn. **A Revolta de Atlas**, Rio de Janeiro, v. 1, Sextante, 2010.



PARA ONDE VAI A ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA?

Mas qual o motivo de pagar tanto tributo no Brasil? Nosso Estado é inchado para fingir prover educação, saúde, segurança e infraestrutura para a população, bem como para manter os desnecessários 39 ministérios do governo federal.

Considerando que a alta carga tributária incidente na economia deve ser majorada em função do aumento do já imenso Estado, tal exação é totalmente imoral. Obviamente que é necessário cobrar impostos para custear o Estado; todavia, esses recursos deveriam ser empregados tão somente nas áreas em que o Estado mínimo deve agir.

A burocracia criada pelos diversos órgãos regulamentares, pelo excesso de leis e pelo protecionismo a determinados segmentos econômicos acarreta no mais evidente problema do Brasil: a corrupção.

Diante de tanta normatização e regulação imposta pelo Estado, são recorrentes os casos de empresas que buscam “apoio” dos governantes para facilitarem o exercício de suas atividades. Em contrapartida, os governantes recebem generosos presentes e valores de propina.

Hoje vivemos um Brasil devastado pela corrupção. Há grandes operações policiais deflagradas em grandes instituições governamentais. Entre elas, cabe destacar a décima fase da Operação Zelotes, da Polícia Federal, que investiga a compra de medidas provisórias (MP) por um segmento da indústria nacional.

Na hipótese de ser comprovado que as Medidas Provisórias 471/2009, 512/2010 e 627/2013, que concederam incentivos fiscais à indústria automobilística, foram compradas, estaremos diante de um caso de corrupção ligado diretamente à Presidência da República, visto que é de competência EXCLUSIVA do presidente da República editar medidas provisórias. Nesse ponto cabe mencionar que o artigo 62 da Constituição Federal dispõe que “em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional”. Além disso, cumpre mencionar que a corrupção deve ter atingido, também, o Congresso Nacional, uma vez que as mencionadas medidas provisórias



foram convertidas nas Leis 12.218/2010, 12.407/2011 e 12.973/2014, respectivamente.

Outro ponto que demonstra o prejuízo causado pela grande quantidade de leis e da forte intervenção do Estado é o passivo tributário dos grandes contribuintes. Com a alta carga tributária e com a complexidade brasileira de interpretações tributárias, essas empresas são alvos frequentes de autuações fiscais milionárias ou até mesmo bilionárias. Nesse contexto, a Polícia Federal, no início da Operação Zelotes, denunciou um esquema de compra de decisões administrativas emanadas do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), as quais anulavam os autos de infração lavrados pelo fisco. Como forma de remuneração, advogados e consultores ligados, direta ou indiretamente, aos membros do CARF recebiam honorários milionários.

HÁ LIVRE CONCORRÊNCIA NO BRASIL?

O pequeno e o médio empresário não têm condições de concorrer com as benesses concedidas às grandes empresas, já que não dispõem de recursos para contratar lobistas para defenderem seus interesses no governo. Além disso, caso sejam autuados pelo fisco, provavelmente serão obrigados a encerrar suas atividades, pois, com certeza, seus recursos não serão julgados com os mesmos critérios com os quais são julgados os grandes empresários.

Ademais, a burocracia para trabalhar no Brasil é tão grande que órgãos governamentais, que deveriam apenas fiscalizar, aproveitam para criar suas próprias normas, sob o respeitável nome de “instruções normativas”, e emperrarem ainda mais a vida dos empresários. É complicado obter alvarás para estabelecimento, licença para construção de empreendimentos, entre outros atos necessários à atividade empresarial. Recorrentes são os momentos em que o empreendedor precisa contratar consultorias para agilizar tais processos, ou mesmo pagar propina para poder trabalhar.

Diante disso, é inegável que a presença do Estado na atividade empresarial acaba privilegiando um seleto grupo de empresa, que precisam



recompensar os governantes de alguma forma. É sabido que a recompensa ocorre por meio de doações para campanhas políticas dos estatistas, mas também é preciso reconhecer que parte de tais montantes engorda o patrimônio pessoal dessas pessoas.

Caso o Estado não tenha instrumentos para criar empecilhos via agências reguladoras, não tenha recurso para financiar empresas, não tenha estrutura tão grande que necessite de alta arrecadação tributária, as empresas não teriam necessidade de se aproximarem dos governantes para obter sua ajuda. Como consequência disso, há grandes possibilidades de reduzir a corrupção na esfera pública. Isto é, quanto menos poder de intervenção os governantes tiverem em suas mãos, menos poderão licita e ilicitamente interferir na vida dos cidadãos ou obter benefícios em troca de facilitações.

Nesse cenário, com o Estado atuando somente em questões de segurança e garantindo a propriedade privada e as garantias individuais, a economia brasileira poderá vivenciar um *boom* de novos negócios e a perenidade das empresas, uma vez que serão mais competitivas e provavelmente trarão mais desenvolvimento ao país. Segundo Peter Thiel⁴, o empreendedorismo é a força motriz para o desenvolvimento da sociedade, já que obriga as empresas a recriarem novas tecnologias para se manterem vivas no mercado competitivo.

O ESTADO EMPREENDEDOR DEVE EXISTIR?

Muitas pessoas são contrárias à privatização das empresas estatais, sob o argumento de que elas propagam a soberania nacional e que serviços estratégicos não deveriam ser delegados às empresas privadas. Após alguns anos de privatização, notamos que o serviço de telefonia, embora bastante deficiente, melhorou muito. Com a competição entre as empresas, os preços caíram, e a disponibilidade de linhas aumentou muito.

Entretanto, o caso que melhor retrata os benefícios da privatização é a operação da Companhia Vale do Rio Doce. Em 1997, a empresa foi

⁴ THIEL, Peter. **De zero a um – o que aprender sobre empreendedorismo com o Vale do Silício**, Rio de Janeiro, Objetiva, 2014.



privatizada por US\$ 3,5 bilhões, e apresentava lucro no exercício de R\$ 500 milhões.

Após a implementação de gestão profissional e práticas de governança corporativa, a Vale do Rio Doce passou por um grande processo de reestruturação e atualmente é uma das maiores mineradoras do mundo, tendo publicado lucro de mais de R\$ 40 bilhões no último exercício. Assim como a companhia acima, outros casos de privatizações bem-sucedidas foram as da Embraer, CSN e ALL.

Todavia, o Estado não tem a função de ser empresário, tampouco tem condições técnicas de gerir uma empresa. Um grande exemplo disso foi a Petrobras. A empresa é controlada pela União, que tem alçada para nomear presidente, diretores e membros do conselho de administração.

Com a gestão sendo influenciada por decisões políticas, havia pressão da União para segurar o preço dos combustíveis, o que culminou em grandes perdas financeiras para a empresa. Além disso, ela é palco do maior escândalo de corrupção do Brasil. Segundo a Operação Lava Jato, também deflagrada pela Polícia Federal, os diretores, nomeados pelo PT, tinham conhecimento de um cartel de fornecedores que cobravam altos preços para os serviços prestados à Petrobras.

Em contrapartida aos contratos superfaturados, as empresas supostamente pagavam propina aos funcionários envolvidos nos negócios, e os valores, em parte, eram repassados ao PT para alimentar as campanhas políticas. Além disso, as empresas fornecedoras da Petrobras deveriam contribuir com doações legais às campanhas do Partido dos Trabalhadores.

O Estado não tem competência para gerir serviços básicos como educação, saúde, infraestrutura e segurança. Por óbvio não tem condições de gerir uma empresa de grande porte. E, também, não é função do Estado atuar como empreendedor.



O QUE DEVE SER O ESTADO?

Para Murray N. Rothbard⁵, o Estado não é uma instituição de serviço social. De outro lado, ele define o Estado como uma meio legal de depreciação da propriedade privada, mantido por meio da violência e pelo recebimento de contribuições de pessoas que vivem em determinado território. Portanto, não cabe ao Estado prover serviços sociais para população.

Entretanto, cabe a ele garantir liberdade aos cidadãos para que estes tenham condições, pelas suas próprias forças, de contratar os serviços de educação, saúde e infraestrutura de que necessitam. Para isso ocorrer, Milton Friedman⁶ defende que a liberdade econômica (capitalismo) culmina na liberdade individual da população, isto é, o Estado deve não deve intervir na economia, porém, deve permitir que o cidadão tenha liberdade para criar riquezas de acordo com a satisfação de suas necessidades.

Diante dessas lições, o Estado de Direito deve ser o instituto responsável para prover à população somente manutenção da paz, cumprimento das leis e segurança em relação às ameaças externas, garantindo, assim, a manutenção da propriedade privada e das liberdades individuais.

Na prática, mesmo se tivéssemos serviços públicos excelentes, não deveríamos aceitar que o governo abocanhasse a maior parte do resultado de nosso trabalho para fingir dar “bem-estar” para população. Se continuarmos permitindo isso, trabalharemos cada vez mais para sustentar o poder do PT, enraizado no imenso Estado brasileiro, que nem sequer respeita a propriedade privada e as liberdades individuais, tampouco fornece qualquer serviço compatível com sua rica arrecadação. Nesse contexto, precisamos brigar por um Estado com menos poder e que não nos explore para trabalhar mais de seis meses para custeá-lo, mas, ao mesmo tempo, que nos dê garantias e segurança para empreendermos livremente, permitindo a criação de nossas riquezas e a livre escolha dos serviços que melhor satisfaçam nossas necessidades. ☛

⁵ ROTHBARD, Murray N. **A anatomia do Estado**, São Paulo, Instituto Ludwig von Mises, 2012.

⁶ FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**, tradução Afonso Celso da Cunha Serra, Rio de Janeiro, LTC, 2014.



Os motores imóveis

Diego Florian Roberti
Engenheiro e empreendedor Associado do IEE





“ Quando você perceber que, para produzir, precisa obter a autorização de quem não produz nada; quando comprovar que o dinheiro flui para quem negocia não com bens, mas com favores; quando perceber que muitos ficam ricos pelo suborno e por influência, mais que pelo trabalho, e que as leis não nos protegem deles, mas, pelo contrário, são eles que estão protegidos de você; quando perceber que a corrupção é recompensada, e a honestidade se converte em auto-sacrifício; então poderá afirmar, sem temor de errar, que sua sociedade está condenada. “

Ayn Rand (2010)

Retração no PIB, altas taxas de inflação, aumento do desemprego e da pobreza. Uma crise econômica e outra política. Especialista nenhum que se preze emite projeções em um panorama maior que dois anos. O cenário de incerteza culminou a ponto de imobilizar os motores da sociedade.

Estamos vivendo um momento único para as novas gerações. Desde a estabilização da economia, com o Plano Real, esses jovens estavam acostumados com um país em crescimento constante, melhorias duráveis nas condições de vida e acesso a tecnologias jamais imagináveis em épocas anteriores. Agora, pela primeira vez em mais de duas décadas, perceberam seu poder de compra cair abruptamente. O que essa massa não sabe é que esta não é a primeira vez que o fato acontece. E não será a última.

O mesmo processo se sucedeu nos Estados Unidos em 1930 e 2008, como também está acontecendo nas vizinhas Venezuela e Argentina no



presente momento. Aconteceu na crise do petróleo na década de 70, no pós-guerra, em Cuba, na União Soviética. Ainda, especificamente na cidade de Detroit, enquanto as demais cidades americanas surfavam momentos de crescimento.

Fazendo um paralelo com a vida humana, agentes patogênicos não escolhem raça, cor, etnia, idade ou classe social. Eles apenas se instalam em um organismo hospedeiro momentaneamente suscetível. Com o passar dos séculos, a inventividade humana desenvolveu diversos métodos para combater essas doenças – seja por meio da prevenção, mantendo hábitos saudáveis, seja pelo combate a essas patologias com diagnósticos rápidos e tratamentos para os enfermos. Como consequência, a expectativa de vida média humana cresceu em patamares inimagináveis.

Depressões econômicas, da mesma forma, não elegem nações desenvolvidas ou pobres, territórios grandes ou pequenos. E, assim como o caso das patologias, elas destroem o bem-estar da sociedade. Via de regra, é de se imaginar que nossos mecanismos de defesa estariam agindo para torná-las cada vez mais escassas e menos perturbadoras. Porém, não é o que vem acontecendo; estão cada vez mais frequentes e devastadoras.

Diagnósticos para tal estão longe de atingir um senso comum, pois até mesmo especialistas discordam ao apontar a causa do problema. Poucas alegações são consistentes, enquanto a maioria foge ao racional. Compartilho análise de que existe apenas uma fonte para a sistematicidade das crises: a crescente intervenção estatal na economia moderna.

Acreditar nesse conceito é aterrorizante, uma vez que a cada nova crise a sociedade clama por mais governo. Assim, em vez de buscarmos soluções para a causa do problema, utilizamos remédios que combatem apenas seus sintomas. Ademais, seguindo a lógica dessa argumentação, o tratamento será a raiz da próxima depressão – no mínimo preocupante, ainda mais para um paciente hipocondríaco. Se errar uma vez é humano, errar duas vezes é burrice; como sociedade, estamos à beira da insanidade.

Inspiração para essa série de artigos, a obra “A revolta de Atlas”, de Ayn Rand, reproduz uma história atemporal de uma sociedade prestes a



entrar em colapso. Assim como no Brasil, sua população vivia sob dogmas sociais e políticos ao invés de se alicerçar em bons princípios que regem economias prósperas. Se devidamente escutados, os conceitos da autora certamente teriam evitado os devaneios do século mais problemático da história do homem moderno, o século XX. Em um dos livros mais vendidos da história, ela decifrou a problemática do que chama “motores imóveis”.

De um lado, *risktakers* – empreendedores, inventores, artistas, criadores de valor e riqueza –, destemidos lutadores sob perspectivas morais mais profundas; seres humanos que usufruem da lógica e se baseiam na razão para guiar sua existência; aqueles que desempenharão um papel ativo na prosperidade da sociedade. De outro, burocratas e sanguessugas cujo resultado final é a morte, tanto de seu organismo quanto do seu corpo hospedeiro. Baseados em seus dogmas, estão orientados apenas a suplicar pelos seus “direitos” em vez de produzi-los. Por isso, acabam condenados a viver de esmolas. Os primeiros são os motores; os segundos, imobilizadores.

E Rand estava certa. O colapso das sociedades modernas está ligado não ao modelo capitalista, mas à sua completa ausência. O *laissez-faire*, melhor definição para a uma economia de livre mercado, funciona como combustível propulsor para que nossos heróis desempenhem a sua função mais intrínseca: mover a sociedade a novos patamares. Enquanto isso, o clientelismo burocrático engana-os, funcionando como uma trava, tornando-os imóveis e por fim asfixiando-os. Como resultado, a sociedade fica à mercê de um colapso.

Este artigo, fortemente influenciado pela obra de Ayn Rand, tem o objetivo de reeditar alguns dos grandes ensinamentos da filósofa, principalmente no que se refere ao “*ideal man*” e a sua contribuição como motor da sociedade. Por outro lado, espera-se combater qualquer ideologia que pregue a intervenção de outrem nas liberdades individuais, seja por meio do governo, seja por qualquer outro coletivo. Por fim, ressaltar que o *laissez-faire* é o melhor sistema de arranjo já visto pela humanidade. Qualquer semelhança e crítica ao sistema brasileiro, seu estágio atual e suas perspectivas não são meras coincidências – apenas a reedição da história, de seus erros e de suas ideologias fracassadas.



I – OS MOTORES

“Através dos séculos existiram homens que deram os primeiros passos, por novas estradas, armados com nada além de sua própria visão.”

Ayn Rand (2013)

Décadas se passaram desde o acontecimento que marcou a vitória na guerra de ideias pelo modelo capitalista sobre o socialista/comunista. A queda do Muro de Berlim representa não só o colapso desses regimes, mas também a rejeição da teoria marxista que tanto prejudicou o desenvolvimento social e econômico do século XX.

Em suma, o filósofo alemão argumentava que haveria uma luta de classes entre os proletários e a burguesia. O primeiro seria explorado por meio da mais-valia em benefício do segundo. Porém, a teoria de Marx pecava no entendimento da ação humana. Empresários e assalariados vivem uma relação em que o livre-arbítrio entre as partes impera. Seus contratos são um simples acordo voluntário, um mecanismo de troca não estático no qual quem estabelece as recompensas é o consumidor e o livre mercado.

Passada a época em que esses devaneios eram levados a sério, pelo menos em discussões com honestidade intelectual, ainda percebemos resquícios desses dogmas na rotina social. Os empresários criadores de valor são subjugados pela opinião popular, donde deveriam receber os mais puros cumprimentos. Os criadores de empregos são chamados de exploradores do suor alheio. Lucro, mero resultado da eficiência de empreendimentos, é titulado de ganância. Em troca da gratidão pela criação de novos produtos e serviços que atendem uma demanda do consumidor, recebem inveja.

Já alguns trabalhadores se julgam “explorados”. Reúnem-se em sindicatos para arbitrar sobre seus próprios direitos, sem jamais discutir seus deveres. Os desocupados são julgados de “vítimas” de uma sociedade de consumo, incapazes de realizar qualquer atividade para



prover seu próprio sustento. Precisam da ajuda do Estado para toda e qualquer uma de suas necessidades. Terceirizam o problema, nada é sua culpa.

Desse modo, percebemos que o conceito da mais-valia, que devia fazer parte apenas dos manuais de história do pensamento econômico, ainda está enraizado na sociedade. E o pior, essa vitimização atrapalha muito, já que perdemos protagonistas de suas próprias vidas.

O primeiro passo para a prosperidade de uma sociedade é deixar de lado esses dogmas antiquados e compreender a razão pela qual empreendedores são grandes motores econômicos. Seu sucesso financeiro não provém da exploração, apenas é resultado da criação de valor, ao ver oportunidade onde outros não enxergaram.

O início da história da vida humana nos remete a alguns *insights* para corroborar a afirmação. Podemos considerar que nossos ancestrais foram os únicos a viver em um regime de “igualdade” em termos econômicos, uma “civilização ideal” para Marx. Isso porque nenhum indivíduo detinha posses para além de suas necessidades nutricionais diárias. Questiono se alguém gostaria de voltar no tempo.

Porém, o “homem das cavernas” percebeu que poderia desenvolver ferramentas para realizar suas atividades com mais eficiência. Foi o caso das invenções de anzóis, arpões e demais instrumentos de caça. Também aprendeu técnicas que permitiam “multiplicar” alimentos, caso da agricultura.

Sob a ótica marxista, esse seria o marco do maior “mal” da sociedade humana. Uma vez que o inventor de tal ferramenta detinha a posse do instrumento e de toda a produtividade resultante dele, estaria instaurada a desigualdade social. A partir desse momento, um indivíduo seria capaz de produzir exponencialmente mais que outro, ou cobrar pelo uso de sua invenção.

Prefiro pensar que esse conceito, definido pela propriedade privada, é um dos mais importantes pilares da sociedade moderna. O que hoje é definido pela demonizada palavra “capital” foi responsável por maximizar a produtividade total da humanidade.



Coube ao inventor/empreendedor, pela utilização da sua mente criativa e do seu esforço motor, a busca por alternativas de minimizar seus esforços totais ao desempenhar determinada tarefa. O homem, que jamais teve o objetivo de criar um anzol, apenas de pescar mais peixes, pela primeira vez na história passava a se preocupar não apenas com o alimento de cada dia.

Hoje apenas praticamos o que aprendemos muito tempo atrás. Bill Gates jamais teria alcançado sua fortuna apenas programando softwares. Após engendrar uma forma de resolver um problema, ele passou a reinvestir seus rendimentos na construção da Microsoft. Após um massivo investimento em desenvolvimento de novos algoritmos, hardware e propriedade intelectual, o magnata alcançou o posto de homem mais rico do mundo.

Ao contrário do que muitos pensam, não foi apenas o trabalho de Gates o responsável pela sua fortuna, mas sim seu capital trabalhando em prol do alcance de seus objetivos – este, por sua vez, alinhado com as necessidades da sociedade. Em troca de seus bilhões de dólares, seus clientes agora têm à disposição ferramentas que multiplicam sua eficiência – sistemas operacionais e planilhas eletrônicas superam máquinas de escrever, telegramas e calculadoras na milésima ordem em termos de produtividade.

É por essa razão que precisamos entender a diferença dos rendimentos financeiros de alguns empreendedores e de uma maioria de assalariados. A escolha por qual dos caminhos seguir é inteiramente individual, sem méritos nem deméritos. Todavia, uma sociedade que busca a prosperidade deve valorizar quem cria bem-estar para o coletivo. Caso contrário, viveremos no atraso.

Os heróis randianos de “A revolta de Atlas”, como Dagny Targaret e Hank Rearden, são exemplo do pragmatismo empreendedor, sufocados por uma sociedade alicerçada em dogmas que não lhes dava o devido valor. Após uma intensa luta a fim de alcançar seus propósitos, as ações coletivistas os imobilizaram. Eles acabaram cedendo à “greve dos cérebros”.

Muitos empreendedores, artistas, intelectuais e demais mentes brilhantes vivendo no Brasil estão nessa mesma posição. Como tal greve só



é possível em um romance, a saída mais próxima está sendo o aeroporto. Quem perde somos nós.

Nesse sentido, fica clara a importância dos *risktakers* como motores do desenvolvimento econômico. São os únicos agentes sociais capazes de criar riqueza por meio do desenvolvimento de capital e consequente aumento de produtividade. Não há razões para questionar seu papel, sua riqueza, seus méritos. Deixemos o marxismo cultural e sua atrasada teoria da mais-valia, e passemos a aclamar nossos heróis.

2 – OS IMOBILIZADORES

“Um empresário não pode forçar-te a comprar o seu produto; se ele cometer um erro, sofrerá as consequências; se ele falhar, levará a perda. Um burocrata te obrigará a obedecer às suas decisões, embora concorde ou não com ele (...). Se ele comete um erro, tu sofrerás as consequências; se ele falhar, ele passará a perda para ti, sob a forma de impostos mais pesados.” (RAND, 1988, tradução nossa).

O investidor e autor Peter Schiff foi um dos primeiros a anunciar a maior retração econômica do século XXI. Em 2007, antes de qualquer reação do mercado imobiliário, o economista previu em rede nacional o colapso que viria no ano subsequente. Motivo de risada durante sua interjeição, Schiff sabia que a economia estava saindo dos trilhos pelas sucessivas intervenções do governo americano ao longo das décadas anteriores. O “boom” das políticas monetárias e fiscais já tinha surtido efeito; aguardava-se o “burst”.

Como Peter Schiff sabia disso? Enquanto outros economistas, mesmo seus pares mais renomados, acreditavam na continuidade da bonança do crédito fácil, ele entendia os princípios econômicos mais básicos, na simplicidade de sua plenitude. Posteriormente o economista escreveria “Como uma economia cresce e por que ela quebra?”, livro de bolso que talvez represente a melhor forma de entender os alicerces por trás de uma economia próspera e as razões de um colapso.



Sem economês e direto ao ponto, Schiff explora a história de uma ilha inicialmente habitada por apenas três indivíduos que virou uma sociedade próspera. Após o rápido crescimento econômico, devido à livre-iniciativa e à colaboração espontânea de seus habitantes, eis que se institui um governo central. A partir desse momento, a capacidade extraordinária da inventividade humana aos poucos começa a se corroer.

Em síntese, o governo passou a interferir na ordem espontânea, sem respeitar as individualidades nem os direitos inalienáveis do ser humano. Pelas beiradas, silenciosamente, passou a delimitar o ir e vir de cada indivíduo. Ademais, desvirtuou os incentivos dos seus milhares de motores – mascarando o caminho da prosperidade e indicando o do colapso. Aquela sociedade que florescia sob um sistema complexo de inventividade, investimentos, poupança e comércio passou a ter como sócio um Leviatã, improdutivo e faminto, que gratificava os indivíduos a seu bel-prazer.

Os quadrinhos de Peter Schiff nos retratam a história do século XX assim como o romance de Rand. Apesar do gigantesco esforço que a humanidade faz para revisitar seu passado, estamos nos esquecendo de consultá-lo sob uma ótica racional. Não aprendemos com os nossos próprios erros.

As crises, tanto nas ficções de Rand e Schiff quanto no mundo verdadeiro, são um ótimo exemplo para demonstrar as razões pelas quais a intervenção estatal tem como único efeito denegrir a conjuntura econômica. Entendendo suas causas, chegaremos bem perto da conclusão de que qualquer ação coletiva coercitiva será nociva para o todo. A literatura nos traz alguns princípios simples que nos permitem chegar a essa conclusão.

O entendimento do conceito de “antifragilidade”, cunhado pelo pensador Nicholas Nassim Taleb, é fundamental para perceber por que as ações empreendedoras resultam em progresso, enquanto intervenções governamentais, incorrem em colapsos.

Algumas coisas se beneficiam de choques; elas prosperam e crescem quando expostas à volatilidade, ao acaso, desordem e pontos estressores, riscos e incertezas. Ainda que por um acaso não exista uma palavra



exata para definir o oposto do que é frágil, vamos chamar este oposto de antifrágil. A Antifragilidade vai além da resiliência e da robustez. O resiliente resiste ao choque e permanece o mesmo; o antifrágil se torna melhor. (TALEB, 2014).

Nesse caso, a sociedade de livre mercado é um verdadeiro exemplo de um “organismo antifrágil”. Os indivíduos – na forma de inventores, empreendedores e todos os demais *risktakers* – são os grandes construtores dessa antifragilidade. Eles constroem alicerces de maneira evolutiva, degrau por degrau, de baixo para cima, falhando pequeno, porém, avançando grande. Suas soluções são testadas meticulosamente e exaustivamente. Afinal, um produto só terá sucesso depois de passar por milhares de críticos consumidores, famintos por saciar suas necessidades. Caso a qualidade ou o custo/benefício não estejam adequados, a concorrência está logo ali adiante.

A descentralização das decisões em nível exclusivamente pessoal tem como consequência reações apenas na camada social mais superficial, ou seja, no nível individual. Os riscos, as perdas e os ganhos tornam-se particulares, alinhando assim seus incentivos. Como resultado, nenhum cidadão viverá à custa de outrem, quem dirá uma maioria à custa de uma minoria.

As decisões políticas, no caminho oposto, aumentam a fragilidade do sistema. Governos grandes são responsáveis por influenciar fatias consideráveis das vidas econômicas. Uma pequena decisão pode afetar a rotina de milhares, desalinhando os incentivos estabelecidos pela ordem espontânea. Enquanto uma deliberação permite certas ações, impossibilita outras. É importante notar que essas não seriam tomadas no ambiente do livre mercado, já que não haveria motivos para tal.

Outro problema é que um único governante – ou de um seleto grupo de especialistas – jamais deterá conhecimento mais profundo do que milhares de indivíduos seguindo a ordem espontânea. Friedrich A. Hayek explora esse conceito em seu artigo “O uso do conhecimento na sociedade”, explicando por que as decisões políticas são falhas. Ele argumenta que “os ‘dados’ totais da sociedade a partir dos quais são feitos os cálculos econômicos nunca são ‘dados’ a uma única mente para que pudesse analisar as suas implicações”.



Logo, independentemente do quão inteligente e bem informado seja o governante, ele não conseguirá tomar uma decisão com acurácia. Ele simplesmente não terá posse de todas as informações. Para Hayek, “O conhecimento das circunstâncias sob as quais temos de agir nunca existe de forma concentrada e integrada, mas apenas como pedaços dispersos de conhecimento incompleto e frequentemente contraditório, distribuídos por diversos indivíduos independentes”.

A iniciativa privada entendeu muito rápido esse ensinamento de Hayek. As mais aclamadas metodologias organizacionais indicam para o conceito de “*failure fast*”. São exemplos “design thinking”, “lean startup”, “agile methodology”, dentre tantas outras.

O conceito baseia-se em testar produtos e serviços, ou módulos destes, antes mesmo de todos os seus atributos estarem desenvolvidos. Uma vez que o conhecimento não se concentra em uma mente brilhante, o sucesso no ambiente de extrema complexidade depende da insistência, dos feedbacks e da interação. Dessa forma, aqueles que colocam suas aplicações a testar precocemente tendem a aprender mais rápido sobre seus pontos fortes e fracos, já que utilizam a sabedoria de um maior número de indivíduos – de colaboradores a clientes.

A grande questão é que não encontramos esses conceitos no dicionário dos políticos. Todavia, não devemos culpá-los. Afinal, alguém imaginaria uma prototipagem, um produto minimamente viável, um desenvolvimento colaborativo com a sociedade advindo de um ambiente institucional político? Ou experiências laboratoriais de indivíduos em cativeiro para representar a sociedade? No mínimo, insano. O fato é que jamais a instituição de governo será capaz de iterar e falhar pequeno.

Assim, voltamos novamente a Nassim Nicholas Taleb, dessa vez em referência ao livro “O Cisne Negro”. O matemático trata dos “black swan events”, eventos inesperados de grandes magnitude e consequências no contexto da sua influência histórica. Algo que lhe parece familiar? Crises.

A responsabilidade pode cair somente no colo do governo e de suas ações centralizadas. A parcimônia da informação incompleta, da



impossibilidade de iterações e das reações em magnitudes muito além do âmbito individual – “em manada” – fazem do governo a única instituição capaz de ocasionar depressões econômicas.

Enquanto o empreendedor tem diversas chances de testar seu produto, e a cada nova tentativa sua chance de alcançar o alvo é ainda maior, governos têm apenas uma bala de canhão e ambiente populoso. Sua chance de acerto ao alvo é uma só, porém, as consequências de ambos, erros e acertos, serão desastrosas. Por isso, Rand (2015) sempre esteve certa: “The only way a government can be of service to national prosperity is by keeping its hands off” (A única forma de o governo ser útil para a prosperidade da nação é mantendo suas mãos longe, em tradução livre nossa).

3 – LIBERTEM OS MOTORES

“Estamos nos aproximando da fase da inversão final: a fase na qual o governo é livre para fazer como lhe agrada, enquanto os cidadãos podem atuar somente com permissão”

Ayn Rand (2005)

A independência dos Estados Unidos e a instituição do Estado baseado nas liberdades individuais e no Estado de Direito representaram uma importantíssima inovação institucional. Os “pais fundadores” foram extremamente cautelosos em amarrar as suas leis de modo a limitar a ação dos burocratas. Naquela época, século XVI, eles já sabiam da nocividade da intervenção do Estado na liberdade individual. No entanto, seus esforços não foram o bastante.

Nos séculos posteriores, em especial XX, foi estarrecedor o aumento do tamanho dos Estados. Ideologias fracassadas que argumentavam em prol desse mecanismo destruíram nações. Foram os casos do marxismo, na tentativa de remodelar a ação humana, e do keynesianismo, equipando governantes com uma desculpa “científica” para justificar as suas ações insensatas.



Não é à toa que esse século foi o mais conturbado e desregulado da História da humanidade. De estados limitados e/ou descentralizados, a civilização passou a se arranjar sob governos gigantes – um verdadeiro monstro no quintal das nossas casas. Organismo cuja desculpa para sua existência foi a preocupação com a proteção do “bem comum”; porém, não é capaz de produzir valor algum para esse fim.

O caso brasileiro e a crise que devasta o país são retratos do resultado da intervenção governamental. A regressão, em termos de produto interno bruto, é brutal. As consequências já estão claras: perda considerável da renda, aumento do desemprego e da pobreza, bancarrotas, etc... Neste momento, é preciso entender que declínio econômico não resulta de erros do presente, assim como os milhares de vagas de empregos que desapareceram não são culpa dos supostos empresários “gananciosos”.

A História se repete: a máquina estatal brasileira cresceu assustadoramente nos últimos anos, a ponto de cercear a maioria de nossas liberdades individuais. O “apaixonante” discurso ideológico de base marxista por trás das políticas sociais e o aparato keynesiano nas políticas econômicas repetem as implicações encontradas onde quer que eles tenham sido utilizados: imobilizar os motores da sociedade.

Uma pena, pois, quando indivíduos se encontram livres, eles definitivamente cumprem seu papel. Exemplos não faltam, vide as inúmeras inovações disruptivas que estão maximizando o nosso bem-estar social. É bom lembrar que há menos de uma década foi lançado o primeiro smartphone, cujas aplicações transformaram diversas indústrias, da comunicação ao transporte coletivo. Vivemos nos tempos de Uber, Airbnb, Facebook e Google, cuja geração de valor e contribuição para as melhorias da qualidade de vida são imensuráveis.

Os pais fundadores dos Estados Unidos já conheciam o modelo institucional para uma sociedade próspera. Porém, o modelo americano que se baseou no desenvolvimento de uma rígida constituição para frear o agigantamento do Estado não foi o suficiente para frear a máquina estatal. Nesse meio-tempo, a humanidade testou diversos outros arranjos sociais – como verificamos, sem êxito. Nenhum se mostrou melhor que o *laissez-faire*.



O período de tentativas falhas precisa chegar ao fim. Não podemos insistir nos nossos erros, já que seus danos estão sendo demasiados. Por outro lado, parece haver luz no fim do túnel. Ludwig von Mises (2009) argumentava que “A guerra deve ser no campo das ideias”. Eis que surge um interessante movimento em prol de disseminar o pensamento liberal. Torcemos para um triunfo de ideias corretas nesse novo século, de modo a, finalmente, deixar os *risktakers* fazerem livremente o seu papel. 🌸

REFERÊNCIAS

MISES, Ludwig von. **As Seis Lições**. 7. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009. 106 p.

RAND, Ayn. **The Ayn Rand Lexicon – Objectivism from A to Z**. Canadá: Nal, 1988. 560 p.

_____. **Essays on Ayn Rand’s Anthem**. Estados Unidos: Lexington Books, 2005. 360 p.

_____. **A revolta de Atlas**. Brasil: Arqueiro, 2010. 1232 p.

_____. **A nascente**. Brasil: Arqueiro, 2013. 800 p.

_____. **Anthem**. Estados Unidos: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2015. 60 p.

SCHIFF, Peter D. **Como a economia cresce e porque ela quebra**. Brasil: Alta Books, 2011. 256 p.

TALEB, Nassim Nicholas. **Antifragil – Coisas que se beneficiam com o caos**. Brasil: Best Business, 2014. 664 p.





29º FÓRUM DA
LIBERDADE

A Sanção da Vítima

Joanna Maldonado Renner

Executiva de Marketing e Vendas / Associada do IEE





INTRODUÇÃO

O capitalismo é, com frequência, visto como culpado de muitas coisas pelas quais não é responsável. Raramente os benefícios do livre mercado são creditados a ele. Existe no mundo uma ideia distorcida, segundo a qual o trabalhador é a vítima, e o empregador, o vilão – e cabe ao Estado proteger o trabalhador da ganância de seu empregador. Tal relação é, em realidade, inexistente em uma sociedade de homens livres.

Ainda assim, políticos são eleitos para defender os interesses dos trabalhadores, sindicatos propagandeiam os direitos pelos quais lutam, legisladores criam leis para “proteger” os empregados. O que acabam não percebendo é que, ao aprovar leis desnecessárias com pretensos benefícios trabalhistas, os legisladores terminam por prejudicar àqueles a quem tentavam beneficiar.

Para que possamos identificar como o mercado se encarregou de prover tais benefícios sem a intervenção do Estado e como algumas leis levam créditos que não merecem e prejudicam o suposto beneficiário principal, veremos a seguir exemplos que ilustram claramente tal situação: o trabalho infantil, a jornada semanal, o salário mínimo e a licença-maternidade.

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O TRABALHO INFANTIL

Quando pensamos sobre a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, pensamos em ambientes degradantes com homens, mulheres e crianças trabalhando longas horas em condições precárias e perigosas.



Isso tudo é verdade. O trabalho nas fábricas era perigoso e exaustivo para os padrões atuais, sem cuidados com a segurança e a saúde do trabalhador.

Para um ocidental do século XXI, defender o trabalho infantil é inadmissível, mas não foi sempre assim. Não podemos condenar o uso de mão de obra de crianças e adolescentes e as condições de trabalho da época sem primeiro dissecarmos a situação em que viviam esses jovens.

No campo, a situação era de fome, e a infância não existia da maneira como a conhecemos hoje. Para sobreviver, todos precisavam trabalhar. A mortalidade infantil era alta, e metade das crianças não passava dos cinco anos de idade. Muito mais importante que impedir que elas trabalhassem era garantir que sobrevivessem, fosse da maneira que fosse. A migração para as cidades e o trabalho na indústria era a grande esperança.

No final do século XVIII, a expectativa de vida em Paris era de 25 anos. Um século depois, graças à liberdade econômica que então prevaleceu e a consequente acumulação de capital, essa expectativa de vida tinha dobrado. (STEWART JR, 1995, p.57).

Aqueles que condenam o trabalho infantil do final do século XVIII e início do XIX ignoram que a introdução do sistema fabril ofereceu um meio de sobrevivência para dezenas de milhares de crianças que não viveriam até a adolescência se não pudessem trabalhar. As condições de trabalho eram precárias e insalubres, mas permitiam que crianças e mulheres garantissem sua subsistência, aumentando sua expectativa de vida, enquanto supriam a deficiência de mão de obra da indústria emergente.

A velha história, repetida centenas de vezes, de que as fábricas empregavam mulheres e crianças que, antes de trabalharem nessas fábricas, viviam em condições satisfatórias, é um dos maiores embustes da história. As mães que trabalhavam nas fábricas não tinham o que cozinhar: não abandonavam seus lares e suas cozinhas para se dirigir às fábricas – corriam a elas porque não tinham cozinhas e, ainda que as tivessem, não tinham comida para nelas cozinhareм. E as crianças não provinham de um ambiente confortável: estavam famintas, estavam morrendo. E



todo o tão falado e indescritível horror do capitalismo primitivo pode ser refutado por uma única estatística: precisamente nesses anos de expansão do capitalismo na Inglaterra, no chamado período da Revolução Industrial inglesa, entre 1760 e 1830, a população do país dobrou, o que significa que centenas de milhares de crianças – que em outros tempos teriam morrido – sobreviveram e cresceram, tornando-se homens e mulheres. (MISES, 2009, p.17).

O trabalho infantil extinguiu-se gradualmente graças à Revolução Industrial. Engana-se quem presume que, para tanto, foi necessária a intervenção do Estado ou dos sindicatos. O aumento da produtividade, decorrente dos investimentos em maquinário e novas tecnologias, foi o responsável pela saída das crianças do trabalho, pois possibilitou que os pais recebessem melhores salários e prescindissem do trabalho dos filhos para incrementar a renda familiar.

Acreditar que o banimento das crianças do trabalho as levou a estudar tão e somente porque uma lei as proibiu de trabalhar é como acreditar em fada-madrinha. O trabalho infantil extingue-se no momento em que deixa de ser uma questão de sobrevivência. Aliás, se durante a Revolução Industrial uma lei proibisse menores de trabalhar, essa lei estaria condenando um grande número de crianças e adolescentes à fome e à morte, ou à marginalidade e prostituição. Isso é o que acontece em algumas regiões hoje, como na África Subsaariana, no Camboja ou em Cuba. Como sabemos, o desenvolvimento do mundo não se dá de forma uniforme, e, infelizmente, ainda existem países onde o trabalho infantil se faz necessário para garantir a subsistência. O remédio para isso está não na legislação, mas no crescimento e desenvolvimento da economia e da globalização.

O QUE É FIM DE SEMANA?

Em uma famosa cena do seriado inglês *Downton Abbey* (2010), que se passa no início do século XX, a matriarca interpretada por Maggie Smith interpela seu interlocutor perguntando “*What is a weekend?*” (o que é um fim de semana? – em tradução livre). O conceito de fim de



semana é, afinal de contas, um conceito moderno, ao qual todos nós estamos habituados, mas não foi sempre assim.

Não foram apenas as crianças os beneficiados pelo desenvolvimento da indústria e pelos investimentos em maquinário e equipamentos. As longas jornadas de trabalho foram reduzidas gradativamente devido ao ganho de produtividade oriundo das novas tecnologias, quando se tornou possível alcançar os mesmos níveis de produção com uma quantidade menor de trabalho.

A ascensão da indústria e o crescimento da demanda de mão de obra fizeram com que os empregadores passassem a competir pelos empregados mais produtivos, oferecendo vantagens como salários mais altos e jornadas mais curtas. Em um mercado pulsante, a competição entre as empresas pela melhor mão de obra trouxe benefícios aos trabalhadores. O primeiro foi o aumento da renda, que propiciou que as famílias pudessem manter seus filhos em casa e na escola, como já mencionado neste capítulo, e obter um melhor padrão de vida. O segundo foram as folgas.

Quando o presidente americano Franklin Roosevelt assinou o Fair Labor Standard Act, em 1938, que estipulava a jornada semanal máxima de 40 horas, tal lei já não se fazia necessária, uma vez que o próprio mercado se encarregara de reduzir as jornadas. Ao longo do século anterior, a jornada semanal média nas indústrias já havia sido reduzida de quase 70 horas para apenas 50, graças ao aumento da produtividade.

A implantação dos finais de semana nos Estados Unidos ocorreu antes disso, por uma decisão dos empregadores, seguindo um movimento de mercado. Em 1926, Henry Ford implantou a semana de trabalho de 40 horas em sua companhia, dando folga aos sábados e domingos aos seus bem remunerados funcionários. O objetivo de Ford era que, com mais tempo e mais dinheiro em suas mãos, seus funcionários gastassem mais e, porque não, comprassem carros Ford. Além disso, a produtividade que sua empresa havia atingido lhe permitia tomar tal medida. Outras grandes empresas seguiram o exemplo. Apenas um ano depois, 262 grandes companhias já haviam adotado uma semana de trabalho de cinco dias, sem que o Estado ou sindicatos tivessem que intervir. Pela primeira vez na história, as pessoas estavam usufruindo dos finais de semana.



Na sociedade capitalista prevalece uma tendência de contínuo aumento da quota de capital investido per capita. A acumulação de capital ultrapassa o aumento demográfico. Consequentemente, a produtividade marginal do trabalho, os salários reais e o padrão de vida dos assalariados tendem a aumentar continuamente. Mas essa melhoria no bem-estar não é uma indicação da existência de uma lei inexorável da evolução humana; é uma tendência que resulta da interação de forças que só podem produzir seus efeitos no regime capitalista. (MISES, 2010, p. 689).

É claro que isso só ocorre em economias capitalistas em que prevalecem a propriedade privada, a livre iniciativa e o empreendedorismo, em que as partes são livres para negociar, para aceitar ou não as condições acordadas. O que vimos, no exemplo citado acima, é que a intervenção do Estado nas relações entre empregados e empregadores não foi necessária para que as pessoas elevassem seu padrão de vida. Reconhecer que elas podem ser responsáveis pelo seu ganho e a sua ascensão social é o primeiro passo para a construção de uma nação.

O SALÁRIO MÍNIMO VITIMIZA

O salário mínimo, assim como a proibição do trabalho infantil, é tido como uma grande conquista dos sindicatos e defendido pela maior parte da população como forma de garantir um salário digno e melhorar as condições de vida à população mais pobre. O que muitos ignoram é que, ao fixar um valor para o salário mínimo, o Estado está impedindo que os trabalhadores menos qualificados e com menos experiência ingressem no mercado de trabalho formal, condenando-os ao desemprego crônico.

Explico-me: ao contrário do que se pode imaginar, o salário dos empregados não é uma simples decisão do empregador, e sim resultado da lei de oferta e demanda. Se muitos trabalhadores com a mesma qualificação estiverem concorrendo à mesma vaga, o salário oferecido para tal vaga cairá. Caso sejam poucos empregados que estejam qualificados para a vaga, ou que se ofereçam para um trabalho por ele ser perigoso, por exemplo, o salário tenderá a subir.



O valor do salário é também resultado da relação entre o custo que o empregado gera para a empresa e sua produtividade, ou seja, o valor que o seu trabalho traz de resultado para a companhia. Sendo assim, nenhum empregador deseja pagar um salário superior ao acréscimo de produtividade gerado pelo empregado, pois estaria tendo um resultado negativo. Dito isso, se um trabalhador for capaz de contribuir com apenas \$6 por hora em termos de aumento de produtividade, tal pessoa estará desempregada caso o salário mínimo seja fixado em \$7 a hora.

Portanto, não é a lei do salário mínimo que se interpõe entre a civilização ocidental e um retorno à idade da pedra. Há forças de mercado e um comportamento maximizador de lucro, da parte dos empresários, que asseguram que os salários não caiam abaixo do nível de produtividade. E o nível de produtividade é, ele próprio, determinado pela tecnologia, educação e quantidade de bens de capital numa sociedade, e não pela quantidade de leis 'socialmente progressistas' promulgadas. A legislação do salário mínimo realmente não faz o que a pressão que lhe deu origem exige. (BLOCK, 1991, p.202).

Quando um salário mínimo é imposto, os empregos que exigem menor qualificação ou experiência e que por isso pagariam um valor abaixo do fixado desaparecem. O desaparecimento dessas vagas traz consequências econômicas e sociais, uma vez que é por meio de um emprego que não exija muito conhecimento e experiência que o trabalhador adquire o treinamento que o qualifica para uma vaga com salário mais alto. São essas vagas que são preenchidas por trabalhadores menos preparados da camada mais pobre da população. Sem tais vagas, essas pessoas estarão fadadas ao desemprego ou à informalidade.

Nos Estados Unidos, o salário mínimo é por hora. No Brasil, é um valor mensal. A principal diferença entre empregadores americanos e brasileiros é que o primeiro, para executar uma tarefa que tenha um acréscimo de produtividade de X, poderá contratar um empregado por determinada quantidade de horas que não exceda X. O empregado, por sua vez, poderá dispor de suas horas restantes a outro empregador, e aumentar a sua renda.

Na federação americana, cada cidade pode legislar valores diferentes para o mínimo. Essa é a segunda vantagem do sistema americano so-



bre o brasileiro, já que respeita as discrepâncias entre cidades próximas. Os Estados Unidos, assim como o Brasil, têm regiões e cidades com grandes diferenças de custo de vida, e o valor que seria adequado para uma cidade pode não ser o ideal para uma cidade vizinha. Dessa forma, com salários mínimos definidos pela municipalidade, é possível que uma cidade tenha um salário mínimo de 9 dólares enquanto sua vizinha tenha o valor do mínimo fixado em 15 dólares. Isso é o que acontecerá na Califórnia, com o aumento do mínimo em Los Angeles.

O prefeito, Eric Garcetti, assinou, em junho de 2015, uma lei que eleva em quase 70% o salário mínimo, passando de 9 para 15 dólares por hora. Tal resolução atingirá, em teoria, 600 mil pessoas e será implementada gradativamente durante os próximos cinco anos.

Os defensores do aumento do salário mínimo argumentam que será a melhor forma de tirar a população da pobreza. Mas se o aumento do salário mínimo é a solução para a pobreza, o que impede que ele seja fixado em 30, 40 ou 50 dólares? O que os defensores da elevação do mínimo em Los Angeles ignoram, ou parecem ignorar, é que, para permanecerem competitivas, as empresas devem manter seus custos baixos, e, pelas razões já mencionadas anteriormente, não poderão pagar a um empregado mais do que vale o seu trabalho.

A consequência mais provável é que, em vez de aumentar o salário dos empregados que hoje recebem o mínimo, as empresas os substituam por empregados mais qualificados e com maior produtividade, ou invistam na automatização de seus processos. Os funcionários menos qualificados e provavelmente mais pobres perderão seus empregos.

Outra possível consequência seria a migração das empresas da cidade para os arredores, a fim de evitar o aumento de custos com a folha de pagamento. A área metropolitana de Los Angeles é composta por outros 87 municípios que não elevarão o salário mínimo, para onde as empresas poderão transferir suas operações. Caberá aos empregados ir atrás das empresas. Essa migração será positiva para os municípios vizinhos, que elevarão arrecadação e verão a oferta de emprego aumentar.

As consequências previstas para a cidade californiana parecem ser leves perto do desemprego que o fechamento de empresas que pagavam



salários menores que o mínimo gerou na África do Sul. No país africano, várias fábricas foram fechadas em 2010, por pagarem aos funcionários salários inferiores ao mínimo de 244 dólares. Quando a polícia chegou para fechar as fábricas têxteis de Newcastle, as mulheres que ali trabalhavam, e que supostamente estavam sendo defendidas pela intervenção, subiram nas mesas de corte e tábuas de passar gritando. Não podiam acreditar no que estava acontecendo. Com a indústria doméstica em declínio, devido à forte concorrência da China, e com poucos empregos de baixa qualificação sendo gerados na África do Sul, essas mulheres tinham mais o desemprego que os baixos salários.

Emily Mbongwa, que foi fotografada para a reportagem do NY Times (2010), é uma dessas mulheres que perderam o emprego na indústria quando a fábrica em que trabalhava foi fechada. Impedida de trabalhar por 154 dólares, Emily voltou a cuidar de crianças, como fazia antes de trabalhar na indústria têxtil, recebendo apenas 70 dólares por mês para tomar conta de cinco crianças, das 6h às 18h, de segunda a sexta.

Pessoas como Emily, sem estudo e sem experiência, são as que o salário mínimo condena ao desemprego e à informalidade. São essas as prejudicadas pela fixação e elevação de um salário mínimo: justamente aquelas que a legislação trabalhista diz defender.

SALÁRIOS IGUAIS?

Um dos melhores exemplos do papel que o capitalismo exerceu na melhora da qualidade de vida das pessoas diz respeito à emancipação das mulheres e ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Ao permitir que elas tivessem uma fonte de renda por meio do seu trabalho, o capitalismo as empoderou de muitas formas, mudando inclusive a dinâmica dos casamentos, uma vez que as mulheres conquistaram sua independência e poderiam se divorciar sem perder seu sustento. Se elas já conquistaram seu espaço, a diferença salarial continua sendo tema de debate.

A diferença entre salários de homens e mulheres no Brasil, segundo pesquisa apresentada pela FEE-RS (2015), é da ordem de 20,8%. Po-



rém, essa diferença é a comparação entre a média salarial dos homens comparada à média salarial das mulheres, independentemente do cargo, do setor, dos anos de estudo ou da experiência de trabalho. Tal estudo buscou então retirar ruídos que poderiam distorcer tais números, equalizando as médias.

Foram observadas características que podem contribuir para que os salários dos homens sejam superiores aos das mulheres e características que contribuem para que os salários das mulheres sejam superiores aos dos homens. O saldo desses dois grupos dá a parcela não explicada do diferencial de salário entre os gêneros.

Entre as características que contribuem para o aumento da diferença de salários, podemos destacar a probabilidade de interromper a carreira profissional. Das mulheres pesquisadas, 35,2% responderam que poderiam vir a interromper a carreira, enquanto apenas 14,7% dos homens responderam ser possível que tomassem tal decisão. Segundo a pesquisa, as mulheres também trabalham menos horas por semana que os homens – possivelmente porque dediquem mais tempo aos afazeres domésticos –, o que também reduz o salário médio feminino em relação ao masculino.

Existe ainda outra característica apontada para as diferenças salariais, que diz respeito às escolhas de carreira. Por gosto e afinidade, as mulheres, ao ingressarem no mercado de trabalho, preferiram algumas profissões a outras. Assim, com um adicional de mão de obra em alguns setores, seguindo a lei da oferta e da demanda, os salários desses setores caíram em relação àqueles em que não houve incremento. Como explica Leandro Narloch no livro “Guia Politicamente Incorreto da Economia Brasileira”:

Há mais mulheres em profissões que pagam menos e mais homens nas mais bem remuneradas (...). Também é assim na medicina. As três especialidades médicas com maior salário em 2012 foram cirurgia plástica (18.564 reais), cirurgia geral (15.975 reais) e ortopedia (14.353 reais). Adivinha só: essas três especialidades são dominadas por homens. Eles são 80% dos cirurgiões plásticos, 84% dos cirurgiões e 95% dos ortopedistas, de acordo com o Censo Médico. Já as mulheres preferem especialidades onde o salário não é tão alto. Elas são 73% das dermatologistas



(salário médio de 9.058 reais) e 70% das pediatras (6.940 reais). (NARLOCH, 2015, p.202).

No segundo grupo de características – aquelas que aumentam os salários das mulheres, reduzindo o hiato –, o capital humano é destacado. As mulheres estudam mais anos que os homens, o que sem dúvida é um diferencial na hora de receber salários maiores. Porém, tal fato acarreta que ingressem no mercado de trabalho mais tarde e reduz o tempo de experiência delas em relação ao dos homens, novamente um fator prejudicial às mulheres.

Todas essas características justificam 13,8 pontos percentuais da diferença salarial. Restam sete pontos percentuais que não são explicados por nenhuma razão encontrada na pesquisa. Seria a razão tão somente discriminação?

O livre mercado é um antídoto natural contra qualquer forma de preconceito, e isso por um motivo puramente econômico: havendo discriminação, qualquer empregador iria obter lucros fáceis contratando mulheres e dispensando homens, como explica Block no livro “Defendendo o Indefensável”:

Se, por exemplo, as mulheres ganhassem menos do que os homens, mesmo sendo trabalhadoras tão boas quanto eles, nesse sentido, entrariam em cena forças que, ao levarem a situação a um desfecho, assegurariam o pagamento igual. Como? O empregador poderia ganhar mais dinheiro substituindo funcionários por funcionárias. A demanda por trabalhadores homens diminuiria, baixando, assim, os salários dos homens; e cresceria a demanda por trabalhadoras mulheres, elevando o salário das mulheres. (BLOCK, 1991, p.48).

A luta para que as mulheres recebam os mesmos salários que os homens (com currículos equivalentes e para exercer a mesma função, é claro) pode estar esbarrando em uma reivindicação feminina: a licença-maternidade remunerada. Esse direito tem um custo alto para as empresas, que prescindem da funcionária durante quatro meses após o nascimento do bebê, e possivelmente têm um gasto adicional para substituir a funcionária nesse período de afastamento da função. Além disso, a funcionária recebe estabilidade durante o período da gestação e



os 120 dias da licença-maternidade. Para compensar esse possível custo adicional, a empresa pode preferir contratar homens, ou oferecer salários menores às mulheres.

Aparentemente a maioria das mulheres aprova a licença-maternidade, e não abriria mão desse direito. Durante toda a vida produtiva, e principalmente durante os anos férteis, recebem salários menores pela “possibilidade” de que um dia venham a engravidar e pelo custo que isso acarretaria à empresa – custo que seria “compensado” quando fizessem uso da licença. O custo maior, porém, é daquela mulher que não vir a ter filhos.

O primeiro problema é que a lei é inflexível, e sua intervenção é exagerada. Além disso, não considera que o que é favorável para um indivíduo pode não ser para outro. O segundo problema é que a lei se sobrepõe aos contratos entre empresa e funcionária, o que impede que duas partes negociem uma alternativa diferente da descrita no dispositivo legal.

A impossibilidade de assinar um contrato entre as partes que flexibilize os direitos mencionados anteriormente contribui para que as mulheres recebam salários menores. Caso os contratos se sobrepusessem à legislação, seria possível que empresa e empregada firmassem um contrato no qual, por exemplo, a empregada concordasse com uma licença mais curta, retorno gradual ao trabalho com horários flexíveis, ou até mesmo se comprometesse a não engravidar por determinado período de tempo, contrato que poderia ser renovado ou não após tal período e que daria preferência aos itens prioritários para aquela pessoa específica.

Nesse ponto, empresas como o Facebook têm inovado e desenhado uma nova tendência: oferecer aos funcionários, homens e mulheres, licenças-maternidade/paternidade iguais. Tal movimento pode ser o primeiro passo para a equalização de salários e direitos.

Um estudo feito pela pesquisadora Claudia Goldin (2014) nos Estados Unidos aponta para um resíduo de diferenças salariais, quando todas as condições são idênticas, de menos de 5%. Essa diferença aumenta em cargos mais elevados. Uma justificativa possível para isso, apontada pela pesquisadora, é que, em certo estágio da carreira, as mulheres pas-



sam a negociar a flexibilização dos horários em vez de apenas compensações financeiras. Se considerarmos que o trabalho feminino dentro de casa segue sendo muito superior ao masculino, é compreensível que as mulheres considerem tempo mais valioso que dinheiro. Entender que indivíduos têm prioridades diferentes também nos ajuda a compreender a sistemática salarial.

Cabe aqui uma análise dos desejos reais de cada indivíduo. O valor monetário, ainda que tenha uma representação muito importante na luta pela igualdade de direitos, não é necessariamente a melhor forma de avaliarmos condições dos indivíduos. A liberdade para negociar salários, a flexibilidade de horários e a licença-maternidade deveriam garantir aos funcionários, às funcionárias e às empresas que suas necessidades sejam satisfeitas. O contracheque pode não ser o mais importante nessa negociação.

CONCLUSÃO

São muitas as partes que reivindicam o crédito pela melhoria das condições dos trabalhadores. Sindicatos, partidos e políticos defendem a legislação trabalhista como grande protetora dos direitos da classe trabalhadora. O capitalismo, em verdade, exerceu um papel muito mais importante na elevação da qualidade de vida dos empregados. As leis, por si só, tiveram pouco – ou nenhum – efeito nesse movimento.

Na obra de Ayn Rand (2010) na qual se inspira este livro, a heroína Dagny Taggart luta bravamente contra a intervenção do Estado, que muda constantemente as regras do jogo. No livro, o governo, com a intenção de evitar o desemprego, legisla sobre a proibição da demissão, por parte tanto dos empregados como da empresa. O que os antagonistas da novela não veem é que, ao tentar proteger os mais fracos para evitar o desemprego, eles acabam por prejudicar a economia como um todo, e empresas, empregados e empresários individualmente.

Ainda que o romance utilize de liberdade poética, podemos notar que o enredo não se separa da nossa realidade tanto como gostaríamos. Todos os dias, empregados e empregadores precisam lutar contra leis



inúteis que servem tão somente para atraparalhar aqueles que querem trabalhar e produzir riqueza.

Quando, por fim, for concedida a liberdade para empreender, para empregar e para oferecer seu trabalho; quando for garantida a validade dos contratos, teremos um cenário propício ao desenvolvimento. Cenário em que não existirão vítimas, nem de um lado, nem de outro, mas sim pessoas dignas dispostas a trabalhar e empreender livremente, garantindo o crescimento da nação. ❁

REFERÊNCIAS

STEWART JR, Donald. **O que é o Liberalismo**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995. 118 p.

MISES, Ludwig von. **As Seis Lições**. 7. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009. 106 p.

DOWNTON ABBEY. Criador, autor e roteirista Julian Fellowes. Reino Unido: Carnival Films para o canal ITV, 2010. Temporada 1 Episódio 2.

MISES, Ludwig von. **A Ação Humana** São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. 1019 p.

BLOCK, Walter. **Defendendo o Indefensável**, São Paulo: Mises Brasil, 1991. 260 p.

DUGGER, Celia W. Wage Laws Squeeze South Africa's Poor. **The New York Times**, Nova York, 26 set. 2010. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2010/09/27/world/africa/27safrica.html?pagewanted=all&_r=1>. Acesso em: 16 de nov. 2015.

STEIN, Guilherme; SULZBACH, Vanessa Neumann; BARTELS, Mariana. **Relatório sobre o mercado de trabalho do Rio Grande do Sul** — 2001-13. Porto Alegre: FEE, 2015. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2015/04/20150504relatorio-sobre-o-mercado-de-trabalho-do-rio-grande-do-sul-2001-13.pdf>>. Acesso em 16 nov. 2015.



NARLOCH, Leandro, **Guia Politicamente Incorreto da Economia Brasileira**. São Paulo: Leya, 2015. 304 p.

GOLDIN, Claudia. **A Grand Gender Convergence: Its Last Chapter**. American Economic Review, 2014. Disponível em: <http://scholar.harvard.edu/files/goldin/files/goldin_aeapress_2014_1.pdf?m=1401372863> Acesso em 16 nov. 2015.

RAND, Ayn. **A Revolta de Atlas**. 1. ed. São Paulo: Ed. Arqueiro; 2010. 1232 p.







29º FÓRUM DA
LIBERDADE

A Linha John Galt

Luís Matheus Theisen de Castro
Empresário / Associado do IEE





O intuito deste artigo, que inicia com a comparação do livro “A revolta de Atlas”, da escritora russo-americana Ayn Rand, escrito em 1957, e o empreendedorismo, é debater por que um mercado mais livre, com mais empreendedores e com menos intervenção estatal, é o caminho para o progresso do Brasil e do mundo.

O livro estreia com a pergunta “Quem é John Galt?”. John Galt, que não é identificado até o terceiro volume, faz um papel superior ao de um mero personagem: demonstra um ideal. Quando a personagem central, Dagny Taggart, nomeia a sua linha férrea no Colorado de “Linha John Galt”, muitas pessoas, surpresas, perguntam a ela: “Quem é John Galt?”. E ela responde: “Nós somos!”.

As pessoas que lutam por um mercado mais livre, com menos intervenção do Estado, são, todas elas, um pouco John Galt, alguém que acredita no poder da mente humana e no direito do indivíduo de usá-la a seu favor. Os valores que permeiam John Galt levam a um estímulo do trabalho que cada pessoa pode desempenhar, com suas próprias forças, para melhorar tanto a sua vida quanto a dos que os rodeiam, ainda que indiretamente.

John Galt prega o poder de superação ante os obstáculos que a vida muitas vezes oferece; a luta contra o sentimento de que o mundo deve algo a nós; que devemos lutar para auferir nossas próprias conquistas; prega a luta contra a percepção de que o homem é obrigado a se sacrificar pelos outros. Assim, o ideal John Galt se identifica não com um único indivíduo, mas sim com todos aqueles que trilham o seu caminho à procura da realização de seus mais profundos sonhos, buscando ultra-



passar as barreiras porventura surgidas a fim de que não sejam impedidos de continuar sua caminhada.

O romance “A revolta de Atlas” aborda, desde o início, a clássica defesa da liberdade, do individualismo e do capitalismo. Ayn Rand consegue abranger tais ideologias de maneira complexa e elaborada, mas, ao mesmo tempo, de fácil compreensão a seus leitores. Em uma breve descrição, podemos ver claramente os objetivos da autora ao escrever a obra.

O enredo passa-se nos Estados Unidos, o último país capitalista no mundo, mas que se encaminhava da mesma forma para o socialismo – arranjo social em que não existe mercado e as pessoas perdem o livre-arbítrio de escolher o próprio meio pelo qual desejam integrar-se à sociedade. É o Estado quem determina tudo.

Comparados ao titã Atlas, condenado por Zeus a carregar o céu sobre os ombros, para a sociedade descrita no livro os pensadores, os grandes empresários e industriais, aqueles que propõem soluções para os problemas e aqueles que surgem com novas ideias são condenados a viver esnobados, como mesquinhos e egoístas, por aqueles que são apenas aproveitadores e nada de útil produzem. Esse é o grande peso que carregam sobre si.

O livro descreve o que acontece quando as pessoas que sustentam o “mundo” nas costas resolvem fazer greve, sumir e não colaborar mais com os exploradores. Aos poucos, empresários americanos começam a desaparecer, abandonando suas empresas nas mãos de controladores estatais. Grandes mentes, filósofos, cientistas e artistas – estes, pessoas instruídas o suficiente para não se deixarem alienar pela proposta de que as pessoas devem trabalhar para o bem do povo, e não para atingir seus objetivos – também começam a desaparecer. Ou seja, é o caos pela essência de mentes brilhantes. E é isso o que se pode considerar que esteja acontecendo no Brasil. As novas gerações sabem as dificuldades pelas quais estamos passando e que não há garantias de que ocorram transformações para crescimento em longo prazo. Então, preferem sair e morar em países mais prósperos, tais como Estados Unidos, Nova Zelândia, Austrália e Canadá.

A história não deixa de narrar o caos que se instaura nos Estados Unidos após essa inusitada greve, principalmente quando chega o pri-



meiro inverno, e a necessidade de metal, aço, carvão e transporte para alimentos faz-se presente, permitindo a conclusão de que, apesar de o Estado poder confiscar as empresas e empreendimentos, não consegue obrigar ninguém a lhe dar suas mentes, sua competência e seu trabalho. O que restou para o Estado foi apenas a carcaça das empresas, pois suas almas foram levadas com seus idealizadores, condutores e sustentadores. E mesmo o Estado podendo obrigar as pessoas a trabalhar, não havia incentivos para produzir mais se a produção fosse espoliada – vide o que ocorreu na União Soviética.

Ao isolarem-se, os empreendedores deixam o mundo sem bens, sem serviço e sem empregos. Assim como se Atlas fizesse uma greve, o mundo literalmente desmorona. O final da história é de fácil conclusão – para tudo reassumir seu lugar e o mundo voltar a crescer, é necessário entender que o Estado mínimo – a diminuição da sua ingerência na sociedade, deixando de ser protagonista para que a iniciativa privada possa, por si só, gerar progresso e riquezas.

Diante isso, entende-se que a livre-iniciativa, via empreendedores, tem condições de tirar o Brasil da crise. A dificuldade é que, ao invés de facilitar a vida, o governo a complica. Esbarramos quase que diariamente no excesso de normas e procedimentos e aumentos de impostos. Todos enfrentamentos esse fenomenal obstáculo que talvez seja uma das maiores dificuldades para a criação e funcionamento das empresas.

Compreender a importância do empreendedorismo é o primeiro passo para o incentivarmos e fazermos com que, ao contrário do governo no mundo de Ayn Rand, nossa sociedade entenda que é um processo vital na construção da riqueza de um país.

CONCEITO DE EMPREENDEDORISMO

A história sobre o conhecimento do empreendedorismo não é recente. É de se pesquisar que desde a origem da humanidade, a ação humana organizada para conseguir cumprir as tarefas coletivas manifestou a necessidade de empreendedores. No entanto, a investigação



sistemática desse assunto passou a ser estudada em meados do século 20, através de abordagens econômicas sobre a origem de novas organizações. A partir de então o empreendedorismo vem sendo discutido em um número crescente de estudos.

O conceito do “empreendedorismo” começou a ser difundido pelo economista Joseph Schumpeter, em 1945, como a base de sua teoria da destruição criativa que mostra o papel central que o empresário tem como agente de promoção do progresso econômico. Nessa teoria, Schumpeter expressa a ideia de que a economia capitalista moderna é caracterizada por uma luta incessante pela inovação.

Fundamentando-se no princípio que reside no desenvolvimento de novos produtos, novos métodos de produção e novos mercados, em síntese, trata-se de destruir o velho para criar o novo. Pela definição de Schumpeter, o agente básico dessa teoria de destruição criativa está na figura do que ele denominou empreendedor. Segundo ele, esse indivíduo é alguém que se adapta facilmente a situações novas, que utiliza suas habilidades técnicas de tal forma que agrega valor, reconhecendo oportunidades e transformando-as em uma atividade com algum retorno financeiro (INSTITUTO ORDEM LIVRE, 2011).

Empreendedorismo significa achar a solução para um problema ou situação complicada, portanto, todo aquele que um dia iniciou algo novo, que inovou em seu modo de agir ou fazer, foi um empreendedor. Para um dos maiores empreendedores de sucesso do país, como por exemplo Abilio Diniz do Grupo Pão de Açúcar “empreender é criar, e não necessariamente inovar, é fazer algo que traga contribuição”. Segundo ele “é fundamental criar uma empresa em qualquer campo. Caso não haja mais pessoas fazendo o que você pretende, desconfie. E se entrar em um mercado razoavelmente competitivo, pergunte-se: quais serão os meus diferenciais?”.

É um termo muito usado no âmbito empresarial e, muitas vezes, está relacionado com a criação de empresas, de novos serviços ou de novos produtos. Quando uma pessoa busca aplicar a atitude de empreendedor no âmbito corporativo, ou seja, em uma empresa, chamamos isso de empreendedorismo corporativo. A presença de empreendedores em uma empresa potencializa o seu crescimento e é o principal fator pro-



motor do desenvolvimento econômico e social de um país, bem como uma exclusiva forma de criação de riqueza.

O estilo de vida que temos hoje é devido ao sucesso de pessoas que, por meio da História da natureza humana, tentaram algo novo, mesmo que não soubessem que nome dar a esse processo. Foi assim com o fogo, com a lâmpada e com a roda, por exemplo. Também foi o empreendedorismo que ajudou a eliminar a pobreza mundial pela metade nas duas últimas décadas. E os pobres não somente enriquecem como objetos do empreendedorismo alheio. Eles deixam o poço da pobreza pela escalada do empreendedorismo próprio.

Não é difícil se deparar com empreendedores arruinados. Cerca de metade das empresas no Brasil não consegue sobreviver mais de três anos. Somente uma minoria das empresas atravessam a marca dos cinco anos de vida. Para abrir uma empresa no Brasil, leva-se 152 dias com a obtenção de todas as licenças, inspeções e registros exigidos e gasta-se quatro anos para fechá-la. No mesmo intervalo de tempo, pode-se abrir e fechar sete empresas em Cingapura, por exemplo (INSTITUTO MISES BRASIL, 2013).

Essa limitação no Brasil é deficiente, mas somente atentando para o papel do empreendedor que é possível descobrir por que alguns países enriquecem e outros não, o empreendedorismo deve ser incorporado no corpo da teoria econômica do crescimento e do desenvolvimento para os países que querem progredir.

O QUE É SER EMPREENDEDOR?

Um empreendedor é um indivíduo que não espera as coisas caírem do céu, é uma pessoa pró-ativa, ou seja, faz as coisas acontecerem. Ele está altamente motivado pela autorrealização, pelo desejo de assumir responsabilidades e de ser independente. Além de ter boas ideias, sabe como implementá-las a fim de atingir seus objetivos. É alguém que não tem medo de iniciar projetos de uma forma arrojada. Além disso, sabe que um fracasso é apenas uma oportunidade para aprender e ser melhor e, por isso, não se deixa abalar. Em uma visão mais simplista, podemos



entender como empreendedor aquele que inicia algo novo, que vê o que ninguém vê, enfim, aquele que realiza antes, que sai da área do sonho, do desejo, e parte para a ação.

Existe a concepção do empreendedor nato, aquele que nasce com as características necessárias para empreender com sucesso. No entanto, como se trata de um ser social, influenciado pelo meio em que vive, a formação empreendedora pode acontecer por influência familiar, estudo, formação e prática. O contato com família, escola, amigos, trabalho, sociedade vai favorecendo o desenvolvimento de alguns talentos e características de personalidade e bloqueando ou enfraquecendo outros. Isso acontece ao longo da vida, muitas vezes ao acaso e/ou pelas diversas circunstâncias enfrentadas.

CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDEDOR

Segundo Idalberto Chiavenato (2007), autor de livros utilizados por administradores no Brasil, conselheiro no Conselho Regional de Administração do Estado de São Paulo (CRA-SP) e presidente do Instituto Chiavenato de Educação, o empreendedor é a pessoa que consegue fazer as coisas acontecerem, pois é dotado de sensibilidade para os negócios, tem tino financeiro e habilidade de identificar oportunidades. Com esse arsenal de habilidades, é capaz de transformar ideias em realidade para benefício próprio e da comunidade. Por ter criatividade e alto nível de energia, o empreendedor demonstra imaginação e perseverança, aspectos que o habilitam a transformar uma ideia simples em algo concreto e bem-sucedido no mercado. Para atingir a fortuna, o empreendedor deve saber não apenas criar seu próprio empreendimento, mas também gerir seu negócio, para sustentá-lo em um ciclo de vida prolongado. Apenas dessa forma obterá retornos significativos de seus investimentos. Isso significa administrar, planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades relacionadas direta e indiretamente com o negócio.

Para Chiavenato (2007), existem três características básicas para um empreendedor: necessidade de realização: uma necessidade pessoal, que o diferencia dos demais; disposição para assumir riscos: riscos



financeiros e de demais ordens assumidos ao iniciar o próprio negócio; autoconfiança: segurança ao sentir que pode enfrentar os desafios e problemas. Portanto, o empreendedor que deseja alcançar sucesso nos negócios necessita de características como coragem e paixão, para desbravar o novo, ao mesmo tempo em que mantém o equilíbrio, a racionalidade e a facilidade de lidar com as mais variadas situações.

EMPREENDEDORISMO NO BRASIL

No Brasil, 34,5% dos adultos são empreendedores, conforme pesquisa feita pelo GEM (Global Entrepreneurship Monitor), realizada por intermédio do Sebrae e do Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP). É um número bastante expressivo que mostra a força do empreendedorismo no país. Isso significa que três em cada dez brasileiros adultos, entre 18 e 64 anos, têm uma empresa ou estão envolvidos com a criação de um negócio próprio. Outro dado interessante é que em dez anos essa taxa saltou de 23% para 34,5%. Desse total, metade corresponde a empreendedores novos – com menos de três anos e meio de atividade –, e a outra metade, aos donos de negócios estabelecidos há mais tempo.

De acordo com Luiz Barreto, presidente do Sebrae, ao comparar-se com os países que compõem o Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o Brasil é a nação com a maior taxa de empreendedorismo, ficando quase oito pontos percentuais à frente da China, que apresenta taxa de 26,7%. Em se tratando do mesmo índice, a Índia tem taxas de 10,2%; a África do Sul, de 9,6%; e a Rússia, de 8,6%. O número de brasileiros que já têm uma empresa ou que estão envolvidos na criação de uma é superior, também, ao verificado em países desenvolvidos como Estados Unidos (20%), Reino Unido (17%), Japão (10,5%), Itália (8,6%) e França (8,1%). Barreto ressalta que essa alta taxa de empreendedorismo evidencia que, além de mais empreendedores permanecerem no mundo dos negócios, mais pessoas veem nessa carreira uma oportunidade de vida e vêm trabalhando para conquistar o sonho de ter o negócio próprio.



Outro dado revelado pelo GEM revela que ter o próprio negócio continua sendo o terceiro maior sonho do brasileiro. Porém, pela primeira vez, o número de pessoas que almejam se tornar o próprio chefe é praticamente o dobro do das que desejam fazer carreira em uma empresa – 31% pretendem empreender, contra 16% que desejam seguir carreira corporativa. Os primeiros sonhos dos brasileiros são comprar a casa própria (42%) e viajar pelo Brasil (32%) (BRASIL ECONÔMICO, 2015).

Mesmo com uma alta taxa de empreendedorismo, o Brasil tem uma imagem negativa em relação às estatísticas internacionais que medem o custo social e econômico da burocracia. Em 2014, em um ranking de 144 economias relacionadas no Relatório de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial, o país ficou em 57º lugar, atrás, por exemplo, de Bulgária, Costa Rica e Panamá. Já no ranking feito pelo Banco Mundial, o Doing Business, o país não figura bem, ficando na 177ª colocação entre 189 economias estudadas em quesitos que resumem, entre outras, dificuldades para abertura de empresas e pagamentos de impostos. Acima do país estão “potências” econômicas como Belize, Quirguistão, Barbados.

A partir disso, um grande desafio surge. O descompasso do ambiente de negócios brasileiro fica explícito na comparação internacional. Enquanto outros países se esforçam para incentivar novas empresas, reduzindo a tributação e a burocracia, no Brasil o avanço nesse sentido é lento, para não dizer quase nulo.

EMPREENDEDORISMO POR OPORTUNIDADE OU SOB PRESSÃO

Em geral, as pessoas que sonham em ter o próprio negócio são movidas pela ambição de ganhar mais dinheiro e ser independentes. A simples ideia de estar subordinado a alguém as apavora. A partir disso, algumas são levadas a abrir a própria empresa por motivos, muitas vezes, alheios às suas vontades. Tais situações abrangem exemplos diversos: de profissionais que saíram de grandes organizações com recursos econômicos significativos e que resolveram montar o próprio negócio;



passando por aqueles que, por motivo de sobrevivência, empreenderam em algo novo para ganhar dinheiro; até os que, sem maiores pretensões, herdaram algum negócio da família.

Para o GEM (Global Entrepreneurship Monitor), existem dois tipos de empreendedorismo no Brasil. O primeiro seria:

O empreendedorismo de oportunidade, onde o empreendedor visionário sabe aonde quer chegar, cria uma empresa com o planejamento prévio, tem em mente o crescimento que quer buscar para a empresa e visa a geração de lucros, empregos e riquezas. (DORNELAS, 2005, p. 28).

O segundo tipo seria:

O empreendedorismo de necessidade, em que o candidato a empreendedor se aventura na jornada empreendedora mais por falta de opção, por estar desempregado e não ter alternativas de trabalho. (DORNELAS, 2005, p. 28).

O empreendedorismo por necessidade está mais suscetível à conjuntura econômica dos países e tende a diminuir quando a oferta de emprego é maior. Enquanto isso, o empreendedorismo por oportunidade tem maiores chance de sucesso, pois traz a possibilidade de melhor se preparar para o novo negócio, e normalmente os níveis de capacitação e escolaridade são mais altos. Ainda de acordo com o GEM (2010), percebe-se que, nos países com maior desenvolvimento econômico, a razão entre oportunidade e necessidade é superior à dos demais. Na Islândia, por exemplo, para cada empreendedor por necessidade há outros 11,2 por oportunidade. Podemos supor nesse caso que a pressão psicológica e financeira nos países subdesenvolvidos leva a pessoa a não avaliar todas as alternativas e variáveis de uma real oportunidade de negócio (PORTAL BRASIL, 2012).

No Brasil, o empreendedorismo ganha importância devido ao grande número de novos negócios criados a cada ano e ao insucesso de grande parte deles. Isso tem ocorrido, entre outros motivos, pela degradação do trabalho formal e pelo aumento dos índices de desemprego.

Independentemente da motivação, seja por necessidade, seja oportunidade, é crucial para o progresso do país diminuir a burocracia na trajetória do empreendedor, abandonar a mentalidade preconceituosa



contra o lucro e focar no verdadeiro obstáculo a esse progresso: o excesso de impostos e de governo.

INTERVENÇÃO ESTATAL X GERAÇÃO DE RIQUEZA

No Brasil, a capacidade do país como nascedouro de novos negócios ainda é limitada, já que o Estado configura a principal amarra para o setor privado. Assim, impede que este contribua para o crescimento da nação como poderia, pois existe muita burocracia em abrir um negócio e muita intervenção estatal.

Conforme o livro “As seis lições”, de Ludwig von Mises (2009):

O intervencionismo significa que o governo não somente fracassa em proteger o funcionamento harmonioso da economia de mercado, como também interfere em vários fenômenos de mercado: interfere nos preços, nos padrões salariais, nas taxas de juros e de lucro. O governo quer interferir com a finalidade de obrigar os homens de negócio a conduzir suas atividades de maneira diversa da que escolheriam caso tivessem de obedecer apenas consumidores (MISES, 2009, P. 47).

Compreender como os governos sempre competem com a liberdade e destroem o progresso, a criatividade e a prosperidade é crucial para que possamos nos empenhar em reverter o curso no qual nos encontramos. Essa competição entre o poder abusivo do Estado e a liberdade individual vem de longo tempo. Por isso, é necessário que o povo conceba uma nova abordagem sobre o papel do governo na sociedade.

Devemos considerar que é possível seguir nossas vidas sem sermos dirigidos por uma central de comando. É necessário livrar-nos de todas as amarras que nos ligam ao governo em todos os aspectos de nossas vidas. Isso vale para a direita e para a esquerda. Devemos desistir de nossa dependência do Estado, material e espiritualmente. Não deveríamos esperar que ele nos proveesse financeira e psicologicamente.

Somente a liberdade constrói e pode reconstruir uma civilização. E quando a maré virar e a cultura novamente celebrar o que é ser livre,



nossa batalha estará terminada. Pode vir a acontecer em nosso tempo, ou pode ser que só aconteça quando já tivermos deixado este mundo. Mas vai acontecer. E nossa tarefa nesta geração é a de preparar o caminho. No entanto, empreender segue sendo uma das oportunidades para gerar as reais mudanças necessárias ao nosso país.

AMARRAS À CRIAÇÃO DE NOVAS EMPRESAS OU AMARRAS AO SURGIMENTO DE EMPREENDEDORES?

Startup significa o ato de começar algo. Quando usado como substantivo, objetiva-se designar empresas recém-criadas, que estão em fase de pesquisa ou desenvolvimento inicial. Geralmente, têm espírito empreendedor, buscam explorar atividades inovadoras. Algumas são empreendimentos de alto risco com várias incertezas envolvidas – por exemplo, se existem clientes para o produto/mercado e se o modelo é realmente lucrativo.

Nos últimos três anos, as *startups* aumentaram em pelo menos 20% o número de empregados ou a receita, a cada ano. No Brasil, existem cerca de 35 mil *startups*. Elas representam menos de 1% do total das companhias brasileiras, mas criaram 3,3 milhões de 5,6 milhões de empregos gerados de 2010 a 2012. Ou seja: de cada dez novos postos de trabalho, seis foram ofertados por uma *startup* (REVISTA VEJA, 2015).

Ainda de acordo com a Revista Veja (2015), a Endeavor – organização de apoio ao empreendedorismo com atuação internacional – fez uma pesquisa em que escolheu as cidades que concentram o maior número de *startups* do Brasil. Com esse critério, chegou a 32 municípios em 22 estados. Nas pesquisas, foram levantados dados sobre o tempo que se leva para abrir uma empresa, regularizar um imóvel, aprovar um projeto arquitetônico e fazer uma ligação energética – tarefas que o empreendedor tem de enfrentar em algum momento. Ademais, conferiram a alíquota do ICMS, os incentivos fiscais concedidos, as dificuldades práticas para recolher tributos, a frequência com que são editados novos decretos tributários e o congestionamento de processos no Tribunal de Justiça do estado. O resultado é aterrador. A burocracia parece calibrada



para punir as empresas na hora em que elas mais crescem (REVISTA VEJA, 2015).

O Relatório de Competitividade Global 2014-2015 do Fórum Econômico Mundial considera a regulação tributária (tempo e custos envolvidos para o pagamento de tributos) como o fator mais problemático para fazer negócios no Brasil, seguido da legislação trabalhista altamente restritiva e dos gargalos de infraestrutura (WORLD ECONOMIC FORUM, 2014). Para percebermos o tamanho do problema, o relatório Doing Business 2015 coloca o Brasil na posição de número 177 dentre 189 países no que se refere ao tempo e ao custo que uma empresa de porte médio necessita para recolher tributos. Estima-se que sejam necessárias cerca de 2.600 horas por ano para calcular e pagar os impostos, passando por nove procedimentos distintos (THE WORLD BANK, 2014).

Como se isso não bastasse, o mesmo relatório coloca o Brasil na posição de número 167 quanto à facilidade para a abertura de uma empresa. O tempo médio necessário para iniciar um negócio alcança 83,6 dias, abrangendo, em média, 11,6 diferentes procedimentos. Finalmente, no que se refere às medidas judiciais para o cumprimento (*enforcement*) dos contratos, o Brasil está na posição de número 118, sendo necessários, em média, 731 dias e 43,6 procedimentos (THE WORLD BANK, 2014). De acordo com o relatório Doing Business 2014, há correlação positiva entre o grau de facilidade para a abertura de empresas e o número de novos negócios formalizados. Mais do que isso, conclui o relatório que regulações amigáveis aos negócios acabam beneficiando sobretudo as pequenas firmas que se encontram em estágios iniciais de crescimento, estando positivamente correlacionadas com os níveis de emprego e de produtividade da economia. Assim, regulações hostis aos negócios minam o empreendedorismo e o desempenho econômico (THE WORLD BANK, 2014).

Um dos obstáculos mais notórios é a complicação tributária. Empresas com receita superior a 3,6 milhões de reais por ano não podem ficar no sistema tributário simplificado. A mudança é tão complexa que afugenta empreendedores. Algumas empresas simplesmente desistem de crescer, para não lidar com isso. Além do custo, a complexidade dos impostos é tanta que implica na adoção de uma governança tributária,



que envolve procedimentos relativos à coordenação, ao controle e ao acompanhamento das novas práticas tributárias, gerando, assim, aumento nos custos das organizações.

Quando as empresas estão atingindo um estágio de crescimento, é comum que o processo de expansão as leve a abrir filiais em outros estados. O problema, aqui, é que cada estado – às vezes, cada prefeitura – tem suas próprias regras. O IPTU é um imposto municipal, mas cada prefeitura estabelece sua alíquota. O ICMS é estadual, mas cada estado tem seus próprios percentuais. O martírio maior é que as alterações tributárias são feitas em ritmo alucinante. Nos 22 estados analisados pela Endeavor, baixaram-se, em média, mais de cinco decretos fiscais por mês. Os governos alteraram normas sem cuidar das consequências práticas. A burocracia não é um fenômeno natural, é uma construção social; sendo assim, pode ser reduzida, simplificada.

Mesmo que o Brasil ainda engatinhe no cenário global de *startups*, elas apresentam ótimo desempenho, empregam um volumoso contingente de pessoas e, por isso, têm condições de tirar o país da crise. O problema é que, em vez de facilitar a vida dos empreendedores, o governo a complica.

CONCLUSÕES

Este artigo teve como finalidade explicar o que é empreendedorismo e o que é ser empreendedor. Também buscou analisar os fatores incentivadores e os entraves ao empreendedorismo no Brasil. Ficou claro, portanto, que ele esteve sempre associado ao risco que o empreendedor assume cada vez que decide criar algo ou prestar algum serviço a uma pessoa. Dessa forma, pode ser visto como a doação do indivíduo e de seus recursos – podendo estes pertencer a outrem – a um empreendimento idealizado por ele, que pode ou não ser bem aceito pelos consumidores.

O Brasil, historicamente, vem convivendo não apenas com um ambiente legal e jurídico prejudicial à atividade privada. Sofre também com intervenções estatais baseadas em trocas de favores que, frequentemente, beneficiam determinados grupos à custa de outros. Bem como



no romance de Ayn Rand, temos a impressão de que a escolha desses setores é arbitrária e por conveniência. O certo é não haver privilégios desse tipo. Muitas vezes, o Estado fornece regras que dificultam a atividade privada para a grande maioria; porém, de outro lado, favorece determinados setores e empresas selecionadas – isso tudo sob critérios nebulosos. O resultado é uma economia pouco competitiva, na qual um grupo restrito obtém vantagens à custa de toda a população.

Ao analisar o empreendedorismo no Brasil, verificou-se que necessitamos de uma economia mais liberal, regida pelo mercado, e não pelo Estado. Alguns passos iniciais são simples, como desburocratizar o processo de fazer negócios no país. Um dos maiores casos de governo apoiando os empreendedores na América Latina é o Startup Chile, que, desde 2010, investe em *startups* locais e internacionais *a fundo perdido*¹ e que tem transformado a economia e o ecossistema empreendedor chileno. A porta de entrada do Startup Chile é dar apoio a empresas muito novas, que, às vezes, só têm um time de sócios experientes e uma boa ideia. Os empreendedores recebem mentorias, podem instalar-se em escritórios compartilhados (*coworking*) e têm acesso a uma rede de contatos espalhados pelo país.

Esses investimentos, no entanto, não eram comuns no Chile. Por isso, o governo acabou de criar uma nova rodada de investimentos para essas empresas, chamada de Startup Chile Scale, que investe até US\$ 40 mil e, no caso de empreendedores estrangeiros, dá mais um ano de visto para continuarem tocando seus negócios. Esses novos investimentos são uma das formas mais efetivas de oferecer recursos e uma chance de as empresas participantes enxergarem possibilidades de longo prazo no país.

O Startup Chile tem ajudado empreendedores de forma semelhante a outros programas, mas um dos diferenciais é que todos os negócios apoiados se localizam na capital, Santiago. Nesse contexto, densidade é um ponto-chave. O programa já apoiou mais de mil empreendedores. O Brasil, que é bem maior que o Chile, apoia quase 200 empresas espalhadas por todo o país. Ainda que o Startup Chile seja aberto para os

¹ *A Fundo Perdido* – “São recursos disponibilizados por um emprestador sem perspectivas de reembolso”. Fonte: (<https://economiaclara.wordpress.com/2010/03/16/credito/>).



chilenos, a maioria dos empreendedores apoiados é de outros 65 países, o que traz

inovações de fora. Isso contribui para outro diferencial do país: o Chile é uma economia aberta e estável. Diferentemente da de outros países da América Latina, a economia do Chile não é muito protecionista, empreendedores estrangeiros são sempre bem-vindos e os chilenos são incentivados a expandir seus negócios para além das fronteiras.

Além disso, a economia chilena é considerada uma das mais estáveis e prósperas da região em termos de competitividade, renda per capita, internacionalização, liberdade econômica, além de apresentar baixa percepção da corrupção. De acordo com o governo chileno, mais de 250 mil novos negócios foram abertos no país graças à redução da burocracia local e a uma nova lei que permitiu aos empreendedores registrarem suas empresas online e em apenas um dia – foi o segundo país no mundo, depois da Nova Zelândia, a oferecer um sistema assim.

Toda essa atividade em torno do desenvolvimento econômico resultou em uma série de empresas muito inovadoras, que agora estão radicadas no país ajudando a solidificar a posição de liderança do Chile no ecossistema empreendedor da América Latina. Para dar exemplos práticos, 110 empresas do programa levantaram mais de US\$ 50 milhões além dos investimentos do Startup Chile, e outras oito *startups* foram compradas por grandes empresas. À medida que o Startup Chile impacta positivamente a economia e o ecossistema empreendedor chileno, só cresce a importância do país como um todo no cenário da inovação global.

O Brasil tem desafios institucionais maiores que os do Chile para superar, principalmente quando é necessário envolver governos municipais, estaduais e o federal em iniciativas do tipo. Mesmo assim, somos a maior economia da América Latina. A abundância brasileira de recursos naturais e a atratividade como destino de negócios são vantagens que o Chile não tinha quando começou seu programa, e que podem ser usadas para motivar empreendedores a se instalarem no país. Esperamos que o Brasil crie as mesmas oportunidades vistas no Chile, e estamos ansiosos para que o país se torne, rapidamente, uma referência em inovação e oportunidades empreendedoras. ❁



REFERÊNCIAS

BRASIL ECONÔMICO – BRASIL ESTÁ NO TOPO DO RANKING MUNDIAL DE EMPREENDEDORISMO. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/financas/seunegocio/2015-03-31/brasil-esta-no-topo-do-ranking-mundial-de-empendedorismo.html>>. Acesso em: 23 out. 2015, 19:30.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilidade de novas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Transformando ideias em negócios**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

EMPREENDEDORISMO. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Empreendedorismo>>. Acesso em: 24 out. 2015, 20:00.

FILION, Louis Jacques. **O planejamento do seu sistema de aprendizagem empresarial**. RAE – Revista de Administração de Empresas. FGV, São Paulo, jul./set. 1991.

GEM 2014 – EMPREENDEDORISMO NO BRASIL. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/gem%202014_rel%C3%B3rio%20executivo.pdf>. Acesso em: 24 out. 2015, 20:15.

HSRICH, Robert. D. et al. **Entrepreneurship**. 1986, p.96

INSTITUTO ORDEM LIVRE – O PAPEL DO EMPREENDEDOR NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Disponível em:

<<http://ordemlivre.org/posts/o-papel-do-empendedor-no-desenvolvimento-economico>>. Acesso em: 25 fev. 2016, 16:00.

INSTITUTO MISES BRASIL – A CORAGEM SE DÁ POR MEIO DO EMPREENDEDORISMO. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1750>>. Acesso em: 25 fev. 2016, 17:00.

MISES, Ludwig Von. **As seis lições**. Tradução de Maria Luiza Borges. 7. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.



PORTAL BRASIL – OPORTUNIDADE E NECESSIDADE. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/opportunidade-e-necessidade>>. Acesso em: 24 out. 2015, 20:50.

REVISTA EXAME – STARTUP CHILE DÁ DICAS DE EMPREENDEDORISMO. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/pme/noticias/startup-chile-da-dicas-de-empreendedorismo>>. Acesso em: 23 out. 2015, 19:50.

REVISTA VEJA. São Paulo: ed. 2451, 11 nov. 2015

STEWART, JR, Donald. **O que é liberalismo**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

THE WORLD BANK. **Doing Business 2014**. Washington, 2013. Disponível em: <[HTTP://www.doingbusiness.org/~media/GIAWB/doing%20Business/Documents/Annual-Reports/English/DB14-Full-Report.pdf](http://www.doingbusiness.org/~media/GIAWB/doing%20Business/Documents/Annual-Reports/English/DB14-Full-Report.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2015, 19:00.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Competitiveness Report 2014-2015**. Genebra, 2014. Disponível em:

<http://www3.weforum.org/doc/WEF_GlobalCompetitivenessReport_2014-2015.pdf>. Acesso em: 21 out. 2015, 19:30.





29º FÓRUM DA
LIBERDADE

A Moratória dos Cérebros

Marcel da Silva Laste
Empresário / Associado do IEE





INTRODUÇÃO

O senhor acredita no velho provérbio segundo o qual ninguém escapa de duas coisas, a morte e os impostos? Bem, quanto à morte não posso fazer nada, mas, se eu levantar dos ombros dos homens o fardo dos impostos, talvez eles passem a ver a ligação que há entre os dois, e como lhes é possível viver uma vida longa e mais feliz. Talvez passem a ver que não são a morte e os impostos, e sim a vida e a produção, os únicos princípios absolutos e a base do código moral correto.¹

O diálogo acima foi extraído do clássico romance “A revolta de Atlas”¹, de autoria da filósofa Ayn Rand, considerada a criadora do objetivismo. É uma parte da conversa entre Ragnar Danneskjold – uma espécie de pirata contra a coerção do Estado totalitário – e Hank Rearden, um grande empresário do ramo siderúrgico.

A história da obra passa-se em um tempo impreciso, nos Estados Unidos, em que as forças políticas de esquerda estão no poder. Com os seus tentáculos espalhados por todas as esferas da administração pública e intervindo diretamente nas atividades privadas, o Estado não deixa espaço para os empresários produzirem, apropriando-se indevidamente dos seus lucros, invenções e até mesmo da propriedade das empresas, encaminhando a economia para o colapso. Com o tempo, começa a acontecer uma verdadeira greve dos cérebros, motivada por indivíduos que se negam a produzir para um Estado parasita e que acabam simplesmente abandonando as suas atividades e sumindo, afundado cada vez mais a economia e fazendo a sociedade inteira pagar o alto preço da intervenção e ineficiência estatal.

¹ RAND, Ayn. **A Revolta de Atlas**. São Paulo. Arqueiro, 2010.



Tal obra, em uma pesquisa feita pela Biblioteca do Congresso americano, foi considerada o segundo livro que mais influenciou a vida das pessoas nos Estados Unidos, ficando atrás somente da Bíblia. Trata-se de um tratado moral sobre como a liberdade, o livre mercado e o individualismo são os verdadeiros motores da humanidade, e como o Estado é o que impede, parcial ou totalmente, o seu desenvolvimento. Mas tudo isso não foi criado na mente da autora por acaso.

Ayn Rand nasceu em 2 de fevereiro de 1905, em São Petersburgo, na Rússia, onde presenciou a revolução dos bolcheviques sob o comando de Lenin, sentindo na pele as atrocidades de um regime comunista. Ainda na infância, viu o pequeno comércio de seus pais ser confiscado pelo governo, deixando a família na miséria.

Após isso, mudou-se com a família para a Crimeia, de onde saiu somente aos 16 anos para cursar a faculdade de história na Universidade Estadual de Petrogrado, em São Petersburgo. Depois da graduação, em 1924, estudou por um ano Artes em Leningrado. Quando finalizou os estudos, no outono de 1925, pediu uma licença ao governo para viajar para os Estados Unidos, de onde nunca mais voltou.

“A revolta de Atlas” é o ponto alto da sua carreira de escritora. Ela mostra com esse romance como ideias equivocadas podem simplesmente acabar com a vontade de produzir das pessoas que realmente sustentam toda a sociedade e evidencia o peso morto do governo nas costas dos empreendedores.

Esses empresários e indivíduos, assim como o gigante Atlas da mitologia grega, condenado por Zeus a sustentar os céus para sempre, são obrigados a carregar o pesado fardo de sustentar um país decadente, enquanto são explorados por parasitas que não reconhecem o valor do trabalho e da geração de valor e que se valem da corrupção e da burocracia, entre outros meios, para impedir o progresso, enquanto enriquecem ilicitamente.

Fazer um paralelo desse cenário com o típico pensamento esquerdista que impera na nossa sociedade não é uma tarefa árdua. Para exemplificar como funciona essa forma deturpada de pensamento coletivista, nada melhor do que uma pequena história:

Um professor de economia na universidade Texas Tech disse que ele nunca reprovou um só aluno antes, mas tinha, uma vez, reprovado uma classe inteira.



Essa classe em particular tinha insistido que o socialismo realmente funcionava: ninguém seria pobre e ninguém seria rico, tudo seria igualitário e “justo”.

O professor então disse: “Ok, vamos fazer um experimento socialista nesta classe. Ao invés de dinheiro, usaremos suas notas nas provas.” Todas as notas seriam concedidas com base na média da classe, e portanto seriam ‘justas’. Isso quis dizer que todos receberiam as mesmas notas, o que significou que ninguém seria reprovado. Isso também quis dizer, claro, que ninguém receberia um “A”...

Depois que a média das primeiras provas foram tiradas, todos receberam “B”. Quem estudou com dedicação ficou indignado, mas os alunos que não se esforçaram ficaram muito felizes com o resultado.

Quando a segunda prova foi aplicada, os preguiçosos estudaram ainda menos – eles esperavam tirar notas boas de qualquer forma. Aqueles que tinham estudado bastante no início resolveram que eles também se aproveitariam do trem da alegria das notas. Portanto, agindo contra suas tendências, eles copiaram os hábitos dos preguiçosos. Como um resultado, a segunda média das provas foi “D”. Ninguém gostou.

Depois da terceira prova, a média geral foi um “F”. As notas não voltaram a patamares mais altos mas as desavenças entre os alunos, buscas por culpados e palavrões passaram a fazer parte da atmosfera das aulas daquela classe. A busca por ‘justiça’ dos alunos tinha sido a principal causa das reclamações, inimizades e senso de injustiça que passaram a fazer parte daquela turma. No final das contas, ninguém queria mais estudar para beneficiar o resto da sala. Portanto, todos os alunos repetiram o ano... Para sua total surpresa.

O professor explicou que o experimento socialista tinha falhado porque ele foi baseado no menor esforço possível da parte de seus participantes.

Preguiça e mágoas foi seu resultado. Sempre haveria fracasso na situação a partir da qual o experimento tinha começado. “Quando a recompensa é grande”, ele disse, “o esforço pelo sucesso é grande, pelo menos para alguns de nós. Mas quando o governo elimina todas as recompensas ao tirar coisas dos outros sem seu consentimento para dar a outros que não batalharam por elas, então o fracasso é inevitável.”²

Foi esse tipo de pensamento, manipulado pela esquerda, em que o mérito e os lucros são condenados e a liberdade é suprimida em prol da

² ROGERS, Adrian. **Um experimento socialista**. Blog do Instituto Ludwig Von Mises Brasil. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=579>>. Acesso em: 04 nov. 2015.



“solidariedade” com os menos capazes, que nos levou para um dos últimos lugares no ranking *Doing Business 2015*, do Banco Mundial³ (no qual são analisados os diversos fatores que contribuem para a liberdade e facilidade de se fazer negócios), e também nos colocou na lanterna do *Index of Economic Freedom*, da *Heritage Foundation*⁴ (que mede o grau de liberdade das nações). Segundo os dados dessas pesquisas, que serão analisados mais adiante, o Brasil conta com um dos ambientes de negócios mais hostis do planeta, o que está gerando uma verdadeira peregrinação de indivíduos produtivos para países livres e desenvolvidos, em especial para os Estados Unidos.

A partir dessas informações, este artigo tem como objetivo abordar alguns fatores que contribuíram para o atual estado das coisas no país, elucidar como a liberdade econômica de uma nação está relacionada à facilidade de se fazer negócios e contribui para a competitividade do país, bem como quanto a falta de liberdade pode sufocar o desempenho econômico e a vontade de produzir e prosperar dos cidadãos.

O CAMINHO DA SERVIDÃO BRASILEIRO

A expressão cunhada por Friederich Hayek, prêmio Nobel de economia de 1974 e integrante da chamada Escola Austríaca de Economia, define perfeitamente como foi o século XX e o começo do XXI para o Brasil: “O Caminho da Servidão”⁵. Esse caminho foi pavimentado pelas ideias de esquerda, nas quais imperava o intervencionismo estatal em todas as esferas da sociedade – política, econômica, jurídica e social –, o que levaria a nação, consequentemente, ao totalitarismo.

Essas “ideias equivocadas” historicamente causaram mais mortes que o nazismo. União Soviética, China, Coreia do Norte, Camboja,

³ THE WORLD BANK. **Doing Business 2016**. Washington, 2015. Disponível em: <<http://www.doingbusiness.org/reports/global-reports/doing-business-2016>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

⁴ THE HERITAGE FOUNDATION. **2015 Index of Economic Freedom**. Washington, 2015. Disponível em: <<http://www.heritage.org/index/>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

⁵ HAYEK, F.A. **O Caminho da Servidão**. 6. ed. São Paulo. Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.



Vietnã e Cuba são alguns dos países que adotaram essa ideologia nefasta, que causou mais de 100 milhões de mortes pela sua ação direta ou indireta, por meio da miséria, fome e genocídios⁶. Colocando em perspectiva, isso é mais do que o número de mortos na Primeira e Segunda Guerras Mundiais somadas.

No entanto, mesmo após a dissolução da União Soviética, em 1991, demonstrando na prática que essa ideologia simplesmente não funciona – tendo como principal símbolo de ruína a queda do Muro de Berlim – e deixando a ver navios ideológica e financeiramente a metade do planeta que adotou tal sistema, algumas nações e partidos políticos “órfãos” em quase todos os países do mundo insistem em continuar a promover o que definitivamente não funcionou em lugar algum.

A inviabilidade dessas ideias já foi comprovada pelo economista da Escola Austríaca Ludwig Von Mises, que demonstrou a impossibilidade do cálculo econômico sob o regime socialista⁷, que tem a mesma base teórica do comunismo. Entretanto, as ideias esquerdistas ainda são muito influentes, principalmente no Brasil, onde a infiltração dessa ideologia é uma constante há pelo menos um século, tendo se aprofundado durante o período do regime militar e se expandido desde então.

Um dos resultados da penetração dessas ideias no inconsciente coletivo brasileiro é uma sociedade em que grande parcela da população acredita ter muitos direitos – sociais, políticos e econômicos – e poucos deveres, o que foi formalizado na nossa Constituição de 1988, que tem um claro viés populista. Os políticos de esquerda não entendem (ou não querem entender) que o Estado nada produz, apenas distribui, saqueando, por meio do seu poder coercitivo – leia-se tributos e outros meios de tomar à força uma propriedade privada, como nas desapropriações –, o que produzem as pessoas e empresas que realmente agregam valor para a sociedade. Produção essa de bens e serviços que só são acessíveis por causa do modelo capitalista de livre concorrência, com preços e qualidade justamente definidos pelo único chefe em uma economia de livre mercado, o consumidor.

Apesar de o movimento comunista no Brasil estar presente desde 1922, com a criação do Partido Comunista do Brasil, e termos tido

⁶ COURTOIS, STEPHANE. **O Livro Negro do Comunismo**. 6. ed. São Paulo. Bertrand Brasil, 2015.

⁷ VON MISES, Ludwig. **As Seis Lições**. 7. ed. São Paulo. Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2009.



uma ditadura de esquerda na era Vargas, a instauração do pensamento esquerdista na cultura brasileira aprofundou-se em um período relativamente recente. Em 1964, após a deposição do presidente comunista João Goulart pelos militares, e depois de o regime militar ter vencido de forma humilhante a revolução de Luís Carlos Prestes – baseada na luta armada proposta por Lenin –, os movimentos revolucionários de esquerda, entendendo que a tomada do poder pela força não funcionaria, adotaram a estratégia do ideólogo comunista italiano Antônio Gramsci, que transformou a estratégia revolucionária em algo muito mais sutil, e também extremamente mais perigoso.

O objetivo passou a ser o alcance da hegemonia no campo psicológico das massas, uma revolução cultural, por meio dos costumes e do senso comum. Como bem explica o filósofo e professor Olavo de Carvalho:

Gramsci transformou a estratégia comunista, de um grosso amálgama de retórica e força bruta, numa delicada orquestração de influências sutis, penetrante como a programação neurolinguística e mais perigosa, a longo prazo, do que toda a artilharia do exército vermelho. Se Lenin foi o teórico do golpe de Estado, ele foi o estrategista da revolução psicológica que deve preceder e aplainar o caminho para o golpe de Estado. (...) Para operar essa virada, Gramsci estabeleceu uma distinção, das mais importantes, entre 'poder' e 'hegemonia'. O poder é o domínio sobre o aparelho de Estado, sobre a administração, o exército e a polícia. A hegemonia é o domínio psicológico sobre a multidão. A revolução leninista tomava o poder para estabelecer a hegemonia. O Gramscismo conquista a hegemonia para ser levado ao poder suavemente, imperceptivelmente. (...) O governo revolucionário leninista reprime pela violência as idéias adversas. O Gramscismo espera chegar ao poder quando já não houver mais idéias adversas no repertório mental do povo.⁸

Um grande problema que herdamos do período militar foi não entendermos a evolução dessa até então nova estratégia comunista. Pois, ao mesmo tempo em que se obteve uma grande vitória contra a luta armada da esquerda – praticada com atos de terrorismo, táticas de guerrilha, sequestros, homicídios e ataques com bombas –, fracassou-se completamente no entendimento e no combate à nova estratégia gramscista, que encontrou terreno fértil no país ao se ocupar da revolução na esfera cultural, social e moral.

⁸ CARVALHO, Olavo de. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. 2. ed. Rio de Janeiro. Record, 2013.



E como a esquerda fez isso? Lenta e gradualmente, espalharam-se nos meios de comunicação, nas instituições, nas escolas e universidades, deturpando artificialmente (e permanentemente) os valores da sociedade brasileira. Infiltraram-se no meio empresarial, ajudando a criar o arquétipo do empresário explorador, que visa somente ao lucro e oprime os pobres. Atuaram como líderes e porta-vozes dos movimentos sociais, e dessa forma ocuparam todos os espaços que foram dados pela teoria da panela de pressão do general Golbery do Couto e Silva, que afirmava: “Não podemos tampar todos os buracos e fazer pressão porque senão ela estoura”.⁹

O resultado é que as bandeiras vermelhas da esquerda foram cravadas em todos os cantos do país, culminando em uma constituição paternalista, que promete muito mais que o Estado pode e deve proporcionar.

Além disso, a fundação do Foro de São Paulo, em 1990, criado por Fidel Castro e Lula, que tem por objetivo unir a esquerda no continente para recuperar aqui o que foi perdido no Leste Europeu, conta com a participação, em suas reuniões, de mais de cem partidos e “organizações políticas” de esquerda, entre eles grupos ilegais e terroristas, como as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), um grupo terrorista e narcotraficante colombiano; o ELN (Exército de Libertação Nacional), também colombiano; e a organização terrorista peruana de origem maoísta Sendero Luminoso.

Toda essa doutrinação cultural contribuiu para chegarmos ao atual estado das coisas no país: praticamente uma ditadura velada disfarçada de democracia, com muitos membros importantes do governo petista e da base aliada envolvidos em crimes e escândalos de corrupção (como o “mensalão” e o “petrolão”, ambos esquemas de compra de apoio político), intenso aparelhamento e controle da mídia, tentativa de inversão dos valores morais da sociedade por meio da atuação do governo petista, seus aliados e dos grupos de pressão – como CUT (Central Única dos Trabalhadores) e MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) –, e a intervenção em todos os aspectos da vida na sociedade, soplando a liberdade dos indivíduos – seja escravizando-os pela própria miséria, por meio do assistencialismo, seja inviabilizando o trabalho dos que realmente produzem para a sociedade, com impostos, inflação,

⁹ CARVALHO, Olavo de. **Esquerda ocupou o vácuo pós-ditadura**. Veja. Com. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/olavo-de-carvalho-esquerda-ocupou-vacu-pos-ditadura/>>. Acesso em: 12 nov. 2015.



burocracia e corrupção, com o objetivo de sustentar esse Estado inchado e ineficiente, bem como todos os parasitas que vivem da apropriação indevida do dinheiro dos contribuintes.

SUFOCANDO A VONTADE DE EMPREENDER

Muito já se ouviu falar sobre a expressão “custo Brasil”, que basicamente é a soma dos fatores estruturais que fazem do nosso país um ambiente extremamente hostil para se fazer negócios, onde invariavelmente os custos extras na produção de um produto ou serviço são transferidos para o consumidor. Para se ter noção do quão danoso é esse custo para a nação, a seguir serão apresentados alguns dados que mostram um pouco da realidade do empresário no país.

Segundo o relatório do Banco Mundial *Doing Business 2016*, que, por meio de 11 indicadores, mede a facilidade para se fazer negócios em 189 países, o Brasil ocupa a 116ª posição do ranking, e caiu cinco posições em relação ao relatório do ano anterior.

Colocando em perspectiva, para se ter uma ideia da dificuldade de fazer negócios no país, estamos próximos ao Irã (118º) – uma das economias mais fechadas do mundo, que sofre sanções severas devido ao seu programa nuclear –, da Cisjordânia e Faixa de Gaza (129º) – em guerra durante boa parte de sua história –, e perdemos feio para os nossos vizinhos Chile (48º) e Colômbia (54º), que têm realizado profundas reformas de cunho liberal. Além de ser mais difícil fazer negócios no Brasil que na China (84º), estar atrás de um país comandado por um partido comunista revela uma verdade sobre o nosso sistema econômico: não somos de forma alguma capitalistas. A primeira colocação é de Cingapura – há dez anos consecutivos na liderança no ranking –, seguida da Nova Zelândia e da Dinamarca.

Existe um verdadeiro abismo entre o Brasil e os países nas primeiras colocações do ranking. No quadro abaixo, adaptado do relatório, podemos ter uma noção da dimensão da destruição de valor que a esquerda causou no ambiente de negócios brasileiro, onerando-o com a burocracia, além de um Judiciário lento e ineficaz e um sistema tributário absurdamente complexo:



Economia	Classificação geral	Abertura de empresas	Pagamento de impostos	Execução de contratos
Cingapura	1º	10º	5º	1º
Estados Unidos	7º	49º	53º	21º
Rússia	51º	41º	47º	5º
África do Sul	73º	120º	20º	119º
China	84º	136º	132º	7º
Brasil	116º	174º	178º	45º
Argentina	121º	157º	170º	38º
Índia	130º	155º	157º	178º
Venezuela	186º	186º	188º	141º

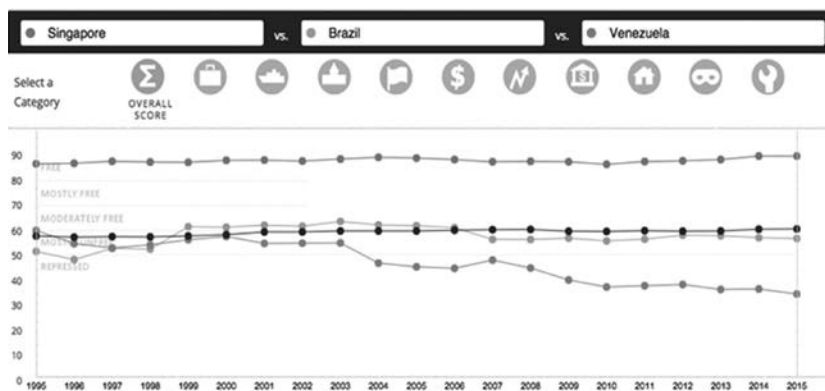
Para fins de comparação entre o ambiente de negócios brasileiros e a economia mais pró-negócios do mundo, o tempo médio para abertura de uma empresa no Brasil é de 101,5 dias, com 11 procedimentos, ao passo que em Cingapura são 2,5 dias e apenas três procedimentos. Quanto ao pagamento de tributos, a taxa é de 24,9% sobre o lucro, e uma empresa brasileira gasta em média 2.600 horas por ano (você leu certo!) no atendimento de todas as obrigações exigidas por lei quanto ao preenchimento de declarações e cumprimento de exigências administrativas, enquanto em Cingapura é de minutos 2% – e gastam-se na atividade 83,5 horas. Já na execução de contratos, no Brasil costuma levar 731 dias para resolução de disputas comerciais em um tribunal de primeira instância, enquanto em Cingapura são 150 dias.

Outro estudo que apresenta uma correlação importante entre o ambiente de negócios e a liberdade é o *Index of Economic Freedom*, realizado pela *Heritage Foundation*, que mede o grau de liberdade das nações. Ao todo são avaliados dez indicadores, agrupados em quatro pilares: Estado de Direito, limitação do governo, eficiência regulatória e abertura dos mercados. O índice tem uma abordagem similar à de Adam Smith na obra “A Riqueza das Nações”¹⁰, onde: instituições que protegem a liberdade dos indivíduos para perseguir os próprios interesses econômicos resultam em maior prosperidade para a sociedade.

¹⁰ MITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. 3. ed. São Paulo. WMF Martins Fontes, 2012.



No gráfico abaixo, apresenta-se essa correlação utilizando o exemplo anterior de Brasil e Cingapura, e acrescentando a Venezuela, um



país que notavelmente teve uma guinada à esquerda desde o governo de Hugo Chávez e que por isso sofre grave crise de desabastecimento, inflação galopante e instabilidade institucional, tendo agravado a situação ainda mais sob os desmandos do sucessor, Nicolás Maduro:

Realizando um paralelo entre as dez economias com a maior facilidade de se fazer negócios com as mais livres para se fazer negócios, identificamos uma forte correlação de 80%, ficando evidente o quão importante é a liberdade econômica para a prosperidade de uma nação.

Já o Brasil encontra-se amargando a 118ª posição e perdeu 0,3% do score em relação ao último ano, refletindo um declínio na metade dos dez indicadores, incluindo liberdade em investimentos, gestão de gastos do governo e liberdade monetária.

Ainda sobre o Brasil, o relatório da *Heritage Foundation* afirma:

O impacto econômico negativo da estagnação na liberdade econômica tem sido largamente mascarado por um forte crescimento impulsionado por altos preços das commodities ao longo da última década, mas com um ambiente internacional se deteriorando e as expectativas de crescimento diminuindo, tem trazido estas questões estruturais para a frente. Mais reformas de base amplas e consistentes serão necessárias para garantir o desenvolvimento econômico de longo prazo.

A partir desses dados, é possível constatar que a tentativa de revolução cultural comunista está nos levando a uma espiral intervencionista



cujo destino final poderá ser o comunismo, e que também foi mascarada por muito tempo pelo *boom* das commodities, em especial para sustentar o crescimento econômico chinês, como bem observa o relatório. Mas, depois que surfou essa onda de prosperidade, o governo petista abandonou o tripé econômico – de metas de inflação, fiscais e câmbio flutuante –, que era o alicerce da estabilidade macroeconômica, e mostrou suas verdadeiras intenções.

Os resultados já podem ser vistos na deterioração dos índices de liberdade, e consequentemente em todos os indicadores econômicos, seguindo em ritmo acelerado em direção ao bolivarianismo, o esquerdismo tupiniquim no mesmo estilo da Venezuela, para mostrar que realmente é um regime totalitário e coletivista, que levará, se nada for feito, à supressão das liberdades individuais, com uma ditadura de esquerda.

Com todo esse custo Brasil, que sufoca a vontade de produzir e vencer, fica evidente que, para ser empreendedor no país, ou mesmo para manter as atividades da empresa, o empresário deve travar uma batalha épica contra o Estado, praticamente uma jornada de herói.

A MORATÓRIA DOS CÉREBROS

Uma das coisas mais importantes que os esquerdistas não entenderam sobre o mercado, ao demonizar a figura do empresário e abominar o seu lucro, é que, para realizar qualquer empreendimento, primeiro o empreendedor terá que investir seu capital, ou de terceiros, e com isso contratar trabalhadores e comprar os insumos ou meios para colocar o plano em prática.

Basicamente, primeiro criam-se empregos, renda e pagam-se tributos, e somente depois, caso o empreendimento tenha sido bem-sucedido, o empresário e investidores poderão obter algum lucro – e nesse caso, ainda se pagam mais tributos! Isso por si só deveria ser o suficiente para convencer uma mente sã da necessidade de, pelo menos, não atrapalhar os negócios privados.

Entretanto, não é o que ocorre, e se existe uma forma eficaz de desestimular as pessoas que geram valor para o mercado, criando produ-



tos, serviços e empregos, é o que Frédéric Bastiat chamou de “espoliação legal”¹¹. É a lei que tira de algumas pessoas aquilo que lhes pertence, para dar a outras o que não lhes pertence.

Essa espoliação tem uma infinidade de formas de atuação, tais como tarifas, protecionismos, benefícios, impostos progressivos, educação gratuita, garantia de salário mínimo e empregos, previdência social. E essa agenda já foi cumprida em grande parte no Brasil, deixando uma carga tão pesada ao empresário que o faz pensar se realmente vale a pena produzir e continuar servindo de hospedeiro para esse Estado parasita, ou simplesmente ir embora, com a sua competência e capital, para um país que valorize suas virtudes.

Caso queira permanecer no país, nestes tempos de taxa básica de juros exorbitante – que tenta manter sob controle a inflação que as políticas econômicas heterodoxas dos governos criou –, pode simplesmente viver de renda de investimentos em renda fixa indexadas à inflação. Não tem erro, quanto mais catastrófico o governo, maiores são os rendimentos, e quem perde é a sociedade, com menos emprego, renda e produtos.

Além do inóspito ambiente de negócios, esse sentimento está sendo alimentado também pela violência e pela doutrinação ideológica na educação. A dimensão da violência no Brasil é dantesca, conforme o relatório Mapa da Violência de 2012¹²: entre 2004 e 2007, morreram mais pessoas vítimas de homicídios no país do que a soma dos 12 maiores conflitos armados do mundo no mesmo período. Ainda, o estudo aponta que, no ano de 2012, 56.325 pessoas foram vítimas de homicídio, o que resulta em uma média de 154 mortes por dia. Para fins de comparação, isso é mais do que o conflito na faixa de Gaza, que mata uma média de 66 pessoas por dia.

Já na educação, o problema está, além de na péssima alocação de recursos do contribuinte, na doutrinação ideológica. Basicamente essa doutrinação é realizada por meio de uso político e eleitoreiro de materiais didáticos e propaganda ideológica nas instituições de ensino, com professores-militantes, entre outras aberrações. Isso, inclusive, motivou

¹¹ BASTIAT, Frédéric. *A Lei*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro. Instituto Liberal, 1991.

¹² WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012: Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil*. São Paulo, 2012.



a criação da organização *Escola Sem Partido*¹³, pelo advogado Miguel Nagib, que é “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”.

A soma desses fatores contribui para que haja uma migração importante de pessoas para o exterior, em especial para os Estados Unidos. Miami, por exemplo, é considerada pelos brasileiros como o “Vale de Galt”, do romance de Ayn Rand: lugar onde as pessoas produtivas e prósperas da sociedade se refugiaram, deixando o mundo ruir nas mãos dos estatistas e burocratas – ou, como o escritor Rodrigo Constantino bem observou, “o Rio de Janeiro que deu certo”¹⁴.

E por que deu certo? Simplesmente porque a nação adotou, desde a sua fundação, com os *Founding Fathers*, o ideário liberal, com a proteção dos direitos inalienáveis do ser humano, a vida, a liberdade e a propriedade, fortalecendo-os com as instituições que foram descritas pelo historiador Niall Ferguson como os princípios basilares de uma sociedade livre: a democracia, o capitalismo, o Estado de Direito e a sociedade civil¹⁵.

O que mais causa preocupação nesse fenômeno, que é notório atualmente na nossa sociedade, é a fuga de capital humano da nação, a famosa drenagem de cérebros pelas nações livres e desenvolvidas, que na teoria é uma emigração em massa de indivíduos com aptidões técnicas ou dotados de formação superior, normalmente devido a fatores como conflitos étnicos e guerras civis, falta de oportunidades, riscos à saúde e instabilidade política nos países de origem.

No Brasil o desastre tem nome, chama-se Partido dos Trabalhadores. Notadamente após a reeleição de Dilma Rousseff, simplesmente alguns dos melhores cérebros da nação estão deixando-a, por saberem que terão uma vida mais útil e gratificante longe da sua pátria dominada pelo esquerdismo e pela ideologia dos vitimistas, dos que nada produzem e dos que exigem o imerecido por supostamente ser seu “direito”,

¹³ NAGIB, Miguel. *Escola Sem Partido*. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

¹⁴ CONSTANTINO, Rodrigo. John Galt já está em Miami. Blog do Constantino na Veja. Disponível em: <<http://rodrigoconstantino.com/historico-veja/cultura/john-galt-ja-esta-em-miami/>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

¹⁵ FERGUSSON, Nial. *A Grande Degeneração*. 1. ed. São Paulo. Planeta, 2013.



devido a sua necessidade, e não a seu mérito. Tal como brilhantemente escreveu Ayn Rand:

Quando você perceber que, para produzir, precisa obter a autorização de quem não produz nada; quando comprovar que o dinheiro flui para que não negocia com bens, mas com favores; quando perceber que muitos ficam ricos pelo suborno e por influências, mais que pelo trabalho, e que a lei não nos protege de eles, mas, pelo contrário, são eles que estão protegidos de você; quando perceber que a corrupção é recompensada, e a honestidade se converte em auto-sacrifício; então poderá afirmar, sem temor de errar, que sua sociedade está condenada.¹⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou resgatar as origens do aprofundamento da intervenção esquerdista na história recente do Brasil, mostrando como ela ocupou o vácuo ideológico deixado durante o regime militar e as suas nefastas consequências advindas da implantação das suas ideias pela tentativa de revolução cultural, que ainda hoje domina em grande parte as mentes das massas.

Sobre isso, como bem observou o ex-presidente americano Abraham Lincoln, “Você pode enganar algumas pessoas o tempo todo, ou todas as pessoas durante algum tempo, mas você não pode enganar todas as pessoas o tempo todo”. Felizmente, as consequências do desastre que é o governo petista estão se encarregando de mostrar a verdade para todos os brasileiros. Somadas aos casos endêmicos de corrupção expostos pela operação Lava Jato, aos trabalhos dos institutos liberais, dos movimentos sociais de cunho liberal – como o “Vem pra rua” e o “Movimento Brasil Livre” – e das manifestações de milhões nas ruas do país, estão começando a fazer uma verdadeira resistência popular a esse regime ineficiente e imoral.

Além disso, o presente trabalho procurou abordar, com as pesquisas *Doing Business 2016*, do Banco Mundial, e o *Index of Economic Freedom*, da *Heritage Foundation*, a correlação que existe entre competitividade empresarial e a liberdade das pessoas. As melhores práticas que levam à prosperidade das nações já estão fartamente documentadas nos estudos

¹⁶ RAND, Ayn. *A Revolta de Atlas*. São Paulo. Arqueiro, 2010.



e são indissociáveis do ideário liberal, mas a grande dificuldade está na batalha política para a implantação das ideias certas, após pelo menos meio século de doutrinação esquerdista no país.

O fato é que os princípios da coletividade, em detrimento do indivíduo; da coerção, ao invés da liberdade; das necessidades, em vez do mérito; da morte, ao invés da vida, estão há muito tempo se infiltrando nos corações e mentes dos brasileiros, causando danos que podem demorar décadas para ser revertidos e que acabam em grande parte com a vontade de empreender e produzir dos indivíduos, ocasionando uma verdadeira moratória dos cérebros, tal como no romance de Ayn Rand.

É nesses tempos de tormenta, causados por essa hegemonia ideológica da esquerda, que as luzes da liberdade devem brilhar com mais intensidade, para que, por meio das boas ideias, que já se provaram eficazes nos lugares onde foram implementadas, possam dissipar as trevas da ignorância e tornar a nossa sociedade mais livre e próspera. ❀





29º FÓRUM DA
LIBERDADE

O cume e o abismo

Mateus Berlt Jarros

Economista / Associado do IEE







O Brasil e sua economia são enormes e diversificados em quase todos os aspectos que podem ser analisados. Com larga extensão territorial, diversidade de terras férteis, zonas urbanas crescentes e população jovem, o país é globalmente conhecido como uma potência produtora de *commodities* e exportador líder de grande variedade de itens como carne, frango, grãos e açúcar. O Brasil tem à disposição quase todos os tipos de clima, não sofre com terremotos, furacões ou tsunamis.

Desconsiderando as chuvas fortes que assolam algumas regiões e causam danos para as pessoas que não contam com construções resistentes, o país não se preocupa com nenhum desastre natural. Para completar, beleza cênica e turismo de diversos tipos estão à disposição de empresários para serem explorados. Os investidores nacionais e internacionais reconhecem as imensas oportunidades que o Brasil oferece para o mundo globalizado, assim como seu lugar entre a vanguarda mundial, mesmo que esse lugar não seja garantido.

O cenário descrito acima parece muito promissor, e realmente o é. Entretanto, a economia brasileira é altamente regulada e sofre intervenções drásticas por parte do Estado. Empresas estatais e de capital misto controlam grande parte do setor de utilidades básicas para a sociedade. O petróleo, um dos itens fundamentais da matriz energética, é explorado pela Petrobras (estatal que teve monopólio legal sobre a *commodity* por décadas), o que impõe barreiras significativas à concorrência. A burocracia e o excesso de regulação contribuem para a existência de oligopólios e mercados de difícil entrada. O Código Tributário é complexo, inconsistente e volátil. A economia foi mantida relativamente fechada desde a década de 1970, anos do “milagre econômico”, até 1990, quando



o governo iniciou as reformas que possibilitaram o desenvolvimento de um mercado mais sólido e competitivo.

Esses dois lados do Brasil são verdadeiros e fazem parte da realidade e da expectativa dos brasileiros de hoje. Percebe-se que as pessoas têm consciência de ambas as conjunturas descritas. O que parece faltar é entendimento sobre como pode existir a diferença abismal entre os dois cenários e como o lado ruim é responsável por comprometer aquilo que é bom.

Ao esclarecer a quantidade de recursos, oportunidades e tempo desperdiçados nas últimas décadas, os brasileiros passam a ter uma percepção mais crítica sobre o potencial do país. Para isso, este artigo analisará o contexto que levou o Brasil até o início dos anos 2000, período no qual o país teve a melhor oportunidade de crescimento já vista desde a independência. Ao analisar o contexto dos anos perdidos, será exposta a participação do Estado nesse processo. Ficará claro, por meio da observância da sociedade em relação ao seu papel de vigilante do Estado, como o país pôde chegar ao cume e como conseguiu despencar para a escuridão do abismo.

O CUME

No início dos anos 2000, analistas econômicos previam que o Brasil, juntamente com Rússia, Índia e China, viria a dominar o mundo em um futuro não muito distante. Existia, porém, certa dúvida sobre a capacidade do Brasil como país emergente. O ceticismo era causado pelo fato de que, desde a estabilização da inflação, com o Plano Real, o país havia apresentado taxas de crescimento pequenas quando comparadas às de seus vizinhos e às de outros países em desenvolvimento. Considerando também a instabilidade política e a corrupção como problemas cotidianos, torna-se pouco necessário explicar a razão das dúvidas da posição brasileira ao lado dos gigantes emergentes.

Ao final da década de 2000, todo o ceticismo relacionado ao potencial do Brasil havia desaparecido. A China liderava o mundo para fora da recessão causada pela crise financeira internacional que começou em



2008. Apesar do grande peso chinês perante o mercado internacional, o Brasil também estava participando da retomada da economia mundial. A posição brasileira foi vantajosa, visto que o Brasil foi um dos países menos impactados pela crise e um dos primeiros a sair oficialmente dela, com o crescimento do PIB com taxa anualizada de cinco pontos percentuais em 2009.

A expectativa existente na época era de que a economia brasileira iria decolar nos anos seguintes, considerando o potencial da descoberta do pré-sal e a fome por importação de minérios e alimentos (produtos vastamente produzidos e exportados pelo Brasil) dos países asiáticos.

Em comparação com os outros países emergentes, o Brasil tem diversas vantagens, como consequência de sua posição geográfica, social e política. A oportunidade brasileira de crescer em 2009 era muito maior do que a dos outros países emergentes. Diferentemente da China, o Brasil era (e ainda é) uma democracia. Ao contrário da Índia, não tem uma religião rígida nem um sistema social de classes que torna impossível a mobilidade social. Em contraste com a Rússia, o leque de produtos passíveis de exportação vai além de armas e gás, sem contar o fato de tratar os investidores estrangeiros com respeito (mesmo que limitado, muitas vezes).

Além da conjuntura internacional favorável ao Brasil, as políticas sociais criadas no período de presidência de FHC e continuadas por Lula foram consideradas exemplos práticos em fóruns internacionais sobre redução da pobreza extrema e mobilidade social. O mundo entendia que era possível aprender muito mais com o modelo brasileiro do que com o modelo chinês de nação.

Mas o otimismo do mundo sobre o país não foi resultado do acaso. Desde meados de 1994, o Brasil preparou a base necessária para atingir o crescimento da década seguinte, com a estabilização monetária e o Plano Real. Depois de esgotadas todas as alternativas, foi possível elaborar o plano econômico que controlou a inflação e criou uma moeda cuja estabilidade se tornou possível. Graças à estabilidade monetária, leis de responsabilidade fiscal foram aprovadas, dando fim a décadas de gastos irresponsáveis e impressão de moeda.



O Banco Central recebeu certa autonomia (ainda que muito limitada), e o conjunto de ações políticas dos anos 1990 foi essencial para a abertura da economia para o capital estrangeiro, tão necessário para a indústria. Para completar o conjunto de políticas, o governo de FHC iniciou um programa de privatização de empresas públicas nacionais.

A venda dessas empresas tinha objetivo de encerrar os prejuízos causados ao orçamento do governo federal, além de utilizar os recursos captados para abater o endividamento do Estado. Assim, foi possível melhorar de forma significativa a infraestrutura disponível e a oferta de serviços básicos.

O contexto estabelecido pela política econômica de cunho liberal dos anos 1990 ajudou a criar uma torrente de empresas multinacionais brasileiras. Algumas delas floresceram com a própria privatização. Outras, já muito grandes, tornaram-se gigantes com as novas possibilidades conquistadas pela abertura comercial e estabilidade econômica.

Junto a gigantes brasileiras, uma nova classe de empreendedores foi criada. Com o passado de dificuldades, muitos aprenderam duras lições sobre como manter suas empresas. Assim, tornaram-se mais preparados para aproveitar a estabilidade econômica e as oportunidades do mercado em crescimento. Os investimentos estrangeiros eram abundantes no final dos anos 2000, atraídos pela queda da pobreza e entrada de milhões de novos clientes nos mercados consumidores.

O Brasil alcançou o melhor período de expectativas econômicas desde que seus índices começaram a ser registrados. Boa parte do cenário econômico que o país viveu durante a primeira década do século XXI se deveu ao simples bom senso dos governantes: de FHC, ao aplicar medidas de livre mercado, e de Lula, ao manter temporariamente as políticas de cunho liberal.

Ao mesmo tempo, a população parece não ter aprendido nada sobre os perigos da gestão estatal. O povo brasileiro suspeita negativamente dos benefícios do livre mercado e acredita que a intervenção estatal nos negócios, nas finanças e na sociedade pode gerar os benefícios que tanto deseja. Suas crenças não poderiam estar mais erradas.

Aos olhos de um analista econômico, as premissas pelas quais o Brasil conseguiu chegar ao ápice de sua trajetória são claras: mais livre mer-



cado, menos intervenção do Estado. Ao chegar ao final dos anos 2000 com as melhores expectativas de crescimento da história, o Brasil deveria ter reforçado as premissas que possibilitaram tal conjuntura – aproveitar o crescimento chinês, o boom das *commodities* e a nova estabilidade monetária para ampliar a desregulamentação dos mercados e aplicar as reformas necessárias.

O tema de casa para os governantes era claro, mas não foi realizado. Para se tornar realidade, o reforço das políticas liberais necessitava de governos, ao menos, de centro, que enxergassem as melhores diretrizes para trazer prosperidade. Não foi o que aconteceu.

Os políticos petistas minaram as premissas da economia e aumentaram a intervenção estatal. Os gastos públicos cresceram, durante todos os seus governos, em ritmos superiores aos do crescimento do PIB. Ao invés de reduzir ministérios, novos foram criados. O Brasil, que se dirigia ao cume, caiu direto no abismo.

O ABISMO

O contraste da situação econômica e política atual com aquela do início dos anos de cume não poderia ser pior. O PIB passou a crescer muito menos, e a inflação passou a aumentar, vinda de patamares estáveis. Em 2013, manifestações em massa, reunindo milhões de brasileiros, repetiram-se. Não ocorriam protestos de tal magnitude desde o regime militar. Apesar da pauta desses movimentos não ter sido clara, incluiu o caso do petróleo, a corrupção em geral e a péssima perspectiva de crescimento da economia. Acima de tudo, demonstrou a revolta da população e a redução da popularidade do governo Dilma.

Os governos petistas de Lula e Dilma não efetuaram nenhuma das reformas necessárias para manter o crescimento brasileiro, muito menos fizeram questão de manter as premissas do Plano Real, tão importantes para a estabilidade econômica. Para piorar, a prioridade da agenda de gastos do governo federal é diferente da necessidade real de receber recursos. Para um país em desenvolvimento, deveria ser óbvio priorizar gastos em infraestrutura. Entretanto, prioriza-se a Previdência.



A incoerência do governo é agravada porque a população brasileira é jovem quando comparada à de países europeus. No entanto, a proporção de gastos com Previdência em relação ao PIB é parecida. O populismo foi a estratégia de poder dos governos petistas. O foco nos gastos com programas de Previdência e de assistência social deixa evidente essa posição, enquanto havia tanto por fazer em relação a reformas estruturais e investimentos em infraestrutura.

O governo de FHC, com todos os defeitos, iniciou o tratamento das principais patologias nacionais (como a inflação, a dívida crescente e as empresas estatais) ao proporcionar estabilidade econômica e financeira. Os governos petistas de Lula e Dilma não tinham interesse em fazer um projeto de governo para continuar as outras reformas necessárias (como tributária e previdenciária).

Ao contrário, pioraram a situação, ao ordenar publicamente ao presidente do Banco Central que reduzisse a taxa de juros. Essa atitude ajudou a espantar muitos investidores estrangeiros no início dos anos 2010. Deteriorou também a reputação brasileira de país emergente sério ao levantar desconfiança sobre a autonomia do Banco Central e o seu compromisso no controle da inflação.

Perdeu-se também a chance de aproveitar um bônus demográfico e investir em reformas. A taxa de natalidade diminuiu nos últimos anos. Ao mesmo tempo, a população brasileira em idade ativa para trabalhar continua muito jovem em relação aos idosos e aposentados. Infelizmente, toda a diferença do bônus demográfico perde-se no sistema previdenciário, generoso demais para a condição do país. Muito em breve, a conta da Previdência ficará ainda mais cara, quando a população começar a envelhecer e se aposentar.

Mas o cenário nunca é de todo ruim para o Brasil. O país é vasto e abundante. Existem poucos Estados nacionais com disposição territorial equiparável à brasileira. Nesse sentido, foi possível manter, a duras batalhas, uma posição competitiva nos mercados de agronegócio. Mas nem mesmo nesse nicho se utiliza todo o seu potencial. Como exemplo, apesar de a soja produzida ser uma das mais baratas de se cultivar e colher do planeta, ela cai diversas posições nos rankings de competitividade devido à dificuldade de levar a produção



ao porto. Essa constatação vale para diversos outros bens produzidos em nossas fazendas e fábricas.

É evidente que o abismo no qual o Brasil se encontra é ainda mais profundo. Mesmo depois de todo o assistencialismo utilizado pelos governos do PSDB e PT, o país continua como um dos mais miseráveis do planeta. Isso quer dizer que os programas de assistência social não surtem efeito para melhorar as condições de vida de forma permanente. As famílias brasileiras dependem mais do Estado a cada ano.

Trata-se, então, do efeito intencional da política assistencialista, que é criar dependentes do Estado. O partido governista ganha uma massa de votos garantidos, bastando afirmar que a oposição irá cortar os programas assistencialistas vigentes (lembre-se das últimas eleições) para garantir a sua perpetuação no poder.

Os protestos de 2013 marcaram o ponto em que grande parte da população brasileira acordou para a situação do país. Foi naquele momento que a popularidade do governo petista começou a cair. Hoje Dilma é a presidente com menor aceitação em décadas. Os políticos, complacentes, acreditaram que os movimentos daquele inverno não passavam de ações temporárias para expor insatisfações momentâneas.

Ainda não está claro para os burocratas que é a nova geração quem lidera os movimentos a favor do liberalismo, contra o crescimento do Estado. Além disso, a internet e os meios de comunicação facilitam a coordenação e organização de protestos. Esses jovens têm menos disposição para aceitar políticos corruptos e exigem receber serviços de qualidade em troca dos altos impostos. Não aceitam o aumento dos gastos do governo, mesmo que a motivação seja para a melhora dos serviços estatais.

Para a metade da população votante em outubro de 2014, está clara a ineficiência do governo em proporcionar o mínimo que promete. A situação dos impostos estrangula qualquer trabalhador assalariado ao tomar compulsoriamente grande parte de seu salário e devolver pouco em troca. Esses se opõem não só ao governo atual, mas também às condições históricas do Estado de irreverência com o cidadão.

Consequentemente, a insatisfação continuou e cresceu. Enquanto os protestos de 2013 foram difusos e sem liderança, os de 2015 tiveram



organização e foram direcionados a Dilma e ao PT. Muitos pediram pelo *impeachment*, justificado pelo envolvimento da presidente com o escândalo da Petrobras. Outros queriam deixar claro que a má gestão pública, o populismo barato e o projeto de poder não serão aceitos como agenda do governo.

A inflação e o descaso com a austeridade fiscal também foram pauta de diversos protestantes, preocupados com o pessimismo que nublou a economia brasileira em 2015. Mas o que realmente assustou a presidente foi a obstrução política que sofreu no Congresso, causada pela queda dramática de sua popularidade. Ela não fez mais aparições públicas, e, nas poucas vezes em que apareceu, foi vaiada.

O descaso com o endividamento e com a inflação reforça o desinteresse da presidente e de seu governo com o futuro do país. O recente rebaixamento do grau de investimento da dívida brasileira gerou desastrosa reação dos políticos. A notícia foi uma grande frustração para o ministro Joaquim Levy. Economista com viés ortodoxo, foi trazido ao governo para tentar conter o ânimo do mercado, que estava saturado com a irresponsabilidade e a falta de bom senso de Guido Mantega.

As poucas iniciativas trazidas por Levy para estabelecer certa austeridade fiscal foram barradas no Congresso, âmbito no qual a presidente tem pouco controle no momento – levando em conta a popularidade abaixo dos 10% e o escândalo da Petrobras, trazendo diariamente à tona réus com relação direta com o PT.

Junto com a falta de rigor no âmbito macroeconômico, a intromissão microeconômica chegou a termos insuportáveis. O governo adotou uma política industrial desajeitada e esfolou o setor privado. A pouca confiança que este tinha no governo desapareceu. Dilma não pode reviver o ímpeto do Brasil, muito menos o breve momento de cume que aconteceu antes de seu mandato. É importante notar que suas ferramentas são hoje mais inúteis do que foram anteriormente e podem causar mais estrago do que já causaram. Mais gastos do governo só afugentarão ainda mais os empresários. Taxas de juros artificialmente mais baixas só ajudarão a alimentar a inflação.



O que certamente passou pela cabeça da presidente da República foi que algumas medidas de cunho ortodoxo no Ministério da Fazenda seriam o suficiente para torná-la popular novamente. Felizmente, não é essa a realidade. Sua falta de capital político e principalmente de carisma a impedem de tomar mais ações desastrosas.

Em contrapartida, a economia brasileira levará mais tempo para retomar algum crescimento. Dilma ficou convencida de que, do jeito que estava, seu governo não conseguiria continuar no comando do país. Isso não quer dizer que ela está convencida da necessidade de liberalismo. A presidente percebeu que, se fizesse mais do que quer (heterodoxia), seu governo não mais sobreviveria e faria o mercado ficar mais desconfiado e volátil, encurtando ainda mais suas chances de terminar o mandato.

O BRASIL DE HANK REARDEN

“O ato de dar nomes aos bois em vez de evitar o assunto era algo tão diferente do comportamento normal de todos os homens que ele conhecia...”

Ayn Rand, “A revolta de Atlas”, sobre Hank Rearden.

A retomada do crescimento do Brasil não se dará pelo aumento dos gastos públicos ou outros incentivos estatais. A realidade do país é mais complexa e delicada. Por isso, sabe-se que a expansão fiscal, o remédio padrão da classe política, não terá efeito na economia, e seus resultados serão desastrosos.

Dada a condição da péssima expectativa dos brasileiros com o governo, o aumento de gastos do Estado não mais tem aderência no mercado. O uso do dinheiro de impostos nesse sentido será desperdício de recursos na tentativa de aumentar investimento ou construir confiança dos empresários e consumidores.

Para que isso aconteça, mudanças mais drásticas devem ocorrer, no sentido contrário do que querem os governantes. As premissas liberais,



como austeridade fiscal, reformas e desregulamentação dos mercados, são as ideias que darão norte para reaquecer a economia. Mas o liberalismo é tratado com descrédito pelos governistas, e seu remédio austero não é aceito por políticos, porque retira das mãos deles o poder e os recursos.

O liberalismo no Brasil recebe o mesmo tratamento que o metal Readen recebeu em “O cume o e abismo” na “Revolta da Atlas”, de Ayn Rand. Tratado como uma ameaça, burocratas, estadistas e “amigos do rei” fazem de tudo para impedir o seu uso. O conjunto de empresários e amigos do “Conselho Nacional da Indústria”, descrito no capítulo de Rand, é um conselho com poderes de *lobby* em Washington que nomeia uma comissão para “estudar” e tornar público o uso “socialmente nocivo” do metal.

Henry Rearden é um empresário criado por Rand para ilustrar o *self-made man* pragmático e orgulhoso¹. Ao anunciar o novo metal, toda a indústria (incompetente e em busca de reservas de mercado e proteção estatal) e o governo juntam-se contra Hank e seu produto. Justamente a visão de Hank Rearden, pragmática, focada em resultado e com valores inflexíveis, foi o que faltou para os governantes durante todo o tempo no Brasil.

Poderemos passar por mais diversos cumes ao longo das próximas décadas; talvez a oportunidade que existiu nos últimos anos nunca mais se repita. Mas, certamente, enquanto o liberalismo for tratado como o metal de Hank foi na “Revolta de Altas” e não for soberano ao nortear as ações econômicas dos governos eleitos, cairemos ainda muitas vezes na escuridão do abismo. ❁

¹ RAND, Ayn. **A Revolta de Atlas**. São Paulo. Arqueiro, 2010.







29º FÓRUM DA
LIBERDADE

**Em nome do que há
de melhor em nós**

Michelle Soares Nunes Golgo
Advogada / Associada do IEE





INTRODUÇÃO

São incontáveis as inovações e criações que modificaram a história da humanidade ao longo do tempo. Nos últimos dois séculos, mais especificamente, após a Revolução Industrial, pode-se traçar um paralelo claro entre a atividade empreendedora e as inovações que modificaram todo o modo de comportamento humano.

Os navios modernos que permitiram as grandes navegações, passando pelas comunicações – primeiro com o telefone, e mais recentemente com a internet –, até as inovações da indústria farmacêutica, dentre outros milhares, são exemplos de como um indivíduo, ou um grupo, buscando autointeresse e lucro, criou algo novo que melhorou a vida de milhões de pessoas e trouxe para si o enriquecimento.

Neste capítulo será demonstrado como a atividade empreendedora está relacionada fortemente com a ideia de que cada indivíduo pode, com suas características únicas e especiais, usar seus talentos e habilidades no sentido de criar uma empresa, gerar lucro, empregos e riqueza. Do ponto de vista tanto individual como coletivo, são os lugares em que há liberdade e incentivo para que os indivíduos extraiam o melhor de si e sejam beneficiados com isso (tenham lucro) que estão em crescimento e evolução constante.

Países que dificultam a atividade livre dos indivíduos, tanto ao criar muitas normas como ao estabelecer muita burocracia ou tributos para aqueles que desejam criar seus próprios negócios, são onde se encontra



menos possibilidade de mobilidade social, ou seja, onde é menos possível que uma pessoa pobre deixe de ser pobre.

Será analisado o brilhante exemplo da Nova Zelândia, que, para resolver uma crise econômica, com baixo crescimento e muito desemprego, aplicou uma política de reforma liberal em sua economia e vem tendo como resultado um crescimento econômico sem precedentes, que já perdura mais de 30 anos.

Embora no Brasil persista a cultura de que o Estado é um benfeitor que busca o bem de todos e é responsável por suprir as necessidades dos menos favorecidos, é preciso entender como países que têm uma cultura diferente, de ambiente propício à liberdade individual e menor interferência do Estado no ambiente econômico, conseguem tornar a vida dos mais pobres efetivamente melhor.

1. O QUE HÁ DE MELHOR EM CADA UM

Cada indivíduo tem em si alguma aptidão, paixão ou habilidade única, que pode ser das mais diversas áreas ou, até, de múltiplas delas, as quais podem ser moldadas para se tornarem algo muito útil a outras pessoas. Desde os primórdios das civilizações, a propagação do conhecimento, as diferentes habilidades de cada um, as trocas e as inovações foram as responsáveis pelas constantes mudanças ocorridas nas sociedades.

As habilidades dos indivíduos são a semente inicial do empreendedorismo, que pode ser entendido como maneiras novas de produzir, de resolver problemas ou de criar novos produtos que serão consumidos por outros indivíduos. A invenção de navios e mais tarde das máquinas a vapor, passando pelos carros e *smartphones*, chegando até os dias de hoje, com a criação de ferramentas como o Facebook, podem ser identificadas como atitudes empreendedoras.

Historicamente, é importante destacar como a atividade empreendedora foi e continua sendo a maneira de haver mobilidade social e possibilidade de enriquecimento por qualquer indivíduo que atenda às necessidades de outros indivíduos.



No final da Idade Média, o termo burguesia surgiu para denominar uma nova classe de pessoas que enriqueceram individualmente e modificaram a estrutura de imobilidade social que havia até então.

Burgueses eram os indivíduos que não possuíam terras (que era exclusividade dos nobres) e que deixaram sua condição inicial de servos (trabalhadores dos feudos); que, ao migrarem para as cidades, se dedicaram ao comércio e à prestação de serviços, criando uma nova classe de pessoas que produziram riquezas por meios próprios e modificaram toda a estrutura social e econômica vigente até então.

Podemos identificar claramente um paralelo entre burgueses e empreendedores no sentido de criar riqueza por meio da inovação. Estes enriqueceram por meios próprios, sem capital herdado ou ajuda governamental, e foram os responsáveis pelas mais diversas inovações que vêm ocorrendo na História da humanidade desde a Idade Média até hoje.

A chamada Revolução Industrial surgiu de criações burguesas, já que estes possuíam os recursos financeiros para investir em inovação, assim como o preparo intelectual, visto que eram pessoas que valorizavam a instrução e o estudo. As primeiras máquinas foram criadas pelos burgueses¹ com o propósito de poupar o tempo do trabalho humano. Com a mecanização, a produção de mercadorias aumentou, e os lucros também cresceram. Vários empresários, então, começaram a investir nas indústrias, e a riqueza foi se multiplicando continuamente até os dias de hoje.

2. EMPREENDEDORISMO

Tratar de empreendedorismo é tratar do ser humano e, por conseguinte, da capacidade nata que este tem de se moldar, suplantando e transcendendo os limites impostos a ele. Empreendedor é aquele que encontra o chamado interno de sua paixão e, ao materializar sua ideia em forma de produto, entrega algo novo para o mundo.

¹ HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem – do Feudalismo ao Século XXI. São Paulo: Ed. LTC, 2011. p. 30.



Os empreendedores são visionários. Têm iniciativa, persuasão e liderança. Enfrentam os obstáculos com foco nos resultados e visão de futuro, sendo capazes de identificar as oportunidades e transformá-las em produtos e serviços inovadores. Pode-se dizer que o empreendedorismo está ligado à satisfação das necessidades com a disposição para enfrentar crises, explorando oportunidades e curiosidades com inovação e criatividade.

A atividade empreendedora é a responsável pela melhora constante na qualidade de vida das pessoas. As inovações e melhoras tanto na qualidade quanto na longevidade humana podem ser atribuídas a inovações constantes que ocorrem, por exemplo, na agricultura, que obteve ganhos de produtividade da terra, do capital e da mão de obra e aumento da eficiência econômica devido à especialização das unidades produtivas. Por conseguinte, houve crescimento da oferta de produtos agropecuários e abastecimento da população, com queda de preços dos alimentos. Assim também aconteceu com a indústria farmacêutica, que é responsável pelo aumento constante na longevidade dos seres humanos, com sua busca incessante, via pesquisa e desenvolvimento, de novos remédios que melhoram a condição geral dos indivíduos.

Em razão dessa relação entre atividade empreendedora, inovações e desenvolvimento, a única maneira de entender por que alguns países são muito pobres e outros, apesar de crises pontuais, mantêm ciclos de crescimento e prosperidade é compreendendo o que cria a riqueza e o que a inibe. O governo não gera riqueza – quem gera riqueza são indivíduos com interesses. A cooperação humana é, sozinha, o motor do aumento da produção per capita e da verdadeira prosperidade.

Os empreendedores que conseguiram impactar a vida de muitas pessoas com suas criações foram recompensados com o enriquecimento. As pessoas estão dispostas a pagar por alguma criação de que precisam ou que apreciam, recompensando seu criador e criando uma corrente contínua de crescimento e inovação. Esse ciclo de aprimoramento e enriquecimento, que se intensificou após a Revolução Industrial, deve ser visto como algo a ser perpetuado.

Ludwig von Mises resume bem a relação entre capitalismo, liberalismo (pouca interferência estatal) e melhora na qualidade de vida dos indivíduos:



Uma sociedade em que os princípios liberais são levados a efeito é, comumente, chamada de sociedade capitalista, e de capitalismo a condição em que se encontra tal sociedade. Não obstante, alguém estará coberto de razão se chamar nossa era de Idade do Capitalismo, porque tudo o que se criou de riqueza em nosso tempo, pode-se dizer, tem sua origem em instituições capitalistas. Graças àquelas ideias liberais, que ainda permanecem vivas em nossa sociedade, e ao que nelas ainda sobrevive do sistema capitalista, a grande massa de nossos contemporâneos pode gozar de um padrão de vida bem acima do que, há poucas gerações, era possível somente aos ricos e aos detentores de privilégios especiais².

Relações de ganho mútuo são o meio de gerar um círculo virtuoso, aumentando a riqueza total, o que permite deixar para trás o eterno cabo de guerra por uma riqueza estanque³. Ao contrário do que muitos acreditam⁴, não é necessário que, para um indivíduo enriqueça, outro tenha que empobrecer.

A economia não é um jogo de soma zero. A quantidade de riqueza do mundo ao longo dos séculos não se manteve igual. Temos claramente aumento da riqueza mundial com o passar do tempo, que se tornou exponencial após a Revolução Industrial e o avanço do capitalismo. Os recentes novos bilionários provenientes de empresas tecnológicas do Vale do Silício enriqueceram criando valor para as pessoas. Empresas como Google e Facebook são um choque para os que acreditam que pobres trabalhadores devem estar sendo explorados em uma fábrica em péssimas condições para que um indivíduo possa lucrar bilhões. As empresas citadas, inclusive, funcionam de forma gratuita para seus usuários⁵.

² VON MISES, Ludwig. **Liberalismo – Segundo a Tradição Clássica**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. p. 122.

³ FONSECA, Joel Pinheiro. Em vez de culpar a desigualdade, pense em criar mais riqueza. **Instituto Ludwig Von Mises Brasil**, São Paulo, 14 de janeiro de 2015. Disponível em: < <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2007>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

⁴ ARAÚJO, Vinicius. 6 fatos que seu professor esquerdista não te contou. **Porco Capitalista**, São Paulo, 25 jan. 2014. Disponível em: < <http://www.porcocapitalista.com.br/2014/01/6-fatos-que-seu-professor-esquerdista.html>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

⁵ DOURADO, Danila. O negócio do Facebook é você. **Mídia Boom**, São Paulo, 22 de jan. 2011. Disponível em: <<http://midiaboom.com.br/empreendedorismo/o-negocio-do-facebook-e-voce/>>. Acesso em: 22 fev. 2016.



Facebook e Google são exemplos de empresas tecnológicas que obtêm lucros ao facilitar e aproximar indivíduos com interesses diversos. Elas são plataformas gratuitas que geram valor aos usuários e, por causa disso, têm lucro. Dessa forma, são empresas de cuja existência tanto seus CEOs, seus acionistas e seus empregados quanto seus usuários conseguem se beneficiar. São grandes exemplos de uma relação ganha-ganha.

Só há uma maneira de enriquecer: oferecendo algo que outras pessoas queiram. Isso vale tanto para o cantor que cria músicas que agradem seus fãs quanto para o empresário que oferece um bem ou serviço que torne mais fácil ou melhor a vida de seus consumidores. Se a troca é voluntária, as duas partes envolvidas saem ganhando (enriquecem), pois o mercado não é um jogo de soma zero, com uma quantidade fixa de riqueza.

Ao defendermos a criação de novos negócios, é importante compreender que uma empresa, ao tornar-se bem-sucedida e gerar lucros, traz consigo efeitos benéficos de maneira exponencial, como mais empregos, mais impostos e mais riqueza para a nação.

3. O PROBLEMÁTICO TAMANHO DO ESTADO BRASILEIRO E COMO ELE COMPROMETE A LIVRE-INICIATIVA

Segundo dados do Sebrae⁶, mais de 7 milhões de micro e pequenas empresas são responsáveis por gerar 70% dos empregos com carteira assinada e por empregar aproximadamente 15 milhões de brasileiros. As micro e pequenas empresas são responsáveis, atualmente, por aproximadamente 25% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Poderia ser um número muito maior se o Brasil não fosse um lugar tão árduo ao empreendedorismo.

De outro lado, um em cada dez brasileiros em idade de trabalhar está empregado em algum governo (municipal, estadual ou federal),

⁶ BARBOSA, Cristiane. A força do empreendedor brasileiro. **T e C Amazonia**, Manaus, 27 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.fucapi.br/tec/2014/03/27/a-forca-do-empreendedorismo-brasileiro/>>. Acesso em: 22 fev. 2016.



resultando em 11,1 milhões de pessoas, que custam 12% do PIB⁷, ou seja, para sustentar uma enormidade de funcionários, consome-se uma grande parte da riqueza produzida pela iniciativa privada.

Somando-se a isso, o custo anual da burocracia para as empresas brasileiras calculado pela Fiesp⁸ (Federação das Indústrias Paulistas) é de aproximadamente R\$ 46,3 bilhões. A burocracia é a principal vilã para os empreendedores brasileiros, visto que são valores que se perdem em atividades inúteis.

A burocracia custa tempo e dinheiro e costuma ser a maior responsável para que seja necessário ter muito dinheiro para se iniciar um negócio no Brasil. Os custos iniciais de registro, de contadores etc. são proibitivos para a maioria da população. No país tem-se a impressão de que é necessário ser muito rico para empreender, o que não deixa de ser verdade, visto que o custo de burocracia apenas para começar um negócio formal é absurdamente caro para a maior parte da população.

É com esse ambiente que milhares de pessoas se deparam ao imaginar o sonho de negócio próprio. O ambiente para que sonhos virem empresas é muito hostil. A cultura que permeia as relações de trabalho não incentiva a criação de novos negócios. Diante dessa realidade, muitos jovens talentos acabam se afastando naturalmente do assustador risco financeiro que é empreender no Brasil e migram para o funcionalismo público, onde há grandes salários e quase nenhum risco depois da admissão.

Mas é preciso que se entenda que não é possível haver um país com tanto funcionalismo e tanta riqueza concentrada nas mãos do Estado. Isso porque as riquezas concentradas nas mãos do organizador central servem apenas para mantê-lo, ou seja, são retiradas dos indivíduos que produzem para manter a máquina pública, que nada produz. O funcionalismo, na maior parte das vezes, apenas serve para administrar o corpo de normas e burocracias internas, que são um fim em si mesmo, não criando riqueza efetivamente.

⁷CORONATO, Marcos. O Brasil gasta demais com funcionários públicos. *Época*, São Paulo, 02 out. 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/10/brasil-gasta-demais-com-bfuncionarios-publicosb.html>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

⁸ O CUSTO da Burocracia. *Estadão*, São Paulo, 08 jul. 2010. Disponível em: <<http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,o-custo-da-burocracia-imp-,578222>>. Acesso em: 22 fev. 2016.



Um país como o Brasil, que recolhe aproximadamente 40% do que é produzido pela iniciativa privada por meio de impostos⁹ e entrega de volta em serviços muito pouco – ou o que entrega é muito deficiente –, nunca será um país próspero. A alta carga tributária de impostos diretos e indiretos a que os brasileiros são submetidos é a causa número um da falta de poupança privada para que os indivíduos possam investir, empreender ou inovar.

Para um país crescer e se desenvolver, é preciso investir em tecnologia, inovação e desenvolvimento de novos negócios. É necessário que caibam aos indivíduos os riscos e os lucros da atividade empresarial. E para que isso ocorra em maior escala, é necessário que o Estado interfira o menos possível.

As pessoas mais inteligentes e talentosas poderiam estar contribuindo para o crescimento e enriquecimento da nação se estivessem administrando suas próprias empresas, que é quem financia tanto o próprio corpo estatal (por meio de impostos) como a maioria dos empregos que são criados anualmente. Países desenvolvidos até podem cobrar elevados impostos, mas precisam também oferecer liberdade para empreender, com custos baixos, rapidez na abertura e fechamento de novas empresas e pouca burocracia, para que mais riquezas possam ser criadas.

4. DOING BUSINESS: COMO FACILITAR O EMPREENDEDORISMO ALAVANCA A RIQUEZA DE UM PAÍS

Há uma relação direta entre liberdade econômica e qualidade de vida da população. Diversos países desenvolvidos comprovam a tese que relaciona menos entraves a novos negócios à geração de riqueza. Em países mais livres, as pessoas têm salários mais altos, direitos civis mais protegidos, ambiente mais limpo e maior expectativa de vida.

Ludwig von Mises explica bem como o capitalismo é o motor que tira milhares de pessoas da pobreza:

⁹ IMPOSTOS já são 40% do PIB e seguem aumentando. **Exame**, São Paulo, 22 jun. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1092/noticias/os-impostos-ja-sao-quase-40-do-pib-e-seguem-aumentando>>. Acesso em: 22 fev. 2016.



A característica essencial do capitalismo moderno é a produção em massa de mercadorias destinadas ao consumo pelo povo. O resultado é a tendência para uma contínua melhoria no padrão médio de vida, o enriquecimento progressivo de muitos. O capitalismo desproletariza o “homem comum” e o eleva à posição de “burguês”.

No mercado de uma sociedade capitalista, o homem comum é o consumidor soberano, aquele que, ao comprar ou ao se abster de comprar, determina em última análise o que deve ser produzido e em que quantidade.

É esta ascensão das multidões que caracteriza a radical mudança social efetuada pela «Revolução Industrial». Os desfavorecidos que em todas as épocas precedentes da história formavam os bandos de escravos e servos, de indigentes e pedintes, transformaram-se no público comprador por cuja preferência os homens de negócios lutam. Tornaram-se os clientes que estão «sempre com a razão», os patrões que têm o poder de tornar ricos os fornecedores pobres, e pobres os fornecedores ricos.

Na estrutura de uma economia de mercado não sabotada pelas panaceias dos governos e dos políticos, não existem grandes nem nobres mantendo a ralé submissa, coletando tributos e impostos, banqueteadando-se suntuosamente enquanto os servos devem contentar-se com as migalhas. O sistema de lucro torna prósperos aqueles que foram bem-sucedidos em atender as necessidades das pessoas, da maneira melhor e mais barata possível. A riqueza somente pode ser conseguida pelo atendimento ao consumidor¹⁰.

Na verdade, há muito tempo, o crescimento autossustentado e contínuo de uma nação depende diretamente de um ambiente que estimule a livre-iniciativa e que garanta a proteção da propriedade privada – valores primordiais que baseiam o ideal do liberalismo.

É preciso haver confiança nas instituições e nas regras (segurança jurídica) para se criar um ambiente de liberdade econômica. Onde não há segurança sobre cumprimento de contratos, sobre leis tributárias e nem mesmo sobre a própria propriedade privada (onde a segurança pública é deficiente), o ambiente para surgirem novos negócios fica mais difícil. Países com regras mais claras e onde as instituições são confiáveis

¹⁰ VON MISES, Ludwig. **A Mentalidade Anticapitalista**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.



e atuantes ajudam a fomentar um ambiente mais propício ao surgimento de novos negócios.

Douglass North, ganhador do prêmio Nobel de Economia, defende que é possível observar como os seres humanos agem sobre sua estrutura de incentivos (instituições) no sentido de viabilizar o atraso ou a prosperidade econômica. Ele acredita que as instituições tanto políticas como econômicas formam a estrutura de incentivos da sociedade, e ao haver a segurança do resguardo do direito de propriedade e segurança contra incertezas futuras, estas estimulam os investimentos produtivos, garantem os rendimentos dos inovadores e, assim, estimulam o aumento no estoque de capital físico e humano, o avanço do conhecimento, a produtividade e finalmente o desenvolvimento econômico¹¹.

O papel das leis e da burocracia estatal deveria ser o de incentivar o empreendedorismo, e não tentar controlar ou substituir o processo do mercado. O aparato estatal deveria estar em consonância com as empresas, no sentido de que a existência de um ambiente bom para as empresas é também boa para o Estado.

Na medida em que se compreende que boas empresas criam lucros e, com isso, empregos e também mais impostos, que são a fonte da renda estatal, não deveria haver antagonismo, como ocorre hoje, e sim cooperação.

Tanto o ambiente normativo trabalhista como o tributário brasileiro têm por fundo uma cultura antiempresarial¹². Infelizmente, ambos costumam atuar punindo constantemente as empresas com cargas tributárias em movimento constante de crescimento, assim como com regras excessivas de gerência e arbitramento sobre as relações entre empresas e trabalhadores, impedindo que estes acordem livremente o que entenderem melhor entre as partes, privadamente.

O Brasil precisa de uma quebra na crença equivocada de que empresários são vilões e o Estado é mocinho, de que empresas cuidam

¹¹ NORTH, Douglas. **Custos de Transação, Instituições e Desempenho Econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

¹² MUDANÇA de ICMS gera fechamento de um negócio por minuto. **Exame**, São Paulo, 22 jan. 2016. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/pme/noticias/mudanca-no-icms-gera-fechamento-de-uma-empresa-por-minuto>>. Acesso em: 22 fev. 2016.



de pessoas ricas e o Estado cuida das pobres, pois o Estado é o maior responsável por distorcer a ordem econômica, ao intervir demais. É preciso olhar para os países em que a qualidade de vida é melhor, em que há mais riqueza e mais liberdade tanto econômica como individual e aprender como isso poderia servir de inspiração para que possamos evoluir e crescer.

Como bem explica Diogo Costa em seu blog “Capitalismo para os pobres”:

O Brasil exemplifica o modelo de modo emblemático. Pense no varejo. Rico faz compras em Miami. Pobre fica entre comprar produtos chineses altamente tarifados ou o substituto nacional altamente tributado. Pense no trabalho. Rico trabalha como Pessoa Jurídica. Os encargos trabalhistas não abocanhem seu salário. Pobre trabalha amarrado pela CLT. Todo empregado pobre é um trabalhador mais suas circunstâncias fiscais. Pense nas finanças. Rico consegue empréstimos subsidiados pelo BNDES. Pobre tem que pagar juros exorbitantes incluindo os subsídios governamentais. Pense na construção civil. Rico consegue licitação de obras com garantia lucros. Os pobres pagam a conta caso o projeto do rico dê errado. Pense nos impostos. A tributação brasileira é regressiva. Ricos pagam proporcionalmente menos tributos que os pobres.

Os pobres precisam de mais capitalismo. Precisam de mais produtividade, para que suas atividades profissionais agreguem mais valor à sociedade. Precisam de mais empreendedorismo, para que consigam transformar suas ideias em negócios. Precisam de mais comércio, para que interações econômicas voluntárias sejam mutuamente benéficas. E precisam, com tudo isso, de mais consumo, para que com mais escolhas tenham melhor padrão de vida.

Está na hora de libertarmos os pobres do Brasil da condenação do socialismo. Capitalismo não pode ser apenas um privilégio dos ricos. Vamos dar capitalismo para os pobres¹³!

O autor consegue esclarecer claramente como é preciso modificar o entendimento comum na cultura brasileira de que os mais pobres de-

¹³ COSTA, Diogo. Por que Capitalismo para os pobres? **Capitalismo para os pobres**, São Paulo, 09 mai. 2013. Disponível em: < http://www.capitalismoparaospobres.com/?page_id=383>. Acesso em: 22 fev. 2016.



vem ser amparados pelo Estado como se fossem incapazes de vencer por si mesmos. Se retirássemos os impedimentos que o próprio Estado impõe via burocracia e altas taxas para abertura de novos negócios, poderíamos ter no Brasil um nível muito maior de desenvolvimento e de enriquecimento.

O Brasil não tem uma cultura de valorização de empreendedores, que enalteça o risco, a aventura de inovar no mercado, inclusive porque a mentalidade marxista ainda impera, fazendo crer que aquele que tem uma empresa explora os pobres assalariados.

Falta compreender que, sem as empresas – e se elas não tiverem lucro –, todos perdem. O Estado não poderia sustentar a maior parte da população, já que o dinheiro que ele recebe por meio de impostos vem exatamente dos lucros que foram produzidos por esses mesmos empresários, em seus negócios. Governos com vieses socialistas costumam atacar fortemente grandes empresas e grandes lucros, defendendo o aumento de impostos sobre a renda e uma maior distribuição dela. O que não se vê é que, em países como o Brasil, a maior parte da tributação vem de impostos indiretos, ou seja, aqueles que, **não importa a camada social**, todos pagam (como o ICMS). Nesse caso, é exatamente dos mais pobres que se está tirando para financiar o governo¹⁴.

Os vilões não são os empreendedores, e sim os políticos e burocratas, que criam obstáculos ao empreendedorismo e concentram o dinheiro de impostos retirados dos indivíduos para si, para sustentar a máquina governamental.

A ideia de redistribuir riqueza agrada a muitos, mas falta entender que essa riqueza primeiro tem de ser produzida, para depois ser entregue aos mais pobres. Sem os lucros das empresas, o Estado não terá nada a distribuir.

¹⁴ LIMA, Bianca Pinto. Tributos indiretos oneram os mais pobres e tiram competitividade do país. **Estadão**, São Paulo, 23 mai. 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,tributos-indiretos-oneram-os-mais-pobres-e-tiram-competitividade-do-pais-imp-,1170528>>. Acesso em: 22 fev. 2016.



5. NOVA ZELÂNDIA: COMO UMA REFORMA LIBERAL TIROU O PAÍS DE UMA CRISE ECONÔMICA

Apesar da impressão que se tem de que a Nova Zelândia sempre foi uma nação rica e desenvolvida, ao longo da História práticas equivocadas de governo causaram um importante declínio na economia do país. Realidade muito semelhante à que o Brasil vem enfrentando atualmente, a Nova Zelândia do início da década de 1980 chegou a ter 45%¹⁵ do PIB comprometidos pelo gasto público governamental.

Esse comprometimento de grande parte da riqueza pelo Estado neozelandês teve como origem práticas comuns ao governo brasileiro – por exemplo, assistencialismo exagerado. Também agravaram a crise práticas protecionistas de aumentos de impostos de importação e controles de preços, salários e capital, em uma tentativa de conter a inflação – mas que apenas agravou a situação.

Para enfrentar a crise extrema em que se encontrava, o governo central modificou radicalmente a conduta de intervenção extrema e gastos muito grandes e atuou em diversas frentes, reformando completamente a relação entre Estado e ordem econômica, liberalizando e desestatizando muitas empresas.

O governo reformista da Nova Zelândia extinguiu diversas normas ambientais, trabalhistas e tributárias¹⁶. Também demitiu milhares de funcionários públicos, para que o Estado cortasse despesas, dando espaço para diminuição de impostos aos cidadãos e empresários, visto que não é possível que a carga tributária cresça de maneira contínua e irrestrita (como ocorre no Brasil) sem que isso prejudique a atividade econômica do país como um todo.

Outras inovações da reforma liberal de 1984 trataram de diminuir impostos de importação e exportação, assim como subsídios para algumas áreas, como o agronegócio.

¹⁵ McTIGUE, Maurice. Como a Nova Zelândia reduziu o estado, enriqueceu e virou a terceira economia mais livre do mundo. **Instituto Ludwig Von Mises**, São Paulo, 21 dez. 2015. Disponível em: < <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2260>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

¹⁶ FLOY, Lilley. As lições da Nova Zelândia - como reduzir drasticamente o estado e prosperar. **Instituto Ludwig Von Mises**, São Paulo, 27 mai. 2010. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=692>>. Acesso em: 22 fev. 2016.



A ideologia liberal, que foi aplicada no país, defende que não se deve proteger alguns setores com incentivo, que as empresas devem ser livres para operar tanto para o bem quanto para o mal, ou seja, quando têm lucro, devem permanecer com ele, e quando têm prejuízo, ele não deve ser minimizado ou reparado com medidas como subsídios ou isenções. Em razão disso, desde a drástica redução nos subsídios agrícolas, o setor aumentou sua parcela no PIB, e o ganho de produtividade foi espetacular¹⁷.

Uma nova mentalidade também foi aplicada a empresas estatais: houve diversas privatizações, compreendido que o papel do Estado deveria ser gerir o menor número possível de empresas, e as que foram mantidas sob domínio estatal modificaram sua forma de existir. As que foram mantidas estatais ficaram enxutas em números de funcionários e passaram a visar o lucro, que, aos poucos foi usado para diminuir a dívida externa do país.

As repartições públicas passaram a administrar suas próprias finanças, sob a direção de um “Executivo”. Esse tipo de mentalidade, típica do setor privado, modificou completamente a lógica burocrática e passou a produzir superávits orçamentários, que foram utilizados para saldar a dívida do país – que foi diminuindo continuamente.

Quase todas as reformas realizadas em diversas frentes, como privatizações de empresas estatais, demissão de um grande número de funcionários públicos, redução da carga tributária, maior flexibilidade das normas trabalhistas, seriam a receita ideal para que o Brasil pudesse sair da crise em que se encontra e começasse a crescer continuamente.

Pelas semelhanças do Brasil atual com a Nova Zelândia pré-crise, a reforma liberal lá aplicada é um exemplo concreto de como poderíamos nos beneficiar desse tipo de intervenção. Ao longo de mais de três décadas, aquele país se mantém com baixos índices de inflação, baixas taxas de desemprego e diminuição de impostos para a população. Como resultado disso tudo, a renda *per capita*

¹⁷ BRASH, Donald T. **As extraordinárias reformas da Nova Zelândia**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2001. p. 25-28.



cresceu vários anos seguidos, ultrapassando a marca dos US\$ 20 mil anuais¹⁸.

6. BRASIL: COMO DESPERTAR O QUE HÁ DE MELHOR EM NÓS

O Brasil poderia melhorar muito com medidas simples, que não necessitam de investimentos financeiros, apenas uma mudança de paradigma: menos interferência na liberdade das pessoas para iniciar novos negócios, de forma mais rápida e barata, poderiam gerar grandes resultados. Se as condições fossem mais atrativas, naturalmente os jovens mais inteligentes se sentiriam aptos a criar seus próprios negócios e realizar seus anseios.

A boa notícia é que a mentalidade das novas gerações vem mudando. Jovens nascidos nas últimas décadas querem atuar de forma diferente no mundo, pois trazem consigo o entendimento de que a felicidade pessoal e a possibilidade de inovar e crescer mediante o empreendedorismo são fontes de geração de riqueza e desenvolvimento econômico e social para o país como um todo¹⁹.

Para fomentar a vocação empreendedora que há e que pode ser incentivada, o país poderia intensificar políticas macro e micro de mudanças que já vêm ocorrendo. Algumas iniciativas importantes já foram conquistadas, como as criações de leis como a do Simples, que reduziu em 40% os tributos de quem fatura até R\$ 3,6 milhões por ano, e a formalização dos microempreendedores individuais (MEI), que ajudou a formalizar mais de 5 milhões de pequenos empreendedores. Mas ainda falta muito.

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas simplificou procedimentos para recolher impostos e contribuições sociais em um **único**

¹⁸ CONSTANTINO, Rodrigo. A Transformação da Nova Zelândia. **Ratio Pro Libertas**, São Paulo, 02 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.rplib.com.br/index.php/artigos/item/1069->>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

¹⁹ EMPREENDEDORISMO é marca registrada da geração Y. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 10 mar. 2014. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=156034>>. Acesso em: 22 fev. 2016.



documento mensal, mas deveria ser estendida a empresas de todos os tamanhos, visto que é inaceitável que as empresas gastem em média 2.600 horas por ano apenas para pagar impostos²⁰.

Já resta comprovado que a atividade empreendedora é o pilar mais importante do desenvolvimento econômico e social de uma nação. Para haver crescimento ao longo do tempo, é importante estabelecer um ambiente propício para que qualquer pessoa possa criar novos negócios e para que os negócios existentes não pereçam devido ao inchaço estatal.

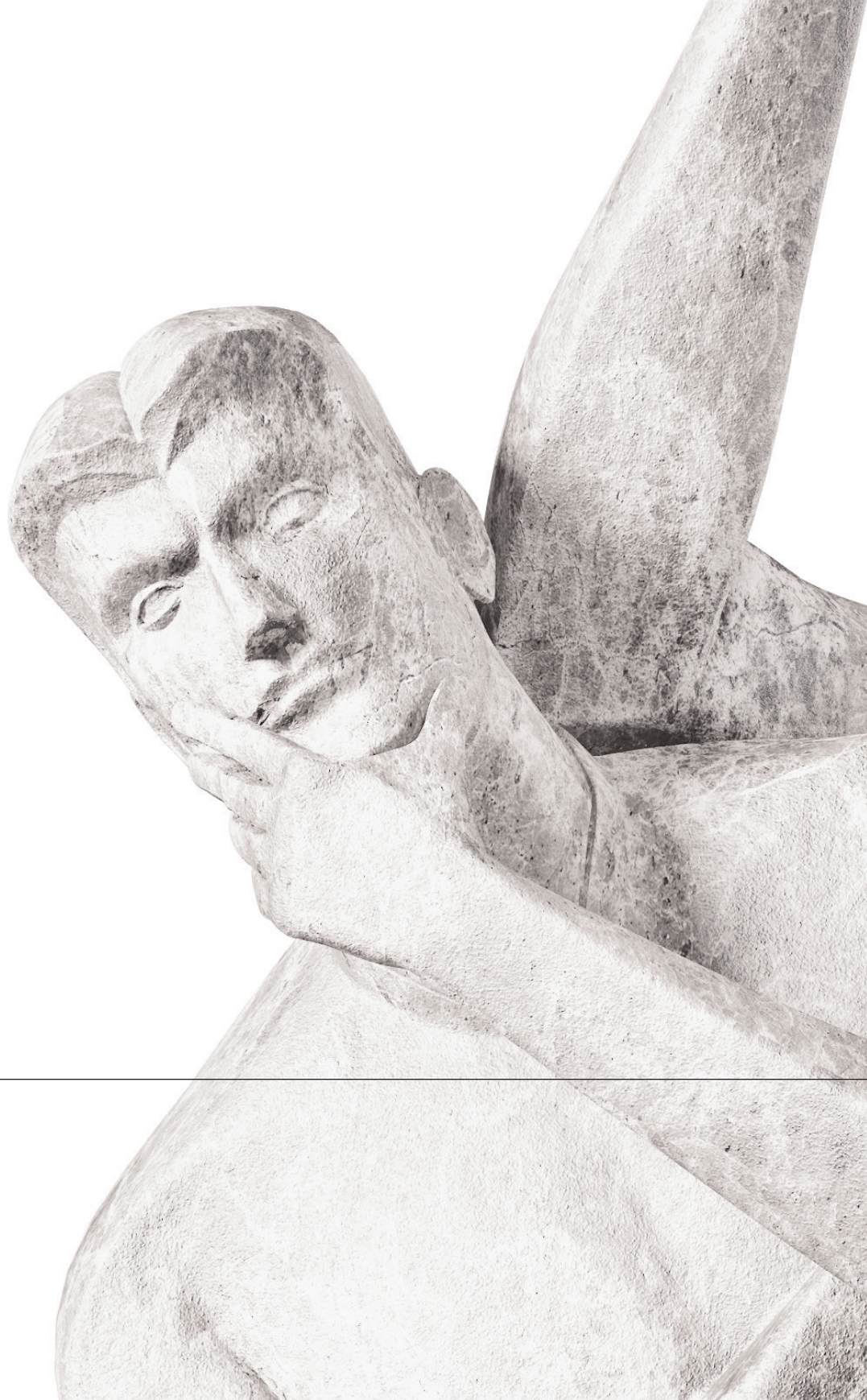
No Brasil o tamanho do Estado é gigantesco e sufoca a maior parte do potencial empreendedor existente. Porém, estamos no limite do modelo que crê ser possível tirar mais e mais da iniciativa privada e direcioná-lo ao governo. A maior crise política e econômica da História republicana do país é o resultado disso.

Diante do limite, é chegado o momento de aprender com quem venceu o mesmo problema, e por isso a Nova Zelândia serve de modelo perfeito para enfrentarmos o desafio que está posto. Trinta anos depois, a reforma liberal implementada por aquela nação da Oceania foi a base para que ainda hoje o país tenha se libertado do estatismo, dos altos impostos e do baixo crescimento econômico.

Economias nas quais fazer negócios é rápido e barato são as que se mantêm em crescimento constante, sendo um ambiente de perene inovação e prosperidade. Em momentos de crise, especialmente, é hora de mudar as antigas práticas que nos levaram ao colapso em que nos encontramos e ir na direção da liberdade, da criação de riquezas, da diminuição da ingerência do Estado ineficiente. É tempo de abriremos caminho para realizar com sucesso o que há de melhor em nós. 

²⁰ EMPRESAS brasileiras precisam de 2600 horas para pagar impostos. **Torre Gestão Empresarial**, Curitiba, 23 out. 2015. Disponível em: <<http://torregestao.com.br/site/novidades/empresas-brasileiras-precisam-de-2-600-horas-ano-para-pagar-impostos/>>. Acesso em: 22 fev. 2016.







29º FÓRUM DA
LIBERDADE

O Apogeu dos D'anconia

Pedro Echel

Analista de Marketing / Associado do IEE





EGOÍSTA OU INDIVIDUALISTA?

Tomar as próprias decisões. Posicionar-se sobre as coisas que são suas por direito. Não aceitar que tomem decisões por você e pelo que é seu. Assumir as responsabilidades pelas decisões que adotou. Essas são premissas usuais de nossa vida, ocorrem diariamente conosco, em nosso cotidiano pessoal e profissional. Ao tomar uma decisão, o ser humano posiciona-se como um único indivíduo optando pelo seu interesse, inserido em uma sociedade e agindo por suas próprias vontades.

O autor Ken Schoolland, no livro “As aventuras de Jonas, o Ingênuo. Uma odisseia rumo ao conhecimento”, descreve as aventuras de um menino ingênuo que não compreende o significado da palavra responsabilidade. Nessa odisseia, o jovem recebe dois tipos de respostas para sua dúvida: “Responsabilidade é (...) aceitar as consequências dos nossos próprios atos” e “Isso é muito egoísta. Responsabilidade é tomar conta dos outros. Sabe, quando nós os mantemos a salvo dos males, quando nós os protegemos de si próprios” (SCHOOLLAND, 1999). O menino, refletindo sobre os dois tipos de resposta, questiona: “Qual das duas coisas é egoísta? Tomar conta de si próprio ou impor-se aos outros?” (SCHOOLLAND, 1999).

É comum que os conceitos de egoísmo e individualismo sejam utilizados de formas similares. Ser uma pessoa egoísta e ser uma pessoa individualista sugere significados muito diferentes. Saber diferenciar esses dois conceitos é de extrema importância para compreender as atitudes de uma pessoa que vive em sociedade.



Uma pessoa individualista recebe muitas vezes esse adjetivo como algo pejorativo, de forma totalmente errônea. Quando um indivíduo, por exemplo, participa de um trabalho voluntário, de ajuda comunitária, ou simplesmente dando dinheiro – ou qualquer outro bem – para outra pessoa, está, primeiramente, pensando em seu benefício próprio, visto que se sente bem ao fazer isso. Nesse exemplo, a pessoa está agindo de forma individualista, em que tal atitude gera satisfação própria e, consequentemente, gera benefícios a outros. Assim, essa atitude não pode ser considerada egoísta, mesmo que, primeiramente, a pessoa tenha pensado em seu próprio interesse. O individualismo, para Ayn Rand (AYN RAND..., 2013), sugere que o indivíduo assuma o seu mais elevado propósito moral, momento que significa a realização de sua própria felicidade. Ele não deve forçar outras pessoas, nem aceitar que outros o forcem a fazer algo. Cada homem deve viver com um fim em si mesmo, em seu próprio interesse racional.

Ser uma pessoa individualista é respeitar a si mesmo e aos desejos que cada pessoa tem. Nesse sentido, o individualismo “tem como características essenciais o respeito pelo indivíduo como ser humano, isto é, reconhecimento da supremacia de suas preferências e opiniões na esfera individual, por mais limitada que esta possa ser, e a convicção de que é desejável que os indivíduos desenvolvam dotes e inclinações pessoais” (HAYEK, 2010).

Compreender a diferença entre um egoísta e uma pessoa individualista é básico para avançarmos na reflexão sobre evolução da vida em sociedade. Nós, como cidadãos, objetivamos uma melhor qualidade de vida, e isso passa essencialmente pelo desenvolvimento de nossas individualidades, ou seja, pelo respeito de nossas liberdades.

O INDIVIDUALISTA E SUA FILOSOFIA

De acordo com o pensamento de Hayek em que o individualismo *a priori* é o respeito pelo ser humano, a filosofia individualista explora que, para existir tal defesa, é necessário que haja respeito das liberdades de cada pessoa. Nesse processo de agir individualmente, com liberda-



de e respeitando os indivíduos, Milton Friedman (2014) afirma que “A liberdade das pessoas pode gerar conflitos e, quando isso ocorre, a liberdade de umas deve ser limitada para preservar a de outras (...)”. Em outras palavras, a liberdade de um não pode interferir na de outro.

O homem, como um ser individual, tem liberdade para fazer escolhas, pois é um direito dele próprio. Mises entende que “liberdade significa liberdade para errar. (...) Ninguém deve tentar policiar os outros no intuito de impedi-los de fazer determinadas coisas simplesmente porque não se quer que as pessoas tenham liberdade de fazê-las. Não basta apenas agir por desejos pessoais; é preciso saber que devemos respeitar a liberdade dos outros”, seja restringindo a nossa própria escolha, seja sem fazer isso, obrigando os outros a fazerem por nós.

O conceito liberal, ou o liberalismo, utiliza premissas do individualismo. Dessa forma, consegue-se concluir que a única maneira de agir individualmente é com liberdade, sem coagir os interesses dos outros. Friedman sustenta que “O liberal receia fundamentalmente a concentração de poder. O objetivo dele é preservar o máximo a liberdade para cada indivíduo separadamente, de maneira a possibilitar que a liberdade para cada um não interfira na liberdade do próximo”. Interferir na liberdade de uma pessoa pode ser, muitas vezes, ofensivo, visto que estamos desrespeitando o espaço e o interesse de outrem – fato que nos remete a compreender que o egoísmo está presente na sociedade e é o inverso do que o liberalismo defende como conceito básico.

O libertarianismo é uma corrente do pensamento liberal. Tal linha conceitual tem como premissa básica que é “ilegítimo praticar agressão contra não agressores” (BLOCK, 1993). Ou seja, exigir de um indivíduo que nada fez para receber tal exigência que faça algo que outros desejam não está correto. Nesse sentido, o libertarianismo condena o uso da força ou do poder coercitivo. Como deve ser, portanto, a função do governo em relação à liberdade individual de cada um, respeitando nossos interesses?



ESTADO E LIBERDADE INDIVIDUAL

Tanto o governo quanto as leis têm influência direta em nossas vidas. Ou seja, afetam nossas liberdades individuais em nosso dia a dia. Friedman (2014) é um dos pensadores liberais que defendem a dispersão de poder como forma de respeitar a liberdade de cada um de nós. Ele reluta em atribuir ao governo qualquer função que possa ser executada pelo mercado, pois a intervenção governamental não só substitui a cooperação voluntária pela coerção compulsória, mas também ameaça a liberdade em outras áreas.

O liberal compreende que o Estado – governo – não tem papel de influenciar a vida dos indivíduos que vivem em sociedade. O governo não deve impedir ou favorecer os desejos das pessoas a partir de benefícios e leis. Para Hayek (2010), liberdade é permitir que o indivíduo possa seguir seus valores e preferências, e não delegar tal liberdade para outras pessoas. Os princípios do liberalismo, quando tratam de questões como ordem, poder em sociedade e função do governo, sempre abordam que o papel essencial dos governantes é respeitar, e nunca infringir, o Estado de Direito. Para melhor explicar, portanto, os limites de atuação de um governo, Hayek (2010) diz que:

O estado de Direito implica, pois, uma limitação do campo legislativo: restringe-o às normas gerais conhecidas como Direito formal e exclui toda a legislação que vise diretamente a determinados indivíduos, ou a investir alguém do uso do poder coercitivo do estado tendo em vista tal discriminação. Ele não significa que tudo é regulado pela lei, mas, ao contrário, que o poder coercitivo do estado só pode ser usado em casos por estes definidos de antemão, e de tal maneira que se possa prever o modo como será usado. (HAYEK, 2010).

Delimitar o escopo de atuação do governo – campo legislativo – é essencial para que haja respeito pela liberdade individual dos cidadãos, de forma que nós, indivíduos, não interfiramos na vida dos outros em defesa da individualidade de cada um. O governo tem papel diário nas maneiras de influenciar nossas vidas e nossos interesses pessoais, e para conduzir uma nação é necessário respeitar o Estado de Direito e as



vontades pessoais de todos nós. Nas palavras de Friedman, só existem duas maneiras para coordenar uma sociedade: pelo uso da coerção, utilizando um Estado totalitário moderno; ou pela cooperação voluntária dos indivíduos, ou seja, pela economia de livre troca entre empresas privadas. A maneira de nortear uma sociedade fica muito clara quando temos oportunidade de entender as formas que os governistas têm de administrar um povo.

Hayek aborda, na obra “O caminho da servidão”, como aconteceu a situação de sociedade livre inglesa e o medo de se tornar socialista alemã. Por volta de 1870, as ideias liberais estavam no auge de “aplicabilidade”. Na época, uma pessoa individualista representava um indivíduo que tinha interesse próprio, uma opinião individual. Era a palavra adequada contra o coletivismo. Nesse período em que o liberalismo tomou consistência na Inglaterra e Holanda, a indústria e a ciência prosperaram e fizeram desses países referências. A tese liberal, em seu apogeu, avançou e alcançou resultados econômicos inesperados. “O trabalhador do mundo ocidental havia alcançado um grau de conforto material, segurança e independência que pareceria impossível um século antes” (HAYEK, 2010). As consequências de um governo liberal deixaram heranças positivas tanto para a época em que estavam acontecendo quanto para os anos posteriores. Os indivíduos tomaram consciência de tal prosperidade e melhora de qualidade de vida, de tal forma que a responsabilidade e o compromisso de cada um foi defender liberdade individual, indo contra a linha coletivista.

Hayek acredita que, com tantas diferenças – entre os indivíduos –, é impossível que exista qualquer planejamento (estrutura de códigos e leis) que consiga atender a todos. A busca pela equidade e pelo equilíbrio fará com que se desconsiderem os interesses pessoais de cada indivíduo, e, frente a isso, só a coerção será a saída para fazer prevalecer as ações de um Estado totalitário. Em governos centralizadores – totalitários –, as inclinações pessoais são devastadas, a criatividade desaparece, a benevolência acaba por ser extinguida. Compreendendo tais efeitos, Friedman diz que centralizar o poder tem efeitos desastrosos, podendo mitigar a diversidade e variedade. Em um trecho de “Capitalismo e Liberdade”, o autor afirma que o governo, dessa maneira, propicia o predomínio de retardatários, leva à estagnação e se uniformiza pela mediocridade.



Para Mises, as necessidades e desejos dos seres humanos ditam as tendências que afetam a oferta e a demanda de mercado – que estabelecem preços e que regulam a economia. Dessa forma, torna-se impossível e até afrontoso prever a subjetividade do ser humano que toma decisões individualmente. Logo, não há como um governo antecipar os acontecimentos futuros de uma economia.

Os governantes que defendem o uso de leis, ou seja, a coerção legal, para administrar uma nação não confiam no seu próprio povo. O sentimento de medo de perder o poder faz com que aos poucos os cidadãos sejam dominados, perdendo o poder de livre escolha. Delegar todas as vontades para que a decisão seja tomada por pessoas escolhidas com um papel na política é o que os governantes totalitários mais desejam. É onde pairam os males de um governo: depender de Estado para fazer algo que se quer.

No discurso inaugural de seu primeiro mandato, em 1801, Thomas Jefferson proferiu que

Um governo sábio e frugal, que deve impedir os homens de se atacar mutuamente, deve deixá-los livres de regular as suas próprias atividades de trabalho e desenvolvimento, não devendo tirar da boca do trabalho o pão que se ganhou. Esta é a regra de um bom governo, e isto é necessário para fechar o círculo da nossa felicidade.

Ao dizer isso, Jefferson demonstrou a importância da liberdade individual; mostrou ainda que abrir mão dela pode acarretar consequências para a sociedade como um todo. Os desejos e sonhos, quando respeitando a individualidade de cada indivíduo, não podem ser barrados pelas vontades de governantes, sejam eles respaldados em leis ou não. Portanto, a vontade própria – ação voluntária – é o caminho pelo qual uma pessoa ou um grupo de indivíduos evolui e criam-se as mudanças necessárias para a prosperidade de uma nação.

AÇÃO VOLUNTÁRIA, LEIS E O CAPITALISMO

A filósofa Ayn Rand, na obra “A revolta de Atlas”, mostra-nos que abdicar de uma riqueza financeira incalculável, desistir da pessoa que



mais ama em sua vida, levar rótulos difamáveis que afrontam a si próprio e que maculem todas as gerações de uma família são consequências de decisões que podemos tomar. Contudo, são responsabilidades assumidas, riscos calculados e uma questão de renúncia – todas elas em busca de um ideal, ou seja, em busca de um objetivo próprio. Nesse simples ato, ocorre que as responsabilidades são trazidas para si, e não delegadas a outros. São decisões tomadas individualmente, uma escolha livre em que uma ação gera uma reação. O ônus e, talvez, o bônus. Quem é protagonista arca com as consequências de seus atos. Porém, as leis que infringem o Estado de Direito, os tributos, a burocracia estatal, os interesses “ocultos” dos políticos são de nosso genuíno interesse? Temos ou tivemos opções de escolher ter ou não tais leis?

As pessoas devem decidir por si mesmas sobre o modo de usar coisas específicas, a partir de seus conhecimentos e desejos. Hayek (2010) defende que deva sempre imperar um método igualmente reconhecido pelo qual o direito a determinadas coisas pode ser transferido de uma pessoa para outra. As pessoas podem tomar qualquer decisão sobre algo que seja de sua propriedade. Block (1993) complementa dizendo que

De acordo com o princípio de domínio individual, cada homem possui sua própria pessoa e, portanto, as coisas que produz – aquelas partes da natureza até então não possuídas por alguém, as quais, combinadas com seu trabalho, são transformadas em entidades produtivas. A única maneira moral dessas entidades trocarem de proprietário são o comércio voluntário e a doação voluntária. (BLOCK, 1993).

É legítimo fazer o que se quer com o que pertence a si. Dessa forma, apropriar-se do que não é seu é uma extorsão, como um furto ou assalto. Nessa mesma linha de raciocínio, a cobrança de impostos é um ato coercitivo realizado pelo governo. Um exemplo dessa atitude que recai sobre todos da sociedade é o imposto sobre a herança. É uma coação legal. A tributação vai de encontro ao princípio do libertarianismo, pois envolve certo tipo de agressão contra cidadãos não agressivos que se recusam a pagar esse imposto e nem tiveram a opção de decidir entre pagar ou não (BLOCK, 1993). A herança, na lógica de Block (1993), é como um presente dado a partir da morte de alguém, comparada a



qualquer outro objeto que se ganha em um aniversário ou quando se recebe um agrado de outra pessoa.

Hayek (2010) aprofunda sua ideia dizendo que “Se a lei declara que uma autoridade ou comissão podem agir de maneira que lhes convêm, todas as ações destas serão legais – mas não estarão por certo sujeitas ao estado de Direito”. Ou seja, nem tudo o que está baseado na lei é por si só correto, pois não respeita o Estado de Direito. Se um indivíduo se recusa a pagar o imposto sobre uma herança que recebeu, sofrerá ações de coerção – multas – sem nem ter sido dada a ele a oportunidade de escolher pagar esse tipo de imposto ou não.

Para que um indivíduo aja, ele deve almejar previamente uma situação que lhe proporcione mais conforto do que a atual, de maneira a substituir um momento menos satisfatório por outro mais satisfatório. Sem liberdade não há essa ação, que acaba por eliminar o princípio básico da vida de um indivíduo. Logo, sempre agimos para aumentar nossa satisfação ou para diminuir nosso desconforto (MISES, 2010).

A ação voluntária é fruto do ser humano. É o que queremos: ser livres para escolher. Já a ação compulsória é algo imposto, decidido para nós. Coibir nosso livre-arbítrio é tomar decisões pelo indivíduo. O capitalismo visa o livre mercado, indivíduos fazendo trocas voluntárias, competindo honestamente entre si e qualificando a vida em sociedade. O que causa o “Estado estacionário” são as leis e instituições de um país (FERGUSON, 2013).

É necessário compreender que inicialmente precisamos de liberdade individual e que, conjuntamente, com respeito mútuo, tomaremos nossas ações. Ter, basicamente, essa lógica como linha de raciocínio faz que se tenha um posicionamento político e, também, econômico. “A liberdade econômica significa, na verdade, que é dado às pessoas que possuem o poder de escolher o próprio modo de se integrar ao conjunto da sociedade. A pessoa tem o direito de escolher sua carreira, tem liberdade para fazer o que quer” (MISES, 2009). Seja uma pessoa, seja um país, estes apenas prosperam quando existe a liberdade de agir por conta própria. Adam Smith diz que



Um indivíduo que almeja apenas seu próprio ganho [é] levado por uma mão invisível a promover um fim que não fazia parte de suas intenções. Nem sempre é ruim para a sociedade que este fim não faça parte delas. Ao buscar seu próprio interesse, frequentemente, promove o da sociedade mais efetivamente do que quando de fato deseja promovê-lo. Eu nunca soube de algo muito bem feito por aqueles fingiam negociar para o bem público. (SMITH, 2008).

Da mesma maneira que as abordagens do individualismo fazem parte dos conceitos liberais, o liberalismo compõe o pensamento capitalista. Para Hayek, deve-se desenvolver o senso crítico e a opinião própria das pessoas, defendendo-se também o conceito de mercado regido pela demanda, em que a democracia dos consumidores significa o capitalismo oposto ao socialismo. Logo, o Estado não tem como ditar os interesses de um povo. Quanto mais educação, menor o espaço para o regime autocrático – e mais liberdade, consequentemente.

A educação oferece aos indivíduos liberdade para terem interesses pessoais, e isso vai de encontro aos governos totalitários, que são contra o capitalismo. Almeida (2007) apresenta dados estatísticos e chega a conclusões afirmando que nós – brasileiros – precisamos de melhor educação para enfrentar o futuro. A educação e o senso crítico diminuem a dependência, e, por consequência, delegar nossos interesses ao governo torna-se ilógico. Hayek afirma que os que dizem que delegar para uma autoridade é melhor não percebem ou não querem notar que perdem cada vez mais sua liberdade quando delegam para outrem seu próprio poder de decisão.

No Brasil criam-se e surgem diversos grupos de interesses coletivos. Essa maneira de defender a individualidade e direitos de grupos minoritários só causa mais desigualdade, efeito exatamente contrário ao intuito de tais organizações sociais. O indivíduo é a menor minoria existente dentro de uma civilização, e deve-se preservar isso. A busca dos grupos de interesse coletivo propicia o ganho de privilégios (benefícios); porém, a consequência é o aumento da desigualdade. O que vemos, portanto, é uma “(...) enorme concentração de poder nas mãos do Estado, que distribui privilégios e favores entre os seus amigos e entre



grupos de pressão, em detrimento da imensa maioria do povo brasileiro” (STEWART JR., 1999).

Fazer a iniciativa privada agir em benefício de certo grupo de interesse é ir contra o princípio da razão humana, pois as empresas têm o direito de atender quem elas determinam que sejam seus clientes. Se não é de interesse de uma empresa atender certo público, não deve ser imposta em lei tal função. É por isso que “a troca voluntária só se realiza quando ambos os parceiros aumentam a sua satisfação, quando ambos se beneficiam da troca. O resultado da troca voluntária é sempre positivo; a satisfação de um não é obtida às custas da insatisfação do outro” (STEWART JR., 1999). Isso deve ficar muito claro, pois os privilégios para grupos de interesses são um dos fatores para a desigualdade. Instituir uma lei para que sejam atendidas essas necessidades também infringe a liberdade de uma organização.

A EVOLUÇÃO DO BRASILEIRO

Não vamos falar de Brasil de uma maneira abrangente. Gostaria de individualizar. Vamos direcionar a reflexão para cada um de nós, brasileiros. O convite é para aqueles que ainda delegam a necessidade de mudança cultural aos outros. Inverter a lógica do “eu dependo do Brasil” para a do “o Brasil depende de mim” – apenas uma remodelagem e reprodução das sábias palavras de John F. Kennedy (35º presidente dos Estados Unidos, de 1961-63): “Não pergunte o que seu país pode fazer por você. Pergunte o que você pode fazer por seu país”.

Neste momento do ano de 2016, olhamos pelo retrovisor, e o recado do ano anterior foi: mudança cultural. Tal transformação só virá por meio do indivíduo. Não há como superar uma crise econômica gerada por uma má gestão política baseando-se nas mesmas estruturas culturais que nos fizeram chegar até este ano do modo em que estamos. Devemos parar de crer que “O ESTADO é a grande ficção através da qual TODO MUNDO se esforça para viver às custas de TODO MUNDO” (BASTIAT, 2011). Dito isso, o processo mental de todo ser humano deveria ser de não aguardar por algo, ou esperar ajuda, e sim, a partir de iniciativas individuais, fazer escolhas e renúncias.



Mas quem não gosta de um apoio? Quem recusa uma facilidade? A dependência do cidadão brasileiro dos incentivos do governo é muito atrativa, sem dúvida. Por que negar, então? No momento em que uma pessoa deixa de optar para dar o seu direito de escolha ao nosso governo, para ele decidir o que quer, está transmitindo o seu próprio poder de decisão para um órgão que tem de decidir por todos. E quando se tenta agradar a todos, não se agrada a ninguém.

Para Ferguson, a solução de grandes mudanças não está nos órgãos reguladores ou nos departamentos públicos ineficientes. Nós, civis, conforme o autor mesmo nomeia os indivíduos que vivem em uma sociedade, temos a função de fazer o que está a nosso alcance, buscando melhorias. Precisamos, cada um de nós, brasileiros, evoluir. A procura por alternativas viáveis para propulsar uma evolução está na mudança de conceitos sobre o papel de cada um na sociedade brasileira.

Cada brasileiro deve tomar postura ativa e optar pela ausência de paternalismo, negando, dessa maneira, a supervalorização do Estado, ou seja, agindo individualmente pelos seus objetivos. Não deixemos que as visões de políticos interfiram em nossas liberdades individuais, pois você, melhor do que ninguém, sabe do que é melhor para si.

Se cada um de nós compreender que, para se ter mais liberdade em um país tão grande territorialmente como o Brasil, dependemos unicamente de como agimos diariamente, fica muito simples e fácil nos tornarmos um país próspero, que não dependa de um presidente, de um partido ou um grupo de políticos. Essa nossa necessidade urgente de mudança cultural, que passa necessariamente pela alternância de nosso modelo mental, em outras palavras, é “A revolta de Atlas”. O Brasil depende de uma nação que pense e que aja com liberdade; de um povo que tenha orgulho de ser individualmente livre. ✎

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Albert Carlos De. **A cabeça do brasileiro**. São Paulo: Record, 2007.



AYN Rand: Individualismo vs Altruísmo (legendado). Entrevista. 7'26". 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Qx-39tUFTV9s>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

BASTIAT, Frédéric. **Frédéric Bastiat.** São Paulo: Von Mises – Livros, 2011.

BLOCK, Walter. **Defendendo o Indefensável.** São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

FERGUSON, Niall. **A grande degeneração.** São Paulo: Planeta, 2013.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade.** Rio de Janeiro: LTC, 2014.

GALLES, Gary. **Individualismo e interesse próprio não são egoísmo.** Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2079>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

HAYEK, F.A. **O caminho da servidão.** São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

_____. **A Arrogância Fatal.** Os erros do Socialismo. Porto Alegre: Airton Ortiz, 1995.

JEFFERSON, Thomas. *The papers of Thomas Jefferson.* Disponível em: <<https://jeffersonpapers.princeton.edu/selected-documents/first-inaugural-address-0>>. Acesso em: 30 out. 2015.

MISES, Ludwig von. **As seis lições.** São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

_____. **Ação Humana.** São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

SCHOOLLAND, Ken. **As aventuras de Jonas, o Ingênuo. Uma odisseia rumo ao conhecimento.** Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações.** São Paulo: Juruá, 2008.

STEWART JR., Donald. **O que é liberalismo.** Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1999.







29º FÓRUM DA
LIBERDADE

Quem está falando é John Galt

Ramon Bastos Crivellaro
Empresário / Associado do IEE





Em uma das obras mais lidas dos Estados Unidos, Ayn Rand mostra ao mundo quem é John Galt. As questões e os cenários propostos pela autora em “A revolta de Atlas” inspiram muitas pessoas ao redor do mundo. Uma delas é Travis Kalanick, fundador da empresa Uber. Em meio a um difícil momento para o empreendedorismo, com ausência de concorrência e grande intervenção do Estado em boa parte dos países emergentes, o Uber precisa enfrentar uma batalha em cada cidade, estado e país em que decide operar. O desafio de Travis, como o de diversos empreendedores pelo mundo, é transformar a sociedade, gerar riqueza e progresso socioeconômico. Porém, não será com barreiras criadas pelo governo, as quais prejudicam o desenvolvimento da nação, que Kalanick poderá oferecer serviços qualificados e atender à carente demanda existente no mercado. É um desafio grande, enfrentado por poucos e com sucesso conquistado por um menor grupo ainda. A desistência é uma alternativa, como Galt mostrou na “Revolta de Atlas”. Porém, será ela a melhor escolha? Seguir a luta e obter conquistas como empreendedor, ajudando a sociedade a compreender que o melhor para o indivíduo é liberdade, não seria uma opção melhor? Neste artigo, reflexões sobre a obra de Rand, Estado, cenário político e mercado fazem essas questões terem respostas. Será Travis Kalanick o novo John Galt?

A REVOLTA DE ATLAS

Em 1957, a escritora russo-americana Ayn Rand apresentou ao mundo o romance “A revolta de Atlas”. Apontada como uma das obras mais influentes dos Estados Unidos, a trilogia passa-se em um futuro



distante, em uma sociedade com características já conhecidas pelos leitores, com ideias que ultrapassam o tempo e seguem consideradas modernas, ainda presentes na realidade atual.

No cenário proposto, a autora descreve um país em declínio, com excessivas intervenções do governo, ora estatizando as indústrias, nomeando “amigos” para cargos importantes, ignorando formação acadêmica ou experiência do indicado, ora criando leis para beneficiar os interesses dos governantes e seus aliados, independentemente das consequências geradas ao povo e à economia.

Ayn Rand divide a sociedade americana em duas classes: a primeira é composta pelos políticos, e a segunda, pelos intelectuais e empreendedores. A autora dá aos políticos o nome de “saqueadores”, aqueles que usam da força e da autoridade para impor suas leis e tramais, visando somente o benefício próprio e de seus interessados. Já o grupo dos intelectuais e empreendedores é chamado de “os não saqueadores”, mostrando indivíduos com atitudes e ideologias exatamente opostas às da primeira classe.

Rand mostra um Estado com enorme poder intervencionista, que atua limitando a produção, delimitando preços, proibindo a livre concorrência e intervindo nos programas sociais, não deixando que os bons empresários invistam em máquinas, mão de obra ou produto. Tudo deve ser controlado pelo ele, inclusive as negociações com os sindicatos. Ao empresário cabe apenas cumprir com as metas estipuladas pelos governistas, mantendo a alta produtividade e a tão desejada riqueza, a qual é gerada pelo trabalho e investimento de pessoas do bem, mas “saqueada” pelos corruptos que perpetuam o Estado proposto pela autora.

Esse romance torna mais fácil a compreensão do quanto a vida de todos é afetada pela intromissão dos políticos e governantes de má índole, os quais entendem o Estado como detentor de um poder absoluto, capaz de controlar tudo e todos a partir de leis que beneficiam apenas o interesse pessoal daqueles que fazem parte do governo. Ao descrever a negativa realidade proposta na obra, Ayn Rand mostra ao leitor como acredita que o Estado deveria ser, qual seu correto dever em relação à sociedade. Rand deixa clara sua visão político-econômica, na qual ao governo cabe se preocupar apenas com a saúde, educação e segurança,



deixando que os indivíduos e o livre mercado tragam as soluções para as demandas restantes, como a melhoria de setores ineficientes e o desenvolvimento de novas tecnologias.

QUEM É JOHN GALT

Na magnífica obra de Ayn Rand, um personagem chamado John Galt ganha vida. Inventor inigualável, percebe que toda a sua criatividade e capacidade de produção estão sendo usadas para manter o sistema público funcionando, para a autossobrevivência do Estado corrupto presente em seu país, o qual usa normas governamentais que tomam posse de quase cem por cento da receita gerada pelas empresas privadas. Indignado, Galt decide abrir mão de tudo o que havia conquistado até aquele momento – não apenas conquistas tangíveis, mas também as intangíveis (como amigos, carreira, status) – e foge para uma montanha rochosa no Colorado, dando início a um plano idealizado sozinho e de forma sigilosa. Com ele, John objetiva reunir todas as mentes brilhantes da sociedade, seguidores do trabalho honesto e provedores da real prosperidade. Ergue, então, uma nova cidade, totalmente isolada do mundo exterior, composta apenas por seus selecionados, pessoas que, assim como ele, não queriam mais ser usadas nem roubadas pelos sujos políticos representantes do poder na nação. Iniciam, ali, a reconstrução de suas vidas, longe de qualquer Estado controlador e corrupto, baseando-se somente nos princípios de liberdade, honestidade e justiça.

Em “A revolta de Atlas”, Ayn Rand mostra um cenário de depressão econômica acentuado, com forte intervenção de um governo que age exclusivamente para a preservação da riqueza e do poder de seus integrantes. Uma das medidas finais tomadas por esse negativo Estado é o congelamento dos contratos de trabalho, restringindo completamente as liberdades econômicas e empresariais, que passam a ser monitoradas pelos políticos governantes, os quais ganham o poder único de autorizar ou não qualquer tipo de transação no mercado.

A autora mostra claramente que a atividade intelectual é a principal fonte criadora de riqueza da sociedade, possibilitando ao indivíduo a



construção de seu patrimônio. O conhecimento e as habilidades pessoais são propriedades que governo algum consegue tirar das pessoas. Dessa forma, John Galt seleciona suas mentes brilhantes, intelectuais que se destacam nas mais diversas áreas, convidando-as, sigilosamente, para se unir a ele nessa nova cidade secreta, livre da regulamentação estatal. A produtividade, a meritocracia e o respeito à liberdade são alguns dos argumentos que convencem essas pessoas a abandonar seus empreendimentos e bens pessoais para dar início a uma nova vida, em um novo local, com uma nova comunidade.

TRAVIS KALANICK E O REVOLUCIONÁRIO UBER

Cansado do desafio que a simples busca por um táxi havia se tornando no cotidiano atual, Travis Kalanick resolve criar uma alternativa para solucionar a geral insatisfação daqueles que utilizam esse tipo de transporte. Em 2009, na cidade de São Francisco, Califórnia, surge a primeira versão de Uber, uma plataforma que conecta passageiros e motoristas diretamente por meio de um aplicativo para celular.

A revolucionária startup tem sucesso imediato, colocando Kalanick na lista dos grandes empreendedores da atualidade. O Uber vem crescendo ano após ano, conquistando cidades do mundo inteiro e criando muita polêmica por onde passa. Motoristas, proprietários de táxis, sindicalistas e, muitas vezes, o próprio governo dificultam a entrada do aplicativo, criando problemas a esse novo sistema que só facilita, agiliza e qualifica a locomoção dos consumidores. Os governantes querem regular o serviço do Uber, cobrar mais impostos, limitar o número de carros, desestimulando qualquer possibilidade de competição. Ao mesmo tempo, os taxistas não aceitam que os motoristas do Uber se tornem concorrentes. Como assim não precisar pagar por uma placa? Para que oferecer um carro melhor e mais confortável para o seu cliente? Por que ser cordial e educado com o passageiro? Todas essas perguntas parecem ser frequentes na mente dos taxistas. Por que não se questionar sobre o excesso de regulamentações impostas pelo Estado? Já é quase impossível comprar uma placa para trabalhar. Facilitar para quê? Não podemos



esquecer que o Uber permite a criação de novos postos de trabalho, gera diminuição da frota de carros nas cidades e dá mais opções aos cidadãos.

AS DIFICULDADES NO CAMINHO DO UBER

Walter Williams, em artigo para o Instituto Mises, fez a seguinte pergunta: “Se um indivíduo é cumpridor das leis, tem licença para dirigir, possui um carro novo, confiável e com a manutenção em dia, e todos os seguros necessários, há algum motivo racional para proibi-lo de fazer serviços de transporte de pessoa física?¹”. A resposta para essa pergunta é não! Uma vez que o indivíduo está totalmente legal e habilitado para exercer a atividade, não existem razões para que esse serviço não possa ser utilizado pelos cidadãos brasileiros. Os que desejam proibi-lo são aqueles que não querem avanço na sociedade, que têm medo da concorrência ou que não estarão ganhando algo com isso.

A principal dificuldade que o Uber enfrenta é quanto à regulamentação ou a falta dela nas principais capitais. O Estado insiste em querer criar regras e cobrar mais impostos e taxas, ao invés de deixar o mercado se autorregular. Quando a empresa se propôs a entrar no Brasil, prometeu criar cerca de 30 mil novos empregos, dando a oportunidade para que pessoas possam fazer sua própria agenda e ter uma nova fonte de renda. Ou seja, em um período de crise, a iniciativa privada mais uma vez encontra maneiras de combater a ineficiência do Estado, que é incapaz de cortar seus custos e diminuir a quantidade de impostos a fim de permitir que as indústrias voltem a crescer e possam recontratar.

O argumento daqueles que são contra o aplicativo é que se trata de prática ilegal do serviço de táxi. A empresa, por sua vez, diz oferecer uma forma diferente de transporte, que ajuda a diminuir o trânsito e gera renda para as pessoas.

Fazendo um comparativo de custos entre o Uber e o táxi, vê-se que os motoristas adeptos do aplicativo terão despesas mais elevadas que as dos taxistas. Na compra de um carro para exercer a atividade, por exem-

¹ <http://mises.org.br/Article.aspx?id=2174>



plô, o taxista tem direito a isenção de impostos e descontos em concessionárias, enquanto o usuário do aplicativo arcará com o custo total do carro, como outro consumidor qualquer. Os taxistas têm isenção de IOF e IPI na compra do veículo, além de não pagarem IPVA e ISS. Por outro lado, o Microempreendedor Individual (MEI) adepto do Uber não tem nenhum tipo de isenção e ainda paga ISS. Talvez a grande “bronca” do governo seja quanto às taxas: o usuário do Uber não precisa pagar taxas para os órgãos públicos, enquanto um taxista em São Paulo precisa pagar aproximadamente R\$ 255 reais em taxas anuais.

Com a chegada do Uber, os taxistas mobilizam-se para dificultar a entrada de novos concorrentes. Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília foram algumas das cidades que mostraram isso ao cidadão: carros pretos, característica principal do Uber, foram bloqueados, chutados, depredados e até mesmo perseguidos por taxistas, a fim de amedrontar quem se tornasse adepto desse novo modelo.

A resistência será forte, mas, uma vez que seja superada, irá beneficiar não apenas os clientes, mas também os taxistas, que vão se preocupar em prestar um melhor serviço, exigir que os governantes parem de se preocupar apenas com os impostos a recolher e foquem em melhorar a qualidade das ruas, do trânsito e, por que não, da segurança.

BRASIL E SUAS INCOERÊNCIAS AO DESENVOLVIMENTO

Fazer negócios no Brasil está cada vez mais difícil. Segundo o Índice de Liberdade Econômica da *Heritage Foundation*, o país está na 118ª posição² dentre as 186 nações analisadas. Esse índice mede a liberdade da economia tendo como base dez fatores, agrupados em quatro pilares: *rule of law* (direito de propriedade; liberdade de corrupção); *limited government* (liberdade fiscal; gastos do governo); *regulatory efficiency* (liberdade para negócios; liberdade de trabalho; liberdade monetária); *open markets* (liberdade para negociar; liberdade para investimento; liberdade financeira). O *score* de liberdade econômica do Brasil é 56,6 pontos, fazendo com que sua economia seja apenas a 118ª colocada no

² <http://www.heritage.org/index/country/brazil>



índice de 2015. O país caiu 0,3 ponto em relação ao ano anterior, passando a ser o 21º dentre os 29 países da América do Sul e Central. Esse fato mostra como estão sendo perdidos espaço e chance de crescimento entre a concorrência. Empresas estrangeiras optam por investir em outros países da América, que oferecem mais incentivos e menos barreiras para operação. Com tantos empecilhos, o Brasil deixa de gerar dinheiro, empregos e oportunidades para os brasileiros.

Outro índice que chama a atenção é o *Doing Business*, que aponta o Brasil no 116º lugar³, cinco posições abaixo em comparação com o ano anterior. Com esse índice, pode-se observar que o tempo para abrir uma empresa no Brasil é de aproximadamente 90 dias, enquanto na Nova Zelândia, primeira colocada no ranking, leva-se menos de 1 dia. Outra constatação importante é relacionada aos impostos. O Brasil encontra-se na 178ª posição. Esse dado mostra que o brasileiro precisa trabalhar 2.600 horas para pagar todas as taxas, enquanto no Catar, primeiro lugar no ranking, são necessárias apenas 41 horas. Comparando com um país da América do Sul, tem-se o exemplo do Chile, que precisa de 291 horas de trabalho para pagamento dos impostos, ficando no 48º lugar do ranking.

O Brasil, que estava no caminho certo para o crescimento e chamando a atenção de investidores estrangeiros, deixou de ser um país pujante e capaz de dar retorno. Uma nação com tantas riquezas naturais, mão de obra inteligente, com alta capacidade de inovação, está sem credibilidade no mercado, tamanhas a desorganização e a corrupção. É mais fácil, para um jovem, escolher roubar do que estudar e empreender.

Precisa-se de incentivo dentro das escolas, mostrando que o empresário é um cidadão de bem, que quer melhorar a vida das pessoas e, junto com isso, gerar riqueza e obter lucro.

Índices como os citados mostram o quão difícil é empreender e competir no mercado brasileiro. A burocracia para abrir uma empresa é tão grande que algumas pessoas desistem da ideia de ser empreendedoras, ou, pior, optam por trabalhar na ilegalidade, não pagando impostos e não tendo as documentações necessárias para a prática da atividade. Atrelado a isso, o excesso de impostos cobrados pelo governo faz dele seu principal “sócio”, impedindo o crescimento de forma natural e justa.

³ <http://www.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/brazil>



POR QUE DEVEMOS APOIAR O UBER?

Não deixar o Uber entrar no Brasil, ou no Rio Grande do Sul, é um erro tremendo. Vai contra toda a evolução da humanidade, que busca a todo momento se preocupar com o meio ambiente, com a corrupção e a busca por uma sociedade mais civilizada e próspera. Vetar a entrada do Uber é estimular que mais carros circulem nas ruas, aumentando o tráfego, poluindo mais as cidades e permitindo que apenas os táxis continuem circulando pela cidade, prestando um serviço de baixa qualidade e não atendendo a uma demanda existente. Nas grandes cidades, vemos vans clandestinas transitando pelas ruas, trabalhando de forma ilegal e informal, porque o Estado acha que o número de veículos para o transporte público é suficiente para atender à população. Mas se dermos a oportunidade para que essas vans se legalizem, paguem seus impostos e juntem-se ao Uber, será que não seria melhor para todos? Claro que sim! Deixar o mercado se regular e dizer o que é certo para a população é a melhor maneira de ter a resposta para se o serviço ou produto é bom ou não.

Outro ponto importante é que mais pessoas poderão sair da ilegalidade e ter um trabalho digno, podendo dirigir seu carro, ganhar dinheiro, pagar impostos e prestar um bom serviço para a comunidade.

Abrir as portas para o Uber é abrir as portas para novas empresas que se sintam confortáveis e dispostas a competir. Vale lembrar que, nos Estados Unidos, o Uber não é a única empresa que “compete” com os táxis. Há também o sistema de caronas, chamado Lyft. Essa empresa oferece praticamente o mesmo serviço que os táxis e que o Uber, competindo também em preço.

Não deixar o Uber entrar é como quebrar os computadores, smartphones, tablets e todos os eletrônicos, impedindo que as máquinas tirem o trabalho das pessoas. Daqui a alguns anos, quando os carros pretos estiverem circulando pela cidade e oferecendo um serviço melhor que o que temos atualmente, iremos nos arrepender de termos demorado tanto para deixá-lo entrar.



TRAVIS KALANICK X JOHN GALT

Alguns artigos internacionais tentam relacionar o nome de Travis Kalanick a John Galt, mas por quê? John Galt foi um inventor que se recusou a servir ao sistema e não aceitou que os salários fossem pagos pelas necessidades de cada um – em vez de pela sua produtividade. Ele não aceitou que o governo pudesse intervir na sua capacidade intelectual e tivesse que dar parte de sua criatividade para políticos corruptos, que querem ser sustentados pelos que produzem. Talvez a resposta para essa comparação seja que Travis Kalanick quer mudar o mundo também. A frota de carros nos Estados Unidos é uma das maiores do mundo. Em alguns estados há pistas especiais para quem transportar passageiros, a fim de evitar o congestionamento e “premiar” quem incentiva a carona. Conseguir táxi em São Francisco ou Nova York é algo impossível também, devido à demanda. A emissão de carbono é outro fator que os Estados Unidos vêm tentando combater. Mas o cofundador do Uber se preocupou com tudo isso. Além de visar o lucro, algo que muitos esquerdistas consideram feio, esse empresário de mente brilhante quer diminuir a emissão de carbono, diminuir o trânsito das grandes cidades e melhorar o serviço de transporte, gerando empregos e oportunidades.

Mas é o fato de abrir mão da entrada em alguns países estratégicos que faz com que Travis possa ser comparado a John Galt, alguém que prefere não lutar para mudar um sistema ineficiente e corrupto em vez de enfrentar os políticos e fazer com que essa ideia brilhante possa trazer melhorias para a sociedade e gerar novos empregos e oportunidades.

MAIS TRAVIS, MENOS ESTADO

Fica aqui o desafio para uma sociedade que tem todas as ferramentas para ser uma potencia mundial: mais mentes brilhantes capazes de criar negócios, gerar empregos, melhorar a vida da sociedade e dar oportunidade para quem quer ser livre para exercer suas atividades. A entrada do Uber irá possibilitar que pessoas desempregadas possam pegar seu carro e começar a fazer dinheiro na mesma hora, além de permitir que



mães possam deixar seus filhos nas escolas ou creches e, nesse curto espaço de tempo, produzir, trazer mais dinheiro para a família, uma vez que elas encontram dificuldade de encontrar um emprego com horário flexível, em função das atribuições maternas. Indo mais além, o modelo proposto por Travis visa, no futuro próximo, agrupar viagens, para que pessoas possam dividir a corrida e consequentemente diminuir o número de carros na rua. Menos carros, menos trânsito, menos poluição.

Os novos motoristas do Uber não serão os únicos beneficiados. Com a entrada dessa empresa, são novas oportunidades que surgem em todas as áreas. O escritório central nos Estados Unidos conta com diversos engenheiros de trânsito que mapeiam as melhores rotas a fim de evitar congestionamentos, diminuir o valor das corridas e trazer mais comodidade para os passageiros e motoristas. As áreas administrativas também demandam pessoas, podendo criar novas oportunidades para que jovens recém-formados ligados a tecnologia possam encontrar na Uber o primeiro trabalho ou estágio.

Deixar que empresas como essa entrem no Brasil é permitir que novas mentes brilhantes apareçam; logo teremos novos Travis em outros setores, incomodando o Estado e mostrando que ele não é eficiente e que a iniciativa privada pode, sim, resolver os problemas que a sociedade encontra – e também criar novas demandas de mercado.

A beleza do livre mercado é que a sociedade é a maior beneficiada. A pessoa pode optar por pegar um táxi na rua, via telefone da cooperativa e aplicativos de smartphones, mas também poderá optar por chamar um Uber se desejar um serviço diferenciado – que muitas vezes, com o passar do tempo, consegue oferecer até melhores preços.

Já que não podemos fugir para a cidade de John Galt, por que não nos unirmos a Travis e fazemos de nossas ações o principal mecanismo de mudança econômica e social? 







29º FORUM DA
LIBERDADE

O Tema

Roberto Lima de Andrade
Empresário / Associado do IEE





PRIVATIZANDO O BRASIL, ALCANÇAREMOS A LIBERDADE!

Privatização faz parte do processo modernizador pelo qual um país precisa passar para se adaptar aos novos tempos. Fazer reformas e modernizar a estrutura produtiva do Brasil trata-se de adequar a produção brasileira ao desempenho e aos padrões mundiais. A intenção deste texto é defender a privatização. No início será caracterizado o processo de venda de empresas pertencentes ao Estado para em seguida desmistificarem-se suposições com o objetivo de eliminar pretextos à aceitação da privatização. Muitas são as formas pelas quais podemos chamar o processo pelo qual um ativo que pertence ao governo passa a ser propriedade de uma entidade privada, sem fins partidários, com todas as suas ações voltadas para o mercado e tomadas de maneira profissional e técnica. Privatização e/ou desestatização são os termos que iremos utilizar neste texto. Embora remetam para o mesmo significado, há diferenças semânticas entre essas duas palavras, e essas diferenças muitas vezes fazem com que as pessoas não entendam ou criem empecilhos a fim de se tornarem favoráveis ao processo de privatização de empresas estatais. As duas nomenclaturas remetem ao mesmo significado e resultado prático. O termo “desestatização”, não muito usual, refere-se ao fato de o Estado retirar-se de setores nos quais não deveria atuar.

Privatizações geralmente ocorrem por meio de leilões públicos. Vale lembrar que o fato de o Estado privatizar uma empresa não significa que ele sairá totalmente do negócio. Uma empresa é caracterizada como privatizada quando o Estado detém minoritariamente seu capital ou nenhuma participação. As privatizações no Brasil, assim como em



qualquer outro lugar no mundo, são envolvidas por debates acalorados, muita polêmica e discussões ideológicas nas quais uns defendem a permanência do Estado, enquanto outros defendem a busca por eficiência e melhores resultados – algo que iremos ver, ao longo deste texto, ser impossível de se obter tendo entes públicos como administradores.

Pelo dicionário, privatização ou desestatização é o processo de venda de uma empresa ou instituição pública, produtora de bens e/ou serviços que integra o patrimônio do Estado para o setor privado (leiam-se empresas, consórcios, entre outras entidades com fins privados). Há disseminado nas sociedades do mundo todo prós e contras ao processo de desestatização de estatais dos mais diversos setores. No Brasil as privatizações começaram no regime militar e tiveram um grande salto em volume no governo FHC. Mas o grande número de privatização se deu no governo Dilma Rousseff, com o maior leilão dos últimos 17 anos, realizado em 25 de novembro de 2015. O grande comprador dos ativos brasileiros foram os chineses. Foram 17 bilhões de reais para o governo, com a entrada de expertise no mercado de energia e outros leiloados. A matéria do site Spotniks.Com¹, no qual constam as informações acima relatadas, conclui dizendo que “O repasse de ativos públicos para a gestão privada, vulgo privatização/desestatização, tornou-se uma unanimidade, cabendo aos governos não mais discutir quem gerencia melhor os ativos, mas quem vende tais ativos em melhores condições”. Na Alemanha de Hitler, elas começaram por volta da década de 1930. Governos autoritários geralmente optam por ter no Estado o máximo de controle sobre a produção do país. Mesmo um estado autoritário como o alemão, foi capaz de perceber que não conseguiria ir adiante tendo sua produção estatizada. Em um trabalho acadêmico da universidade de Barcelona, intitulado “Against the mainstream: nazi privatization in 1930s Germany”² podemos perceber que as primeiras privatizações ocorreram no governo nazista, onde já existia transferência de serviços públicos para as mãos da iniciativa privada. Não admitiam, mas reconheciam entre em si que não eram capazes de ser eficientes produzindo e gerando determinados serviços e produtos. No governo FHC, houve 65 empresas privatizadas nos mais diferentes setores – elétrico, petroquímico, mineração, siderurgia, portuário, financeiro, entre outros.



Os mitos enraizados nas sociedades são em grande parte os responsáveis por distorcer a realidade de um serviço prestado por um ente privado, e assim acabam por gerar um grande mal-entendido acerca da verdadeira realidade das privatizações. Essa realidade distorcida resulta em pessoas contrárias ao processo de privatização. No livro “Privatize já”, Rodrigo Constantino³ elenca sete mitos. Se fizéssemos uma pesquisa na sociedade brasileira para identificarmos possíveis mitos, com certeza surgiriam muitos outros. Os sete do livro são: (1) privatizar é entregar o patrimônio público; (2) quem defende a privatização acredita na boa vontade do empresário; (3) as estatais ajudam os pobres; (4) setores estratégicos devem ser controlados pelo governo; (5) a privatização provoca demissões e salários menores; (6) empresários só pensam em lucro no curto prazo; (7) nossas estatais foram vendidas a “preço de banana”.

A intenção deste texto, sem sombra de dúvida, é defender a privatização, e para isso o início de tudo é caracterizar o processo de venda de empresas do Estado e, em seguida, desmistificar os mitos com o objetivo de eliminar pretextos contra a aceitação da privatização. Na mesma linha dos mitos, temos alguns “prós” e “contras” em relação à venda de ativos públicos à iniciativa privada. “Prós”: (1) o Estado viola os direitos individuais; (2) o Estado pode ter que cobrir prejuízos da empresa estatal com recursos financeiros que poderiam ser aplicados nas áreas da saúde, educação, segurança e justiça; (3) os bens públicos passam a ter melhorias conforme necessidade de seus donos. “Contras”: (1) privatizações atendem pessoas com dinheiro, e o setor público atende todo mundo; (2) as privatizações pioram os serviços e, ao invés de reduzir o custo para o Estado, aumentam as despesas; (3) privatizações transformam necessidades básicas humanas em produtos. Ao longo do texto, serão citados outros “prós” e “contras”, de forma que o leitor obtenha embasamento que justifique positivamente a privatização e o encoraje a apoiar tais medidas.

Fernando Henrique Cardoso disse certa que vez que sua intenção ao privatizar empresas brasileiras era adequar o modelo brasileiro ao do resto do mundo⁴.

Nas novas condições mundiais, ou o Brasil se integrava competitiva e, quanto possível, autonomamente aos fluxos produtivos



do mercado ou pereceria no isolamento e em desvantagem competitiva, pelo atraso tecnológico e pela ineficiência da máquina pública. As privatizações foram parte deste processo de busca por melhores resultados.

Um breve exemplo foram as explorações em campos de petróleo, que, em bacias leiloadas, resultaram na descoberta de óleo da região do famoso pré-sal brasileiro. Não foi uma empresa pública que alcançou isso! Como disse Constantino, “Privatizar não é uma panaceia, uma medida mágica que soluciona todos os problemas. Longe disso. Mas é, sim, um passo extremamente importante na direção de mais progresso, mais prosperidade e também mais liberdade”. O exemplo dos campos do pré-sal brasileiro explorados por consórcios privados demonstra o avanço futuro que iremos ter na produção de petróleo, gerando mais renda, mais emprego e possivelmente um combustível mais barato. Isso é o oposto do mito número 5, que nos diz que, se fosse privatizada, a Petrobras geraria menos emprego. No caso da telefonia, a primeira venda de ações, na ordem de 20% do capital, gerou 22 bilhões de reais, dinheiro que possibilitou investimento em tecnologia. Esse avanço tecnológico fez o número de 2 milhões de celulares em 1990 saltar para 260 milhões em 2014, segundo a Anatel. A Embraer, de quase falida, passou a ser uma das maiores empresas do mundo.

O processo de privatizar é comum a praticamente todos os países do mundo, sem exceção. De países liberais a conservadores, de ditatoriais e com outras formas de governo, muitos já tiveram empresas públicas privatizadas. Mesmo os mais impensáveis governantes já privatizaram algo em seus países. Iraque, Irã, Turquia e Egito são exemplos de nações governadas por ditadores que tiveram desestatizações. De acordo com o Rubin Center (*Rubin Center Research in International Affairs*), o Irã teve incrivelmente 80% dos bens do Estado privatizados. Quando falamos de casos de privatização em países estrangeiros, não podemos deixar de lembrar do Chile de Pinochet e da Inglaterra de Margaret Thatcher. O Chile foi o primeiro país a fazer grandes privatizações, quebrando enormes paradigmas. Logo em seguida, veio o Reino Unido. A Inglaterra vinha com problemas seriíssimos em sua economia, com altas taxas de inflação e desemprego. Thatcher programou, no governo inglês, um processo de abertura ao liberalismo, e, como todo liberal, tratou



logo de programar medidas que gerassem diminuição do Estado. Com a privatização, ela gerou receitas ao governo, para investir em setores em que este deveria atuar, como segurança, saúde e educação, e gerou também redução de gastos, devido ao encolhimento da máquina pública. O resultado do Reino Unido nos mostra a mentira que é o mito número 2 (“Quem defende a privatização acredita na boa vontade do empresário”), pois, na verdade, quando o Estado repassa aos empresários a responsabilidade de prover produtos à população, ele está tendo a boa vontade de contribuir para melhorias. É justo lembrar também que algumas privatizações na Inglaterra não deram certo, gerando prejuízo à população. No entanto, mesmo com esses casos, o saldo pós-privatizações é positivo, se formos relacionar o que deu certo em relação ao que não deu. Entre os mitos desmistificados com o caso das privatizações inglesas e chilenas estão os de números 3 e 4, que dizem que setores estratégicos devem ficar sob a responsabilidade do governo e que estatais presentes nessas áreas ajudam os pobres. O maior sucesso na Inglaterra de Thatcher veio nas áreas de gás, eletricidade e telecomunicação (áreas estratégicas para qualquer população). É verdade que temos alguns casos em que as privatizações, como nos setores de água e ferrovias, em uma análise superficial, aparentemente geraram aumento de custos para os consumidores. Mas, na realidade, o que temos nesses casos é a transparência nas tarifas que a população efetivamente pagava, antes obscurecidas por subsídios financiados por impostos. O setor de água gerou aumentos entre 100% e 200% aos consumidores após ser adquirido pela iniciativa privada. Porém, se pensarmos que isso antes não ocorria (200% a mais na tarifa de água) porque o governo subsidiava o setor, logo podemos concluir que não é culpa das empresas que adquiriram e começaram a explorar tal serviço. Subsídios governamentais costumam ser nocivos à saúde financeira do Estado no longo prazo, pois geram inflação e distorcem a dinâmica dos mercados. Esses aumentos também precisariam ocorrer mesmo com o governo sendo o provedor do serviço. Alguns poderiam apontar essa situação como um insucesso da iniciativa privada como provedora do fornecimento de água. Mas não se deve chamar de insucesso quando temos o aumento tarifário como inevitável diante da situação que se tinha na época. O fato de terem ocorrido duas grandes secas no Reino Unido logo após o início



do fornecimento de água pela iniciativa privada também justificou o aumento das contas. Em contrapartida, nas secas, as empresas privadas investiram na redução de vazamentos do sistema e na expansão da capacidade de distribuição. O aumento nas tarifas foi algo necessário, que precisava ser feito para alcançar o equilíbrio. Anos se passaram, e os preços se adequaram à realidade do mercado – e obtiveram a aprovação da população.

A Companhia Vale do Rio Doce foi uma estatal brasileira na exploração de minérios até 6 de maio de 1997. Nessa data a empresa foi privatizada, sendo adquirida pelo consórcio Brasil. O caso da Vale talvez seja o mais emblemático de todas as empresas já privatizadas (no nosso país?), principalmente pelo seu tamanho. A Vale foi criada no governo Getúlio Vargas para a exploração de minas de ferro em Minas gerais. Com o passar dos anos, sua missão na economia brasileira foi crescendo, e com isso outras frentes de trabalho surgiram. A missão a que me refiro se tornou evidente algumas décadas atrás, com o potencial de mercado que a Vale demonstrava devido às demandas mundiais por minério de ferro. E ela vem colaborando e muito para atingir a missão a que se propôs. Os números são impressionantes: 5 bilhões é a quantidade de minério que a Vale produziu nos últimos 70 anos; 1,1 bilhão foi o que a Vale aplicou em ações socioambientais no ano de 2014; 10 mil km é a extensão das ferrovias da Vale no Brasil, segundo dados do site da empresa. Mas os números da companhia mostram que o grande salto de produtividade se deu quando de sua privatização. Esse salto é devido não só a um aumento de demanda ao redor do mundo, mas também à gestão da empresa, que possibilitou que ela se tornasse mais produtiva e lucrativa. Mas se a empresa não tivesse se preparado para suprir essa demanda, não adiantaria de nada. E o que mudou então com a privatização da Vale? Tudo! De uma forma bem objetiva, podemos afirmar, com base em números da companhia, que ela se preparou para atender ao mercado. O planejamento eficiente, aquele que prepara uma organização para curto, médio e longo prazo, ocorre quando há principalmente capital privado no controle (empresa com tomada de decisão privada, e não público-política). O que eu quero dizer com isso, e que os números mostram claramente, é que, em uma empresa com capital privado, estrutura profissionalizada e técnica, acionistas e governança



corporativa, há uma preocupação diária com o retorno sobre o capital investido. Esse dinheiro retorna também para remunerar o risco dos investidores e remunerar a empresa de tal forma que ela possa se modernizar e continuar investindo para se manter no mercado no futuro. O que ocorria no caso da Vale – e de qualquer outra estatal – é que, antes da privatização, o governo não planejava os rumos da companhia de forma responsável. Quando entregamos o futuro de uma organização nas mãos de pessoas que irão tomar suas decisões com base em conchas políticos, com o objetivo de beneficiar um partido e alianças partidárias, o resultado será corrupção, pouca ou quase nenhuma eficiência operacional, pouca ou quase nenhuma responsabilidade sobre impactos gerados na sociedade, entre outros resultados negativos. Privatizações como a da Vale ou de qualquer outra estatal irão estimular um grande volume de investimentos, saltos tecnológicos e, com isso, aumento de produtividade. E isso gera ganhos apenas a quem adquiriu “nossas” estatais? Claro que não! Veja o Brasil, por exemplo: o país faturou bilhões com a venda de estatais, que passaram a gerar um valor para a sociedade com a entrega de serviços, investimentos, empregos e mesmo o pagamento de impostos de forma antes impensável. O caso da Vale revela a mentira que são os mitos 6 e 7 (“Empresários só pensam em lucro no curto prazo” e “Nossas estatais foram vendidas a ‘preço de banana’”). Ao contrário do que dizem tais mitos, incrustados na nossa sociedade pela disseminação de covardes que fogem do debate sobre o tema, o empresário planeja o futuro da companhia buscando obter a sua permanência no mercado e o retorno ao seu investimento. E a privatização gera ganhos bilionários para o país, com o dinheiro arrecadado na venda. Este é o grande objetivo das privatizações: transferir da iniciativa pública para a privada a função que não compete ao governo.

É presente, em grande parcela da sociedade, um desejo por teu o Estado como seu protetor, seu guardião, alguém que estará sempre preparado para atender a suas necessidades. Como se os entes públicos, por intermédio de seus gabinetes, tivessem esse poder. Não deveríamos querer que o Estado atendesse a nossas necessidades, muito menos fosse nosso “protetor”. Mas a sensação de que precisamos dele para prover nosso dia a dia é instaurada quando da retirada do nosso direito individual de escolha do que é melhor para nós mesmos. Poderia caber a ele



o fornecimento de serviços básicos, como saúde, educação e segurança pública. Mas não irei aqui entrar nos porquês dos serviços cuja prestação cabe ou não ao Estado! O que vale salientar é o fato de que tais serviços, prestados pela iniciativa pública, geram danos e prejuízos à população, pela sua má qualidade. O que temos como resultado é uma saúde que não atende à população, uma segurança que deixa à mercê da sorte seus cidadãos, e uma educação deficitária que gera danos ao futuro de nossos jovens.

Antes da desestatização, a Vale não valia bilhões de dólares. Segundo reportagem do jornal Estadão, a Vale paga mais impostos hoje do que pagava em dividendos na época em que era do governo. Possivelmente, se ela ainda fosse estatal, teria os mesmos problemas de corrupção que ocorrem na Petrobras. Essa, por sinal, por ser estatal, gera menos empregos que poderia gerar e não entrega o combustível na quantidade demandada pela população, importando mais da metade do combustível de refinarias internacionais. Sua administração é atrelada a pessoas indicadas pelo governo, e seu valor de mercado vem sendo corroído a cada dia pelos péssimos resultados que entrega e por ter se tornado um exemplo claro da institucionalização da corrupção. O que garante que, se fosse privatizada, seria diferente? As razões são muitas, mas a principal delas é o fato de não haver decisões político-partidárias, e sim técnicas. E em que cenário poderia se imaginar um dono roubando sua própria propriedade? Em provavelmente nenhum. O risco seria assumido por um particular que conduziria a gestão a fim de evitar prejuízos. O que acontece com as estatais é que seus donos não são seus administradores. As decisões não são técnicas, são políticas, e com isso vem a corrupção como meio de enriquecimento ilícito e também forma de obter apoio político.

O caso da Vale ilustra bem o antes e o depois de uma estatal privatizada. Vamos tratar com mais profundidade, nas próximas linhas, do caso da Petrobras, estatal brasileira do ramo de gás e petróleo. A Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima é uma empresa de capital aberto, mas que tem o governo brasileiro como acionista majoritário. O governo controla as decisões, mas outros podem deter participação acionária. Dessa forma, ela é uma estatal de economia mista. No ano de 2015, só temos ouvido notícias catastróficas sobre os negócios da em-



presa: corrupção, ingerência política, baixa produtividade, ineficiência operacional, entre tantas outras. Como resultado disso tudo, a cotação dos papéis da companhia está caindo a níveis jamais antes vistos. Poderíamos pensar que isso só aconteceu agora, e que, portanto, nos anos anteriores as coisas iam bem. Nada disso! O que vemos hoje é o resultado de anos de conchavos políticos com finalidade de lesar o patrimônio público para benefício partidário e pessoal dos envolvidos.

As estatais podem até ser criadas com a melhor das intenções, mas, no fim, acabam servindo ao governo, e não à população. O caso da Petrobras ilustra bem isso. A empresa detém o monopólio da extração de petróleo no Brasil, e mesmo assim pagamos uma das mais caras gasolinas do mundo, pelo fato de ela não conseguir ser produtiva nos níveis em que a população precisa. Tendo em vista que temos grandes bacias, suficientes para atender ao consumo interno brasileiro e até mesmo para exportação, fica evidente, quando somos o 14º maior produtor de petróleo no mundo (com uma média de 2,125 milhões de barris por dia, de acordo com ranking da revista Forbes de outubro de 2015), que algo não vai bem. Além da baixa produção, há a incapacidade da empresa de cumprir metas e enxugar gastos. Por trás dos problemas da estatal está o governo brasileiro, que a utiliza como instrumento de política interna, controlando preços para maquiagem a inflação e buscando apoio popular via preços artificialmente baixos. Ninguém ganha com esse tipo de medida, nem a Petrobras, nem a população. A estatal, produzindo menos do que poderia, deixa de gerar mais empregos e riquezas para o país. O governo brasileiro não parece se importar muito com essa situação, já que as metas da empresa foram revistas no último relatório para menos do que havia sido planejado inicialmente, de acordo com informe enviado à CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Os gastos estão em total descontrole, e nada é feito a fim de mudar o panorama. Mesmo com todos os problemas acontecendo, o governo não é responsabilizado e, principalmente, não recai sobre ele nenhum tipo de prejuízo financeiro, pois é o consumidor que arca com a conta da ineficiência e da corrupção, com os impostos que já paga – e que só aumentam.

Grande parte da corrupção em empresas estatais veio de esquemas operados por indicados políticos. Podemos salientar isso de acordo com o histórico acerca da corrupção nas estatais relatados pelos maiores jor-



nais, revistas e publicações do mundo. Tais esquemas visam principalmente o enriquecimento ilícito e o financiamento de campanhas políticas. Em uma empresa privada, o dono assume toda a responsabilidade pelas ações desempenhadas pela empresa. No caso da estatal, a perda fica toda para o consumidor. A empresa continua gerando prejuízo até que o governo, com o dinheiro de impostos, decida socorrê-la.

A corrupção instaurada na Petrobras é um esquema montado para fraudar contratos e licitações e assim manter sempre os mesmos na prestação de serviços à estatal. Com o dinheiro dos contratos fraudados, é alimentado o esquema ilícito de enriquecimento. O objetivo deste texto não é acusar, isso fica a cargo do Poder Judiciário brasileiro. Mas seria ingênuo pensarmos que o governo desconhece esses fatos, já que ele é quem controla uma empresa estatal. De acordo com o jornal Folha de São Paulo, em outubro de 2015, esse esquema criminoso já era responsável por gerar prejuízos da ordem de 20 bilhões de reais aos cofres da empresa (6,2 bilhões para propinas a políticos, empresários e demais responsáveis por fazer a tramoia funcionar, e o restante como lucro ilícito das empresas prestadoras de serviços, por conta de superfaturamento de contratos). Tal situação não poderia ocorrer sem o consentimento e a confabulação de políticos que são os responsáveis pelo comando da empresa. Isto não é uma acusação formal, mas sim uma afirmação de que, sem avais políticos, não seria possível manter esquemas fraudatórios em instituições públicas.

Alguém poderia então perguntar: as empresas privadas estão livres de atos corruptivos? Provavelmente, não! Então, qual a grande diferença, já que, privatizadas ou não, todas podem ser atingidas por corrupção e ineficiência? A diferença é que empresas estatais lesam o patrimônio público e o cidadão, que paga tributos para serviços que não são entregues. As empresas privadas corruptas lesam apenas o patrimônio privado do empresário. Quem perde é ele e seus acionistas, e o consumidor fica livre para buscar outra empresa que ofereça o serviço. As estatais dificilmente quebram, pois têm o governo subsidiando-as a fim de manter o negócio, mesmo deficitário.

Segundo números da organização não governamental Contas Abertas, são cerca de cem companhias controladas pelo governo federal, que



empregam meio milhão de funcionários, movimentando anualmente com salários, compras e investimentos um total de 1,4 trilhão de reais — valor que corresponde a aproximadamente 80% do PIB da Argentina. É válido ressaltar que não defendo estatais como forma de criar empregos. Os números de empregados nas estatais são expressivos, mas o que temos nas companhias privatizadas são mais empregos do que quando estatais, e empregos originados pelo aumento da produção. Melhor gestão, maior produção com menor gasto, e mais investimentos. Esses empregos são baseados em estruturas naturais de mercado, com base em números reais, e não em concursos públicos que só têm o objetivo de inflar negativamente o Estado para satisfazer governantes que precisam gerar empregos, mas que o fazem da forma errada.

Outro fator que precisamos analisar é a magnitude das atividades nas quais o governo está envolvido. Vai desde grandes empresas, como Petrobras e Eletrobras, até pequenas, como a Trensurb, que opera a única linha de trens urbanos da Grande Porto Alegre. Também devemos considerar, nesse raciocínio, as empresas estatais estaduais e municipais. Elas também são operadas de forma calamitosa, pouco eficiente, consumindo recursos públicos oriundos de impostos, sendo geridas por políticos e assim contribuindo única e exclusivamente para o aumento desenfreado da máquina pública. Frente a isso, deveríamos nos perguntar: faz sentido um governo cujas principais atribuições deveriam ser nas áreas de saúde, segurança pública e educação gastar dinheiro e energia no transporte coletivo de uma cidade? Gastar dinheiro e energia com zoológicos? Não faz sentido nos momentos de bonança, logo, faz menos sentido ainda nos momentos de aperto financeiro. “Vender ativos é uma alternativa para o governo fazer caixa, dada a dificuldade de arrecadar”, disse Cid Heráclito de Queiroz, ex-procurador-geral da Fazenda e um dos autores da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas, além disso, geração de caixa ao governo, a venda dos ativos traz melhor gestão à empresa, por intermédio de seu novo dono.

As razões para a privatização vão da necessidade de eficiência nos serviços, como já dito, até a necessidade de se desfazer de ativos para a contenção de gastos, além de gerar receitas oriundas não de aumento de impostos, mas de venda. Desfazer-se por meio da desestatização das empresas com as quais participa de diversos setores típicos do setor pri-



vado também é uma forma de tornar o Estado mais eficiente e diminuir as despesas públicas. Em julho, segundo o próprio governo federal, por intermédio da Secretaria da Fazenda, o Planalto viu-se forçado a reduzir a meta de poupar, neste ano, 1,1% do PIB, ou 66 bilhões de reais, para apenas 0,15% do PIB, com possibilidade de chegar a déficit. Livrar-se de operações que não são prioridade é comum nas empresas privadas para fazer frente a períodos difíceis e reduzir dívidas. Isso ocorre como uma das formas de resolver o problema. Em uma empresa privada, não se pode simplesmente transferir as dificuldades para os clientes, como faz o governo quando transfere, via aumento de impostos, para a população a solução de seus problemas. Ele também o faz pelo aumento de preços em mercados nos quais detém monopólio, como no caso da Petrobras, que aumenta os preços dos combustíveis continuamente enquanto no mundo todo o preço do barril bate recordes de baixas.

Um estudo da consultoria americana Bain & Company publicado na revista Exame⁵ mostra que há muito a ganhar se houver disposição de avançar na desestatização. Segundo o estudo, o governo brasileiro poderia levantar 290 bilhões de reais com a venda de oito grandes empresas. Esse dinheiro resolveria diversos problemas de investimento que do país. Somente as ações da Petrobras, cuja participação do governo é de 46%, poderiam render aos cofres federais 132 bilhões de reais. O país precisa urgentemente investir em infraestrutura, para melhorar o custo operacional e baratear o preço do produto final em relação ao dos concorrentes internacionais. Atualmente, segundo a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, a necessidade brasileira é de investir 5% do PIB a fim de obter mais competitividade. A Eletrobras e suas geradoras poderiam render 27 bilhões, de acordo com o estudo da Bain. O dinheiro seria suficiente, por exemplo, para investir na expansão da rede de dutos para transporte de combustíveis, estimada pelo Instituto Logística e Supply Chain's em oito bilhões de reais. Sem esse investimento, o combustível precisa ser transportado pelo sistema rodoviário, o que encarece o produto para o consumidor.

As avaliações das estatais acerca de quanto valem no mercado foram realizadas com método já usado em outros países quando da necessidade de precificar um ativo público para colocá-lo à venda: (1) considera-se o valor de mercado estimado das estatais; e (2) leva-se em conta



quanto valem em Bolsa companhias privadas que atuam no mesmo setor, a fim de gerar base de comparação. Levando em consideração os métodos de avaliação, a comparação entre eles e demais dados obtidos com o estudo, pode-se chegar a quanto de ineficiência as estatais representam para a economia. O estudo revelou o que já apontamos neste texto como alguns dos argumentos a favor da privatização: estatais privatizadas valem mais para consumidores, Estado e novos donos. Das empresas controladas pelo governo, que são aproximadamente cem, somente o conjunto das oito maiores vale 214 bilhões, 30% menos do que valeria se essas estatais tivessem avaliação semelhante à de empresas privadas, como apontou o estudo acerca da avaliação das nossas estatais. Um exemplo é o da Eletrobras: se fosse privada, seu valor de mercado chegaria a 73 bilhões. “Sob controle privado, as empresas seriam mais eficientes, lucrativas e valiosas”, diz Fernando Martins, sócio da Bain.

A situação das contas públicas reduz novos estímulos econômicos, impedindo que investimentos sejam realizados. O governo precisa pensar mais em reduzir as despesas e menos em elevar impostos a fim de gerar caixa para sanar seus descontroles. A forma como o governo tenta fazer isso se mostra ineficaz desde sempre, já que o tamanho da máquina pública cresce em uma velocidade mais rápida que a das receitas do governo. A razão disso é o fato de termos no Brasil muitas medidas populistas. Um estudo da RC Consultores mostra que a relação arrecadação *versus* gasto público poderia chegar a um resultado positivo. O governo federal tem condições de alcançar o déficit nominal zero (quando gasta menos do que arrecada). O que ele precisa fazer é enxugar a estrutura do Estado e cortar gastos. “Se essa proposta fosse posta em prática, os gastos públicos cairiam nos próximos oito anos”, diz o economista Paulo Rabello de Castro, sócio da RC. Nas estimativas da consultoria, “O país poderá chegar a 2023 com despesas de cerca de 1 trilhão de reais a menos do que gastará se nada for feito”.

A melhora da gestão da qualidade dos gastos públicos reduz o avanço de dívidas. Um país como o Brasil, onde a gestão fiscal sofre com o descaso por não ser prioridade para governantes, tem grau de investimento reduzido. Em outras palavras, por não se mostrar comprometido em ajustar as contas, o país não é visto como um bom lugar para se investir. E se investimentos forem feitos, juros mais altos serão



cobrados, para justificar o risco de possível calote. O dinheiro de investidores estrangeiros é fundamental para financiar a dívida pública. Hoje, de acordo com dados da Secretaria da Fazenda, os juros consomem 40% da arrecadação líquida do governo. O Brasil, com dívida bruta de 65% do PIB, despendeu, nos últimos 12 meses, o equivalente a 7% do PIB para pagar juros, enquanto o Japão, com dívida de três vezes o PIB, gastou proporcionalmente a metade, mostrou a pesquisa da consultoria RC. As soluções apontadas pelo estudo sugerem que, para avançarmos, “precisamos alcançar essa melhora de qualidade”, transferindo para a iniciativa privada boa parte das estatais.

“É preciso respeitar a necessidade de falência dos ineficientes. Capitalismo sem bancarrota não faz sentido”, disse Rodrigo Constantino no livro “Privatize já”. Em um mundo em que se premia a ineficiência, não teríamos nada além de fomentar a incompetência e criar ambiente para a corrupção. Se o mundo fosse assim, teríamos apenas empresas estatais, com uma economia estática, sem avanços, com um enorme mercado negro. Isso não é suposição, já aconteceu em países que adotaram práticas socialistas e continua naqueles que insistem em tais regimes, como Venezuela e Cuba. Nestes há um grande mercado negro, resultado do desabastecimento causado pelo socialismo. Aos que possuem meios e desejam produtos reprimidos ou simplesmente desaparecidos das prateleiras pela falta de produção, resta o mercado negro e seus altos riscos. O Brasil enfrentou situação parecida nos anos 1980, quando o então presidente Sarney congelou preços com o Plano Cruzado e fez com que coisas banais, como comprar carne, fossem feitas no mercado negro, com altos preços.

É inevitável que empresas estatais sejam usadas para fins eleitoreiros. Um político precisa negociar apoio para ser reeleito. Para governar, ele também precisa obter a tal “governabilidade”, e nada melhor para barganhar apoio do que ofertar cargos nessas estatais. Logo, temos cargos ofertados para a “governabilidade”, e não para o mérito pela competência”. Daí decorrem todos os males de nossas estatais que temos visto nos jornais e na televisão.

Dizer o que é o certo ou o errado nos ajuda a tirar conclusões sobre o que nos faz bem ou mal. O que temos com as desestatizações é o



correto. Nacionalismo, “dar de bandeja” ou qualquer outro mito com o qual tentarão defender a não privatização só interessa aos “românticos” apegados a ideologias e aos poucos que lucram com isso. Enquanto isso, o que temos com as desestatizações são a melhora nos serviços, o aumento do emprego, o maior retorno em impostos e a democratização do acesso aos produtos. Não vale de nada o Estado ser dono de empresas improdutivas, que só geram dinheiro ao bolso de corruptos e corruptores, enquanto à população resta a falta de hospitais, de segurança e de uma educação de qualidade.

O caso da privatização do serviço de telefonia da Guatemala ilustra muito bem um dos resultados da desestatização, que é a democratização do acesso aos produtos, como dito acima. Nesse caso vale frisar um detalhe importante quando da desestatização de um determinado serviço: evitar a troca de um monopólio estatal por um monopólio privado. No caso da telefonia guatemalteca, o governo tomou todas as medidas cabíveis para ter um serviço privatizado, democrático e desregulamentado. Muitas vezes o governo privatiza um serviço, mas cria uma agência reguladora a fim de manter o controle sobre o mercado (tal como a Anatel, no caso brasileiro). O governo da Guatemala cuidou bem para que isso não ocorresse. O presidente deu total liberdade para que sua equipe, comandada por um economista de formação libertária, Alfredo Guzman, estruturasse a abertura do mercado de telefonia de forma que todos os interessados tivessem condições de ofertar seus serviços no país. Uma das medidas foi legislar para controlar os sindicatos e não criar agências reguladoras. Após isso, foi possível dar ao mercado liberdade total para se desenvolver. Resultado: serviço de telefonia desregulamentado, democrático e com preços irrisórios. Qualquer empresa que queira ofertar serviços lá é bem-vinda a fazê-lo com liberdade. De acordo com dados do governo da Guatemala, a população do país tem 13,5 milhões de pessoas e 18 milhões de linhas telefônicas – potencial de mercado explorado ao máximo, gerando riqueza para o país e benefícios para a população, que desfruta de um serviço de qualidade por preços baixos.

As estatizações fomentam conflitos e violam as liberdades individuais quando tiram o poder de escolha do consumidor quanto ao que querem ou não consumir. No livro de Ayn Rand “A virtude do egoísmo”, percebemos os males que a coerção exercida pelo poder pública causa



aos cidadãos e instituições. Entidades estatizadas retiram do cidadão o direito da livre escolha, coagindo-os a demandar suas necessidades ao poder público. Já as privatizações reduzem a cobrança de impostos para sustentar bens e passivos públicos e eliminam a possibilidade de o Estado, para cobrir eventuais prejuízos, gastar recursos financeiros que devem ser aplicados em outros serviços. Entretanto, muitas vezes, o que percebemos nos debates sobre o assunto é que a maioria das pessoas ainda é favorável a viver à mercê do Estado, tutelada por governos que mal conseguem administrar seus próprios gabinetes. Preferem que o Estado seja dono de empresas. Vislumbram esse status de donos de empresas pura e simplesmente por acreditar em ideologias que nem mesmo se sustentam nos debates. A sensação torpe de estar dando de graça um bem público sem o devido retorno trava a mudança de que tanto precisamos para evoluir e nos adequarmos a padrões mundiais, visto que nos encontramos em um mundo globalizado. Desestatizando o Brasil, alcançaremos a liberdade de que tanto necessitamos e que queremos. Enquanto não alcançamos tal liberdade e seguimos sendo explorados e mal atendidos por serviços deficitários e ineficientes, prestados por empresas controladas pelo governo, seguimos trilhando um caminho tortuoso que o economista Friedrich Hayek chamou de “Caminhos para a servidão”, título de uma de suas obras literárias.

Para concluir este texto de forma idônea e não partidária, apenas a favor das privatizações, irei lembrá-los de que, a partir do governo Dilma, não mais poderá ser creditada à esquerda ou à direita, ao PT, ao PSDB ou a outro partido qualquer ser o defensor do Estado e suas estatais como boas, prósperas e eficazes. Como sendo aqueles que jamais venderam o patrimônio do Estado. Isso porque o governo Dilma privatizou alguns dos principais aeroportos do país, por estarem à beira do colapso operacional. Mesmo dizendo-se contra e usando como slogan eleitoral a estatização, o governo petista, reconhecendo que o Estado não tem a eficiência, astúcia e perícia do setor privado, a agilidade e a competência necessárias para entregar serviços de qualidade para a população, vendeu o direito de exploração de alguns aeroportos brasileiros. O resultado tem sido tão positivo que as privatizações serão ampliadas para outros aeroportos. Não importa o partido que esteja no poder, a necessidade de transferir do poder público para o privado uma



hora chegará. A urgência disso é imediata. Até aqueles que defendem a permanência do Estado como prestador de serviços em algum momento irão reconhecer como o mais sensato a retirada do governo e a entrada de entidades privadas no fornecimento de produtos e serviços à população. O processo de privatização uma hora acaba por colocar-se como imprescindível, sabendo que assim se chegará ao resultado que a população exige e merece.☞

REFERÊNCIAS

LEILÕES no Governo Dilma. **Spotniks**, Brasil, 26 de nov. 2015. Disponível em: <<https://www.spotniks.com>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

BEL, Germà. Universitat de Barcelona. Barcelona, 21 de nov. 2015. Disponível em: <<http://www.ub.edu/graap/nazi.pdf>>. Acesso em: 21 de nov. 2015.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Privatize já**. 1 ed. Rio de Janeiro: Leya Brasil, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. Sem Mistificações. **Estadão**, São Paulo, 12 nov. 2015. Disponível em: <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,sem-mistificacoes-imp-,1149933>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

JUNIOR, Humberto Maia. Privatização podem salvar as contas públicas, mostram estudos. **Revista Exame**, São Paulo, 13 de nov. 2015. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1095/noticias/privatizacao-pode-salvas-as-contas-publicas-mostram-estudos>>.

COSTA, Guilherme Dalla. 5 mitos sobre a privatização que você provavelmente acredita. **Estudantes Pela Liberdade**, 12 nov. 2015. Disponível em: <<https://epl.org.br/2014/10/13/5-mitos-sobre-a-privatizacao-que-voce-provavelmente-acredita/>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

SAIBA os bastidores da privatização na Vale do Rio Doce. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 nov. 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br>>.



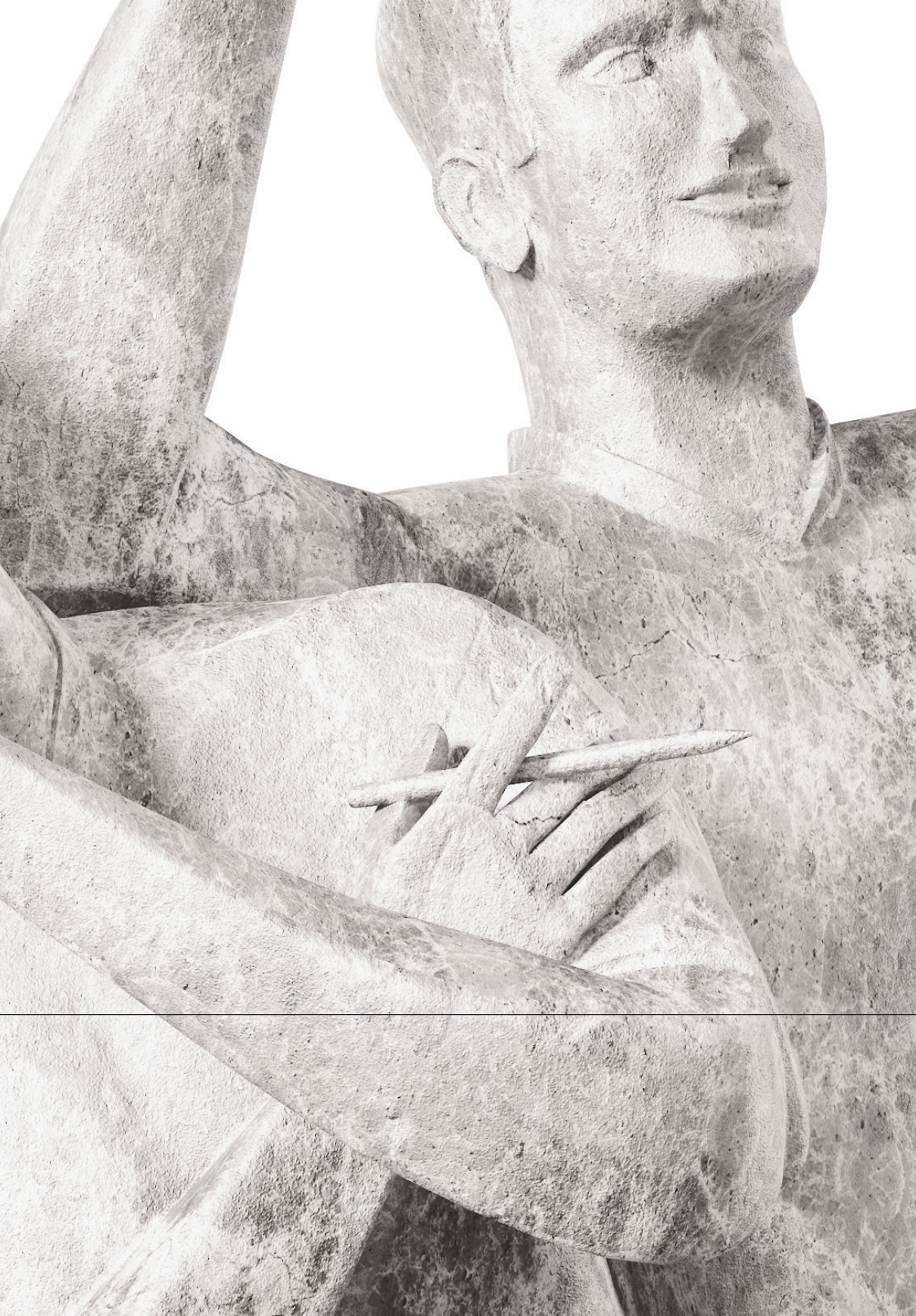
folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u32146.shtml>. Acesso em: 12 nov. 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique. Sem Mistificações. **Estadão**, São Paulo, 12 nov. 2015. Disponível em: <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,sem-mistificacoes-imp-,1149933>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

HAYEK, Friedrich August. **O Caminho da Servidão**. 6. ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

JUNIOR, Humberto Maia. Privatização podem salvar as contas públicas, mostram estudos. **Revista Exame**, São Paulo, 13 de nov. 2015. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1095/noticias/privatizacao-pode-salvas-as-contas-publicas-mostram-estudos>>.







29º FÓRUM DA
LIBERDADE

Atlântida

Rodrigo Matone Chanin
Empresário / Associado do IEE





1. INTRODUÇÃO

“Todo mundo é um gênio. Mas, se você julgar um peixe por sua capacidade de subir em uma árvore, ele vai gastar toda a sua vida acreditando que ele é estúpido”, já dizia Albert Einstein. A educação atual, principalmente a brasileira, vive um momento em que ser inteligente significa seguir as regras do jogo e pensar igual a todos.

Neste ano, o tema da série Pensamentos Liberais será o livro “A revolta de Atlas”, de Ayn Rand, e este tópico tem como base o capítulo do livro chamado Atlântida. Em Atlântida, Dagny Taggart, a protagonista do livro, acidentalmente descobre uma nova região no mundo, onde tudo se baseia no livre mercado. Todas as pessoas que vivem nessa região foram convidadas a morar ali, pois são indivíduos com capacidade de mudar o mundo, adeptos do livre mercado, e principalmente pessoas cansadas de viver em um mundo onde são roubadas por meio de novas leis e decretos criados por políticos que só pensam no que é melhor para si.

Nesse novo cenário proposto pelo livro, encontram-se a maioria das pessoas no mundo capazes de pensar, de fazer algo diferente, de enxergar o mundo e as coisas com um olhar ímpar. São pessoas educadas e inteligentes, tanto com uma educação formal quanto com uma educação por meio de experiências. E é baseado nessas pessoas e nesse mundo fictício que, neste capítulo, tentarei mostrar as dificuldades e as formas possíveis que existem para que o Brasil avance e se desenvolva.



Nesta seção do livro, será apresentado como é o modelo educacional brasileiro, quais suas deficiências, como o Brasil está posicionado nos rankings mundiais e por que o país não avança. Além disso, serão mostrados modelos educacionais de sucesso em outras partes do mundo, com o intuito de instigar o leitor a entender como certos modelos funcionam e como certas ações são possíveis de ser realizadas, desde que haja um plano com objetivos definidos visando uma melhora do país. Por fim, serão apresentadas as mudanças necessárias para que o Brasil cresça, desde o modelo ideal de ensino até o passo a passo para uma mudança de paradigma.

2. MODELOS EDUCACIONAIS BRASILEIROS E ÍNDICES

Para que um país possa evoluir, o primeiro passo é a educação. Exemplos disso podemos enxergar em países que se desenvolveram há mais tempo, como Estados Unidos e Inglaterra, assim como em casos mais recentes, como Finlândia e Coreia do Sul. Estes dois últimos são perfeitos casos de locais que, com grande foco em desenvolvimento da educação, possibilitaram uma imensa reviravolta no andamento da nação.

Segundo a resolução brasileira CNE/CBE 07/2010:

Art. 30 Os três anos iniciais do ensino fundamental devem assegurar:

I – a alfabetização e o letramento;

II – o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia;

III – a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no ensino fundamental como um todo e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro.

§ 1º Mesmo quando o sistema de ensino ou a escola, no uso de sua autonomia, fizerem opção pelo regime seriado, será necessário



considerar **os três anos iniciais do ensino fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupção**, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.

Conforme a resolução acima, as escolas brasileiras não têm o direito de repetir uma criança nos seus primeiros três anos de ensino. É necessário falar algo mais? O Brasil deseja crescer, deseja evoluir, e o que mais se ouve do governo é que o investimento em educação é necessário. Entretanto, o próprio Estado “sugere” ações que mostram a falta de evolução e a falta de vontade de se desenvolver como pessoas produtivas – ações como as cotas para alunos de escolas públicas para ingressar nas faculdades. Em vez de a pessoa entrar na faculdade por mérito e competência, entra pela cor da pele ou pelo fato de ter feito ensino médio e fundamental em uma escola de nível inferior. O que isso gera? Gera salas de aulas com alunos com níveis de aprendizado extremamente diferentes; enquanto um aluno já sabe ler e escrever e fazer as somas básicas, outros não conseguem nem escrever o alfabeto. Com isso, é criado um modelo em que pessoas chegam às faculdades e ao mercado de trabalho despreparadas para o que lhes espera, tornando o país muito pouco produtivo e eficiente.

O Brasil vive de muitas deficiências educacionais, e a dificuldade não é somente definir os novos caminhos a serem tomados. As ações para que mudanças ocorram são fáceis. Não é necessário nem criar algo novo, mas simplesmente copiar o que diversos países já fazem há décadas. O difícil é mudar a cultura e o pensamento do brasileiro. Segundo o livro “A cabeça do brasileiro”, de Alberto Carlos Almeida, o brasileiro reclama do governo, reclama do modo como o Estado define a educação brasileira. Contudo, qual a exigência que os indivíduos do país fazem quando desejam mudanças? Pedem mais Estado e maior intervenção. Se já é sabido que o modelo atual não funciona, por que pedir por mais do mesmo?

Um assunto muito falado pelo governo brasileiro é o percentual do PIB que ele investe em educação. Conforme muitos acreditam, quanto maior o percentual de investimento, melhor, e quanto menos se investe,

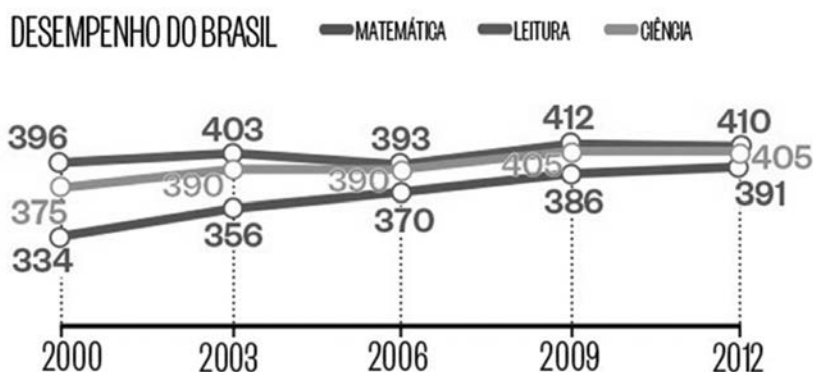


pior. Será que esse é um fato verdadeiro? Utilizemos como exemplo a Coreia do Sul. Esse país investe, percentualmente, menos do seu PIB do que o Brasil, porém, a sua educação é muito melhor que a brasileira, conforme ranking do índice PISA (programa internacional de avaliação de alunos):

Leitura	Média	Matemática	Média	Ciências	Média
1º - Xangai-China	570	1º - Xangai-China	613	1º - Xangai-China	580
2º - Hong Kong-China	545	2º - Cingapura	573	2º - Hong Kong-China	555
3º - Cingapura	542	3º - Hong Kong-China	561	3º - Cingapura	551
4º - Japão	538	4º - Taiwan (Taipei-China)	560	4º - Japão	547
5º - Coreia do Sul	536	5º - Coreia do Sul	554	5º - Finlândia	545
6º - Finlândia	524	6º - Macau-China	538	6º - Estônia	541
7º - Irlanda	523	7º - Japão	536	7º - Coreia do Sul	538
8º - Taiwan (Taipei-China)	523	8º - Liechtenstein	535	8º - Vietnã	528
9º - Canadá	523	9º - Suíça	531	9º - Polônia	526
10º - Polônia	518	10º - Holanda	523	10º - Canadá	525
Média da OCDE	496	Média da OCDE	494	Média OCDE	501
53º - Montenegro	422	56º - Costa Rica	407	57º - Jordânia	409
54º - Uruguai	411	57º - Albânia	394	58º - Argentina	406
55º - Brasil	410	58º - Brasil	391	59º - Brasil	405
56º - Tunísia	404	59º - Argentina	388	60º - Colômbia	399
57º - Colômbia	403	60º - Tunísia	388	61º - Tunísia	398
65º - Peru	384	65º - Peru	368	65º - Peru	373

Fonte: OECD.

Como pode ser visto nas informações a respeito do ranking, o Brasil apresenta médias piores que as de muitos países pequenos, como Taiwan, Estônia, Vietnã e Jordânia. Não bastasse isso, a nota brasileira é pior do que a média do ranking. O Brasil tem muito a melhorar e muito a se desenvolver para que possa alcançar um nível de excelência na educação. O ponto a se comemorar nesse ranking é que o Brasil conseguiu uma evolução considerável nos últimos anos, conforme gráfico abaixo.



Fonte: UOL.



O que difere muitos países do Brasil, então, não é o simples investimento em educação; é o investimento correto, a eficiência do modelo. Os professores brasileiros são mal remunerados e mal preparados. Enquanto em locais como Finlândia e Coreia do Sul os professores são louvados e vistos como alguém importante, no Brasil a pessoa importante é o ator de novela ou o jogador de futebol. Nada contra essas profissões, porém, devemos entender que temos de valorizar os professores se queremos nos desenvolver. Como podemos esperar ser um país levado a sério na educação se um dos maiores governantes destes últimos anos de governo do PT é uma pessoa que se orgulha de não ter chegado à quinta série do ensino fundamental e se orgulha de não saber falar corretamente?

Como todos sabem, algumas profissões exigem diplomas para o exercício da função, enquanto outras não. Exemplo é a comparação entre alguém exercer medicina *versus* alguém administrar uma lanchonete. Com isso, fica a pergunta: será mesmo que o Brasil realmente necessita de tantas regras para definir quem pode exercer o quê? Milton Friedman, no livro “Capitalismo e liberdade”, destaca que a obrigatoriedade para profissões acaba gerando somente um cartel dessas profissões e alto custo do serviço prestado. Além do aumento do custo dos profissionais, gerando uma menor chance de a parcela mais pobre da sociedade alcançar diversos serviços, esse credenciamento é gerado devido a uma regulação do governo em relação à educação. Ao exigir que todos tenham formação em faculdade – detalhe: atentar a este ponto: mesmo que o governo não exija por lei diploma para exercer diversas profissões, aquele que não tem o diploma é considerado, pela maioria, inapto para o trabalho –, faz-se com que muitas pessoas acabem por concluir uma faculdade somente pela necessidade imposta pelo Estado, mesmo que termine não praticando o que lhe foi ensinado durante os quatro, cinco ou seis anos de curso. Isso acarreta alto custo para a população e o governo. Um desses casos ocorre quando um indivíduo ingressa em uma universidade pública para cursar, por exemplo, engenharia. Suponhamos que o aluno fique quatro anos no curso, período no qual ele foi custeado pela população. Ao sair da faculdade e não encontrar nenhum emprego que lhe pague bem, o mesmo aluno acaba por se voltar ao serviço público, visto que, muitas vezes, esse emprego irá lhe pagar muito



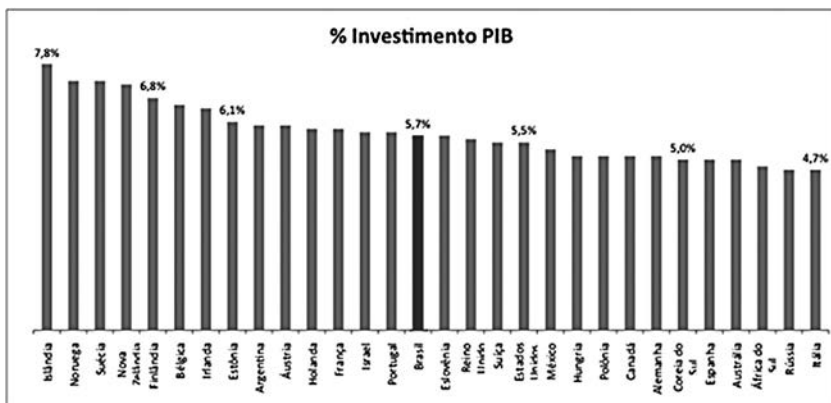
mais do que o mercado. Por fim, o indivíduo acaba por passar em um concurso como assessor. O que ocorre? A população gastou quatro anos do seu dinheiro para custear uma pessoa a se formar em engenharia, para terminar fazendo cópias dentro de um serviço público, com um emprego que gera pouco, ou nenhum, avanço para a sociedade.

Como podemos observar com muitos exemplos, há diversos problemas a serem resolvidos no Brasil. O país conta com professores mal preparados, investimentos ineficientes, população com pensamento atrasado e, principalmente, uma estrutura não propícia ao crescimento. Temos um poder muito forte do Estado, que nos controla demasiadamente, privando-nos de tomar as decisões mais interessantes a cada indivíduo e tentando criar um método de ensino em que todos aprendam a questionar cada vez menos e somente seguir ordens.

3. MODELOS EDUCACIONAIS DE SUCESSO (EUA, COREIA DO SUL, FINLÂNDIA E CHILE)

Para o Brasil se desenvolver, não há necessidade de criar diversos modelos inovadores com iniciativas nunca antes testadas. Como Jorge Paulo Lemann, um dos maiores empresários brasileiros de todos os tempos, sempre fala, não há necessidade de inventar algo novo, basta copiar o que já dá certo em diversas partes do mundo.

A Coreia do Sul, na década de 1960, tinha PIB per capita de 900 dólares, enquanto o do Brasil era o dobro. Atualmente, o PIB per capita da Coreia do Sul é o triplo do brasileiro. Como isso se deu? Nessa mesma década, Brasil e Coreia do Sul apresentavam nível de analfabetismo em torno de 35%. Atualmente, o da Coreia do Sul é perto de zero. Indiscutivelmente, para a Coreia do Sul arrumar questões estruturais é muito mais fácil que para o Brasil, devido a sua dimensão territorial e ao tamanho de sua população. Mesmo assim, ela alcançou números excepcionais e deu um salto de crescimento como poucos. Conforme falamos anteriormente, investimento em educação como um percentual do PIB não significa garantia de qualidade na educação.



Fonte: Revista Exame.

Podemos analisar nesse gráfico países com educação muito melhor que a brasileira, como Coreia do Sul, Suíça e Estados Unidos – e com um investimento menor que o do Brasil.

A Finlândia também seguiu um caminho muito parecido com o da Coreia. Investiu em professores, em estrutura e em valorização da educação e evoluiu de forma considerável. Com isso, conseguiu uma posição muito boa no ranking PISA, com um salto gigantesco na última década.



Fontes: Anuário Estatístico Mundial, Fórum Económico Mundial, Ibope, Inep/MEC, Ministério da Educação da Finlândia, OCDE e Organização Mundial de Propriedade Intelectual (Ompi)

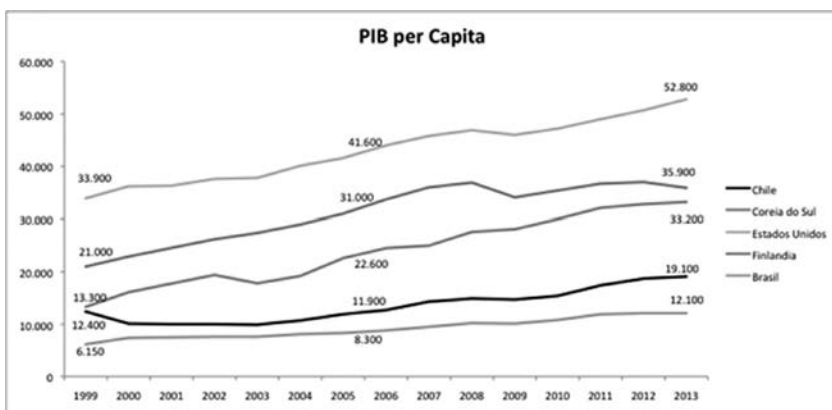
Fonte: Veja.



Observando modelos de países mais próximos ao Brasil que também ainda não são considerados desenvolvidos, temos como ótimo exemplo o Chile. O governo chileno, baseado nos pensamentos do ganhador do prêmio Nobel de Economia Milton Friedman, instituiu vouchers educacionais como forma de melhorar o ensino básico do país. Os vouchers consistem em um modelo no qual o governo provê às pessoas de menor renda uma quantia mensal destinada somente à educação. Esses indivíduos, ao receberem o dinheiro, têm a livre escolha de decidir em qual escola irão matricular seus filhos. Dessa forma, cria-se uma maior competição entre as escolas privadas, gerando maior eficiência e menor custo para o consumidor final, ao mesmo tempo em que provê a possibilidade de acabar com as escolas públicas, as quais são um grande problema brasileiro.

Conforme apresentado, temos um claro e grande exemplo de ajuste da educação de um país. A dificuldade brasileira não está em saber o que fazer, mas sim em querer fazer.

Observando o gráfico abaixo, podemos ver a diferença no PIB per capita entre países com educação superior à brasileira. Percebe-se um aumento na disparidade do Brasil com relação aos outros países desde o início do governo assumido pelo PT.



Se observamos a maior potência mundial atualmente, também perceberemos que as estatísticas referentes à educação deixam muito claro como o país sabe valorizar da forma correta a população. Os Estados



Unidos são, como todos sabem, o benchmark mundial da educação, seja na fase de graduação, seja em cursos superiores. Basta analisarmos o ranking abaixo para vermos quantas universidades americanas estão classificadas entre as primeiras dez da lista, segundo o ranking da Shanghai. Veja-se onde está a primeira faculdade brasileira.

World Ranking	Institution*	Country
1	Harvard University	
2	Stanford University	
3	Massachusetts Institute of Technology (MIT)	
4	University of California, Berkeley	
5	University of Cambridge	
6	Princeton University	
7	California Institute of Technology	
8	Columbia University	
9	University of Chicago	
10	University of Oxford	
11	Yale University	
12	University of California, Los Angeles	
13	Cornell University	
14	University of California, San Diego	
15	University of Washington	
16	Johns Hopkins University	
17	University of Pennsylvania	
18	University College London	
18	University of California, San Francisco	
20	Swiss Federal Institute of Technology Zurich	
101-150	University of Sao Paulo	

Fonte: Shanghai Ranking.

Além da grande qualificação das escolas, há outro fator interessante no modelo americano. Enquanto nas universidades públicas brasileiras são os pobres que financiam os ricos no ensino superior, nas universidades privadas americanas são os próprios ricos que pagam suas universidades: em Harvard, mais de 60% dos alunos ganham algum tipo de bolsa financiada com mensalidades dos ricos ou por doações privadas.

Isso tudo faz com que o ensino apresente menos gastos ineficientes, diferentemente do que já foi mostrado com relação ao Brasil.

É interessante destacar que não foi colocado o indicador de nível de analfabetismo nesta seção, visto não ser um dado completamente confiável. Se olharmos esse indicador, veremos que países como Coreia do Norte, Cuba e China têm índices de analfabetismo de 0%. Dado o



fato de que tais países fornecem somente informações errôneas a seu respeito, decidiu-se por não utilizar essa informação.

5. COMO MELHORAR A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E AONDE ELA PODE NOS LEVAR

Existem diversas formas de melhorar a educação brasileira, e os modelos existentes em todo o mundo estão aí para provar que é possível obter um ensino de qualidade. Modelos como o de vouchers no Chile são de grande funcionalidade.

Apesar de muitos liberais serem contra o sistema de vouchers, pois acreditam que dessa forma a educação ainda segue presa ao Estado, acredito que, como um primeiro passo, é algo muito eficiente. Algumas políticas brasileiras já adotadas nesses mesmos moldes são o ProUni e o Fies, os quais também acredito serem políticas que ajudam pessoas que não têm capital a poder fazer parte de uma faculdade. Entretanto, outras políticas, como as cotas para faculdades, são de total estrago em relação ao ensino brasileiro. Não só permitem que ingressem na faculdade pessoas despreparadas, como também a faculdade fica com dois níveis de alunos, tendo que decidir por duas soluções: ou baixar o nível para que todos passem ou repetir de ano todos aqueles que não entraram com a nota com a qual realmente deveriam entrar.

O problema do Brasil é que, há muito tempo, o país tenta conservar seu problema de educação tentando atingir o meio da estrutura, em vez de tentar ajustar a base. Em vez de ficar tentando criar soluções para colocar indivíduos despreparados nas faculdades, o esforço deveria ser todo na base da pirâmide educacional. É realmente muito difícil exigir que uma pessoa de classe mais baixa tenha êxito na vida quando o Estado, o detentor da educação, lhe provê uma educação de qualidade mínima, em que as estruturas das salas de aulas são pífias, e os professores, extremamente mal preparados.

Existem alguns pontos mais teóricos a serem levantados como soluções, como a real necessidade do credenciamento de diversas profissões e a possibilidade de *homeschooling*. Apesar de serem ações muito inte-



ressantes para uma grande mudança na nossa educação, acredito não ser o momento ideal para discuti-las, principalmente no Brasil. Acredito que, atualmente, não são as políticas mais fáceis e mais praticas de serem tomadas. Creio que existem outras políticas de alcance mais real em um espaço menor de tempo. Em países mais desenvolvidos, essas opções com certeza têm validade, porém, com os problemas estruturais brasileiros, primeiro há de se fazer mudanças mais viáveis, para depois dar um segundo passo.

Ao se decidir por instaurar os vouchers educacionais, diversos problemas estruturais brasileiros começariam a ser passíveis de mudanças. Pode-se começar a enxergar, no futuro, o término das escolas públicas, uma maior profissionalização dos professores, menos impostos para educação e um custo menor das mensalidades.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversas mudanças no Brasil são possíveis de ocorrer, e elas dependem da iniciativa dos indivíduos. São necessárias pessoas na política com visões mais liberais, que auxiliem nessa mudança de paradigma, tornando o Estado um mero auxiliar em algumas questões da população, e não o executor de atividades que não lhe convêm.

Sem dúvida, o Brasil necessita de um plano estrutural de longo prazo, contemplando todas as ações e políticas necessárias para que seja possível que o país chegue a uma educação de primeiro mundo. Para que consiga alcançar níveis de países como Estados Unidos, Coreia do Sul e Finlândia, primeiro deve se colocar a primeira pedra e, depois, ir construindo a estrutura toda. Apesar de a Coreia do Sul e a Finlândia terem tido uma expansão extremamente rápida e ágil de sua educação, não acredito que no Brasil isso seja possível, devido à geografia e ao tamanho da população brasileira. Por ser um país de dimensões continentais, ações de maior magnitude levam mais tempo para serem implantadas e solucionadas.

O modelo proposto de vouchers educacionais é somente um primeiro passo para a implantação de um sistema de educação liderado



pelos indivíduos, e não pelo Estado. O Estado deve deter menos poder, de forma que as trocas entre as pessoas sejam espontâneas, gerando benefícios a todos. ❁

REFERÊNCIAS

SHANGHAI RANKING. **SHANGHAI RANKING**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/12/03/pisa-desempenho-do-brasil-piora-em-leitura-e-empaca-em-ciencias.htm>>. Acesso em: 28 out. 2015.

FINLÂNDIA. **Revista educação**. Disponível em: <<http://revistaeducacao.com.br/textos/151/os-segredos-da-finlandia-234672-1.asp>>. Acesso em: 30 out. 2015.

RESOLUÇÃO EDUCAÇÃO. **Sinpeem**. Disponível em: <http://www.sinpeem.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=5332#.Vj5XW2SrQfE>. Acesso em: 1 nov. 2015.

PISA. **NCES**. Disponível em: <<https://nces.ed.gov/surveys/pisa/>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

PISA. **INEP**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/internacional-novo-pisa-opisaeideb>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

DESEMPENHO BRASIL PISA. **UOL**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/12/03/pisa-desempenho-do-brasil-piora-em-leitura-e-empaca-em-ciencias.htm>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

PISA RESULT. **OECD**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/pisa/keyfindings/pisa-2012-results-overview.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

RANKING PISA. **EBC**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/educacao/2013/12/ranking-do-pisa-2012>>. Acesso em: 6 nov. 2015.

VOUCHERS ESCOLARES. **Mises**. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1942>>. Acesso em: 6 nov. 2015.



A EDUCAÇÃO LIVRE. **Mises**. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1137>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

E SE AS ESCOLAS PÚBLICAS FOSSEM ABOLIDAS. **Mises**. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=117>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

A FINLÂNDIA TEM MUITO A ENSINAR. **Veja**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/a-finlandia-tem-muito-a-ensinar/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

Índex Mundi. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/G/g.aspx?v=67&c=us&l=pt>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

GASTOS COM EDUCAÇÃO. **Exame**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/os-gastos-do-brasil-com-educacao-em-relacao-ao-mundo>>. Acesso em: 15 nov. 2015.







29º FÓRUM DA
LIBERDADE

A tocha de Wyatt

Tiago Tellechea

Empresário / Associado do IEE





O romance “A Revolta de Atlas”, de Ayn Rand, é uma obra ambientada nos Estados Unidos, escrita no período pós-Segunda Guerra. No livro a autora descreve um mundo em que o capitalismo está indo inexoravelmente em direção ao fim, sendo os Estados Unidos a última nação com traços de livre mercado e liberdades individuais. E eles estão desaparecendo, à medida que o governo estabelece mais e mais ações populistas e de caráter intervencionista. Essas medidas levam a uma greve por parte dos maiores empreendedores do país, que, fartos de serem explorados e transformados em vilões pelo restante da sociedade, abandonam suas empresas e desaparecem, causando uma grave crise de desabastecimento que subsequentemente leva à parada da nação.

No romance, o primeiro volume (da nova edição, dividida em três tomos) encerra-se de forma emblemática. O empresário Ellis Wyatt, empreendedor de sucesso e um dos responsáveis pelo rejuvenescimento e sucesso do estado do Colorado, a região expoente em progresso da obra, ateia fogo à sua empresa de petróleo, levando com ela boa parte da fonte de obtenção de energia do país. O evento é tão destrutivo e abrangente que o lugar em que sua empresa ficava continua ardendo em chamas pelo restante da narrativa e fica conhecido como “a tocha de Wyatt”. Mas o que leva o empresário a ato tão extremado? Na saga de Ayn Rand, o intervencionismo estatal leva à quebra de empresa após empresa, ao exigir impostos cada vez mais altos como forma de sustentar a parcela da população que não produz. A implantação de um imposto exclusivo sobre a região do Colorado, que serviria para sustentar o restante do país, é a gota d’água para o empresário, que prefere ver tudo pelo qual



lutou e souou durante toda a vida irromper em chamas a vê-lo nas mãos dos espoliadores estatais.

No Brasil de hoje em dia, vivemos momento parecido. Os empreendedores e empresas são sugados cada vez mais, tendo que arcar com impostos cada vez mais altos, sendo que, de outro lado, temos setores específicos e classes de trabalhadores com cada vez mais regalias, privilégios pagos pela população em geral. O propósito deste artigo é analisar a realidade brasileira e forçar uma reflexão sobre como estamos, em relação ao cenário na obra de Ayn Rand, em matéria de impostos, liberdades, incentivos ao empreendedor, distribuição de recursos não produtivos e, finalmente, se os empreendedores do Brasil também irão dar um basta na espoliação governamental e fugir para outros lugares, assim como fizeram os “Atlas” da obra de Rand.

CARGA DE IMPOSTOS

Atualmente o Brasil é um dos países com as maiores cargas de impostos do mundo, o que não é novidade para ninguém. Mas o quão mais altos são nossos impostos na comparação com os dos demais?

De acordo com o IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação), 41,37% de todo o rendimento auferido pelos brasileiros será usado para pagar impostos. Trabalhamos em média cinco meses por ano apenas para bancar nosso governo. Esse absurdo tributário nos leva a algumas consequências nefastas: em primeiro lugar, somos muito menos competitivos que os demais países. Em um mundo globalizado, nossa alta carga de impostos faz com que as empresas dos demais países fiquem em considerável vantagem em relação às brasileiras, conseguindo oferecer produtos a preços muito mais baixos. Essas empresas estrangeiras crescem e geram recursos para seus países, enquanto as nossas perdem receita e são forçadas a cortar empregos. Nesse cenário, a pior medida que um governo pode tomar é taxar fortemente as importações, fechando sua economia e prejudicando toda a população. A única saída é o ganho de eficiência por parte das empresas, que passa necessariamente por menos impostos. Outro aspecto negativo da



alta carga tributária é o desincentivo ao trabalho. Os empreendedores sabem que terão de trabalhar cinco meses por ano apenas para satisfazer ao seu sócio (que não assume o risco), chamado governo. Não é muito mais fácil manter-se em um emprego sem tomar o risco de empreender, e privando o país de possíveis inovações que o fariam dar um saldo de produtividade? Seriam os Estados Unidos a potência que são hoje se limitassem a inovação ao penalizar os empreendedores de tal maneira?

Para piorar a situação, toda a carga de impostos não se traduz em melhores serviços para a população. De acordo com um estudo com 30 países também divulgado pelo IBPT, o Brasil é o último colocado em matéria de impostos sendo revertidos em serviço para o povo. Em nosso país, nem a segurança, proteção aos contratos e infraestrutura, principais responsabilidades de um governo, são cumpridas com eficiência.

DESTINO DOS RECURSOS

Em “A Revolta de Atlas”, os impostos cada vez maiores e medidas intervencionistas eram usados para “equilibrar” o desempenho das empresas, tirando das mais eficientes e as aleijando e repassando recursos ou protegendo o mercado de empresas menos eficientes. O medo de novas tecnologias e a manutenção do poder pelos grupos de controle também é fator recorrente na obra de Rand.

No Brasil, temos uma situação similar, porém diferente em alguns aspectos. Boa parte da carga tributária é usada para bancar o funcionalismo no país. A distribuição de cargos públicos é extremamente ineficiente. Ao passo que faltam profissionais em algumas áreas, em outras o excesso é absurdo. Só em cargos de confiança temos mais de 600 mil funcionários. A quantidade de assessores que cada deputado pode ter, de ministros existentes no governo e outros cargos de confiança é estarrecedora, especialmente na comparação com outros países. Como esses cargos são sinal de poder e de influência, eles têm aumentado a cada governo: segundo O Globo, o funcionalismo público no governo federal teve aumento de 28% entre 2003 e 2013. O Brasil carece de incentivos para que as pessoas no poder reduzam os quadros ou busquem



qualquer ganho de eficiência. Quanto mais cargos um governo controla, mais poder ele tem.

Ainda sobre os funcionários públicos, temos algumas distorções salariais gritantes; algumas categorias são mal pagas e têm péssimas condições de trabalho, enquanto outras gozam de salários surreais, montanhas de benefícios e estabilidade. A aposentadoria com pagamento integral é um desses benefícios que criam classes diferentes de cidadãos: por que alguns deveriam ter mais direitos que os outros se ambos trabalharam a vida inteira?

Outro aspecto vicioso da estrutura tributária brasileira diz respeito aos subsídios: em virtude do lobby e de conexões, temos setores inteiros da economia com muito mais regalias tributárias, desonerações e proteções que outros. Uma desoneração em um setor, embora não possa parecer, é um imposto para os demais, visto que os recursos não arrecadados devem sair de algum lugar. Qual o critério para decidir quais setores serão os privilegiados? Uma sociedade séria deveria ter uma estrutura de impostos bem definida e clara; na nossa, com os milhares de leis e instruções, é necessário um exército de contadores para saber o montante de impostos a pagar – sem falar no impacto dessa multiplicidade de exceções tributárias para as empresas que não têm a sorte de fazer parte do setor “escolhido”. E mesmo para os setores privilegiados pelo governo, a intervenção excessiva acaba sendo uma faca de dois gumes: ao passo que cria artificialmente demanda ao liberar crédito a taxas irrealistas, no momento em que esses incentivos são retirados as empresas se veem em profunda crise, com quadros inchados e tendo de recorrer a demissões em massa para se adequar novamente ao tamanho do mercado.

LIBERDADE PARA CONDUZIR NEGÓCIOS

Em nosso país, a intervenção estatal é tão grande que o governo manda mais em nossas empresas e em como queremos nos relacionar profissionalmente que nós mesmos. Com o intuito aparente de proteger os empregos dos cidadãos, a burocracia excessiva faz o contrário: torna mais difícil contratar e faz as empresas pensarem duas vezes antes de



abrir uma vaga de trabalho. Um empreendedor com uma empresa em crescimento poderia acrescentar muito mais postos se tivéssemos uma legislação mais flexível na hora de contratar e demitir, e uma Justiça do Trabalho mais justa, visto que um processo trabalhista no Brasil pode muito bem quebrar uma empresa nascente. Se o intuito dos legisladores é “proteger” os empregados da exploração por parte das grandes empresas, ao menos alguma provisão poderia haver para incentivar a contratação em empresas menores, visto que, se um empreendedor e um trabalhador quiserem fazer um contrato de trabalho menos burocrático, eles simplesmente não podem. Essa mentalidade paternalista que impera no Brasil é atrasada, e em seu cerne está a ideia de que não sabemos se estamos sendo explorados ou não, ou que entraríamos em uma relação de trabalho que nos fosse prejudicial.

Nossa legislação tem inúmeros pontos em que nossa liberdade é simplesmente retirada e somos obrigados, pelo Estado, a acatar suas recomendações, que seriam supostamente para nosso bem. Um exemplo é o caso da Previdência, em que somos obrigados a contribuir mesmo que não queiramos ou desejemos proteger nosso futuro de outra forma. Uma sociedade realmente democrática respeitaria as opções de cada um e, ao invés de submeter a minoria aos desejos da maioria, abriria a opção de fazer ou não um plano de previdência.

COMO O EMPREENDEDOR É VISTO

Apesar de alguma mudança nos últimos anos, o modo como o empreendedor é visto pela sociedade ainda tem certa semelhança com o jeito como ele é retratado no romance de Rand. Na obra, o brilhante industrial Hank Rearden é tachado de egoísta, materialista e desumano simplesmente porque mantém suas empresas operando com eficiência e não admite pesos mortos em seu negócio. Nem a família dele o perdoa: mesmo sendo sanguessugas que vivem às custas do empresário, eles o vilipendiam a todo momento, condenando sua “obsessão” pelo trabalho e cobrando que ele tenha uma visão mais social do mundo. O episódio em que o irmão de Hank solicita – exige, na verdade – um emprego em



sua siderúrgica ilustra bem o fato: Hank diz não, pois sabe que o irmão não ajudará em nada a empresa e até mesmo a prejudicará. Nem mesmo o fato de que Hank sustenta o irmão monetariamente parece fazer diferença: ele ainda é visto como o vilão da história.

Em nosso país, temos contornos similares em nosso pensamento: os empresários são rotulados de egoístas quando têm de demitir – “mas precisa mesmo, vocês não podem diminuir seu lucro?” –, sendo que não se entende que gerir uma empresa é uma responsabilidade muito séria, e o menor deslize pode custar o emprego de todos os que tiram seu sustento do empreendimento.

No Brasil ainda temos outro rótulo: o de que o empreendedor de sucesso fez algo de ilegal para chegar aonde está. As pessoas não aceitam que um empresário de sucesso possa ter chegado lá por méritos próprios, e geralmente acham que há algo de nebuloso em sua ascensão. Talvez seja porque inconscientemente saibam que o ambiente de negócios no Brasil é tão sofrível que a dificuldade para prosperar é gigante. Ainda assim, os empreendedores de muito sucesso são vistos com maus olhos muitas vezes, do mesmo modo que os grandes industriais dos Estados Unidos de Ayn Rand.

“ATLAS” BRASILEIROS

Atlas, personagem do título do romance de Ayn Rand, refere-se ao titã cuja missão era sustentar o peso do mundo em suas costas, sem descanso e sem reconhecimento dos outros pela vital tarefa que cumpria. Na obra da autora, ele significa os milhares de empresários espalhados pelos Estados Unidos, que têm de brigar contra a insensatez do governo para conduzir seus negócios, sendo que estes são de vital importância para a população e o funcionamento da sociedade. Quando esses personagens entram em greve, o país entra em estado de colapso.

No mundo atual, a mecânica é a mesma: os bens e serviços a que estamos acostumados são produzidos pela iniciativa de empreendedores, cada um visando seus interesses próprios, porém, com esse conjunto contribuindo para a melhora do bem-estar de todos. O Estado não



consegue suprir tamanhas demandas de modo satisfatório (como bem sabemos pela experiência soviética), e, com raríssimas exceções, onde se mete gera ineficiência e custos maiores para os cidadãos do que se a iniciativa privada estivesse envolvida.

E então, como está a situação do Brasil em relação ao mundo de Rand? Nossas melhores mentes estão sob risco de desistir de nosso país e tentar a sorte em lugares que realmente apreciam seu trabalho e facilitam sua vida, em vez de dificultá-la? Sabemos que diversos países acolhem empreendedores e os atraem ativamente. Nos Estados Unidos, país conhecido por uma política de imigração rigorosa, quem tem um plano de negócios, algum capital e deseja empreender lá consegue os documentos necessários para isso. Aliás, essa política de incentivo é altamente benéfica aos Estados Unidos: na época da Segunda Guerra, o país acolheu muitas pessoas de outras nações, que vieram a se tornar empreendedores, tanto no sentido estrito da palavra quanto empreendedores dentro das empresas e órgãos em que trabalharam, gerando inovação e receita para os americanos. Um exemplo de imigração de um empreendedor é o do russo Sergey Brin, cofundador do Google, que não teria os mesmos incentivos em seu país de origem para fundar seu gigante da internet. Apesar de ter saído de seu país por outros motivos – a perseguição antissemita –, ele encontrou nos Estados Unidos um terreno fértil para o desenvolvimento de sua empresa. Perda da Rússia, ganho dos Estados Unidos.

Outro aspecto punitivo para os empreendedores brasileiros: a dificuldade de fechar uma empresa que não deu certo. Em países que incentivam a inovação, temos histórias de empreendedores seriais, que fazem diversas tentativas antes de acertar a mão e ter grande sucesso. No Brasil, o procedimento para fechar uma empresa leva anos e é bastante custoso. Henry Ford, antes de ter sucesso com a Ford Motor Company, havia fundado duas empresas de automóveis que não deram certo. Será que ele teria tentado uma terceira vez no Brasil?



A FUGA DE EMPREENDEDORES

Voltando ao romance de Rand, cada empreendedor de sucesso na obra, em determinado ponto da trama e em consequência de alguma ação do governo, resolve abandonar a sua criação e fugir, no caso para um vale privado, um lugar em que são valorizados e seus esforços não são expropriados por outros. No mundo atual, não se faz necessário um vale privado: há opções de países com leis mais amigáveis para os empreendedores. Também não precisam ir ao extremo de abandonar suas criações: podem vendê-las, e com o resultado se instalar em outros lugares. E então, esse fenômeno tem ocorrido no Brasil?

A resposta é sim, ele já vem ocorrendo e tende a se intensificar caso as condições do país não melhorem. Segundo a revista *Época Negócios*, em coluna assinada por José Roberto Ferro no dia 8 de abril de 2015, o Brasil já sofre com a fuga de empreendedores e gestores qualificados, insatisfeitos com as dificuldades para empreender e trabalhar aqui. Segundo a revista, o principal destino são os Estados Unidos, em um movimento que ocorria já há algum tempo, porém, vem se intensificando, especialmente no último ano. Um dos casos mais emblemáticos é a saída do empresário Jorge Paulo Lemann, um dos homens mais ricos do mundo e um dos proprietários da Ambev, Lojas Americanas, Burger King e Heinz. Tendo saído aparentemente por motivos pessoais, temendo a segurança da família após uma tentativa de sequestro, o empresário fixou residência na Suíça, no início dos anos 2000, e não mais saiu de lá. A partir desse ponto, concentra seus esforços como empresário fora do Brasil, especialmente focado nos Estados Unidos. Assim como o famoso caso de Lemann, há inúmeros casos menores e anônimos de pessoas que descobrem a facilidade de fazer negócios em outros países e se mudam, levando consigo seu ímpeto empreendedor e capacidade de gestão. A revista ressalta ainda que, ao contrário dos anos 80, em que tivemos a fuga de mão de obra não qualificada, a tendência agora é de que a fuga entre as mentes empreendedoras se intensifique, o que significa a perda de gente que poderia investir e trabalhar no Brasil, gerar riqueza, empregos, e aumentar a competitividade de nosso país.



O CAMINHO À FRENTE

Como impedir esse movimento? O que fazer para estancar a debandada em direção a países que oferecem melhores perspectivas? O único caminho é mudar nosso ambiente de negócios e reforçar nossas instituições. A decisão de abandonar seu país rumo a outro é monumental: para que se compensem os problemas de deixar o país natal, abandonando muitas vezes familiares e amigos, a diferença de ambiente e os incentivos para fazê-lo devem ser significativamente maiores que os de ficar. Ficaremos com um ambiente de negócios tão atrativo quanto o dos Estados Unidos e demais países desenvolvidos da noite para o dia? Não. Porém, diminuir essa diferença é essencial para mantermos nossos talentos empreendedores por aqui.

Segundo o relatório Doing Business 2016, que mede a facilidade de fazer negócios em um país, temos muito espaço para melhorar nas mais diversas áreas. De um total de 189 nações, o Brasil está na posição 116 no geral, perdendo cinco posições em relação à colocação do relatório anterior, o Doing Business 2015. Conforme a tabela abaixo, os casos mais críticos são o procedimento para abertura de empresas, em que estamos na posição número 174, tendo piorado oito posições em relação ao último ano, além de, obviamente, o pagamento de impostos, em que estamos no lugar 178 entre todos os 189 países do estudo. Casos preocupantes também são a obtenção de alvarás de construção, registro de propriedades e regras de comércio internacional.

Tópicos	DB 2016 Classificação	DB 2015 Classificação	Mudança na classificação
Abertura de empresas	174	166	+ -8
Obtenção de alvarás de construção	169	167	+ -2
Obtendo eletricidade	22	23	+ 1
Registro de propriedades	130	125	+ -5
Obtenção de crédito	97	90	+ -7
Proteção dos investidores minoritários	29	27	+ -2
Pagamento de impostos	178	177	+ -1
Comércio internacional	145	148	+ 3
Execução de contratos	45	45	Nenhuma alteração
Resolução de insolvência	62	55	+ -7

Tabela 1: Posição do Brasil nos tópicos do relatório Doing Business 2016.



Algumas dessas deficiências são mais fáceis de corrigir; já outras dependem de uma discussão mais aprofundada e compromissos por parte dos diversos grupos interessados. O que é preocupante é que não parece que temos uma discussão ativa a respeito de todas essas mazelas. A modernização de nosso ambiente produtivo fica em segundo plano na agenda política. Assim como em “A Revolta de Atlas”, nossos governantes e legisladores parecem não entender a importância de um ambiente favorável ao desenvolvimento das empresas, com regras claras, que não estejam sujeitas a mudanças conforme o humor de quem integra o Executivo.

Outra possibilidade é que os responsáveis pela condução do Estado sabem muito bem que um melhor ambiente de negócios seria mais favorável ao país e proporcionaria maior renda e prosperidade para todos, porém, simplesmente não querem que isso aconteça. O motivo é que incorreria em perda de poder por parte dos governantes. Ao se ter um modelo de Estado baseado em lobbies, regras arbitrárias e favorecimento a determinadas empresas e setores, tem-se poder e capacidade de barganha. Quando a lei é igual para todos, os governantes perdem poder. Conforme argumentam muito bem os autores Daron Acemoglu e James Robinson no livro “Why Nations Fail” (2012), instituições mais justas e inclusivas, com menos influência indevida da classe governante, levam a mais prosperidade para a população, porém a menos prosperidade para as elites governantes. Quando se trata de essas elites abrirem mão de seus privilégios, é uma batalha árdua a ser travada. Conseguiremos, por meio de pressão incessante e indignação, e esperamos que não tenhamos de chegar a uma situação extrema para que as mudanças necessárias sejam introduzidas.

Em resumo, o caminho à frente é longo, mas é o que devemos percorrer caso desejemos que “a tocha de Lemann” seja uma das últimas a marcar presença no horizonte brasileiro. ❁







29º FÓRUM DA
LIBERDADE

Precisamos falar sobre capitalismo

Gustavo H. B. Franco

Sócio da Rio Bravo Investimento e
ex-Presidente do Banco Central do Brasil





No Brasil, pouca gente sabe definir o que é, mas muitos odeiam o capitalismo.

O Instituto Millenium (uma ONG dedicada a promover os valores da liberdade, democracia e economia de mercado), um dia desses, colocou uma pessoa na Cinelândia, Centro do Rio de Janeiro, perguntando aos transeuntes o que pensavam sobre o assunto. Três de cada quatro entrevistados ficaram nervosos com a pergunta, recuavam temerosos do microfone, ou resmungavam desconfortos variados como “aqui no Brasil não tem isso não”, “sei, não, senhora” e que tais.

O restante das respostas, inclusive de uma professora do ensino médio, refletiu o que se esperaria obter de uma região outrora conhecida como a “Brizolândia”.

Em um belo livro recentemente lançado (“Capitalismo: modo de usar”), Fábio Giambiagi concentra essa mesma mensagem na sua epígrafe, uma fala de Fernando Henrique Cardoso dirigida a um candidato a dirigente do BC antes de sua sabatina no Senado como parte de sua nomeação. Eis a sabedoria: “O Brasil não gosta do sistema capitalista. Os congressistas não gostam do capitalismo, os jornalistas não gostam do capitalismo, os universitários não gostam do capitalismo”.

Como explicar essa estranha hostilidade ao sistema econômico que prevalece em todo o planeta, excetuadas algumas comunidades primitivas isoladas no Caribe e na Ásia, e cujo indiscutível e extraordinário sucesso aniquilou qualquer concorrência?

¹ Originalmente publicado em O Globo e O Estado de São Paulo, em 27 de setembro de 2015.



Afinal, o capitalismo é o sistema econômico baseado na propriedade privada, na liberdade de empreender, na letra da lei e na centralidade do mercado para estabelecer os preços. Que há de tão errado com isso?

Por que essa planta não cresce nesse solo?

O fato é que são reveladoras as respostas ouvidas na Brizolândia.

Em primeiro lugar, destaque-se a apatia, muito provavelmente incentivada por valores nossos, mal cultivados. Hierarquias e privilégios parecem mais naturais no Brasil que a igualdade diante da lei e a impessoalidade. Valores “maiores” parecem prevalecer sobre os da contabilidade ou da sustentabilidade: os balanços fecham no Palácio, os patrimônios “não têm preço”, prejuízos “não importam”, e a criatividade permeia as partidas dobradas. E por fim, o mercado, a meritocracia e a competição são coisas para nossos inimigos, pois é o que se passa na “rua”, e não na “casa”, como ensina Roberto da Matta.

Em segundo lugar, trata-se do sucesso do capitalismo como se houvesse dúvida sobre isso. O próprio Marx, em seu famoso manifesto, em 1848, as eliminou ao afirmar que “a burguesia, em seu reinado de apenas um século, gerou um poder de produção mais massivo e colossal do que todas as gerações anteriores reunidas”. O erro estava em prever o colapso do sistema, ou exagerar nos efeitos colaterais.

Criou-se um fantasma em torno do tema da desigualdade.

Sobre desigualdade, é preciso cuidado com um sofisma muito comum.

O progresso material não é igual em diferentes regiões do planeta, ou mesmo dentro de um país. Muitas regiões do continente africano vivem hoje do mesmo jeito que viviam 500 atrás, e nessa ocasião os nativos da região hoje conhecida como Califórnia estavam nessa mesma faixa de renda. Em nossos dias, diante da brutal diferença de bem-estar entre essas regiões, pode-se distinguir ao menos dois tipos de reações: de um lado, os que se encantam com o desenvolvimento californiano e procuram emular seus valores, e de outro, os que afirmam que esses 500 anos de capitalismo *aprofundaram a desigualdade* (fato estatístico indiscutível, eis que uma das regiões simplesmente ficou estacionada) ou que, um tanto mais canhestramente, os californianos ficaram ricos explorando os africanos, ou os mexicanos.



Ou seja, o vilão é quem deu certo, e o sucesso é sempre pecaminoso, segundo a Brizolândia.

O fato é que, contrariamente aos países onde as virtudes burguesas – empreendedorismo, parcimônia, iniciativa e integridade – são louvadas, nosso capitalismo meio patrimonialista sempre foi visto como um jogo de cartas marcadas, em que os valores a cultivar eram outros: conexões com o governo, imprevidência, reservas de mercado e malandragem.

Um “capitalismo pela metade” pode produzir um sucesso pela metade (ou um “meio fracasso”, um país eternamente do futuro), com distorções imensas, como ocorreu no Brasil dos anos 1980, e mesmo um retrocesso, como na Argentina.

As nações podem simplesmente fracassar.

Em um famoso discurso no Senado em junho de 1989, o senador Mário Covas, um homem de centro-esquerda e inatacáveis credenciais nacionalistas, proclamou que o Brasil precisava de um “choque de capitalismo”.

Era um desabafo triste, mais que um chamamento para a batalha, a propósito da democracia que ele tanto lutara para reconstruir, e que vivia, naquele mês, uma inflação de 28,6%. A democracia não deveria levar o país à insensatez econômica. Covas disputava a presidência, e no primeiro turno obteve apenas 11,5% dos votos, ficando em quarto lugar. Em dezembro, quando ocorreu o segundo turno, a inflação rompeu oficialmente a barreira da hiperinflação: 51,5% naquele mês.

Covas estava correto em que havia algo de muito errado nesse nosso “anticapitalismo” patológico e fora de época, mas o paciente não estava convencido do tratamento. Ainda era forte a demanda por mágica.

Diversos choques se seguiram, mas o de capitalismo só avançou mesmo com o “não choque” representado pelo Plano Real e suas reformas: privatização, responsabilidade fiscal, abertura e as outras que, em seu conjunto, trouxeram a inflação brasileira para níveis de primeiro mundo. Quem poderia imaginar que o sucesso do Plano Real seria o resultado de reformas com o intuito declarado de fazer do Brasil uma economia de mercado por inteiro?



Não obstante, as reformas enfrentaram enorme resistência. Esta é a maldição da Brizolândia: uma minoria de perdedores do processo de modernização é sempre capaz de bloquear o que é novo, pois a maioria beneficiada permanece mergulhada na apatia. Os ganhos são dispersos, e os custos, concentrados em minorias despojadas de seus privilégios, o velho problema das reformas e a razão pela qual elas são implementadas por estadistas e não por “gerentonas” ou líderes populistas.

É caprichosa a História, que organiza uma volta ao passado pela ascensão de um líder operário a quem coube interromper o avanço do capitalismo no Brasil antes que começasse a modernizar demais as coisas.

O Brasil mergulhou em um conservadorismo metido a progressista, cuidadoso e inercial no início, mas que adquire uma feição mais concreta já mais perto de 2008, quando entramos para valer em um capitalismo de quadrilhas e boquinhos.

Não é a inflação que explode, mas a dívida pública e a corrupção, e essa é uma outra expressão para o fracasso desse capitalismo “pela metade” sobre o qual não vale a pena gastar nem dois tostões de sociologia. Que o digam Joaquim Barbosa e Sergio Moro.

Bobos fomos nós em levar a sério a patética “nova matriz” e outras ridículas vestimentas heterodoxas de que se serviu o cronismo caudilhesco que aqui se implantou. Não era keynesianismo, nem estruturalismo, mas apenas desonestidade, inclusive intelectual.

CAPITALISMO COMPANHEIRO ²

Seria de uma pretensão sem tamanho imaginar que o Brasil inventou a malversação, ou uma nova forma de capitalismo acinzentado. Temos nossas contribuições, é verdade, mas não se pode perder de vista que estamos diante de um dos grandes temas de nosso tempo, quem sabe uma epidemia global, todavia, já plenamente identificada na literatura.

² Originalmente publicado em O Globo e O Estado de São Paulo, em 26 de abril de 2015.



tura especializada, sobre a qual vale se debruçar para melhor entender o que se passa conosco.

A palavra “cronismo” não existe em português; o original em inglês, “crony”, surge na Inglaterra no século XVII, vindo do grego “khronios”, significando “de longa duração”, e progressivamente se tornou uma gíria para designar amigos, afilhados, capangas, comparsas, apaniguados, membros de uma quadrilha ou irmãos no crime.

A referência ao “cronismo”, e mais ainda a um capitalismo “crony”, é bem mais recente e cresceu em alusão a regimes nos quais as formas de organização das trocas econômicas são tais que pouca coisa importante pode ocorrer sem alguma forma de favoritismo, arbitrariedade ou corrupção.

Não há predominância dos mercados, senão na aparência, mas um “controle social” das transações e mercantilização da ação do Estado, formal ou informal.

A primeira onda de estudos sobre “cronismo” veio com a crise da Ásia, em 1997, e com a percepção que esse tinha sido o fator a desarumar muitos dos países outrora designados como “tigres”, mas que tinham retroagido a políticas mais protecionistas, mercantilistas e amistosas demais a grandes grupos nacionais familiares.

Em seguida, e não por acidente, o “cronismo” tornou-se um grande tema nos regimes que sucederam o socialismo na Rússia e na China, onde os velhos aparelhos repressivos se privatizaram em relações nebulosas com o governo, formando uma espécie de capitalismo mais selvagem que os do Ocidente e particularmente afetado por esquemas pessoais, clientelismo, nepotismo e corrupção.

Depois de duas décadas do sepultamento do socialismo, é certo dizer que essa nova forma de capitalismo dirigido, desregrado, exagerado e deturpado, na qual existe um pântano envolvendo as relações entre o público e o privado, espalhou-se em muitos lugares, embora em variados graus, e ameaça a economia e a política por ângulos inusitados.

É claro que os elementos constitutivos do “cronismo” sempre existiram – como as máfias, as bruxas, a corrupção e o favoritismo, para não falar dos inúmeros formatos para a alocação de recursos por meio



de relações pessoais, seletivas, corporativas, familiares, relacionais e em oposição às relações de mercado.

O que é novo, entretanto, é a hegemonia do “cronismo” sobre os estados nacionais, a ponto de estabelecer as agendas de políticas públicas e os andamentos maiores da economia, e pior, a “monetização” da intervenção do Estado. Esse capitalismo de quadrilhas, comparsas, gangues, máfias, laços ou companheiros assume variadas vestimentas ideológicas, conforme o contexto; meros disfarces. Sua lógica é simples: a pilhagem.

O “cronismo” desembarcou no Brasil pelas mãos do PT, em 2008, quando o governo passa de uma postura passiva e envergonhada para outra de extroversão, em que parecia atacar cada um dos pressupostos dos consensos internacionais em políticas públicas. Na ocasião, o ministro Guido Mantega proclamou: “O capitalismo precisa ser sempre reinventado. Onde está dando mais certo? Nos países que adotaram o capitalismo de Estado”.

E lá fomos nós procurando ser “chineses”, ou ganhar o Nobel em economia, por meio de várias “opções estratégicas”, como as escolhas para o petróleo, e mais genericamente em todas as frentes de políticas públicas em que se buscou confrontar as soluções de mercado, pois, segundo se dizia, o “capitalismo não regulado” havia fracassado no mundo inteiro.

Seis anos e muitos escândalos depois, passando por prejuízos bilionários, heterodoxias, pedaladas e outras tantas coisas horríveis que cabem muito bem dentro do figurino internacional do “cronismo”, é bastante claro que essa nova matriz não apenas fracassou no tocante ao desempenho da economia, como também desandou em um oceano de irregularidades e crimes.

É um fracasso histórico da maior importância, que traz, como boa notícia, a demonstração de que o Brasil tem anticorpos poderosos contra o “cronismo” (nos órgãos de controle, no Judiciário e na mídia). Eles nos salvaram do pior, mas o assunto não está resolvido. Fará muito bem ao país identificar e punir os crimes cometidos e encarcerar dezenas, talvez centenas de corruptos, bem como reforçar instituições que evitem que



ideias extravagantes sobre a economia tornem o Brasil mais vulnerável ao “cronismo”. É a partir dessa destruição que será preciso construir um sistema econômico pujante, digno de suas ambições.

Parece ter chegado a hora de o Brasil conhecer e adotar irrestritamente o capitalismo. ❀

REFERÊNCIAS

GIAMBIAGI, Fábio. **Capitalismo: modo de usar**. Rio de Janeiro: Editora Campus, Elsevier.





29º FÓRUM DA
LIBERDADE

Ideologias e ursinhos de pelúcia

Leandro Narloch
Jornalista e escritor





Todo dia um bocado de ativistas, como os membros do IEE e organizadores do Fórum da Liberdade, gasta tempo e dinheiro difundindo ideias. Apresentam argumentos, números e fatos para tentar convencer os outros de que uma posição política ou econômica é mais correta, mais ética ou mais vantajosa.

Esse nobre esforço esbarra em um problema fundamental: as pessoas, pelo menos a maioria delas, não querem mudar de ideia. Querem mais argumentos que fundamentem a opinião que já têm. Pesquisas e mais pesquisas vêm mostrando que adianta muito pouco despejar dados e argumentos na tentativa de mudar uma crença, pois o ser humano se agarra a uma ideologia como a ursinhos de pelúcia. Cuida dela, a protege, se ofende quando a desmerecem e custa a desaparecer-se mesmo quando a crença já está encardida e malcheirosa.

Se você acordou com vontade de acreditar em A, e principalmente se a crença em A integra a sua autoimagem, sua identidade coletiva e o modo como você enxerga e se coloca no mundo, não há diabo que o faça acreditar em B. Não adianta eu mostrar dezenas de bons argumentos em defesa de B, ou dados revelando os absurdos da sua opinião. Você vai continuar acreditando em A – e, pior ainda, talvez com ainda mais convicção do que se eu não tivesse tentado dissuadi-lo.

Em outras palavras, se eu digo que o seu ursinho de pelúcia é feio e mixuruca, você fica bravo – e se agarra a ele com ainda mais força.

Como, então, ativistas liberais devem tentar persuadir os brasileiros, dado que muitos de nós não gostam de ser persuadidos? Neste artigo vou tentar responder a essa pergunta. Já adianto a conclusão: uma boa



solução é como Ayn Rand, homenageada nesta edição do Fórum da Liberdade, fez em “A revolta de Atlas”.

SEM VONTADE DE ACERTAR

Antes, preciso esmiuçar essa constatação assustadora: as pessoas acreditam no que quiserem, a despeito de fatos e esclarecimentos.

Entre os estudos que chegaram a essa conclusão, há um da Universidade do Oeste da Austrália, realizado em 2011. Por meio de um questionário, a pesquisa classificou os voluntários de acordo com o preconceito racial de cada um. Depois, os voluntários leram uma notícia sobre um roubo a uma loja de bebidas no norte australiano. A primeira notícia dizia que o suspeito era aborígene, mas essa informação e algumas outras foram corrigidas por uma segunda notícia logo depois. Os participantes tiveram, então, que responder a questões sobre o roubo à loja de bebidas. Voluntários com mais preconceito racial responderam que o suspeito era aborígene, apesar de a segunda notícia ter corrigido essa informação.

Em um segundo teste, a notícia era um pouco diferente: houve uma tentativa de roubo, mas o ladrão foi desarmado e detido por um aborígene. Logo em seguida, outra notícia corrigia a informação: a etnia do herói do episódio não havia sido identificada. Apesar disso, os voluntários com menos preconceito racial continuaram respondendo que o herói era aborígene.¹ Como dizia Nelson Rodrigues, “se os fatos provam o contrário, pior para os fatos”.

É a velha armadilha do viés da confirmação: tendemos a dar destaque às evidências que confirmam nossas crenças e a ignorar as que nos contradizem. O viés da confirmação já foi diagnosticado pelos cientistas cognitivos há alguns anos, mas basta ler os jornais de 2016 ou entrar no Facebook para vê-lo em pleno vigor. Apesar de 1,5 milhão de vagas de trabalho terem sido fechadas em 2015 (o maior número desde que começamos a contar), apesar de a inflação de dois dígitos e do aumento da dívida pública, houve gente que preferiu acreditar no contrário: não há crise, e a prova disso são lojas cheias

¹ Maria Konnikova, *I don't want to be right*, 15 de maio de 2014.



durante as compras de Natal, os engarrafamentos durante o Ano-Novo e as multidões nos blocos de Carnaval. Pessoas assim estão erradas não porque não tiveram acesso a informações corretas. Elas *não querem* estar certas.

Diante de pessoas assim, o proselitismo pode ser um tiro no pé. Esse efeito foi comprovado em um estudo do Dartmouth College, dos Estados Unidos, realizado por cientistas políticos e pediatras. A pesquisa mediu quão possível era mudar a opinião de pessoas para quem a vacinação infantil causa autismo. O resultado foi um mar de decepção. Entre os voluntários que receberam panfletos sobre a falta de evidências relacionando autismo e vacinas, a intenção de vacinar os filhos diminuiu. Entre aqueles que viram imagens de crianças doentes porque não foram vacinadas, a crença de que vacinas causam autismo aumentou. A intenção de vacinar o filho só não diminuiu no grupo controle, de pessoas que não haviam recebido mensagem nenhuma!

Perceba a gravidade do que estou fazendo. Estou dizendo aqui, em um livro preparado pelos organizadores do maior evento liberal do Brasil, patrocinado por empresários que gastam um tremendo cascalho difundindo ideias, que boa parte do ativismo liberal tem pouco efeito e, pior, talvez tenha um efeito negativo. Antes que os editores recusem o texto, renovo a promessa: é possível escapar dessa ineficiência e desse tiro no pé.

COMO ESPALHAR SEM ESPANTAR

Antes, uma ressalva: é claro que parte do trabalho de difusão de ideias liberais tem resultados positivos, pois há muita gente predisposta a aceitar o liberalismo. Percebem a presença do vírus na sala e se deixam infectar. Nesse caso, o ativismo liberal cumpre um excelente papel ao simplesmente tornar acessíveis os textos clássicos, os pontos de vista sobre questões atuais, os argumentos e contra-argumentos. Disponibilizar conteúdo para que a pessoa descubra por si só. E aqui o esforço pode até aumentar. Parece haver muitos estudantes e jovens empresários querendo se contagiar pelo liberalismo, mas com pouco acesso às ideias liberais.

A comparação de ideologias com vírus contagiosos é interessante. Um vírus só consegue infectar suas vítimas se não for detectado. Só percebemos sua invasão quando já somos sua presa. Mas imagine se o



vírus avisasse: “Olá, presta atenção, eu sou o vírus da gripe, estou chegando, estou me aproximando, vou te pegar, amanhã você está sob meu poder!”. Um vírus assim não teria sucesso, pois seria muito mais fácil prevenir seu contágio.

Também é assim, eu suspeito, com crenças políticas. Ideias costumam nos infectar aos poucos – quando percebemos, já estamos tomados por elas. Agora imagine se eu, o Rodrigo Constantino ou um ativista liberal aparecermos na sala avisando: “Olá, presta atenção, eu sou um liberal, estou chegando, estou me aproximando, vou roubar suas convicções estatistas, amanhã você estará sob meu poder!”. Muita gente se protegeria. Se for explícito e espalhafatoso demais, o proselitismo imuniza as pessoas contra o discurso. Torna possível que potenciais hospedeiros evitem o contágio.

Muita gente faz isso sem querer. Revelam que estão tentando nos infectar e, pior ainda, nos provocam repulsa. Uma força oculta a mudar a cabeça das pessoas é sentir vergonha de quem pensa como você. Se pessoas detestáveis ou constrangedoras têm um ursinho de pelúcia igual ao seu, bem, talvez seja hora de trocar o brinquedo. Foi esse o meu caminho.

Estudante meio hippie, meio de esquerda, comecei a me afastar das ideias socialistas ao ler um texto da revista Caros Amigos sobre protestos de Seattle em 1999. O texto afirmava que os protestos anunciavam a revolução comunista internacional e por isso os ricos e burgueses deveriam se preparar para um cenário de terror (algo assim). Lembro que, depois de ler esse texto, afastei a revista da mesa e disse “não, pera!”. Cancelei a assinatura (pasmem, eu assinava a Caros Amigos!) e emergi da lavagem cerebral de esquerda na faculdade de jornalismo. Vejam que coisa deliciosa: quem me transformou em liberal foi o radicalismo da revista Caros Amigos!

Por causa do poder do radicalismo e da vergonha alheia em afastar as pessoas, adoro ver comunistas dando opiniões radicais e tresloucadas. Vai fundo, Marilena Chauí, arregança contra a classe média. Posturas assim empurram as pessoas para longe. Mas o mesmo vale para os liberais. Os estridentes, combativos e grosseiros mais afastam que aproximam o ideal do livre mercado do brasileiro médio.

Mas também há aqui uma oportunidade. Se a vergonha alheia vale mais que argumentos para afastar as pessoas de uma ideologia, o



contrário deve ser verdade: a admiração pessoal, a amizade, a vontade de pertencer a um grupo faz as pessoas terem vontade de concordar com uma ideia. A receita da persuasão, então, é esta: em vez de fazer inimigos vociferando argumentos, vale mais a pena seduzir pelo estilo, captar a benevolência, fazer com que a pessoa considere elegante concordar com você.

Se você acordou com vontade de acreditar em A, o melhor que eu tenho a fazer, em vez de enfiar pelos seus ouvidos argumentos em defesa de B, é enfraquecer essa vontade ou mostrar que você não precisa mudar sua identidade coletiva ou seu lugar no mundo para acreditar em B. Do mesmo modo, um comunista tardio não precisa deixar de gostar de Chico Buarque para se opor às leis trabalhistas ou para defender a independência do Banco Central.

Um método ainda mais poderoso é o da narrativa. Histórias, em especial histórias com detalhes e poder de provocar sentimentos, convencem mais que números e argumentos. A foto de um único garoto afogado na praia da Turquia, com sapatinho e roupas de quem foi a uma festa de criança e posição de quem está dormindo no sofá, chocou o mundo muito mais do que a notícia “1200 imigrantes mortos do Mediterrâneo”. No segundo caso, a tragédia é maior, mas não há fotos nem detalhes que nos aproximem das vítimas. A foto de cortar o coração vale mais do que mil argumentos a favor da livre imigração.

Histórias de sofrimento e exploração, principalmente quando nós somos as vítimas, não apenas convencem como também transformam pessoas pacatas em máquinas de violência. É a “política de humilhação”, mais do que alguma característica peculiar da religião, que leva tantos muçulmanos à violência.² Quando estão convencidas de que foram humilhadas e exploradas, as pessoas, por pura noção de justiça, logo pensam em uma vingança que repare a injustiça. Muitos dos genocídios do século XX (o de Ruanda é o melhor exemplo) foram praticados por gente que se sentia injustiçada.

Ninguém aqui quer incitar a violência, apenas usar o método das narrativas de exploração para afastar as pessoas das ideias estatistas. É exatamente isso que Ayn Rand faz em “A revolta de Atlas”. Seu livro

²A Clash of Emotions: The Politics of Humiliation and Political Violence in the Middle East Khaled Fattah and K.M. Fierke, 2009, University of St Andrews.



é uma narrativa de exploração: os empreendedores, os produtores, os talentosos e corajosos carregam o fardo imposto pelos parasitas, os que vivem à custa do trabalho dos outros. Se a narrativa é poderosa como a do livro, a pessoa mal vai levantar as armas e preparar os argumentos em defesa de sua opinião. Sem perceber, já terá trocado de ursinho de pelúcia. ❧







29º FÓRUM DA
LIBERDADE

Quem move a Política?

Marcel van Hattem

Cientista político, jornalista e deputado estadual





Ayn Rand me fez desistir da política. Ayn Rand me fez voltar à política.

Poucos livros impactaram tanto minha vida quanto *A Revolta de Atlas*. Provavelmente, nenhuma pergunta me consternou mais em tempos recentes do que aquela repetida várias vezes na obra: “Quem é John Galt?” Sei que estas linhas devem dedicar-se muito mais a tentar decifrar “quem move o mundo” do que a uma análise sobre a obra randiana em si – e aqui parafraseio o mote desta publicação no intuito de adaptá-lo à política. Entretanto, a questão apresentada como linha condutora deste texto acaba remetendo-me diretamente à “Revolta de Atlas”. É-me impossível dissociar uma coisa da outra.

A literatura randiana é provocativa; em especial, seus romances, que são ficções sobre a vida real; capazes, aliás, de transformar a própria realidade aos olhos do leitor racional. Quando submergimos da leitura de seus livros e miramos à nossa volta, perguntamo-nos se surreal é a literatura romanceada ou se o que vemos acontecer à nossa volta consegue superar a ficção e fazer da realidade objetiva, concreta, algo ainda mais surreal do que a própria fantasia.

Rand fala de personagens aos quais estamos habituados. Governos inchados e incompetentes, incapazes de realizar o bem comum, sendo inchados ainda mais com incompetentes que prometem realizar o bem comum. Corporações gananciosas — não no sentido randiano, evidentemente — e representantes de minorias barulhentas adquirindo cada vez mais força, aos berros, ao alegarem que representam a maioria da população. Políticos incapazes de observar a realidade fática, por igno-



rância ou dolosa estratégia política (em ambos os casos, motivados pelo afã de agarrarem-se ao poder), que insistem em arrecadar a qualquer custo, ignorando que imposto sem prestação de serviço de interesse público é extorsão descarada, pura e simples. Por fim, mas não menos importante, há os ditos “empresários” — entre aspas, porque não representam o verdadeiro espírito do capitalismo e da livre iniciativa. Através de conchavos, buscam impulsionar seus negócios, deixando uma conta a ser paga pelos verdadeiros empreendedores e pela sociedade. Ou seja, quem arca com as consequências desses arranjos é o indivíduo, que se torna progressivamente mais escravo de todo um sistema perverso e fadado ao colapso. No Brasil, vivemos uma mistura de tudo isso; como, aliás, todas as sociedades contemporâneas têm vivido progressivamente, sem exceção. O agigantamento do Estado e a diminuição da importância das pessoas têm sido uma constante, por toda parte.

Esse quadro, pintado com as tintas mais escuras e sombrias por Ayn Rand, levaram-me a desistir da atividade política, depois de já ter sido vereador e candidato a deputado estadual por duas vezes. Logo após as eleições gerais de 2010, a leitura de “A revolta de Atlas” impactou-me de tal maneira que imaginei não haver saída política possível para as nossas mazelas. Fiz, inclusive, aquilo que seus personagens que valorizavam a competência e o mérito também fizeram: saí do meu país para buscar oportunidade melhor no exterior.

Na obra de Rand, os maus são maus em tudo, psicológica, comportamental e mesmo fisicamente. A autora não tem preocupações com o politicamente correto. Os vilões são aproveitadores, manipuladores, mentirosos, feios e, inclusive, sexualmente repulsivos. A autora não economiza na adjetivação de seus políticos e burocratas estatistas e coletivistas. Já os virtuosos na sociedade randiana são quase o retrato da perfeição na Terra: inteligentes, transparentes, bonitos e, como talvez não poderia deixar de ser em um romance, galãs de cinema. A imoralidade de um setor público corrompido, permeado pela troca de favores e tapinhas nas costas, é contrastada com um setor privado oprimido e cada vez mais impotente. O que descreveu Ayn Rand há cinco décadas é um esboço daquilo que vemos na realidade brasileira. Esboço porque nossa realidade já parece ser pior que a ficção em muitos aspectos. A situação presente é quase um convite para a desistência, ainda mais em



um país onde até galãs de cinema e estrelas da música se rendem aos caprichos do estatismo, participando de projetos “culturais” milionários, pagos com o dinheiro dos nossos impostos.

Foi, portanto, estimulado pela leitura de Rand, imediatamente após as eleições de 2010, que desisti da política — ideia que amadurecia desde que convivi no meio por período suficiente para perceber, *intra corporis*, suas principais deficiências – e mudei-me para o exterior. O que naquela época, porém, eu talvez não tivesse ponderado corretamente é que a sociedade é muito mais plural e complexa. A política não se resume às atividades de políticos e burocratas.

Ao pintar a realidade em preto e branco, Ayn Rand logra diferenciar muito bem coletivistas defeituosos e individualistas virtuosos, mas pode induzir seu leitor a não identificar o maravilhoso colorido do tecido social. É evidente que a autora valoriza a diferença entre os indivíduos. Mais do que isso: é justamente a individualidade de cada cidadão que serve como base para sua filosofia objetivista. A Revolta de Atlas, contudo, ao usar-se deliberada e estrategicamente da generalização para melhor expressar as diferenças entre um e outro lado predominantes na nossa sociedade (defensores de mais Estado *versus* defensores da liberdade individual), acaba simplificando para fins didáticos o que é complexíssimo em termos reais.

No mesmo sentido, política tampouco é exclusividade de quem se alia a um modo de pensar, ainda que predominante e massivamente sejam os estatistas e coletivistas que pratiquem a atividade política. De forma ampla, política engloba tudo o que diz respeito à *polis*. E a *polis* só pode se constituir se indivíduos livres estiverem dispostos a celebrar entre si um contrato de associação para fins comuns. Se a atividade política — que diz respeito ao cuidado com a *polis*, que é de todos — torna-se monopólio de uma minoria homogênea e não representativa do todo, é porque, em algum momento, a parte não representada foi vencida, ou pela força física (no caso de uma ditadura), ou por convencimento (na democracia). Permite-se, assim, uma miríade de alternativas na gradação entre uma e outra modalidade de vitória.



A Revolta de Atlas é um romance. É, pois, entretenimento para o leitor. Mas também é oportunidade para reflexão. E foi baseando-me na ficção randiana e na realidade dos fatos que os dois pontos descritos anteriormente foram se tornando mais claros para mim: não há discussão possível sobre política sem que se leve em conta a complexidade humana. Nisso se incluem as virtudes e os defeitos dos indivíduos. Também, não se pode limitar a política àquilo que se vê. Diria um economista e filósofo francês, o que não se vê é muitas vezes mais determinante, e é o que ocorre quando tratamos de *polis*, de política.

Participar daquilo que compreendemos por atividade política não é, pois, apenas uma atividade para quem quer mais Estado, mais burocracia e todo o mais a que sabidamente essas premissas levam. Pelo contrário: quem defende uma *polis* voltada àquilo que deveria de fato se dedicar (garantia dos direitos individuais à vida, à liberdade e à propriedade e uma independente administração da justiça) precisa também importar-se com a atividade política que dá forma à *polis* em si. Não advogo aqui dedicação integral de cada indivíduo, pois a democracia liberal representativa permite, justamente, que cada um possa dedicar-se à *polis* da forma como melhor lhe aprouver e de acordo com suas aptidões individuais.

O desafio é encontrar em si mesmo a melhor forma de dar sua contribuição no meio político — com voto, com financiamento, com apoio intelectual ou base moral; ou, ainda, colocando-se à disposição do eleitor como candidato. Sem nos esquecermos de que, seja o trabalhador cumpridor, seja o empresário-herói de Rand, que transforma a natureza e cria valor “do nada”, todos podem agir pelo bem de cada um. É uma questão de tentativa e erro, como sói acontecer com qualquer empreendimento. No meu caso, já contribuí, com maior ou menor intensidade, de muitas formas. E, no momento, o contexto da *polis* brasileira levou-me a perceber que a melhor maneira de participar, colaborar, foi candidatando-me a um cargo eletivo. Mesmo depois de Ayn Rand me ter feito, temporariamente, desistir da política.

Após o período da decepção, durante minha estada no exterior veio a reflexão. E a reflexão levou-me à conclusão de que, de uma ou de outra forma, para o meu próprio bem, dedicar-me à *polis* brasileira era



uma necessidade. Os rumos mais recentes do Brasil – país em que nasci, cresci e que tanto amo – me deram a certeza de que deveria participar. A valorização e a defesa do indivíduo, no contexto randiano, passa necessariamente pela ação direta e indireta de indivíduos nas instituições, nas organizações e em todas as instâncias democráticas. As manifestações populares que têm pedido o impeachment de Dilma Rousseff e investigações severas contra corruptos e corruptores, são belos exemplo de ações individuais de cada manifestante que vai às ruas, influenciando os indivíduos que nos representam na política e tomam as decisões.

No fim das contas, quem move a política também é o indivíduo – seja por ação, seja por omissão. Em outras palavras, mover a política depende de infinitas ações individuais. E tais ações individuais dependem da vontade de cada indivíduo. Vontade de buscar o seu próprio bem, impactando com seus atos a vida em sociedade. Eu tive a oportunidade de viver em países mais livres e respeitadores da liberdade individual –e, por um tempo, fiz bom proveito dela. Mas voltei. E quando me perguntam por que retornei ao Brasil, respondo o mesmo que responderiam os personagens exemplares de Ayn Rand: eu não quero viver em outro país; eu quero viver em outro Brasil. E, se cheguei à conclusão de que retornei à política para meu próprio bem (pois é por este outro Brasil mais livre, próspero e democrático que atuo), não posso deixar de concluir que Ayn Rand, no fim das contas, me fez voltar à política. 🌸





29º FÓRUM DA
LIBERDADE

O objetivismo de Ayn Rand

Roberto Rachewsky

Empresário / ex-Presidente e Associado Honorário do IEE





Há milênios, o homem vem trilhando os mais diversos caminhos na luta pela existência. Há poucos séculos, a humanidade tem tido acesso a níveis de vida até então inimagináveis. Nunca vivemos com tal longevidade, com tanta saúde, com impressionante prosperidade e felicidade. O atingimento desses padrões de vida não ocorreu ao acaso, foi fruto de uma série de fatores, mas certamente, nenhum dos que podemos elencar foi mais importante que o reconhecimento de que o homem é um ser racional dotado de direitos individuais inalienáveis.

Se é autoevidente, se é um dado da realidade, que o capitalismo é incomparavelmente superior ao socialismo para entregar os resultados econômicos e sociais que desejamos, por que, então, como defensores do capitalismo, seguimos perdendo a luta no embate cultural e ideológico?

Porque desde pequenos, enquanto ainda somos crianças, ouvimos insistentemente de nossos pais ou mestres a advertência de que devemos ser altruístas, abrindo mão do que é nosso, sacrificando-nos em favor de terceiros.

Quantas vezes ouvimos que deveríamos emprestar nossos brinquedos a outras crianças?

É assim que se inicia o processo de construção de uma sociedade coletivista, em que a cultura do altruísmo embasa a luta pela justiça social, com dois fortes apelos, o assistencialismo e o igualitarismo.

O assistencialismo prega que as pessoas são detentoras de “direitos” sobre o que não possuem e que, obviamente, serão atendidas pelos de-



mais pelo uso da força. O igualitarismo advoga a imoralidade da desigualdade social.

Assistencialismo e igualitarismo, ou justiça social, servirão para pavimentar o caminho da servidão, que, mais cedo ou mais tarde, resultará no Estado totalitário como esse que vemos hoje por aqui e contra o qual todos queremos lutar.

É assim, com a promoção da justiça social baseada no assistencialismo e no igualitarismo, que se cria um processo de dissonância cognitiva que promove a negação da própria natureza humana, que estimula o autossacrifício e premia a intimidação, criando a falsa justificativa moral para trocas de soma zero, em que, para um ganhar, o outro precisa perder.

Para estabelecer um processo cognitivo adequado, em que a realidade fundamenta a moral e esta justifica a ação, precisamos, desde cedo, ensinar nossas crianças de que o princípio correto e verdadeiro para obtermos a felicidade no contexto social é o princípio do comerciante.

Quem não se lembra das trocas de figurinhas colecionáveis, gibis, brinquedos ou jogos que toda criança experimenta?

É assim, dessa forma, demonstrando-se que somente é justo obter a satisfação por meio dos processos de troca voluntária, não apenas de valores materiais, mas também intelectuais e espirituais, que estabeleceremos a mentalidade capitalista, a mentalidade da criação e distribuição concomitante e constante de valor. O legítimo jogo do ganha-ganha, sem termos que recorrer ao autossacrifício, sem termos que exercer a intimidação.

Assim, criaremos uma cultura digna, ajustada à natureza humana, capaz de reconhecer que o capitalismo é o sistema político e econômico mais adequado para contruir uma civilização próspera, não pelos seus resultados consequentes, que todos podem facilmente ver, mas pela preservação do que é essencial, o entendimento de que o indivíduo é um fim em si mesmo e que a sua vida a ele pertence.

É importante, portanto, discutir os fundamentos da liberdade sob uma visão filosófica completa. Expor as vantagens do capitalismo, com seus resultados econômicos, é necessário, mas não é suficiente.



Precisamos, primeiramente, defender a liberdade, o princípio do comerciante, o voluntarismo, a cooperação e a caridade, em contraposição ao sacrifício, ao altruísmo, à intimidação. Precisamos de ideias que sejam ao mesmo tempo verdadeiras e corretas, o que a visão objetivista dos fundamentos da liberdade pode nos trazer.

Quando falamos em visão objetivista, não podemos esquecer que estaremos tratando de filosofia. E no caso, estaremos falando do objetivismo, uma escola filosófica completa, criada por Ayn Rand, uma das mais implacáveis e radicais defensoras do capitalismo.

Ayn Rand ousou formular um conjunto de ideias, oferecendo justificativas não econômicas a esse sistema que ela considera o mais adequado para o homem viver na Terra. Tão interessante quanto suas obras, a própria vida de Ayn Rand poderia ser confundida com um de seus romances, e ela mesma com um de seus heróis.

Ayn Rand vivenciou períodos marcantes da história do século XX. Alguns deles moldaram sua visão de mundo e fortaleceram os princípios que ela carregou por toda a vida e que a ajudaram a construir sua maior obra, sua filosofia. Influenciou gerações, sendo que seus livros venderam quase 30 milhões de cópias. Sua obra-prima, “A revolta de Atlas”, foi considerado o livro mais influente dos Estados Unidos da América depois da Bíblia, segundo a Biblioteca do Congresso Americano.

AYN RAND

Ayn Rand nasce no dia 2 de fevereiro de 1905, no seio de uma família de classe média judia. Em 1917, eclode a Revolução Russa. Os bolcheviques confiscam a farmácia e o apartamento da família, obrigando-os a dividir a residência com estranhos, inclusive com antigos funcionários. Esse foi um dos motivos da aversão que ela tinha pelo comunismo.

Em 1918, a família deixa São Petersburgo para escapar do regime comunista e se estabelece na Crimeia, onde seu pai abre um novo negócio. Em seguida, os comunistas capturam a Crimeia e nacionalizam



novamente o negócio da família. Em 1921, voltam a São Petersburgo (agora chamada de Petrogrado).

Ayn Rand gradua-se no ensino médio. Aos 16 anos, ingressa na Universidade de Leningrado, novo nome da cidade, na qual cursa Filosofia e História. Ali toma conhecimento das obras de Aristóteles, que seria sua grande inspiração.

A fome e a doença se espalham por toda a Rússia. Falar contra o governo poderia significar uma passagem só de ida para a Sibéria – para o acusado e sua família. O temor de sofrer punição por suas ideias faz com que Ayn Rand se sinta aprisionada em seu próprio país.

Em 1924 gradua-se em Filosofia e História e atende um curso para roteiristas no Instituto de Cinema. No ano seguinte, trabalha como guia de museu. Durante esse tempo, desenvolveria sua paixão pelo teatro e pelo cinema, o que a faz sonhar com a vida no estrangeiro.

Parentes que moravam em Chicago aceitam que ela passe uma temporada com eles. Obtém passaporte, visto, e ganha da mãe um bilhete de primeira classe em um navio para a América. Em 26 de janeiro de 1926, deixa a Rússia. Comemora seus 21 anos em Berlim, chegando a Nova York em 10 de fevereiro.

Sua vida nunca mais seria a mesma.

De Nova York, Ayn Rand dirige-se a Chicago, onde, por seis meses, fica hospedada na casa de parentes.

Cumprindo seu propósito de vida, muda-se para Hollywood e imediatamente emprega-se como figurante, passando em seguida a trabalhar como assistente de roteirista e depois como roteirista. É ali que conhece seu marido para toda a vida, o ator Frank O'Connor.

Escreve diversos roteiros para o cinema, mas se consagra como escritora de romances – todos eles tratando do conflito entre o individualismo e o coletivismo, obviamente, por sua formação filosófica e pela experiência vivida em seu país de origem.

Em 1936 publica seu primeiro livro de destaque, “We The Living”, que posteriormente seria lançado como peça de teatro na Broadway e depois, sem seu conhecimento, viraria uma produção cinematográfica na Itália.



Em 1943 publica “The Fountainhead”, disponível no Brasil como “A nascente”, que viria a se tornar também um filme de sucesso, cujo roteiro é escrito pela própria Ayn Rand.

Em 1947 é convocada pela Comissão de Atividades Antiamericanas da Câmara dos Representantes do Congresso, onde critica a propaganda comunista patrocinada pelo próprio governo americano.

Em 1957 publica sua obra-prima, “Atlas Shrugged”, disponível no Brasil com o título “A revolta de Atlas”, na qual ela materializa, na forma de romance, sua filosofia.

Com o sucesso, Ayn Rand passa a dedicar-se exclusivamente à publicação de obras de não ficção, de newsletters, de textos para colunas em jornal, a palestras, aulas na universidade e a aparições públicas em talk shows no rádio e na TV. Dedicar-se inteiramente a explicar e difundir o objetivismo.

Ayn Rand, convém citar, manteve por longos anos um grupo de intelectuais e amigos para discutir questões filosóficas. O grupo chamava-se, ironicamente, “The Collective”, e dele participou Alan Greenspan, que viria a ser presidente do Federal Reserve por muitos anos.

Em 1979 Ayn Rand publica “Introdução à epistemologia objetivista”. Naquele mesmo ano, falece seu marido.

Em 1981 faz uma última aparição pública, palestrando na Comissão para a Reforma Monetária na cidade de New Orleans. Ali apresenta seu famoso discurso “A sanção das vítimas”.

Em 6 de março 1982, Ayn Rand morre em Nova York.

FILOSOFIA

Filosofia é a ciência que estuda a existência e busca determinar os fundamentos que envolvem a nossa vida na Terra.

Todo conjunto de ideias, para ser considerado uma filosofia completa, deve atender aos cinco ramos que compõem qualquer filosofia: metafísica, epistemologia, ética, política e estética.



Metafísica, também conhecida como teoria da realidade, busca responder as questões: onde estamos e quem somos.

Epistemologia, também denominada por teoria do conhecimento, responde às perguntas como eu sei e como eu sei que eu sei.

Ética, a ciência dos valores morais, questiona como eu devo viver.

Política, a ciência que trata das leis e do governo, com repercussões na economia e no mercado, busca responder à pergunta como viver em um contexto social.

E, finalmente, a estética, ou filosofia da arte, busca responder à pergunta como reproduzir abstrações na forma concreta.

É importantíssimo entender que os ramos da filosofia seguem uma rígida ordem de precedência, sendo a metafísica pré-requisito para o estudo da epistemologia, esta da ética e assim por diante. Quem quiser inverter a ordem sequencial ou tentar definir uma ética ou uma visão do mundo a partir da economia, por exemplo, inverterá a ordem de formação do pensamento e estará incorrendo em um grave erro.

O estudo da filosofia proporciona também uma visão mais adequada da História da humanidade, permitindo um melhor entendimento da cultura de cada povo, em uma determinada época e lugar, facilitando a compreensão dos acontecimentos.

OBJETIVISMO

O objetivismo elegeu para responder aquelas cinco perguntas mencionadas acima, da seguinte maneira:

Onde estamos? Quem somos? Realidade, lei da identidade e consciência.

Como eu sei? Como eu sei que eu sei? Razão, método científico e lógica.

Como eu devo viver? Egoísmo racional, autointeresse.



Como viver em um contexto social? Capitalismo radical ou capitalismo laissez-faire.

Como reproduzir abstrações na forma de concretos? Realismo romântico.

Metafísica é a ciência que estuda a teoria da realidade, da existência.

A visão metafísica objetivista é óbvia e inicia com um axioma fundamental: a existência existe.

Objetivistas não acreditam em coisas sobrenaturais, em espíritos que vagam por aí, na possibilidade de que algo possa existir fora da existência ou do universo.

Para o objetivismo, existir é ser algo; ser algo é ter uma identidade. Ou seja, existência é identidade, o que nos leva a um segundo axioma: a lei da identidade, que estabelece que, se algo existe, este algo tem determinadas características que formarão uma identidade que comporá uma determinada entidade.

Entidade é tudo aquilo que existe, e por causa das suas características mais peculiares, são passíveis de classificação, quantificação etc. Cada entidade é igual à soma de suas características, sendo, portanto, igual a si mesma, não podendo ao mesmo tempo ser igual a algo diferente.

Como corolário da lei da identidade, temos a lei da causalidade, que diz: toda ação produz um efeito, e esse efeito necessariamente tem uma causa, e essa causa está sempre ligada a alguma entidade cuja ação não pode contrariar a sua natureza.

A consciência existe nesse contexto. Realidade tem primazia sobre a consciência. Não faz sentido uma consciência consciente de si mesma. A realidade entra em nossa consciência e é percebida por ela. Não é a consciência que cria a realidade. Ayn Rand resumia isso afirmando que existência é identidade; consciência é identificação.

Toda essa exposição sobre a metafísica tem como objetivo principal reconhecer que o que existe no universo existe com determinadas características, e que o homem, por ser uma entidade com uma certa identidade que o faz diferente de tudo o mais que existe, seja um mine-



ral, seja um vegetal, sejam animais de outras espécies, irracionais, precisa agir de acordo com a sua natureza, utilizando o equipamento que lhe é natural para preencher os requisitos que lhe permitirão, antes de qualquer outra coisa, existir.

A epistemologia, ou a teoria do conhecimento, considerando-se a filosofia objetivista, defende que não há dicotomia entre corpo e mente. Que somos muito mais do que exclusivamente matéria, somos também nossos propósitos, nossas ideias, nossos sonhos e nossas emoções. Não existe tampouco, como vimos na metafísica, a possibilidade de uma vida extracorpórea. Não crê na possibilidade de atos revelatórios, sejam estes divinos ou extrassensoriais. Não aceita a ideia de que o homem tem instintos como os outros animais. Instintos esses como programas automáticos contra os quais os seres não podem se rebelar, contradizer, negar o seu cumprimento.

Acredita no livre-arbítrio, na faculdade do uso da razão. Entende que temos o futuro à nossa disposição, o que significa que não acredita em destino manifesto nem em determinismo histórico.

Percebe que a razão incorpora as emoções. A razão deve identificar os valores, construir os caminhos, e a emoção reage dando o necessário combustível para persegui-los. Agora, a emoção é acessória. Ela tem que ser colocada no seu devido lugar.

O objetivismo entende que nascemos como uma folha em branco, sem conhecimento prévio, nem uma moralidade congênita. Todo o nosso conhecimento é obtido por meio das informações captadas por nossos sentidos.

Essas informações fruirão para e pela nossa mente, por meio do código visual auditivo que chamamos de linguagem, para formarmos os conceitos que nos permitirão criar abstrações, integrações e ideias. A linguagem é a maior invenção humana. Ela tem como função fundamental não a comunicação, mas a formação de conceitos. A comunicação é importante, mas como consequência. Afinal, não é possível a comunicação sem termos algo para comunicar.

Em um mundo em que a divisão do trabalho prolifera e o conhecimento se aprofunda e se especializa cada vez mais, a linguagem e a



comunicação são cruciais para o desenvolvimento. Esse é um processo que envolve a cognição e a funcionalidade, por meio do qual transformaremos o mundo que percebemos, traduzindo os concretos existentes em abstrações, para desenvolvermos novos concretos, transmitindo-os para os demais.

É assim que construímos conceitos e princípios, por meio do que percebemos, validando as ideias confrontando-as com a realidade e com a lógica, revendo nossos pensamentos, nossas premissas, até que não existam mais contradições. Esses são os métodos pelos quais médicos diagnosticam, tratam e curam doenças, artistas criam músicas ou obras artísticas para reproduzir utopias possíveis ou impossíveis. É assim que filósofos descobrem a natureza do universo, do homem. É assim que crianças aprendem a linguagem, a matemática e boas maneiras.

Objetivismo foi um termo escolhido por Ayn Rand a partir do conceito de objetividade, a partir desse entendimento de que a realidade existe, independentemente da nossa consciência, dos nossos medos, das nossas objeções ou das nossas discordâncias.

Objetividade atesta que, ao defendermos qualquer ideia ou visão, é a realidade que dará sempre a última palavra.

A razão é o meio pelo qual todos nós aprendemos sobre o mundo, sobre si mesmos, sobre nossas necessidades e como satisfazê-las apropriadamente.

Todo conhecimento humano começa com a informação. Questões como onde, quando, quem, como, quanto e por que podem ser combinadas formando trilhões de perguntas e respostas trocadas por bilhões de pessoas.

Quando falamos em fluxo da informação, estamos falando em fluxo da vida, possível apenas por meio da formação de conceitos; possível apenas aos seres humanos, pela linguagem.

Então, se a metafísica nos diz que precisamos agir para existir, a epistemologia nos diz que, para existir, precisamos necessariamente usar a razão.

Se sabemos onde estamos, quem somos e como sabemos a respeito disso, resta-nos eleger os valores morais a serem levados em consideração neste desafio existencial. Esse é o papel da ética.



A ética estabelece quais valores devem nortear nossa ação para a preservação de nossa existência. O objetivismo entende que a própria vida é o padrão moral de valor mais elevado que há. Para nós, seres humanos, não havendo vida, não há existência. Logo, agir guiado pelo autointeresse é uma questão não apenas ética, mas também existencial.

Portanto, o autointeresse, ou seja, tudo aquilo que fazemos em prol da nossa vida, da nossa existência, é o valor ético a ser defendido.

Como já vimos, o que pode garantir uma vida próspera, com a satisfação do nosso autointeresse, é nossa capacidade do uso da razão. Essa integração de conceitos, autointeresse e uso da razão forma a ideia eticamente ideal do egoísmo racional.

Para uma vida coerente com o princípio ético do egoísmo racional, são indispensáveis sete virtudes, que permitirão termos uma vida melhor, mais longa, mais feliz, sem prejudicar a nós mesmos nem aos outros.

A racionalidade é o reconhecimento de que a razão é nossa única fonte de conhecimento, nossa única ferramenta para julgar o que a realidade e a lógica nos apresentam e nosso único guia para a ação. Ser irracional não quer dizer estar cego ao que acontece, nem ignorante da realidade. Ser irracional é recusar a premissa de que a racionalidade é nosso meio de sobrevivência, é não querer enxergar a realidade, é não querer aprender, saber e conhecer o que a realidade e a lógica nos oferecem para termos uma vida melhor, próspera e pacífica.

Honestidade é não falsear a realidade para si mesmo, nem para os outros. A mentira prejudica a mente.

Integridade é não falsear a sua própria consciência, é concluir sobre premissas que já aceitamos como válidas e agir de acordo com os princípios que entendemos ser verdadeiros e corretos.

Independência é usar a própria mente para lidar com a realidade, é deixar de lado a fé ou a crença naquilo que está escrito ou que nos dizem sem que a gente mesmo faça nossa avaliação das premissas confrontando-as com a realidade e a lógica. É não aceitarmos dogmas. Independência também é a virtude de podermos manter nossa vida de forma autônoma, ou seja, por nosso próprio esforço, sem depender do sacrifício de ninguém.



Produtividade é a virtude de podermos manter nossa vida materialmente via geração de valor.

Justiça é dar a cada um o que cada um merece. É entendermos que cada indivíduo, com sua consciência, faz parte da realidade, é algo e como tal tem uma identidade. Ser justo é entender que tipo de natureza aquela pessoa tem e que ação ela promoverá, causando algum efeito qualquer. Não podemos nos evadir de uma avaliação e de dar um tratamento adequado a cada indivíduo com o qual vamos ou estamos nos relacionando. Justiça é dar o valor adequado a cada coisa. Nesse sentido, é tratar cada um como merece.

Orgulho é o autorreconhecimento de que se está a cada dia moralmente melhor. Orgulho não pode ser confundido com arrogância ou soberba.

Tendo em vista a ética objetivista, somente um sistema político é possível: o capitalismo radical, comumente chamado de *laissez-faire*.

Ayn Rand dizia que civilização é o avanço em direção a uma sociedade de privacidade. A inteira existência do homem selvagem é pública, comandada pelas leis de sua tribo. Civilização é o processo de libertar o homem dos homens. Em uma sociedade civilizada, as relações interpessoais de qualquer tipo não dizem respeito à sociedade nem ao governo, a não ser quando elas se transformam em violação dos direitos de alguém, quando o governo é chamado a intervir para conter a iniciação do uso da violência por parte de alguém, retaliando contra ele.

É para extrair a violência da sociedade que o objetivismo entende ser necessário que se institua uma agência chamada governo, que tem uma única e inequívoca função: garantir a existência de uma sociedade livre baseada economicamente no sistema de livre mercado. Livre mercado é o mercado livre da violência praticada em suas diversas formas, a iniciação do uso da força, furtos, roubos, sequestros, estupro, agressões, assassinatos, fraudes, rompimentos de contratos de forma unilateral e injustificada, de desavenças e, o mais importante de tudo, a sociedade livre da ação violenta do governo.

Em uma sociedade de homens racionais, existe apenas um contrato implícito, o de que a vida é o valor maior para cada indivíduo. Existir é



um direito inalienável, portanto, se alguém não respeita essa cláusula, deve ser afastado da sociedade, e se a sociedade, por intermédio do seu governo, não respeita os direitos individuais, então ela não é uma verdadeira sociedade. É apenas um amontoado de bárbaros vivendo no caos promovido pela violência.

Esse tema é fundamental para o debate ideológico, e é exatamente aqui que Ayn Rand inova. Ela demonstra com sua filosofia que direitos não são outorgados por nenhuma entidade, seja ela divina, seja ela um rei, seja um partido político, seja a própria sociedade. Tampouco é um direito natural, no sentido de que ela não é autoevidente, nem brota das árvores ou cai do céu.

Ela conclui que, tendo em vista o que a metafísica, a epistemologia e a ética objetivista apresentam, a teoria dos direitos individuais baseia-se em princípios morais derivados da própria análise da realidade. O fato de o homem existir, sendo o ser racional que é, determina que ele tenha de forma inalienável os direitos à liberdade e à propriedade, para ter seu direito à vida garantido. Direito à liberdade nada mais é do que a possibilidade de o homem agir, de acordo com seu próprio julgamento, para o seu próprio benefício, para garantir, prolongar, promover e aproveitar sua própria vida, como melhor lhe convier, sem compulsão, sem coerção, por meio de escolhas voluntárias não impostas por alguém.

É para proteger os direitos individuais que existe o governo. É importante que se tenha em mente que governo que viola direitos individuais não é governo, é máfia. Lembrem-se da lei da identidade, que diz que cada entidade é igual à soma de suas características, sendo, portanto, igual a si mesma, não podendo ao mesmo tempo ser igual a algo diferente. Ora, se há uma entidade que viola direitos e não os protege, então essa entidade não é um governo, mas sim uma máfia. E como tal deve ser tratada.

O governo, sob a ótica objetivista, deve ser limitado a apenas três funções básicas e nada mais do que isso, sob pena de ele deixar de ser um protetor de direitos para ser um violador de direitos.

Cabe ao governo, por meio do sistema judiciário e do trabalho de polícia, proteger os direitos individuais, identificando, julgando e pu-



nindo aqueles que violarem tais direitos. Os tribunais estatais também podem mediar interesses conflitantes nos casos de disputas ou desavenças ocasionais. Finalmente, é uma função do governo, por meio das Forças Armadas, proteger a sociedade de eventual agressão promovida por nações estrangeiras.

O governo deve ser limitado ao provimento de segurança e justiça. Limitado por uma Constituição que tem como objetivo precípua dizer o que o governo pode fazer. Tudo aquilo que não estiver ali previsto não é facultado ao governo que faça.

O objetivismo defende o “rule of law”, ou o império das leis – leis objetivas derivadas dos direitos individuais e criadas para reforçá-los e protegê-los. Leis prospectivas, de amplo conhecimento da população, claras, de fácil interpretação, aplicáveis igualmente para todos os indivíduos, sem privilégios nem restrições, preservando o direito ao contraditório, por meio do devido processo legal.

Agora, não é apenas o governo que cria leis. Os indivíduos podem criar suas sociedades regidas por leis próprias, que devem ser respeitadas por todos e subordinadas às leis objetivas que as antecederam. Leis próprias, aqui, nada mais são do que os contratos particulares.

No provimento de segurança, o governo deve agir para proteger os indivíduos daqueles que iniciam o uso da violência, da força ou de fraude. Mas o governo não pode ter o monopólio do uso da força. Ele não é onipresente, nem onipotente, para oferecer segurança a todo momento. O legítimo direito à autodefesa, à proteção da própria vida, ou de terceiros, e dos valores eventualmente ameaçados por gente violenta, permitem que os indivíduos ajam emergencialmente, de forma direta, ou indireta, por intermédio de agências de segurança por eles contratadas.

O monopólio que o governo tem é aquele que impede que um indivíduo atacado possa tomar para si o trabalho de apuração dos fatos, julgamento sobre a responsabilidade e a aplicação da pena, sob o risco de, em vez de estar se defendendo de um suposto agressor, estar apenas violando o direito de alguém, inclusive o direito ao devido processo legal e ao contraditório de quem for suspeito.



Também os tribunais não teriam o monopólio para dirimir conflitos. As partes poderiam recorrer aos serviços privados de arbitragem para sanar dúvidas ou mediar desentendimentos. É claro que existe a possibilidade de as partes terem de recorrer à justiça estatal em última instância, caso não se satisfaçam com o resultado apresentado pelo árbitro privado escolhido. Eventualmente, o cumprimento de um contrato terá de ser forçado pelo governo, tanto quanto este faria para a imposição de uma lei.

Considerando a lógica de que governos existem para proteger os direitos individuais e não podem então violá-los, sob pena de tornarem-se máfias, concluímos então que seu estabelecimento e manutenção teriam de depender exclusivamente de financiamento voluntário. Sempre que alguém firmasse um contrato, poderia optar por tê-lo protegido pelo governo, com o pagamento de uma taxa. Sempre que alguém tivesse uma desavença, recorreria à justiça, pagando as custas judiciais.

Certamente, uma sociedade em que o governo fosse separado da economia, em que inexistissem leis positivistas ou redistributivistas, os conflitos entre as pessoas tenderiam a cair enormemente, até porque o governo é o maior usuário do Judiciário e o maior violador de direitos que conhecemos nos dias de hoje.

Os custos para a manutenção do governo cairiam de tal maneira que ninguém se importaria até de lhe fazer doações e certamente, como já ocorre hoje, contribuir com sua arrecadação via loterias.

Seria muito interessante que os economistas que hoje dedicam exaustivas horas tentando prever e prescrever as ações do governo estudassem formas voluntárias de financiá-lo, baseadas no princípio do comerciante.

A estética, ou filosofia da arte, culmina com a conjugação dos demais ramos da filosofia, amarrados e conectados pela linguagem. Mas uma linguagem de outra espécie. Se a metafísica nos demonstra que a nossa consciência capta os concretos da realidade e, pela linguagem, forma os conceitos, utilizando-se do nosso sistema sensorial e perceptivo, visual e auditivo, utilizando nossa cognição para dar funcionalidade aos conhecimentos adquiridos, na estética o caminho é inverso. Aquilo que



nossa consciência captou, conceituou, memorizou e integrou na forma de conceitos e ideias servirá de insumo para a construção de concretos ficcionais expressados por meio das atividades artísticas.

E é aí que as mensagens abstratas e subjetivas tomam forma para estabelecer novos padrões de valor sem compromisso imediato com o problema existencial, mas compromissados com visões ideais, utópicas, distópicas, etc.

A arte tem o propósito de tornar abstrações que habitam a consciência de um artista em uma obra que adquire a forma dos concretos imaginados. É a maneira que temos para permitir uma relação perceptual entre o nosso imaginário e o público. Cada artista expõe sua visão essencial, metafísica, de como vê o mundo, de como vê a si próprio e que valores ele elege como seus.

Para os objetivistas, e Ayn Rand deixou isto bem claro em suas obras ficcionais, a arte romântica deve tratar de temas universais, atemporais, sobre os problemas e os valores relacionados com a existência humana. Como dizia Aristóteles, a arte deve representar não aquilo que é, mas como poderia ser ou como deveria ser.

Como mencionei no início deste artigo, depois que estudamos a filosofia, podemos desenvolver uma análise da História baseada não apenas nos fatos em si, mas também nas escolas de pensamento, nas visões de mundo e nas culturas que determinaram as ações daquelas sociedades no que se refere à política e à economia.

Podemos afirmar, sem descartar a polêmica, que a humanidade percorre dois caminhos antagônicos essencialmente. O primeiro segue a Escola Platônica e a Escola Kantiana, que são basicamente subjetivistas, que dão primazia à consciência sobre a realidade, que privilegiam a dedução e o apriorismo sobre o método indutivo de formação de conceitos e princípios, que favorecem a religiosidade, o dogma, o materialismo que pode ser identificado no marxismo ou em uma espiritualidade desapegada metafisicamente da realidade e vinculada com a fé e a crença. Normalmente utilitarista, normativa, que entende que o homem tem deveres com a sociedade e que a obediência é o objetivo mais elevado que se pode esperar desenvolver no indivíduo. Escolas que veem o



homem como um ser limitado, que reage apenas à dor. Que peca originalmente e está submetido aos caprichos, aos vícios, e que vive hedonisticamente guiado pelo prazer. Essa é a trilha que defende o coletivismo, que estabelece a visão do homem como um meio para um fim maior.

De outro lado, temos a Escola Aristotélica de pensamento, restaurada na Idade Média por Thomas de Aquino com seus trabalhos seculares. Promovida posteriormente, a partir do século XVII, pelo Iluminismo, resultou na Revolução Gloriosa, na Revolução Industrial e na Revolução Americana, da qual se formaram os Estados Unidos da América, a primeira sociedade na História a institucionalizar o capitalismo, a partir da consolidação de uma mentalidade, até então inexistente, que compreende, aceita e defende que o homem é um fim em si mesmo, capaz de criar riqueza suficiente para melhorar a vida de toda uma nação e das dezenas de milhões de imigrantes que fugiram de seus países de origem nos quais estavam submetidos ao coletivismo e à opressão. Sim, as economias dos países mais próximos dos ideais do capitalismo são superiores, mas são superiores por causa da filosofia que está no seu alicerce, a filosofia que advoga em favor da realidade, da razão e do autointeresse. Aquela criada por Ayn Rand, o objetivismo, a filosofia para se viver na Terra. ✎







29º FÓRUM DA
LIBERDADE

O poder de uma ideia – o homem como um fim em si

Wagner Lenhart

Advogado / Associado Honorário do IEE





CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quando li pela primeira vez Ayn Rand, uma proposição de pronto me chamou a atenção. Dizia ela que todo homem é um fim em si mesmo, e não um meio para qualquer outro fim. Tal proposição me pareceu, à época, ao mesmo tempo bela, forte e verdadeira e, bem por isso, capaz de oferecer um bom parâmetro de comportamento político, econômico e pessoal, especialmente de como se deve considerar e tratar os outros seres humanos.

Se a minha memória não falha, lá se vão 15 anos desde que li pela primeira vez “A virtude do egoísmo” e me deparei com a afirmação acima referida. De lá para cá, evidentemente, tive a oportunidade de ler muitas outras obras de muitos outros autores, inclusive as duas obras mais conhecidas de Ayn Rand, “A nascente” e “A revolta de Atlas” (títulos das edições mais recentes em português, sendo que a última é considerada pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos um dos livros mais influentes na História norte-americana). Também vivenciei, nesse período, muitas experiências, passei por bons e maus momentos, tive conquistas e reveses e procurei permanecer com a mente constantemente aberta para novas informações e novas ideias. Os anos, as leituras e as experiências, porém, não mudaram o meu julgamento a respeito da assertiva acima referida. Ela continua tão bela, forte e verdadeira quanto me pareceu no primeiro dia em que a li.

Não que eu concorde integralmente com as posições de Ayn Rand e sua filosofia objetivista. Existem alguns pontos que ainda suscitam



questionamentos em minhas reflexões e por certo demandarão mais esforço meditativo e um estudo mais aprofundado no futuro. De qualquer sorte, meu propósito com este ensaio não é analisar a obra integral da autora em comento ou examinar de maneira exaustiva o objetivismo por ela proposto. Tal empreitada demandaria um trabalho de muito mais fôlego, como uma dissertação de mestrado ou uma tese de doutorado. Nas linhas que seguem, me limitarei a tratar, sucintamente, da proposição supramencionada, que coloca o homem como um fim em si, expondo o que isso significa, quais os desdobramentos desse conceito e, nas considerações finais, o que isso representa na minha vida.

SIGNIFICADO

Em “A revolta de Atlas”, obra maior de Ayn Rand, ficção que se passa em um Estados Unidos distópico, um trecho se sobressai. No capítulo intitulado “Quem está falando é John Galt”, o personagem de nome John Galt utiliza uma tecnologia desconhecida para tirar do ar um pronunciamento que seria feito pelo líder político do país, que pretendia justificar perante a população o momento de crise pelo qual eles estavam passando. Galt não só evita que o pronunciamento seja realizado, como também utiliza aquele momento para dar seu recado aos cidadãos daquela nação. O que segue é uma longa e fundamentada exposição acerca da ética e da natureza humana. Nela o personagem expõe os argumentos da própria Ayn Rand, a sua filosofia objetivista, e aponta as razões da grande crise vivida pelo país, o despropósito da ética dominante, baseada no coletivismo e no cerceamento da autonomia individual, e apresenta a sua visão sobre o que seria uma ética válida e condizente com a natureza humana.

Logo no início de sua fala, John Galt afirma:

Uma doutrina que lhes dá como ideal o papel de animal a ser sacrificado em holocausto no altar dos outros lhes dá a morte como padrão. Por obra e graça da realidade e da natureza da vida, o ho-



mem – todo homem – é um fim em si, existe por si, e a realização de sua própria felicidade é seu mais elevado objetivo moral.¹

E este é um ponto central do argumento apresentado por Ayn Rand, por intermédio do personagem John Galt: o homem deve ser considerado, por si e pelos demais, como um fim em si mesmo, jamais como um elemento sacrificável para o atingimento de outros fins.

Nessa linha, a vida é o valor máximo, e, portanto, tudo aquilo que remete à preservação da vida deve ser considerado bom, e tudo aquilo que ameaça a vida deve ser considerado ruim. O homem, ao contrário das plantas, não tem sua sobrevivência atrelada a algum mecanismo automático. Para viver, o ser humano precisa usar a razão. Afinal, é a razão que nos distingue dos demais animais e nos coloca em condição de nos mantermos vivos pelo maior tempo possível e da melhor forma possível.

O homem que se abstém de usar a razão está fadado à morte ou a viver na dependência de que outros seres humanos a usem e lhe concedam os benefícios do seu uso. Ao não fazer uso do seu elemento distintivo, a razão, esses homens acabam se colocando na condição de animais treinados, cuja vida dependerá dos outros e poderá ser facilmente objeto de sacrifício.

O homem, porém, não deve aceitar esse destino. Não deve viver replicando irrefletidamente as ações de outros ou aceitando ser um elemento sacrificável, um meio para a consecução de fins outros que não sejam a manutenção da sua própria vida e o atingimento da sua própria felicidade. Não há nada de errado em viver para si, buscar a preservação da sua vida e o gozo da felicidade, desde que, é claro, não se utilize a força para agredir outro ser humano, violando sua vida, sua liberdade e sua propriedade.

Nesse sentido, afirma Ayn Rand em “A virtude do egoísmo”:

A ética Objetivista sustenta que o bem humano não requer sacrifício e não pode ser alcançado pelo sacrifício de ninguém; sustenta que os interesses racionais dos homens não se chocam – que não há conflito de interesses entre homens que não desejam o imerecido, que não fazem sacrifícios, nem os acei-

¹ A revolta de Atlas, pp. 336 e 337.



tam, que se tratam entre si como comerciantes, trocando valor por valor.²

Assim, o choque de interesses só existiria nas circunstâncias em que um homem ou um grupo de homens exigisse de outro homem ou outro grupo de homens que estes últimos se sacrificassem em benefício dos primeiros ou de algum fim imposto pelos primeiros. Quando os seres humanos, em suas relações interpessoais, não desejam algo imerecido ou não exigem o sacrifício do próximo, não há conflito de interesses; há respeito mútuo, há a dignidade advinda da identificação do outro como um sujeito único, dotado de razão, de preferências, de sonhos, de objetivos.

De fato, o argumento de que um homem, qualquer homem, deveria ser um meio para o atingimento de outro fim que não fosse a manutenção da sua vida e da sua felicidade é bastante perigoso. A História, como se demonstrará a seguir, está repleta de exemplos que demonstram o caráter destrutivo de uma cultura que coloca o indivíduo apenas como membro de uma coletividade e ignora a sua condição de ser singular, fim último da sua existência.

Isso não significa, é evidente, que o ser humano deve descuidar da comunidade ou ignorá-la. O homem é, por sua própria natureza, um ser social e só pode alcançar a plenitude do seu potencial na interação com os seus pares, na divisão e especialização do trabalho, em um ambiente de trocas livres. No entanto, reconhecer a inquestionável sociabilidade do humano e a importância da vida em comunidade não significa que se deva aceitar que o homem deve viver para os outros ou para fins impostos pelos outros. Pelo contrário, para que a dinâmica social funcione, para que o homem seja respeitado, prospere e alcance a felicidade, é fundamental que haja um reconhecimento mútuo, uma identificação recíproca de que cada ser humano é um fim em si. Mais, para a vida em sociedade funcionar, é necessário partir da premissa de que “nenhum homem pode tomar a iniciativa de usar a força física contra os outros”³.

Com efeito, assim como eu não posso – e não devo – exigir que alguém se sacrifique por mim, nenhuma outra pessoa ou grupo de pes-

² A virtude do egoísmo, p. 42.

³ A revolta de Atlas, p. 346.



soas, mesmo que seja uma maioria, pode exigir que eu me sacrifique por ela ou por elas. Muito menos pode usar a força para me obrigar a viver a vida de uma maneira distinta daquela que eu entendo adequada. Reconhecer o contrário é reconhecer que existe uma hierarquia que coloca uma pessoa ou grupo de pessoas acima das demais.

Com base em que um indivíduo, um grupo ou uma maioria poderia se colocar em uma posição de superioridade e exigir que eu, ou qualquer outra pessoa, sacrifique a minha vida, meu valor maior, para outros fins que não sejam aqueles escolhidos por mim, pelo uso da minha razão, do meu discernimento? Que tipo de ser humano tem a pretensão de sacrificar a vida do outro, desdenhar da singularidade daquela existência e considerá-la como mero instrumento para a consecução de algum fim estranho a ela?

O reconhecimento do homem como um fim em si não é unilateral, deve ser recíproco. Ao fazer esse reconhecimento, o faço não apenas para mim, mas também para todos os outros homens. Não quero que apenas a minha vida seja um fim em si, mas que a vida de todos os outros homens também o sejam. Não quero que a minha vida seja dada em sacrifício para os outros, assim como não quero que os outros deem a sua vida em sacrifício para mim. Não quero usar a força contra os outros para impor a minha vontade e, da mesma forma, não quero que os outros a usem contra mim.

Em suma, não há reconhecimento maior da dignidade humana, da importância que cada vida humana tem, do que considerar o homem como um fim em si, um sujeito único, detentor de um instrumento fantástico chamado razão, que deve viver a vida conforme os ditames do seu discernimento, respeitar essa mesma característica no próximo e jamais usar a força física contra outrem a não ser que seja em legítima defesa. Como tentarei demonstrar na sequência deste ensaio, ignorar essa premissa produz resultados nefastos na esfera não só pessoal, mas também na social.



DESDOBRAMENTOS

Durante toda a História, muitos homens trataram os demais como meros instrumentos para o atingimento dos fins mais variados e tentaram afastar, com todas as forças, a ideia de que cada ser humano é um fim em si. Como fundamento, foram usados os mais diversos argumentos, desde explicações místicas e religiosas, passando por formulações abstratas de um suposto bem comum, até toda sorte de ideário coletivista. Em comum, apenas a negação de considerar o homem como um fim em si mesmo, de respeitar a sua individualidade e a sua singularidade.

Não é à toa que apenas recentemente a escravidão e a servidão deixaram de ser a regra. Durante quase toda a existência humana, pessoas foram mantidas em grilhões, sejam eles mentais, sejam institucionais, sejam de metal, e indivíduos – reis, ditadores, líderes tribais ou autoridades religiosas – utilizaram os seus pares como instrumentos para a consecução de seus objetivos e os desconsideraram em sua individualidade.

Foi tão somente no século XVIII, com o florescimento do iluminismo (movimento intelectual que defendia a racionalidade e um ambiente de pensamento livre), que o indivíduo, todos, não só alguns, começa a ser pensado, de fato, como um ser único, digno, detentor de livre-arbítrio e senhor da sua vida. É esse movimento que questiona e derruba a escravidão e a servidão, que reconhece todo homem como titular dos direitos autoevidentes à vida, à liberdade e à propriedade e que abre as portas para o reconhecimento da sua singularidade.

A partir desse momento, as sociedades que adotaram de certa forma esse modo de enxergar o homem evoluíram nas mais diversas esferas do humano: na política, na economia, na ciência, nas artes. É o que demonstra a História da Inglaterra e das suas colônias mais bem-sucedidas, Estados Unidos, Canadá e Austrália. Não sem percalços, retrocessos e contradições, é necessário destacar, visto que as mulheres tardaram a poder votar na Inglaterra, os Estados Unidos mantiveram a escravidão até meados do século XIX, a Austrália teve suas questões relacionadas ao tratamento dado aos aborígenes, e assim por diante.



No entanto, apesar das máculas históricas acima listadas, o que essas sociedades apresentaram para o mundo em termos de progresso social e de valorização do indivíduo não encontra paralelo na História da humanidade. Sim, os Estados Unidos mantiveram a escravidão por um longo período, mas essa desprezível instituição sempre foi objeto de acalorados debates, que começaram antes mesmo da independência daquele país, tendo sempre ficado evidente que ela era contrária aos valores e ideias fundantes da sociedade norte-americana e que a sua queda era questão de tempo. A premissa mais forte era a liberdade individual, era considerar cada homem um fim em si mesmo; portanto, aquelas instituições fundadas apenas na conveniência e na tradição estavam fadadas a ser extintas.

São essas sociedades, originárias de um tronco comum, o Império Britânico, que, nos últimos séculos, apesar dos pesares, têm sustentado o valor de cada vida humana e da liberdade que deve ser garantida a cada indivíduo. Enquanto os russos passaram pela servidão czarista e pela ditadura comunista, os povos de língua inglesa mantiveram a sua ordem democrática. Enquanto os alemães passaram pelo nazismo e os italianos pelo fascismo, os povos de língua inglesa mantiveram as suas liberdades individuais. Enquanto os latino-americanos a cada nova geração acreditavam em um novo caudilho e atravessavam períodos ditatoriais, os povos de língua inglesa continuavam controlando o poder de coerção do Estado e alternando o poder político.

A verdade é que uma sociedade que não considera o ser humano como um fim em si, não valorizando os direitos individuais fundamentais (vida, liberdade e propriedade), caminha a passos largos para a barbárie e para a servidão. Quando desconsidera o ser humano como detentor de vontades, sonhos, medos e pensamentos próprios, aceita passivamente, primeiro, a propriedade ser desrespeitada; depois, a liberdade ser suprimida; e, por fim, a vida ser banalizada.

Sociedades nas quais os seus membros entendem o valor de cada vida humana, que percebem que a vida de cada pessoa é um fim em si mesmo, que acreditam que cada indivíduo tem suas próprias vontades, interesses, predileções e que merece ser respeitado em suas escolhas, tendem a manter instituições políticas, econômicas e sociais muito mais



adequadas para o florescimento humano e o respeito da dignidade humana. De outra banda, sociedades que condicionam os seus membros a pensar de forma coletiva, a desconsiderar a figura do indivíduo e tratar todos os seres humanos como membros desta ou daquela coletividade, que despersonalizam o homem e o colocam como mero membro de um todo, tendem a se degenerar e a cometer os mais terríveis crimes.

No regime soviético, por exemplo, os homens não tinham direitos individuais, não eram considerados enquanto particulares, mas apenas como parte de um sistema coletivista. O resultado, todos sabem: prisões psiquiátricas para alguns milhares, campos de trabalhos forçados para outros milhões, censura constante e miséria para todos (ou, para ser justo, quase todos, uma vez que os detentores do poder político e seus protegidos sempre viveram muito bem em meio à miséria do restante da população).

No nazismo, por sua vez, os direitos individuais também eram relativizados. Assim, os doentes mentais e deficientes físicos podiam ser assassinados, e os ciganos, judeus e eslavos podiam ser levados a campos de concentração e lá ser exterminados covardemente, sem que isso abalasse muito a consciência dos executores. O cidadão alemão foi condicionado a não considerar o homem individualmente. Uma pessoa era julgada não pelos seus próprios méritos, mas por critérios raciais, o que significa dizer critérios coletivos. Não importava se o indivíduo era um bom médico ou um empresário honesto (critério individual), o julgamento se dava pela sua descendência (critério coletivo). Se for ariano é bom, se for judeu é ruim. Tal exemplo, de tão absurdo, estressa o argumento e demonstra a real face do conceito coletivista, que se revela, com toda a clareza, simplista, injusto, estúpido e repugnante. O homem, parece evidente, só pode ser julgado pelas suas próprias ações, jamais pela sua etnia. Afinal, como destacava Ayn Rand, “o racismo é a forma mais baixa e mais cruelmente primitiva de coletivismo”⁴.

A propósito, outro momento da história alemã, posterior ao término da Segunda Guerra Mundial, caracterizado pela divisão do país em Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental, também é capaz de bem exemplificar o argumento aqui exposto. Uma mesma nação, com uma

⁴ A virtude do egoísmo.



população homogênea, matriz cultural comum, geografia e clima semelhantes, foi dividida em duas. Uma delas, a Alemanha Ocidental, como área de influência inglesa, norte-americana e francesa, caminhou no sentido de expurgar as ideias do coletivismo nazista e adotar um modelo de sociedade que valorizasse mais a noção do homem como um fim em si. A outra, a Alemanha Oriental, como área de influência soviética, manteve-se vinculada ao coletivismo, trocando apenas o nazismo pelo comunismo. Como consequência, em poucas décadas, criou-se uma diferença abissal entre os dois países. A Alemanha Ocidental reconstruiu-se com vigor, floresceu, prosperou e ofereceu liberdade e dignidade para os seus cidadãos. Já a sua contraparte oriental patinou economicamente, teve que erguer um muro para impedir que as pessoas deixassem o país e tratou a sua gente como servos, tolhidos em suas liberdades mais básicas.

Em Ruanda, por sua vez, a cultura tribal também ignora o direito individual e desconsidera o homem como um fim em si. Reina a visão coletivista: ou o indivíduo é tutsi ou é hutu. Na crise da década de 1990, centenas de milhares de homens, mulheres e crianças foram mortas a golpes de facão, pois os assassinos não viam os assassinados como seres humanos e sim como parte de uma coletividade indesejável. Não importam os méritos pessoais, não importa o caráter, não importa se é uma senhora idosa ou uma criança de colo; se for membro da tribo contrária, pode ser mutilada e morta.

Ao não ter o entendimento que advém da identificação de todo ser humano como um fim em si, fica muito mais fácil para o agressor apresentar uma justificativa para a sua própria consciência e conseguir dormir na noite seguinte. Em sua cabeça, treinada pelo coletivismo, ele não está matando um ser humano que merece respeito, que quer realizar seus sonhos, estar com a família e os amigos, rir e ser feliz, ele simplesmente está matando o membro abstrato de uma coletividade inimiga.

Como se vê, enquanto a ideia de considerar o homem como um fim em si nos faz enxergar o próximo com muito mais empatia e respeito e conduz a comunidade humana por um caminho de paz, tolerância e prosperidade, a ideia contrária, fundada na desconsideração da individualidade, como no caso do coletivismo, tende a nos levar ao des-



prezo, ou, ao menos, à indiferença em relação ao próximo e a conduzir a sociedade para a degradação moral e para o cometimento dos mais abomináveis crimes.

CONCLUSÃO

Sempre fez muito sentido para mim o respeito pela individualidade, pelas opções pessoais, pelo caráter singular de cada pessoa. Sempre percebi a vida e o fato de estar vivo como o valor maior. Sempre busquei saborear essa jornada da melhor forma possível, em que pesem os contratempos e os meus próprios momentos de fraqueza. E bem por isso, por gostar tanto da vida, por percebê-la como algo tão extraordinário, sempre quis que essa jornada fosse conduzida por mim e por mais ninguém e sempre desejei que a jornada dos outros fosse conduzida por eles e por mais ninguém. Sempre reconheci a grandiosidade do ser humano, e por essa razão sempre evitei desejar o controle da vida dos outros.

O personagem de John Galt, ao transmitir o pensamento de sua criadora, Ayn Rand, sustenta, como foi exposto no presente ensaio, que todo ser humano é um fim em si, um ser que jamais deve ser sacrificado pelos outros, que deve valorizar, exaltar, celebrar e proteger a sua vida e buscar constantemente a sua felicidade, pela característica que o distingue dos outros animais, a razão. Nenhum homem deveria ser considerado um instrumento para outro fim que não fosse a manutenção da sua vida e a realização da sua felicidade.

Considerar cada indivíduo como um fim em si é respeitar a individualidade de cada ser, o seu caráter único e insubstituível, a grandiosidade e a dignidade da sua existência. O contrário, ou seja, a desconsideração da individualidade, o entendimento de que o ser humano é um instrumento, uma ferramenta para fins místicos ou coletivistas, é rebaixá-lo, é considerá-lo algo menor, menos relevante e, portanto, passível de qualquer tipo de sacrifício.

Assim sendo, fundado nas minhas convicções pessoais, que encontram amparo na proposição que dá título a este ensaio, procuro tratar todas as pessoas como indivíduos próprios, dotados de razão e respon-



sáveis pelos seus atos; pautar minha conduta com os outros pelo respeito recíproco, evitando sempre o uso da força, a não ser que seja em resposta a uma agressão iniciada por outra pessoa; viver a vida da maneira mais independente, adequada e produtiva que a minha capacidade e a minha força de vontade são capazes de executar; amar e me dedicar àqueles que entendo ser merecedores do meu amor e da minha dedicação; admirar aqueles que, de maneira honesta, alcançam o sucesso, produzem, geram riqueza, inovam e, de maneira geral, melhoram a vida de todos os seres humanos, jamais acalentando inveja ou outros sentimentos dessa natureza; rebater todos aqueles que querem controlar a minha vida e se apropriar coercitivamente dos frutos da minha capacidade produtiva; oferecer aos outros aquilo que eu gostaria que eles oferecessem para mim, ou seja, nada mais além de respeito à vida, à liberdade e à propriedade de cada ser humano, sinceridade nas interações interpessoais e cumprimento dos contratos entabulados voluntariamente.

Eis a beleza, a força e a verdade da proposição que coloca o homem como um fim em si. Uma ideia que tem um poder enorme e que, se for amplamente adotada, tornará a nossa sociedade mais pacífica, justa e próspera. ☞

REFERÊNCIAS

CONSTANTINO, Rodrigo. **Uma Luz na Escuridão**. Belo Horizonte: Soler Editora, 2008.

RAND, Ayn. **A revolta de Atlas**. Tradução de Paulo Henriques Britto. Rio de Janeiro: Sextante, 2010.

RAND, Ayn. **A virtude do egoísmo**. Tradução por On Line – Assessoria em Idiomas; tradução revista por Winston Ling e Candido Mendes Prunes. Porto Alegre: Editora Ortiz/IEE, 1991.





29º FÓRUM DA
LIBERDADE

Para resgatar o futuro do Brasil

Walter Lídio Nunes

Presidente da Celulose Rio Grandense





A atual crise econômica, política e ética sem precedentes que vivemos mostra o esgotamento do modelo de governança brasileiro. Esse imenso problema é a oportunidade mobilizadora para reformas que levarão o Brasil ao futuro desejado. Precisamos nos posicionar na busca de soluções, e não na de culpados. Para termos um país à altura do seu potencial, é preciso mudar, e o primeiro passo deve ser dado por reformas que acabem com o modelo patrimonialista-clientelista-populista, desprovido de valores éticos e morais, que nos governa e nos impede de buscar uma posição qualificada no ranking mundial. Hoje temos uma posição desqualificada em qualquer índice internacional que nos compare com países de poucos potenciais.

Devemos construir uma pauta convergente suprapartidária e supraprasetorial que não seja descaracterizada por ideologias anacrônicas e estabelecer uma agenda pragmática de reformas necessárias. Não se pode fazer tudo a um só tempo, mas podemos estabelecer os fundamentos que nos afastem do fundo do poço no qual estamos mergulhando e que nos levem à sociedade empreendedora e desenvolvimentista.

O regime político de um país moderno baseia-se em uma democracia representativa participativa, em que o envolvimento das entidades, bem como de cada cidadão, é fundamental para direcionar decisões e estabelecer o controle social da governança pública. Assim, a ação conjunta entre setor privado, terceiro setor e governos é exemplo de uma moderna visão de gestão que implica na revisão das missões e estratégias e na adoção de novos comportamentos e valores por parte de todos os entes envolvidos. É cada vez mais necessário que as empresas articulem, mobilizem e participem dos processos decisórios, enriquecendo-os com sua experiência, visão e aprendizado para melhorar a capacidade



da gestão pública, para propor uma utopia social que torne a sociedade melhor e mais justa. Em suma: precisamos desenvolver a nossa sociedade para que se consolide a cidadania política.

No que diz respeito ao setor empreendedor, este deve participar de maneira proativa e construtiva do processo, pois ele e a educação – de qualidade, estendida a toda a população –, são os dois vetores com maior capacidade de promover transformações sociais.

Entretanto, a representatividade empresarial tem-se firmado mais em um sindicalismo patronal que, embora necessário, é insuficiente sob o prisma da dinâmica da sociedade moderna. Faltam movimentos empresariais suprassindicais que visem a construir uma utopia de desenvolvimento econômico maximizador de desdobramentos sociais com menor impacto no meio ambiente; que proponham reformas transformadoras visando a um país e a uma sociedade melhor; que participem de forma efetiva das decisões políticas. Essa dinâmica deve ser orientada por compromissos éticos e morais que neguem as relações público-privadas espúrias que têm abalado o Brasil, desfazendo a triste imagem do empreendedor que quer sempre obter vantagens para si mesmo.

O conceito moderno da sustentabilidade empreendedora associa comportamentos sociais calcados no respeito a valores éticos nas relações público-privadas, e, nesse sentido, infelizmente, a nossa representatividade é ainda carente de lideranças visionárias imbuídas dos conceitos de cidadania política.

O exemplo da Petrobras deve ser rigorosamente condenado, pois representa, justamente, as relações promíscuas das quais o Brasil e o seu povo não precisam. Nossa estatal foi a empresa que mais destruiu valor dos seus acionistas no mundo, fruto de uma corrupção revoltante pela grandiosidade e pela inserção da classe política, dos partidos e de cartéis privados. Interesses políticos e privados fizeram a empresa subsidiar combustíveis para conter inflação em período pré-eleitoral. Desmandos foram sustentados com aporte de dinheiro público extraído da imensa carga tributária. Para transformar a Petrobras em uma companhia que traga benefícios aos brasileiros, temos que enterrar o discurso estatizante, anacrônico e populista de que o “petróleo é nosso”. Para ser realmente nosso, não precisamos de uma Petrobras estatal. É absurdo considerar



que temos uma distribuidora de combustíveis estatal, que assume aquilo que a iniciativa privada pode fazer com mais eficiência, competência e retorno para a sociedade. Esse não é papel do Estado; é papel dele, sim, cuidar da educação, da saúde e da segurança, cujos serviços estão cada vez piores. Privatizá-la para trazer benefícios ao povo, por meio de royalties, tributos e outras taxas que se imponham ao setor, é o caminho.

Mas o que ocorre na Petrobras é muito mais do que um dos maiores escândalos de corrupção e de destruição de valor de uma companhia já vistos no planeta. Seu maior significado está no processo que vem ocorrendo historicamente no Brasil em quase todas as áreas da relação público-privado. A mídia, ameaçada com mordidas, aponta fatos diariamente em todos os níveis da gestão pública. Isso é reflexo de uma cultura de poucos valores, muitos direitos e pouco deveres, pautada pela “Lei de Gerson” ou pelo “jeitinho brasileiro”.

Então, sob o pretexto de conter uma corrupção endêmica, incrementamos uma burocracia imobilizante que penaliza apenas os honestos, sendo um flagelo que trava empreendimentos públicos e privados. Isso, além de não resolver o problema, prejudica o Brasil correto, aquele que quer crescer por meios adequados e, assim, contribuir na construção de uma sociedade melhor. Corrupção combate-se com um rigoroso processo punitivo, que seja ágil e eficaz, e não com burocratização.

O quadro é ainda agravado pela estrutura organizacional pública, composta de entidades pouco eficientes, com uma imensa sobreposição de atribuições que redundam em aumento de licenças e autorizações. Nesse ambiente, criam-se condições amplas para a tradicional venda de facilidades.

Existe consenso de que a burocracia penaliza a sociedade. Então, por que não é pauta política? Quem ganha com essa situação que prejudica o desenvolvimento do país e a vida do cidadão? Em um contexto de licenças, permissões e autorizações, prospera uma profissão que não existe em países desenvolvidos e eficientes: “despachantes facilitadores”. Com a tecnologia da informação, é possível redesenhar processos e fluxos administrativos, garantindo agilidade e amplo controle. Imaginem um Brasil onde todas as informações, *workflows* e ações das esferas municipais, estaduais e federal fossem armazenadas em um amplo e in-



tegrado banco de dados? Teríamos agilidade, controle, transparência, menos cargos comissionados, melhor qualidade de serviços e um menor custo Brasil.

Este, aliás, é o principal gargalo para o crescimento da nossa economia: o custo Brasil, que faz da competitividade sistêmica do nosso país uma das menos atraentes para investimentos. Na era da economia globalizada, no quesito competitividade, o Brasil encontra-se na 75ª colocação entre os 140 países avaliados durante o Fórum Econômico Mundial de 2015. Trata-se da maior queda já registrada pelo país e da pior posição da série histórica da pesquisa. Em 2014, o Brasil tinha caído da 56ª para a 57ª posição. Nosso país sofre com a deterioração de fatores básicos, como a confiança nas instituições e o balanço das contas públicas, e fatores de sofisticação dos negócios, como a capacidade de inovar e a educação.

Enquanto isso, nossa governança política não parece focada em criar condições estruturantes visando à competitividade e ao crescimento do país; o foco é apenas na eleição seguinte, para se sustentar do patrimonialismo dos cargos públicos loteados entre partidos e lideranças políticas. Essa modelagem tem demandado mais cargos para acomodar a imensa pluralidade partidária desqualificada, sempre em nome da “governabilidade”. Na prática, a dita governabilidade é um nome bonito e socialmente simpático para expressar o processo de negociatas, loteamento da máquina e dos recursos públicos, piorando ainda mais a funcionalidade das instituições.

Não vislumbramos, até agora, capacidade política para fazer do Brasil um país melhor. Vamos continuar com maquiagens enganosas que pioram a nossa avaliação pelo mundo da economia globalizada e com o qual precisamos conviver? Tal imagem decorre não só da nossa imensa corrupção institucionalizada, mas também da nossa incapacidade de eleger governantes qualificados para a condução das decantadas reformas que inevitavelmente precisamos fazer. E essas dependem não do Poder Executivo tão somente, mas do conjunto dos poderes, das instituições públicas, do setor privado e da sociedade como um todo.

A boa gestão pública decorre da participação efetiva e da capacidade mobilizadora dos cidadãos. Essa participação está na qualidade do



voto, no controle social, na contribuição voluntária, nas mobilizações e manifestações, entre outras. No entanto, grande parcela da sociedade está alienada do exercício da cidadania política. Parte dela porque está condicionada e submissa aos programas sociais. Outra parte porque entende que não tem nada a fazer, seja por desesperança nos resultados, seja por acomodação. E assim, vemos o país com um desenvolvimento medíocre, apesar do seu enorme potencial.

As entidades sociais devem mobilizar o cidadão para transformar o país por meio do voto consciente e responsável. Mostrar que a cidadania política começa no voto associado ao controle social sobre os compromissos assumidos. Valorizar os bons políticos e banir os maus, com suas propostas populistas e ilusórias que denigrem essa classe importante para a vida democrática do país. Precisamos substituir o clientelismo pela seriedade. E só cabe a nós, sociedade, eleger políticos com competências e qualidades morais e éticas para viabilizar as reformas estruturantes pelas quais o Brasil deve passar. A eficácia de uma sociedade se revela no quanto as suas escolhas políticas se alinham às suas necessidades de desenvolvimento.

A compreensão social do inevitável colapso a que estamos chegando é um capital político importante para que exista um amplo respaldo para o enfrentamento corajoso deste momento. É hora de sermos atuantes nas decisões que definem nosso futuro e de fazer com que os políticos se subordinem aos interesses da sociedade. A transição para o futuro promissor que almejamos passa, necessariamente, por medidas amargas que devem ser assumidas por todos os setores. Passa pela desvinculação do salário mínimo do aumento incontrolável dos gastos públicos quando existe retração nas receitas, pela reorientação dos gastos para as necessidades e prioridades da sociedade por meio da reavaliação dos programas estatais, criando condições de adaptá-los conforme a realidade socioeconômica do país, pela busca de modelos de parcerias e concessões que permitam implantar infraestruturas para as quais o Estado não tem capacidade de investimento e que são fundamentais para desbloquear as rotas de desenvolvimento e de crescimento da nossa economia, pelas reformas tributária, política, previdenciária, trabalhista e fiscal. Esse enfrentamento deve ser individual e coletivo, suprapartidário, unindo as forças políticas, econômicas e sociais na-



cionais em uma agenda de transformações desvinculadas de ideologias anacrônicas suportadas por assistencialismos clientelistas eleitoreiros. Urge que o Brasil dê início efetivo a uma discussão sobre os passos necessários para romper com os paradigmas atuais em praticamente todas as áreas da governança pública. Devemos estabelecer uma sociedade de direitos com deveres, na qual os descompromissos não fiquem impunes. Enfim, o que precisamos é de uma ampla convergência social e política para resgatar o nosso o futuro. ✎







29º FÓRUM DA
LIBERDADE

**A moralidade atemporal do livro
“A revolta de Atlas”: lucro é virtude,
e não vício.**

Yaron Brook

Tradução de Paulo Costa Fuchs
Diretor-executivo do Ayn Rand Institute





Nos anos que antecederam a crise financeira de 2008-09, o controle do governo sobre hipotecas, taxas de juros e o sistema bancário dos Estados Unidos estava no seu ponto mais alto da História. E ainda assim, quando a crise chegou, a iniciativa privada levou a culpa.

A cura, portanto, era dar ao governo poderes ainda mais amplos. Washington agora pode salvar qualquer empresa, demitir CEOs, desrespeitar contratos e imprimir bilhões de dólares para “estimular” a economia – tudo em nome do interesse público. O resultado? Os nossos déficits e a dívida continuam a crescer, e há uma possibilidade real de um futuro como o da Grécia.

Esse é o estado de nosso mundo de hoje. É espantosamente semelhante ao estado do mundo do livro “A revolta de Atlas”, de Ayn Rand, uma história de mistério sobre uma América futura cuja economia está se desintegrando e cujo governo está acumulando poderes mais rapidamente do que se pensava possível. Esse paralelo é um grande motivo para o recorde de 500 mil exemplares de “A revolta de Atlas” comprados no ano passado.

Então, o que podemos aprender com um livro que previu em 1957 o que poucos acreditavam ser possível em 2007? Podemos aprender a lição que os heróis da novela aprenderam: a causa do maior controle do governo sobre o mercado. E nós podemos aprender como nos opor a isso.

Muitos dos heróis em “A revolta de Atlas” são do tipo de homens e mulheres que construíram, e continuam a construir, a potência econômica que é a América – inventores como Edison, industrialistas nos



moldes de Rockefeller e Carnegie, visionários empresariais que lembram Bill gates e Steve Jobs.

Sendo lógicos e justos, os heróis de “A revolta de Atlas” devem ser admirados e apreciados por seus esforços; em vez disso, eles são demonizados e acorrentados.

HOMEM DE AÇO

Tomemos o caso de Hank Rearden, o empresário industrial líder no “A revolta de Atlas” e inventor do metal Rearden, uma liga superior ao aço. Rearden é denunciado e forçado a entregar suas empresas de ferro e carvão, devido à “Lei da Igualdade de Oportunidades”, que exige que ele crie “oportunidades” de negócios para seus concorrentes.

Sua produção de metal Rearden é limitada pela “Lei de Preservação do Sustento”, projetada para manter outros produtores de aço competitivos. Empresas importantes não podem comprar o suficiente de metal Rearden porque Rearden é forçado a dar a cada cliente uma porção igual sob a “Lei do Compartilhamento Justo”.

Cada novo esquema do governo para controlar a indústria de Rearden traz uma nova crise, e cada nova crise traz um novo esquema governamental.

O resultado é o colapso acelerado do império de negócios de Rearden – e de todas as outras empresas produtivas que dependem da sua enorme produtividade. Os únicos beneficiários dessa orgia de autoridade do governo são políticos sedentos de poder e os pseudoempresários que fazem lobby para se aproveitar dessas leis.

O cenário de “A revolta de Atlas” é incrivelmente destrutivo e ainda sim é muito remanescente do abuso de poder e dos recentes resgates financeiros efetuados por Washington.

Por quê? Por que o controle governamental sobre a economia só cresce? Parte da resposta no livro é porque aqueles que procuram ter poder sobre o mercado afirmam, sem contestação, ter a vantagem moral.



Banqueiros e gestores de fundos hoje, como Rearden e os outros industrialistas em “A revolta de Atlas”, são denunciados como egoístas e gananciosos, pois procuram lucros.

E todos sabem que o egoísmo e a busca de lucros são maus, certo?

Além disso, a justificação de cada novo decreto governamental em nosso mundo, como no mundo de “A revolta de Atlas”, é que coloca “o interesse público” acima do lucro privado. Quando o governo criou Fannie Mae e Freddie Mac, autorizando-os a garantir trilhões de dólares em hipotecas, qual era a justificativa? Era do “interesse público” de promover a casa própria para inúmeros americanos.

Quando a bolha da habitação entrou em colapso, qual era a justificativa para socorrer as instituições em crise? O “interesse público” exige a preservação de bancos ilíquidos e insolventes. A justificativa para socorrer a GM? É de “interesse público” manter os trabalhadores da GM empregados.

E quem, afinal, ousa questionar a moralidade da perseguição do interesse público? Então, quando controles governamentais inevitavelmente criam uma crise econômica, existe uma explicação pronta e um bode expiatório: os empresários malvados que perseguem lucro devem ser responsáveis, e assim cabe aos bons funcionários de espírito público controlá-los, e para tanto, eles precisam de mais poder. O que significa: mais algemas para empresários produtivos americanos e mais poder para o governo.

E assim a América se move, passo a passo, na direção das ruínas econômicas de uma república de bananas ou uma Rússia soviética.

Como reverter o curso? Desafiar essas ideias morais.

“O interesse público” é uma ideia imoral.

Como Rand coloca em outro texto: “Uma vez que não existe tal entidade como ‘o público’, uma vez que o público é apenas um número de indivíduos, a ideia de que ‘o interesse público’ substitui os interesses e direitos privados só pode ter um significado: que os interesses e direitos de alguns indivíduos têm precedência sobre os interesses e direitos dos outros”.



Isto é precisamente o que testemunhamos em “A revolta de Atlas”, como o negócio de Rearden é dilacerado em nome do interesse público: seu dinheiro, propriedade e vida são sacrificados a todos que podem ganhar o título de “o público”. Rearden não tem direito ao seu dinheiro e metal, porque ele é produzido egoisticamente; diversas outras pessoas têm o direito a ambos, porque em sua abnegação eles nada produziram, o que lhes dá direito de serem considerado como “o público”.

Isso é precisamente o que vemos ao nosso redor hoje, quando bancos falidos são resgatados pelos bancos saudáveis e pelos contribuintes (são menos que “o público?”), a não lucrativa GM é salva à custa de negócios rentáveis e de seus funcionários (são menos que “o público?”), e proprietários de casas que não podem pagar suas hipotecas são resgatados por pessoas prudentes que nem sequer compraram uma casa (são menos que “o público?”).

A lição? Toda vez que alguém exige políticas econômicas para promover o “interesse público”, está defendendo o mal – o sacrifício de indivíduos que produziram algo para aqueles que não produziram.

Qual é a alternativa à tirania do “interesse público”? A busca de cada indivíduo por seus interesses privados – nas palavras de Jefferson, a busca da felicidade.

O resultado é uma sociedade não sacrificial, em que o governo é despojado do poder a fim de inventar esquemas para promover o “interesse público” e focada em proteger os direitos de cada indivíduo, incluindo seus direitos de propriedade.

FAZENDO O QUE É CERTO

Como nos mostra “A revolta de Atlas”, tal sociedade só pode existir se considerarmos a criação (e apreciação) de lucrar como uma virtude absoluta, que sustenta a vida. Rearden chega a perceber isso – e a importância de defender-se moralmente. Ele declara publicamente o que nenhum Rockefeller, Carnegie ou Gates nunca se atreveriam a declarar:

Só trabalho para meu próprio lucro, que obtenho vendendo um produto de que os homens precisam e pelo qual estão dispostos a



pagar... Não sacrifico a eles meus interesses, nem eles sacrificam os deles por mim: negociamos como iguais por consentimento mútuo e por benefício mútuo. Eu me orgulho de cada centavo que ganhei deste modo... Recuso-me a pedir desculpa por ser mais capaz – não aceito pedir desculpa por ter tido sucesso -, me recuso a pedir desculpas por ter dinheiro.

Rearden toma essa posição moral porque ele entendeu que, nas palavras de um amigo:

Se me perguntassem qual a maior distinção dos americanos, eu escolheria - porque ela contém todas as outras - o fato de que foram eles que criaram a expressão “fazer dinheiro”... Antes, os homens sempre encaravam a riqueza como uma quantidade estática, a ser tomada, pedida, herdada, pedida, repartida, saqueada ou obtida como favor. Os americanos foram os primeiros a compreender que a riqueza tem que ser criada. A expressão “fazer dinheiro” resume a essência da moralidade humana...

A não ser que recuperemos esse espírito essencialmente americano, essa ética individualista independente – e descubramos as palavras certas a nomeá-lo, compreendê-lo, defendê-lo e executá-lo –, não temos o direito de esperar a liberdade e o progresso que gerações anteriores de americanos alcançaram.

Esse é um dos temas atemporais de “A revolta de Atlas”. ❧



iee
INSTITUTO DE ESTUDOS
EMPRESARIAIS